

FEVEREIRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

ÍNDICE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Inflação acelerou em 2010 e fixou-se em 15, 31 por cento	1
1.2	Ministro reitera o compromisso com Metas do Milénio da ONU	1
1.3	Combate á pobreza abordado em seminário	2
1.4	Pib de Angola pode crescer entre 6,9 e 7,6 por cento em 2011	2
1.5	Redução dos níveis de pobreza é a principal aposta do executivo	3
1.6	Redução da pobreza passa pela diversificação da economia	4
1.7	Emprego versus desemprego em Angola	5
1.8	Consequências nefastas	7
1.9	Altas dos alimentos agravou a pobreza em 2010	8
1.10	Bispo do dundo preocupado com pobreza no leste de Angola	9
1.11	Regime jurídico de prestações familiares é obrigatório	11
1.12	Crescimento económico do país contrasta com a pobreza social	11
1.13	MAPESS actualiza Regime Jurídico de Prestações Familiares	12
1.14	Comida cada vez mais cara	14
1.15	Administrador do Kikolo acusado de desvio de fundos	15
1.16	As desigualdades de rendimento em Angola analisadas através do inquérito integrado sobre o bem-estar da população 2008/2009	16

2 MICROFINANÇAS

2.1	Programa crédito agrícola melhora produção rural	18
2.2	Acesso ao crédito fomenta crescimento	18
2.3	Crescimento económico de Angola atrai empresários britânicos	18
2.4	Camponeses felizes com credito agrícola	19
2.5	Crescimento económico de Angola atrai empresários britânicos	20
2.6	Comité para o código alimentar quer instrumentos convencionais	20
2.7	Redução dos níveis de pobreza é a principal aposta do executivo	21
2.8	Kixi crédito obtém rating	21
2.9	Governo cumpre promessa de concessão de crédito agrícola	22
2.10	BCI concede crédito agrícola	23
2.11	Administração vai encerrar peixarias ilegais	23
2.12	Camponeses do Cuvelai recebem crédito Agrícola	23
2.13	Crédito de campanha no Libolo para os camponeses associados	24
2.14	Micro-Crédito	24
2.15	Credito para comercializar produtos do campo	25
2.16	Constituídos comités de pilotagem para regularizar créditos agrícolas	26
2.17	Empresários manifestam preocupação com as altas taxas de juro no mercado	26

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Número de cantinas ilegais cresce em Luanda	28
3.2	Logística militar abastece mercado paralelo	29
3.3	(Des) ordem na fiscalização de Luanda	29
3.4	Acudam estes rapazes!	30
3.5	Micro-Crédito	30
3.6	Mercado do Panguila, Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo	31
3.7	Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo	31

3.8	Mercados do Panguila, Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo	32
3.9	Podem abandonar o mercado	33
3.10	Cidadãos querem maior rigor na inspeção aos estabelecimentos comerciais	33
3.11	Polícia fiscal leiloa produtos apreendidos no Huambo	34
3.12	Pequenas profissões da sobrevivência	34
3.13	Um problema de saúde pública	35
3.14	Administração vai encerrar peixarias ilegais	37
3.15	Dar de comer	37
3.16	Hoji-ya-Henda, kwanzas, e kikolo na vanguarda da distribuição	37
3.17	Há falta de vontade política para resolver o problema	38
3.18	«jm », o pirata que tomou conta do mercado musical em Angola	39
3.19	Departamento de combate á pirataria não tem nenhum registo de « jm »	40
3.20	Angola está sob ataque	41
3.21	Plano de ajuda à mulher “zungueira”	42

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Administradores locais devem depositar receitas	43
4.2	Só serão permitidas despesas cabimentadas no OGE	43
4.3	Combate á pobreza passa pelo reforço de mecanismos de prestação de contas	43
4.4	Investimentos públicos devem ter impacto na vida do cidadão	44
4.5	Taxas municipais pagas no Banco	45
4.6	Depósito de receitas para a Conta Única do Tesouro, oposição diz-se a favor de boa gestão do erário público	48
4.7	Administradores passam a depositar para Conta Única do Tesouro	49
4.8	Saldo orçamental com défice de 2%	50
4.9	Tribunal de Contas exige disciplina nos fundos públicos	52
4.10	Promulgada lei sobre o regime de taxas	52
4.11	Administradores passam a depositar para Conta Única do Tesouro	52
4.12	Repartição fiscal do município arrecada milhões de kwanzas	54
4.13	Lei da Probidade Administrativa em silêncio tumular	54

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Administradores na mira de exoneração Cazenga, Kilamba Kiayi e Viana	56
5.2	Administradores aplaudem descentralização	56
5.3	Novo modelo de gestão dos municípios permite o reforço do combate á pobreza	56
5.4	Vendável de exonerações nas administrações de Luanda	57
5.5	Estratificação da população por zonas segundo os níveis de urbanização	58
5.6	Ninguém me dá ouvidos	61
5.7	Mercado imobiliário cada vez mais atraente	61
5.8	Discutidos programas municipais no Huambo	62
5.9	Executivo disponibiliza fundos para municípios	63
5.10	Programas municipais são ferramentas para impulsionar o combate á pobreza	64
5.11	Administradores estão obrigados a canalizar todas as receitas para a conta única do tesouro	65
5.12	MPLA esclarece população de menongue sobre programas municipais integrados	65
5.13	Angola prepara criação de órgãos do poder local	66
5.14	Governador de luanda exonera e nomeia quadros	67
5.15	Moçambique mais avançado que Angola	67
5.16	Finalmente os municípios (II)	68
5.18	Clareza nos números	69

5.19	Vita vemba exonerado	69
5.20	Começam “a rolar cabeças” no GPL	70
5.21	Novos rostos GPL	70
5.22	GPL encerra contas das administrações municipais	71
5.23	Receitas da Administração Municipal para Conta Única do Tesouro Nacional	71
5.24	Municípios ficam sem contas bancárias	72
5.25	A lei das transgressões administrativas	72
5.26	Lei da Probidade Administrativa em silêncio tumular	73
5.27	Apresentada obra sobre o Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola	74
5.28	E preciso apostar-se na descentralização das decisões	75
5.29	Governador de Luanda inventa orientação ilegal	76
5.30	Administrador do Kikolo acusado de desvio de fundos	76
5.31	Não devia ser ao contrário?	77

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Nova cidade recebe moradores em Abril	78
6.2	ONG defende mais ousadia por parte dos bancos	79
6.3	Mercado imobiliário cada vez mais atraente	80
6.4	Dinheiro Israelita “ oferece” Casas em Angola	81
6.5	Ministério coloca a primeira pedra para a construção de casas sociais	81
6.6	Habitação deixa de ser um problema	81
6.7	No sector imobiliário Conferencia aborda questão dos preços	82
6.8	No sector imobiliário Conferencia aborda questão dos preços	82
6.9	Governador entrega casas a varias famílias koisans	83
6.10	Cinco mil casas para o Kuanza Sul	83
6.11	Empresa pretende erguer quarenta mil casas populares	84
6.12	Reflexões sobre os problemas da cidade de Luanda	85
6.13	Samba o município do lixo com construções anárquicas de luxo	86
6.14	ASFA Construções atinge 80% em vendas de moradias pré-fabricadas	87
6.15	Precisa-se leis para reduzir o custo da habitação social	88
6.16	Mine, all mine	88
6.17	Samba o município do lixo com construções anárquicas de luxo	90
6.18	Zango o maior projecto habitacional	91
6.19	Condomínio da Sonangol pronto para os moradores	92

7 TERRA

7.1	Um bairro de condenados na montanha	93
7.2	UNACA exorta camponeses a ajudar Governo	94
7.3	Cursos sobre gestão sustentável de terras abrangem crianças e Kwanza-Sul	95
7.4	Da venda de areia á protecção ambiental	96
7.5	Populares da chicala receiam viver em tendas	97
7.6	Novos fogos habitacionais na Vila do Seles	98
7.8	Sobras do prédio da Lagoa penam no Zango	99
7.9	Conflitos de terra Uma questão Premente	100

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Administrador lamenta atitude de moradores da rua da Lama	102
8.2	Vida crítica na favela do bom sono	102
8.3	A recolha do lixo	103
8.4	Lixo invade 5ª Avenida do Cazenga	104
8.5	Empresa de Águas fechou as torneiras ao Nacional de Benguela	104
8.6	Huila com novos sistemas de abastecimento de agua	105
8.7	Governador dá 20 dias às operadoras de recolha de lixo	105
8.8	Campanha de limpeza no S. Pedro da Barra	106
8.9	Vendedores preocupados com saneamento básico	106
8.10	Projectos do governo nao travam dependêncid	107
8.11	Empresariado da capital atende chamada do GPL	108
8.12	Estrangeiros e populares no “pensamento” modelo de limpeza de Luanda	109
8.13	Moradores do bairro Curtume consomem água imprópria	110
8.14	Distribuição de água potável beneficia milhares de pessoas	111
8.15	Vândalos destroem fontanários	111
8.16	Novos projectos de captação de água	112
8.17	Executivo cria Fundo para Energia e Águas	112
8.18	Fiscalização dificulta recolha de lixo	113
8.19	Moradores poderão responder criminalmente	114
8.20	Criado fundo para energia e águas	115
8.21	Novo sistema de distribuição garante mais água ao Lubango	115
8.22	Fundo petrolífero promove sectores da energia e das águas	116
8.23	Cazenga cercado por lagoas	116

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Lei contra a violência doméstica	
	Religiosos pedem aprovação para a harmonia das famílias	118
9.2	A violência doméstica e o discurso político	118
9.3	Violência doméstica e coesão das famílias	119
9.4	Cazenga treme com criminalidade	121
9.5	Em Angola existe discriminação salarial feminina	122
9.6	Criminosos dão a volta à segurança de Luanda	123
9.7	Diabo Pousou na BCA	124
9.8	Golfé II sucumbe ao poder do crime	124
9.9	O Bairro está quase dominado por marginais “Demónios Invadem Paraíso”	126
9.10	Mulheres são as grandes vítimas	127
9.11	Benguelenses discutem violência doméstica em mesa redonda	129
9.12	\$Declaração sobre violação dos direitos humanos no Huambo	129
9.13	Mulheres de Kalandula buscam apoio de ONG para resolverem conflitos familiares	130
9.14	A lei é benéfica, mas por si só não resolve o problema	131
9.15	Governo nega violações de mulheres congolezas na fronteira	133
9.16	A lei contra violência doméstica	134
9.17	Mais de 100 crimes cometidos só em Luanda	134
9.18	Mulheres garantem maior participação na solução dos problemas da sociedade	135
9.19	Assaltos em Cacuaco – Municípes temem regresso da insegurança	136

10 AMBIENTE

10.1	Desenvolvimento das energias renováveis torna-se na principal atenção do ramo	137
10.2	Angola prepara conferência africana sobre as alterações no ecossistema	138
10.3	Chuvas deixam milhares sem abrigo	138
10.4	Mais de mil pessoas afectadas pelas cheias no Dombe Grande	139
10.5	Namibianos entram em Angola para abater árvores para lenha	139
10.6	Ondas desalojam mais de 470 famílias	139
10.7	Mais de mil pessoas afectadas pelas cheias no Dombe Grande	140

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Inflação acelerou em 2010 e fixou-se em 15,31 por cento

Semanário Factual

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro 2011

Em 2010” a inflação voltou a ficar acima da expectativa, situando-se em 15,31 Por cento, contra o 13 por cento previstos pelas autoridades angolanas.

A inflação dos alimentos e dos transportes situaram-se acima da inflação acumulada e mostra que no ano passado o poder de compra dos salários caiu substancialmente.

Mas o comportamento dos preços não se mostrou uniforme ao longo desse tempo, tendo o principal choque ocorrido com o aumento do preço da gasolina em 50 por cento e do gásóleo em 37,93 por cento, o que levou a uma aceleração da inflação, em Setembro, para cerca de 2,35 por cento.

Em Dezembro, o nível geral de preços ao consumidor da cidade de Luanda registou uma variação de 1,65 por cento, sendo que a classe hotéis, cafés e restaurantes contribuiu com um aumento de preços na ordem de 6,41 por cento.

A nível dos alimentos, o preço do funge com peixe subiu 12,89 por cento, o funge com galinha 12,71 por cento, o peixe grelhado 12,32 por cento, o churrasco 8,12 por cento, o bife com batatas fritas 7,38 por cento e o cozido 7,03 por cento.

Neste período os preços para os transportes cresceram 2,14 por cento e as bebidas alcoólicas e tabaco aumentaram 1,11 por cento.

Inflação média mensal foi de 1,27 por cento em 2010

A média mensal da inflação em 2010 situou-se em 1,27 por cento, contra 1,16 por cento em 2009, um sinal de que persiste o excesso de liquidez na economia e que as medidas de política monetária foram insuficientes para conter a alta dos produtos.

Do ponto de vista estrutural convém lembrar que o ajustamento nos preços dos combustíveis funcionou como o principal factor de estrangulamento da meta de inflação prevista para 2010.

Neste caso, o estrangulamento da meta de inflação representa o custo de oportunidade induzido pela redução dos subsídios aos combustíveis, que representava um peso para as despesas do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Assim, a inflação continua a representar um “enorme fardo” para a economia e para as contas públicas.

Segundo alguns economistas, o défice da oferta da produção nacional tem contribuído para os problemas inflacionários, devido à inflação importada, dado o facto dos bens e serviços transaccionados no mercado se encontrarem directamente condicionados a factores externos e também à volatilidade na oferta de divisas internamente.

Em dois anos agravou-se a inflação

Em 2010, a tendência de agravamento da inflação acelerou em comparação aos últimos dois anos, dado que em 2008 se fixou em 13,18 por cento, em 2009 sofreu um leve agravamento para 13,99 por cento e em 2010 disparou para 15,31 por cento.

Esta “derrapagem” vai implicar um esforço tirânico em 2011, tanto a nível do controlo da taxa de câmbios e da oferta de divisas para financiar o equilíbrio entre a oferta de bens e serviços importados, quanto para a reanimação da produção nacional,

É de salientar que este processo está associado à substituição das importações e pode levar a uma maior ou menor volatilidade dos preços dos bens essenciais, dependendo do grau de eficiência das políticas económicas a adoptar em 2011.

Destaca-se que o Executivo está a trabalhar no sentido de diagnosticar as causas do comportamento dos preços no país e pondera a criação de uma entidade virada para a regulação dos preços e concorrência.

I.2 Ministro reitera o compromisso com Metas do Milénio da ONU

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2011

O ministro da Educação, Pinda Simão, reiterou ontem, em Luanda, o compromisso do Executivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio e os Objectivos de Dakar sobre a educação primária de qualidade para todos.

Pinda Simão, que discursava no acto nacional de abertura do ano lectivo 20 11, afirmou que, por esta razão, o Executivo assumiu os 11 compromissos para com a criança, num processo de parceria multisectorial e pluridisciplinar. Para isso, acrescentou, estão envolvidos os 16 departamentos ministeriais, governos provinciais e municipais, agências das Nações Unidas e a sociedade civil.

A efectivação desses compromissos, prosseguiu o ministro, e a sua estrutura funcional vieram confirmar que a educação das crianças é . Tarefa prioritária e deve mobilizar todas as forças vivas da Nação.

“Apesar disso, verifica-se que o processo acelerado de expansão da rede escolar ainda não abrange todas as crianças em idade escolar e a qualidade dos serviços educativos ainda não é o desejável. Ainda temos pontos de estrangulamento na consecução dos nossos objectivos e planos”, admitiu.

Revelou que 2011 vai ser o ano da generalização total do novo sistema de educação e que a expectativa se centra na sexta classe. Segundo o ministro, a organização selectiva e faseada da experimentação do novo sistema permitiu que, em cada província se desenvolvam experiências e competências locais de gestão que muito contribuíram para o enriquecimento do currículo nacional.

Pinda Simão avançou que 2012 será um ano derradeiro para o Ministério da Educação. “Mas para que tudo aconteça naturalmente, será necessário, desde já, o empenho de todos e em particular das direcções provinciais da Educação para as tarefas de preparação da avaliação global”, defendeu o ministro da Educação. Pinda Simão pediu a colaboração dos encarregados de educação para o êxito da reforma educativa. “Ao tornarmos a nossa família numa escola de valores éticos, deontológicos e patrióticos, melhor poderemos contribuir para a criação de uma “Escola Amiga da Criança”.

1.3 Combate à pobreza abordado em seminário

Jornal de Angola

03 De Fevereiro de 2011

Questões ligadas à execução dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza estão a ser abordadas em seminário”, desde segunda-feira, na província do Huambo.

O seminário, que decorre sob o lema “Combate à pobreza, um compromisso do Governo Angolano”, tem como objectivo delinear as metas para a melhoria da qualidade de vida do povo angolano, em particular da região do Planalto rural.

A acção de formação, que de princípio termina hoje, é dirigida aos administradores municipais, seus adjuntos, chefes das diferentes repartições municipais e vice-governadores para as áreas política, social e económica.

Os participantes estão a abordar e discutir, em vários painéis, temas ligados ao combate à pobreza, desen-

volvimento rural e comércio rural, numa perspectiva integrada em Angola, como parte dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, comercialização da produção agropecuária e armazenamento de excedente, programa “Água para todos”, estratégia para segurança alimentar e nutricional e municipalização dos serviços de saúde.

Na sessão de abertura do encontro provincial sobre a execução dos programas municipais integrados de desenvolvimento e combate à pobreza, o governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka, disse que o Governo provincial pretende dar continuidade à redução da pobreza, em particular no meio rural, promovendo o acesso aos alimentos de qualidade e reduzir fundamentalmente a dependência alimentar externa, com vista a fomentar as pequenas empresas agrícolas nas comunidades.

O governador assegurou que a reforma administrativa em curso, mormente a descentralização e independência financeira, podem contribuir para a elevação da qualidade do serviço público e a eficácia do Estado junto das comunidades, sobretudo nas zonas rurais.

“Erradicar a pobreza é muito difícil. Devo lembrar que nenhum país do mundo conseguiu acabar totalmente com este fenómeno”, afirmou Faustino Muteka, acrescentando que o Executivo vai criar mecanismos para minimizar os elevados índices de miséria existentes no país, em particular na região do Planalto Central, exigindo-se para tal uma continuidade e intensificação de acções bem concebidas, em termos transversais e intersectoriais.

Faustino Muteka assegurou que, para conseguir atingir tal desiderato, é necessária a participação de segmentos representativos da sociedade, desde líderes municipais, religiosos e comunitários, empresários, intelectuais e organizações não-governamentais.

1.4 Pib de Angola pode crescer entre 6,9 e 7,6 por cento em 2011

Semanário factual

De 05 a 12 de Fevereiro de 2011

As expectativas para a economia angolana em 2011 apontam para um ano de consolidação da recuperação económica desenhada ao longo de 2010.

As previsões avançadas pelas autoridades indicam um crescimento de 7,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIE). Já o Fundo Monetário internacional destaca que a economia nacional tende a crescer cerca de 7,5 por cento.

Enquanto, isso, o Banco BPI espera por aumento do PIE na ordem de 6,9 por cento. As estimativas adiantadas pressupõem a retoma de taxas de crescimento acima da média da região Austral.

Segundo o relatório do Banco Português de Investimentos (BPI) de Janeiro de 2011, “para este ano, o Governo prevê um crescimento de 7.6 por cento e o FMI 7.5 por cento, o que significa que se retomaram taxas de crescimento acima da média da região. Para tal contribui a esperada recuperação do sector petrolífero, mais particularmente a recuperação do sector não-petrolífero, que, em 2011, deverá acentuar o seu contributo para o crescimento da economia, afirmando se como motor alternativo de crescimento”.

De acordo com as linhas gerais do Orçamento Geral de Estado para 2011 (OGE/2011), a economia terá crescido 4.5 por cento em 2010 e em 2011 a taxa de crescimento real do PIB deverá acelerar para 7.6 por cento, e regressar a taxas de crescimento de dois dígitos em 2012, depois de, em 2009, este percurso ter sido interrompido e ter-se registado uma expansão de 2.4 por cento.

O relatório destaca ainda que a estimativa oficial de crescimento para 2010 se revela mais optimista do que a previsão do FMI (divulgada em nota de imprensa de Novembro): 2.5 por cento.

FMI prevê crescimento da economia em 2011

O Fundo reconhece que os constrangimentos produtivos no sector petrolífero e a contenção da despesa fiscal terão sido um importante travão da actividade em 2010.

“Em 2011, o Fundo prevê um crescimento real da economia de 7.5 por cento (Country Report, Setembro 2010), ainda muito dependente do sector petrolífero que deverá crescer 6.1 por cento (face à previsão do Governo de 2.3 por cento), o que se justifica pela convicção do Fundo de que o ruvel de produção médio deverá passar a barreira dos 2,0 milhões de barris/ dia (mbd), aproximando-se da capacidade máxima de produção potencial. Em contrapartida, de acordo com o FMI, o sector não petrolífero deverá acelerar (8.8 por cento), mas de forma mais moderada do que o previsto pelo Governo”.

Os cenários do BPI indicam que “face à forte dependência do sector petrolífero e considerando que os níveis de produção em 2010 não deverão, em termos médios, superar significativamente o patamar observado no ano anterior, o BPI reviu para 2.3 por cento o cenário de crescimento para 2010.

Para 2011, o BPI prevê um crescimento real do PIE de 6.9 por cento, que será suportado por uma recuperação

do sector não-petrolífero, em linha com o previsto pelo FMI”.

“A actividade do sector não petrolífero deverá beneficiar de um reforço dos investimentos em infra-estruturas chave, particularmente por parte do sector privado, que havia sofrido algum retrocesso nos últimos meses em reflexo dos atrasos dos pagamentos do Estado a algumas empresas privadas, e com a menor propensão ao investimento por parte dos investidores estrangeiros”.

Sector não-petrolífero deverá crescer 10 por cento

Assim, este desempenho tem subjacente um crescimento de 10.0 por cento do sector não petrolífero, que em 2011 deverá continuar a gradualmente a aumentar o seu contributo para o PIB.

No que respeita ao sector petrolífero, a previsão do BPI aponta para uma variação de 2.2 por cento em termos reais, acreditando que se retomará o patamar médio de 1.90 mbd depois da observação de 1.86 mbd em 2010.

“O desempenho em 2010 reflecte particularmente uma recuperação do PIB do sector petrolífero (2.7 por cento).

Porém, há a destacar igualmente o desempenho do sector não-petrolífero (5.7 por cento), embora apresentando uma desaceleração face a 2009, fruto do desinvestimento feito no âmbito da política de contenção fiscal e do impacto na actividade das dívidas do Estado às empresas privadas de capitais estrangeiros, o que deverá nos próximos anos continuar a afirmar-se gradualmente como alternativa em termos de motor de crescimento”, relata o documento.

Desde 2008, o peso do sector petrolífero no PIB nominal desceu de cerca de 58 por cento para 45.6 por cento em 2009, e de acordo com as previsões do Governo, este contributo deverá decair para 42.1 por cento em 2011.

Esta evolução ocorre em contrapartida de um aumento do peso do sector agrícola, da indústria transformadora e dos serviços mercantis, reflectindo a estratégia de diversificação da economia e aposta em sectores de substituição de importações.

1.5 Redução dos níveis de pobreza é a principal aposta do executivo

*Jornal de Angola
13 De Fevereiro de 2011*

O combate à fome e a redução significativa da pobreza constitui um dos maiores desafios do Executivo angolano, afirmou ontem, em Luanda, a Secretária do Pre-

sidente da República para os Assuntos Sociais.

Rosa Pacavira, que usou da palavra no encerramento do seminário provincial sobre a implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, falou de algumas acções em curso para melhorar a vida dos angolanos.

Mas para que estes programas tenham êxito, Rosa Pacavira defende a formação dos gestores; particularmente os administradores municipais e comunais, que constituem a, “pedra principal” na implementação das acções. Acrescentou que a planificação e execução dos programas nos municípios devem reflectir as necessidades reais da população.

A também coordenadora do programa nacional de combate à pobreza referiu que a província de Luanda concentra 30 por cento da população de Angola e que não é fácil resolver todos os problemas existentes nos diferentes domínios da vida social, mas é preciso começar por decisões firmes e determinantes e na aplicação das orientações traçadas para o bem de todos.

“Para 20 11, é imperioso adequar os procedimentos de actuação jurídicos e organizativos para permitir uma melhor interacção a partir dos municípios, comunas e povoações”, disse.

Rosa Pacavira disse também que com a aprovação da Constituição e de alguns diplomas relacionados com a administração local do Estado, estão criadas condições favoráveis para que o processo de desconcentração e descentralização administrativa de Angola tenha um curso célere e eficiente. Por isso, solicitou aos administradores, cada um ao seu nível, a entenderem esse desafio como uma forma de potenciar as suas responsabilidades e capacidade de liderança dentro dos limites geográficos.

Crescimento económico

A redução da pobreza, salientou, tomou-se um dos factores preponderantes para a edificação de uma economia sustentável, devido ao impacto que provoca na melhoria das condições de vida da população, sobretudo para a normalização do crescimento económico, depois da crise financeira internacional

Rosa Pacavira lembrou que os programas integrados incluem acções no domínio da saúde, educação, infra-estruturas básicas, comércio rural, água e energia, produção local e formação profissional.

“E neste novo cenário político económico e social promissor que se harmonizou o actual programa integrado de combate à pobreza, de modo que as realizações sejam mais decisivas e melhor dirigidas”, disse.

Mais interacção

A vice-governadora de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, Carla Ribeiro, garantiu, por seu turno, que o Executivo vai continuar a mobilizar e a interagir com todas as instituições públicas e agentes privados para responder ao compromisso da construção de habitações sociais.

Cada Ribeiro afirmou que o objectivo traçado visa fazer face à gradual redução do défice habitacional no país e defendeu uma maior intervenção e acções nas zonas rurais e musseques, para melhorar a qualidade de vida da população.

Na abertura do seminário, na sexta feira, o governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, considerou o programa municipal integrado de combate à pobreza uma ferramenta que influencia no desenvolvimento humano, aumenta a qualidade de vida das populações e o êxito na sua implementação depende de todos, em particular das autoridades.

1.6 Redução da pobreza passa pela diversificação da economia

Sociedade

De 12 a 19 de Fevereiro

O economista Sénior do Banco Mundial, Ricardo Gazel, que falava, recentemente, na capital, no acto da apresentação preliminar dos resultados da economia angolana até 2013, considerou que houve um crescimento nos últimos tempos, mas não foi inclusivo em termos de gerar empregos e proporcionar boa qualidade de vida aos angolanos.

Ricardo Gazel acrescentou que, o importante é que nota-se um aumento no acesso aos serviços públicos e há um impacto indirecto que possibilita a redução da pobreza. “ Os índices de pobreza reduziram e alguns indicadores sociais melhoraram mas não tanto quanto a população, o governo e o Banco Mundial desejariam”.

O economista continuou que, é necessário que o executivo angolano faça mais esforços no sentido de reduzir à pobreza, sobretudo na criação de ambiente de negócio e outros visando a diversificação da economia para sectores que possam aumentar o emprego e melhorar as condições de vida das populações. Neste sentido, de acordo com o responsável, o Banco Mundial está disponível em trabalhar com o executivo na implementação de estratégias para a redução da pobreza no país.

Ricardo Gazel disse ainda que, este ano (2011) o Banco Mundial está a desenvolver com o governo angolano, uma nova estratégia de engajamento por entender que o executivo está a dar sinais com vista a redução que o executivo deve trabalhar mais.

O Banco Mundial, de acordo com o seu representante em Angola, entende que a redução da pobreza inclui uma série de medidas que vão desde o investimento noutros sectores, aumento da capacidade institucional do Estado para melhor servir a população, passa pelo crédito ao sector agrário, especialmente para pequenos produtores, enfim, uma série de programas que no final o objectivo é a redução da pobreza.

Referindo-se a subida do preço do petróleo que chegou a custar mais de 100 dólares o barril, na primeira semana deste mês, Ricardo Gazel pensa que esta subida em nada vai ajudar a retoma da economia mundial afectada pela crise. Para ele, cada vez que o petróleo sobe no mercado internacional, Angola se beneficia porque exporta muito petróleo, no entanto, notou que “a subida recente resulta das tensões na Tunísia, Egipto e outros países, por isso, não são preços que se vão manter-se.

Estes preços, de acordo com a fonte, baixarão a medida que a situação nos países referenciados forem se estabilizando. Sublinhou que a OPEP (organização mundial dos países exportadores de petróleo) não está interessada que o preço do barril suba a 100 USD.

“A subida do preço do barril de petróleo cria outros problemas económicos para economia mundial que ainda não está estabilizada” explicou.

Relação Angola e FMI

O quadro Sénior do Banco Mundial respondeu também algumas questões relacionadas com o acordo Stand by entre Angola e o FMI. Em sua opinião, o Fundo Monetário Internacional (FMI) não impõe restrições ao país para concessão de crédito, o que acontece segundo disse, discute com o governo angolano um programa de política económica, que em geral o governo propõe, para se continuar a estabilizar a macroeconomia que foi conquistada por Angola.

Neste sentido, disse acreditar que o programa qualquer o governo angolano desenvolve dentro do acordo Stand by com o FMI, é um programa bastante sólido e que aponta para o bom desenvolvimento da economia em 2011.

Segundo Ricardo Ganzel, a economia angolana tem se diversificado mas ainda tem uma forte dependência do petróleo, pelo facto, voltou a realçar que é preciso aumentar a produção noutros sectores para reduzir esta

dependência e, consequentemente, gerar empregos. De recordar que no âmbito do acordo Stand by, o Fundo Monetário Internacional notou progressos significativos registados por Angola. Por isso, há cerca de duas semanas na sequência da quarta avaliação efectuada pelo FMI, foram desembolsados mais 187, 2 milhões, no âmbito dos 1,4mil milhões previstos no referido acordo celebrado entre Angola e o FMI em Novembro de 2009.

Com este desembolso, o valor que Angola já recebeu a 1 07 mil milhões de dólares.

1.7 Emprego versus desemprego em Angola

Expansão

18 De Fevereiro de 2011

O desenvolvimento acelerado com que se caracteriza a economia nacional actualmente tem estado a acarretar inúmeros desafios para o País, que, aos poucos, exige cada vez mais dos programas do Executivo uma rápida adequação aos novos tempos.

O mercado do emprego, diante deste quadro, não constitui excepção. A partir de 2002, com o início do processo de reconstrução nacional e de diversificação da economia, o mercado empregador nacional ganhou outro fôlego, sendo que todo este processo permitiu uma maior absorção de mão-de-obra em distintas áreas de actividades.

Todavia, mesmo a partir de dados empíricos, muitos dos quais baseados em estudos recentemente publicados, pode-se avaliar que, embora o País esteja a registar um considerável crescimento ao nível da economia, a problemática do desemprego continua a ser um handicap para se resolver no longo prazo.

A falta de informação estatística, que permitiria a criação de políticas de geração de emprego mais adequadas e eficazes, assim como a necessidade de se consolidar, cada vez mais, o processo de diversificação da economia nacional, constituem factores fundamentais, na visão de vários analistas, para se elevar os níveis de empregabilidade no País.

A reforçar esta sustentação está também um estudo do Centro de Estudos e Investigação (CEIC) da Universidade Católica de Angola, segundo o qual o actual modelo angolano - ancorado em actividades fortemente intensivas em capital e tecnologia, como as de extracção mineral não propicia a máxima criação de emprego.

De acordo com o mesmo estudo, nos dias de hoje, as actividades petrolíferas, diamantíferas e de extracção de outros minérios não conseguem garantir 1 % do emprego total, e mesmo que se juntem as actividades de prestação de serviços ao sector mineral, a geração de emprego não suplanta 2,5% do emprego total criado.

Diante deste quadro, o que vários analistas têm defendido é a criação de emprego e, conseqüentemente, a redução do desemprego deverá ser um processo balanceado com o fortalecimento da economia e da competitividade entre os vários actores que actuam no mercado.

Prevê-se até 2025, criação de 2,6 milhões de empregos, sendo

O sector terciário o principal gerador de emprego. Para o economista Augusto Silva, afecto ao Banco Nacional de Angola (BNA), o Governo, no âmbito da sua estratégia de diversificação da economia, deve aproveitar os recursos do petróleo para aplicar na agricultura, sector que considera ser dos mais adequados para geração de emprego em massa.

O também docente universitário considera ainda que o Executivo, para além da agricultura, deveria eleger, no mais curto espaço de tempo, outros sectores estratégicos, como é o caso das pescas, no âmbito do fomento ao emprego.

O economista sustenta a sua tese, baseando-se no facto de a actividade agrária, nos dias de hoje, não poder ser ainda estendida em todas as zonas consideradas potencialmente aráveis, sendo que uma boa parte delas continuam, ainda hoje, minadas.

Outro aspecto realçado por especialistas, no sentido do fomento ao emprego, tem que ver com factor competitividade entre os diversos players que operam no mercado, pois que, na visão de analistas, a criação de emprego só é possível com pessoas que se sujeitem a fazer empresas, o que nem sempre vale a pena, atendendo ao esforço envolvido no vencimento de obstáculos e condicionalismos.

“ E é aqui que entra o Estado, como criador de condições que enquadrem e facilitem a iniciativa privada, porque o emprego não se cria por decreto, mas por uma economia forte e competitiva”, considera o economista Augusto Silva.

Da mesma opinião parece ser também o grupo de estudo do CEIC da Universidade Católica de Angola, que, com base num estudo recentemente publicado, considera que “ a recuperação duradoura e sustentável do emprego acontece quando e só quando o crescimento económico de encontrar numa trajetória favorável. Compete aos

empresários encontrar as oportunidades de investimento criador de emprego.

Formação académica, factor a ter em conta

Se, por um lado, a questão do emprego em Angola pode ser minimizada por via do processo de diversificação de economia nacional, permitindo uma maior absolvição de mão de obra, como defendem vários especialistas, por outro, este pormenor poderá merecer alguma ponderação na medida em que, face ao estagio de desenvolvimento que o país atravessa, até ramos de actividade como a agricultura e as pescas poderão exigir uma mão de obra a ser contratada alguma qualificação.

A falta de informação estatística, que permitiria a criação de políticas de geração de empregos, constitui factor fundamental, para se elevar os níveis de empregabilidade no país.

Hoje, o que a realidade tem demonstrado é que requisitos como experiência profissional, idiomas, MBA, entre outros, são preponderantes na selecção de mão de obra qualificada. Não obstante este aspecto, as empresas em Angola ainda se debatem com o facto de necessidade de um determinado tipo de perfil e o mercado não dispor do mesmo no número desejado.

As multinacionais que operam em território nacional, por exemplo, debatem-se com a permanente dificuldade de encontrar quadros técnicos, uma vez que a maior parcela de profissionais disponíveis são formados em áreas não técnica, como é o caso das profissões administrativas. Este pormenor obriga as grandes empresas a lutar por 2% ou 3% desta pequena franquia de profissionais com esses requisitos.

De acordo com um balancete de 2010 efectuado por algumas empresas de formação e recrutamento a operarem em território angolano, e apesar de algumas variações, os profissionais mais requisitados são os da área financeira, mormente contabilistas, gestores financeiros, técnicos de contabilidade (médios e seniores)

Além destes sectores, e porque se começa a perceber o quão importante são os recursos humanos, outros profissionais como directores e técnicos de RH também foram amplamente procurados no decurso de 2010. Os engenheiros igualmente preenchem o quadro de profissionais solicitados.

Taxa de emprego em projecção

Apoiando-se em dados divulgados pelo Ministério do Planeamento sobre a trajetória económica do País, a taxa de crescimento médio anual do PIE perca pita deverá oscilar durante um ciclo de 15 anos (2005-2025) entre 6,7% e 5,8%.

Neste mesmo período, a taxa de crescimento do emprego será de 3,6% e 3,8%, ao passo que o salário real deverá manter-se, até 2025, nos 3,0%. Já a taxa de investimento deverá situar-se neste mesmo período entre os 26% e os 24%.

Numa perspectiva mais abrangente (2000-2025), os dados do Ministério do Planeamento indicam que a taxa média de investimento deverá aumentar, devendo situar-se nos 26% a 28%, reflectindo também uma maior influência de investimentos de desenvolvimento territorial (pólos de desenvolvimento e de equilíbrio), cujas maturação e rendibilidade são mais baixas e lentas.

Segundo os mesmos dados, o emprego continuará durante este período a evoluir a bom ritmo (3,6% a 3,9%), mas claramente inferior ao da produtividade, pelas razões apontadas. Prevê-se a criação nesta fase de 2,6 milhões de empregos (líquidos), sendo já o sector terciário o principal gerador de emprego (1,2 milhões de empregos), dada a sua natureza predominantemente de trabalho intensivo, seguido pelas outras actividades primárias (cerca de 900 mil empregos) e o sector secundário (450 mil empregos).

A agricultura familiar e de auto consumo durante este período estabilizará o emprego total, mas para o final da fase, em 2025, deverão observar-se já saídas líquidas de activos.

Num outro prisma, de acordo com dados do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), terão sido criados, em 2009, mais de 385 mil novos postos de trabalho, superando os 310 006 de 2008. Estes números incluem o sector da administração pública, cujo universo de funcionários civis se estabeleceu em 296 210 empregados.

Apesar destas cifras muito positivas, o Relatório de Balanço de 2009 não apresenta uma taxa efectiva de desemprego em 2009, limitando-se a afirmar que o cumprimento da meta de criação de 320 mil postos de trabalho fixada no Plano Nacional 2009 conduziria a uma taxa de desemprego de 20%.

De acordo com dados divulgados pelo CEIC, o emprego na economia, no ano de 2009, foi de 7 milhões de postos. O sector da agricultura foi o mais expressivo com 80% do emprego total. Neste mesmo ano, a agricultura, a construção e a indústria transformadora contribuíram maioritariamente para o emprego na economia. O sector institucional gerou, em 2009, 4,5 % do total do emprego.

O emprego em números

2,6 Milhões de empregos Criação de postos de trabalho projectados pelo Executivo até 2025

1,2 Milhões de postos de trabalho Quantidade de emprego projectado para absorção no sector terciário, até 2015

80%

Percentagem de emprego absorvido pelo ramo da agricultura, em 2009, de um total de 7 milhões de empregados

36 840 Formandos número de alunos aptos

Nos cursos ministrados pelo MAPESS, em 2010, no âmbito do projecto Cidadania e Emprego

1239 Docentes

Quantidade de professores formados em curso de formação de formadores, promovido pelo MAPESS, em 2010

Fomento à formação profissional

Um dos pontos fundamentais da administração do trabalho é a formação profissional, que é garantida especialmente pelos centros de formação profissional, através da ministração de acções de formação e de reabilitação profissional, de reciclagem, aperfeiçoamento e reconversão profissional, com conhecimento profissional básico e de certas habilidades profissionais e a um nível superior com escolas mais especializadas.

As políticas públicas de formação profissional mantiveram como prioridade a inserção dos jovens no primeiro emprego, face às condições de vulnerabilidade da juventude.

Dentro do Programa Nacional de Formação em Artes e Ofícios existem espalhadas em todo o País unidades de formação profissional, como forma de incrementar a capa citação de mão-de-obra nacional qualificada e de elevar a capacidade formativa com vista a que os investimentos nos distintos sectores da economia possam dispor de profissionais técnica e tecnologicamente capazes e à altura das exigências do mercado e da competitividade.

Os programas desenvolvem-se em diferentes áreas, tais como a agricultura, construção, serviços diversos e negócios.

1.8 Consequências nefastas

Semanário Factual

19 à 26 De Fevereiro de 2011

Ao longo do tempo tem sido preocupação das sociedades o êxodo rural, fazendo com que o campo ressinta do seu abandono e se ponha em causa a própria produção agrícola.

Na realidade, a fuga dos camponeses para as cidades tem sido um quebra-cabeças para as autoridades que se vêm a braços com a saída maciça de homens do campo para grandes aglomerados citadinos.

No entanto, se se encarar com seriedade esta questão razão de ser, dadas às assimetrias entre a cidade e campo, uma vez que neste último falta energia eléctrica, lojas comerciais, a potável e outras benesses das grandes cidades como lazer e entretenimento, ou seja, televisão, rádio e outros meios de comunicação.

Mas o perigo do êxodo rural reside mais no facto que, nas grandes cidades, os preços das habitações são caros e longe do alcance dos camponeses.: Neste caso, a única chance é erguer uma cubata de lata ou de papelões para residir, sem as mínimas condições de habitabilidade.

Na cidade, sem qualquer conhecimento para um bom emprego, o trabalhador rural tem como saída a venda de bens manufacturados pelas ruas, lavar carros e exercer pequenos serviços cujo lucro é irrisório. Mas a pior perspectiva è ver o campo desprovido de braços para a lavoura, já que as grandes cidades dependem do campo para sobreviver.

Nesta ordem de ideias, a solução seria o incentivo ao campesinato, criando condições para se evitar o êxodo, como instalar a energia eléctrica, criar e impulsionar o comércio rural e também proporcionar aos agricultores meios para diversão e lazer.

A não ser assim, as cidades encher-se-ão de gente do campo que prefere habitar de forma indigente do que permanecer nas suas localidades fazendo o que sabe fazer: trabalhar a terra e extrair daí o seu sustento e para as comunidades.

Se a nível de África o êxodo rural é uma constante pelo fraco apoio ao campo, o mesmo acontece em muitos países do Mundo onde conflitos armados empurraram para as cidades milhares de camponeses desprovidos de tudo e que tentaram sobreviver através de diversas artimanhas.

E é sabido que quem abandona o campo jamais retoma a ele, dado que nas cidades tudo ofusca, a iluminação nocturna, o movimento frenético dos automóveis e do tráfego e a disponibilidade de acesso a supermercados, lojas diversas, recintos de futebol, etc.

É este lado que atrai milhares de camponeses que, em comparação, descobrem que o campo está desprovido de tudo pelo que a decisão é ficar, pois, nas cidades é mais fácil fazer dinheiro por “dá cá aquela palha”, ou seja, por qualquer serviço, o mais reles possível.

Em Angola, onde também grassou o conflito armado de quase trinta anos, o êxodo rural é notável, podendo se verificar que as grandes cidades do país absorveram milhares de agricultores fugidos dos campos de cultivo, por terem sido minados, destruídas as lavouras, enfim tudo foi arrasado.

O reflexo já se faz sentir a turba de agricultores jovens assentou arraiais nas cidades onde passou a exercer actividades diferentes do seu conhecimento, quer dizer, a pelas ruas vendendo quinquilharias, electrodomésticos tudo o que pode e seguiu para sobreviver.

E todos os camponeses estão conscientes a voltar ao campo está fora de hipótese, preferindo pulular pelas cidades que retomar à escuridão da noite, ao silêncio sempiterno e à carência de do que é bom nas grandes cidades.

Embora seja problemático esse quadro, é possível reverter a situação fazendo do campo um lugar também bom para se viver, desde que se acabem com as assimetrias, criando-se infra-estruturas socio-económicas e desportivas, fornecendo eléctrica e outras facilidades.

Desse modo, o grosso de jovens que “invadiram” as cidades hão reconhecer que, afinal quer o campo, que cidade, têm as mesmas condições de vida, pelo que ficar onde há muito barulho pode ser mais nefasto do que um silêncio gostoso de quem sabe que é da agricultura que vive o citadino ...

1.9 Altas dos alimentos agravou a pobreza em 2010

Semanário factual

De 19 a 26 de Fevereiro

O Banco mundial (BM) advertiu esta semana que os preços globais dos alimentos Estão a chegar a níveis “perigosos” e que já lançaram mais de 44 milhões de pessoas na pobreza

Desde Junho passado

O relatório “Food Price Watch” indica que os preços dos alimentos subiram 5 por cento entre Outubro de 2010 e Janeiro deste ano.

“Os preços globais dos alimentos estão a subir a níveis perigosos e a ameaçar dezenas de milhares de pessoas pobres ao redor do Mundo”, deu a conhecer em comunicado o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick. Esse aumento, particularmente alto no caso de produtos como trigo, milho, açúcar e óleos comestíveis, é sentido mais fortemente pela população mais pobre, que chega a estar mais da metade da sua renda com a compra de alimentos.

O Banco Mundial pediu que a reunião do G/20 em Paris, nesta semana, aborde o problema. Estarão presentes no encontro ministros da Fazenda e presidentes dos bancos centrais do grupo, que reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Segundo Zoellick, a inflação nos alimentos tem contribuído para os actuais levantes no Médio Oriente, ainda que não seja a causa primária.

Aumento dos preços gerou distúrbios em vários países

Em 2008, um rápido aumento dos preços de itens de alimentação causou distúrbios em vários países. Segundo o Banco Mundial, os preços actuais estão cerca de três por cento mais baixos em comparação aos níveis de 2008, mas 27 por cento mais altos do que os observados um ano atrás.

Outro relatório, divulgado neste mês pela FAO, também fez um alerta para o aumento nos preços de itens alimentícios.

Segundo o “FAO Food Price Index”, os preços subiram 3,4 por cento em Janeiro passado com relação a Dezembro de 2010, e alcançaram o maior nível desde que o índice começou a ser calculado, em 1990.

No entanto, na China a inflação acelerou em Janeiro, apesar da subida das taxas de juros para controlar a inflação. Assim, os preços ao consumidor chinês subiram 4,9 por cento no mês de Janeiro em relação ao ano anterior. Em Dezembro, o índice anual era 4,6 por cento.

A China e outros países asiáticos lutam contra o aumento do custo dos alimentos. Os índices de Janeiro mostraram que os preços dos produtos alimentares subiram 10,3 por cento.

População da China preocupada com inflação

A inflação preocupa a população do país, gasta até metade da renda com comida. O índice de 4,9 por cento menor do que a previsão dos economistas mas ainda ficou próximo à inflação de Novembro, de 5,1 por cento, que foi a mais em 28 meses.

Os economistas adiantam que a alta dos preços está relacionada com a seca nas principais produtoras de trigo China e o aumento global dos preços das mercadorias pode ter contribuído para a escalada da inflação.

1.10 Bispo do dundo preocupado com pobreza no leste de Angola

O País

25 De Fevereiro de 2011

O bispo da diocese do Dundo e delegado apostólico de Saurimo, Dom José Manuel Imbamba, mostrou-se preocupado com o crescente nível de pobreza que assola as populações da região Leste do país, Lundas Norte, Sul e Moxico, que têm como base de sustento a extracção artesanal de diamantes e a prática de agricultura de subsistência. O facto foi revelado durante uma audiência que concedeu ao líder da UNITA, Isaias Samakuva, que esteve em visita de trabalho nessa região.

Dom Manuel Imbamba disse que a situação agudizou -se ainda mais com o fim da exploração ilegal dos diamantes’ decretado pelo Executivo, que era considerada como a única fonte de receita da maior parte da população. O prelado sublinhou que a indigência é visível no seio desta gente que precisa de emprego, água, luz e habitação condigna, embora exista um esforço das autoridades competentes para reverter o actual quadro, que caracterizou de “sombrio”.

Segundo o bispo, há informações de actos de violência nas zonas de extracção de diamantes, perpetrados por efectivos das empresas de segurança contra cidadãos indefesos que insistem em procurar diamantes nas minas proibidas, para sobreviver, havendo mesmo situações que terminam em mortes. Esses casos, segundo D. Manuel Imbamba, ocorrem com maior frequência no município do Cuango, onde está localizada a maior bacia hidrográfica no rio com o mesmo nome.

O Bispo explicou que o facto de o diamante ser o único recurso das pessoas para obterem dinheiro, no Leste, sobretudo nas Lundas, mesmo com as denúncias de mortes de pessoas assassinadas e outras afogadas ao rio quando são surpreendidas supostamente por efectivos das empresas de segurança, que protegem as minas, elas não param de o fazer, e alegam ser a única forma de contrapor à fome, à miséria.

Reconheceu que a situação está a tomar contornos imprevisíveis e a solução passa necessariamente por políticas eficazes e abrangentes para as populações que clamam por soluções urgentes. Uma destas políticas, segundo o dirigente católico, é o incentivo dos cidadãos, maioritariamente camponeses a optarem pela prática da agricultura de subsistência para a auto-suficiência alimentar, tendo em conta a existência de solo arável nas Lundas e com realce no Moxico. “Este pode ser um dos passos para se diminuir a pobreza no seio das populações”, afirmou o bispo.

Prudente nas suas declarações, durante encontro com Isaías Samakuva, Dom Imbamba reforçou que se esta política for levada em consideração por quem de direito, em toda a região do Leste a miséria e a pobreza poderão reduzir -se significativamente nos próximos tempos.

“ Caso se efective esta ideia, as pessoas deixarão de depender exclusivamente da extracção e venda de diamantes para a sua sobrevivência” uma prática que remonta há anos, ou seja, desde a exploração destas “pedras brilhantes”, ainda na era colonial”.

Universidade vai mudar O quadro

O bispo do Dundo acredita que com a implantação de pólos universitários nas províncias da Lunda Sul, Lunda Norte e Moxico, a actual situação poderá mudar num futuro próximo, com o lançamento de novos quadros que sairão destas universidades, que, na sua óptica, poderão ajudar a desenvolver as suas respectivas regiões, que clamam pela falta de tudo para resolver as prementes necessidades que afligem as suas populações. “ A implantação das Universidades nas províncias poderá ajudar a mudar muita coisa, e esperemos que isso aconteça o mais breve possível”, afirmou Dom Imbamba.

Segundo o prelado, “uma sociedade só muda se tiver homens formados em várias áreas do saber, dando respostas às várias necessidades ou preocupações que se lhes apresentarem pela frente, e por isso mesmo, os formados que sairão destas universidades ajudarão a desenvolver a região que por esta altura precisa de muita coisa para o bem das suas populações, e também do país em geral”, referiu.

Durante o encontro com a comitiva da UNITA, chefiada pelo seu líder, o sacerdote sublinhou ainda que a situação socio-económica do Leste agrava-se ainda mais devido ao fluxo migratório de estrangeiros, alguns dos quais vivendo em situação ilegal, apesar do esforço incansável das autoridades para contornar essa situação que tem sido uma preocupação constante.

Alguns destes estrangeiros, afirmou o prelado, fazem-se passar por pastores de seitas religiosas espalhadas nestas províncias, e têm estado a pregar uma doutrina alheia à matriz cristã. Os locais de culto, segundo o bispo, servem de esconderijos para muitos destes pastores e seus crentes, cuja maioria vive em condição supostamente ilegal. Referiu também que com base na existência de tais seitas, o número de igrejas aumentou significativamente, atingindo as centenas.

As aludidas seitas, dirigidas maioritariamente por congoleses-democráticos, estão espalhadas em áreas de garimpo. Para além dos congoleses, estão também emigrantes oeste-africanos, detentores de vários negócios na

região, e que ergueram várias mesquitas (templos muçulmanos), um pouco por toda a Lunda, onde, para além de adorar Aláh (Deus), ensinam também o Alcorão, o livro sagrado do Islão.

Feitiçaria preocupa clero

As acusações de práticas de feitiçarias contra as pessoas subiram de tom nos últimos tempos, segundo o bispo Manuel Imbamba, que explicou que o problema está a generalizar-se em toda a extensão territorial das Lundas e do Moxico. Sem revelar a faixa etária mais vulnerável destas acusações que considera de gravíssimas, o bispo da diocese do Dundo disse que o assunto inspira sérios cuidados e é necessário a conjugação de esforços para se acabar com esta situação que se pode constituir num fenómeno endémico.

Para melhor ilustrar a gravidade do problema, o prelado relatou um episódio “triste e chocante” ocorrido no município do Lucapa (Lunda - Norte) no ano passado, em que foram enterradas duas pessoas vivas, acusadas de “terem enfeitizado uma criança de “Uma sociedade só muda se tiver homens formados em várias áreas do saber, dando respostas às várias necessidades ou preocupações que se lhes apresentarem pela frente, e por isso mesmo, os formados que sairão destas universidades ajudarão a desenvolver a região que por esta altura precisa de muita coisa para o bem das suas populações, e também do país em geral” tema idade”. Os dois homens foram sepultados na mesma campa que a suposta vítima de feitiço, acontecimento que provocou um profundo sentimento de mal-estar na localidade. “ Este caso chocou toda a sociedade, não só da Lunda, mas de toda Angola, quando o assunto se tornou do conhecimento geral”, recordou o bispo.

Na óptica de D. Imbamba, para se acabar com esta situação, é preciso que se tomem medidas profílicas que passam pelo esclarecimento das populações para que não acredite na fantasia do feitiço e evite as acusações gratuitas de práticas de feitiçaria e outras. “ É preciso explicar às pessoas que devem abster-se desta prática no seio das nossas comunidades”, sublinhou.

Quanto à questão da evangelização dos povos, o bispo disse que a sua diocese precisa de mais sacerdotes para levar a mensagem de Deus até às áreas mais escondidas, porque os poucos disponíveis são insuficientes para a cobertura total que se pretende. “ A diocese é nova e precisa de mais missionários para darmos respostas às preocupações das nossas comunidades”, defendeu. Refira-se que Dom José Manuel Imbamba é o primeiro Bispo da Diocese do Dundo, criada em 2008.

I.11 Regime jurídico de prestações familiares é obrigatório

O país

25 De Fevereiro de 2011

O regime jurídico das prestações familiares assume o carácter de cumprimento obrigatório para todas empresas públicas e privadas, recordou Manuel Moreira, Coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade do Instituto de Segurança Social, (INSS) entrevista a O PAÍS.

Manuel Moreira explica que nenhuma instituição pode apresentar subterfúgio de ordem financeira para escapar ao cumprimento dessa obrigação legal, decorre da Lei Base da Protecção Social (Leinº7 /04).

O funcionário sénior do INSS anuncia que o novo regime persegue o objectivo de melhor proteger as famílias, tendo em conta as condições financeiras dos pais que permitiram a concretização desse ajuste.

A adopção desta medida é resultado de um trabalho de consenso no Conselho Nacional de Segurança Social, órgão onde estão representantes dos empregadores e dos trabalhadores, tais como Sindicatos, Ministério das Finanças, Associação Industrial de Angola entre outros, assegura Manuel Moreira.

Duas diferenças fundamentais em relação ao pacote anterior saltam à vista, a primeira está relacionada com a expressividade dos valores, registando-se um aumento de SOO por cento, enquanto a segunda novidade tem a ver com a implementação do subsídio de pré-licença de pré-maternidade, facto até então inexistente no nosso ordenamento jurídico (vide a tabela).

A actualização do abono de família obedeceu ao princípio de diferenciação positiva, ou seja, os trabalhadores que têm os salários mais elevados beneficiaram de subsídios mais baixos, e os que auferem salários mais baixos receberão um valor mais alto.

Esse subsídio, o abono de família, é destinado para cinco filhos por cada trabalhador, com idades compreendidas entre os 3 aos 14 anos, limitação que não é colocada ao subsídio de aleitamento materno.

O regime jurídico das prestações familiares impõe requisitos para que os beneficiários tenham acesso ao aleitamento materno bem como subsídios do abono família, sendo que a primeira passa pela imperatividade dos pais apresentarem os cartões de vacina em dia, referente ao aleitamento materno. Enquanto para subsídio do abono de família, a lei determina que as crianças estejam

matriculadas numa escola, bem como tenham aproveitamento escolar. “Os pais que não tiverem os filhos no sistema de ensino, bem como não apresentarem o cartão de vacina em dia, não terão direito a esses benefícios que nos propusemos conceder”

O subsídio de abono familiar é da responsabilidade directa dos empregadores, enquanto o aleitamento é da responsabilidade da Segurança Social. Os filhos dos pensionistas passaram igualmente a beneficiar desses subsídios (aleitamento incluindo). As despesas recaem para o Instituto de Segurança Social.

No entendimento do coordenador do Plano de Sustentabilidade e Qualidade; todas essas medidas corresponde a um esforço do Executivo que visa conferir maior dignidade às famílias tendo em conta a conjuntura actual do país. A implementação do regime implica o aumento dos encargos financeiros para INSS, porém a tornada de decisão obedeceu a estudo técnico e financeiro aturado, permitindo chegar a esses valores, contudo sem colocar em causa a sustentabilidade da segurança social.

Os pais que não tiverem os filhos no sistema de ensino, bem como não apresentarem o cartão de vacina em dia, não terão direito a esses benefícios que nos propusemos conceder”.

I.12 Crescimento económico do país contrasta com a pobreza social

Continente

25 De Fevereiro de 2011

O Ministro da Economia, Abraão Gourgel, reiterou, há dias, na província da Huila, as previsões já feitas por outros membros do Executivo, segundo as quais a economia do país vai conhecer um crescimento de cerca de 7 por cento em 2011 para, no ano seguinte, atingir os 15, por cento.

O governante apontou como premissas para o alcance destas metas, a diversificação da economia por meio de uma estratégia virada para o mercado interno, executada na perspectiva de substituição de importações. A estratégia de diversificação virada para o mercado interno será executada através de uma política racional de substituição de importações, tendo em conta a elevada dependência das importações no consumo final, no intermediário e nos investimentos.

A agricultura será outra área apoiada pelo Governo angolano, para onde pretende canalizar recursos no sentido do seu relançamento. Este sector emprega presentemente 60% da população angolana. O fomento

da agro-indústria e da indústria transformadora, com o intuito de potenciar e consolidar o processo de diversificação da economia nacional, é outro sector a privilegiar. O Executivo perspectiva ainda a criação de novas oportunidades para a indústria extractiva e o fortalecimento de cadeias de suporte para a indústria transformadora.

A taxa de crescimento económico de 15 por cento prevista para 2012, a concretizar-se, vai superar em pelo menos 0,4 por cento o pico de crescimento que o país conseguiu atingir, até antes da eclosão da crise financeira global, em 2008. Aliás, desde o alcance da paz em 2002, O crescimento da economia angolana tem sido dos mais elevados do mundo, como fez questão de afirmar o Presidente da República aquando do seu discurso sobre o Estado da Nação, de 15 de Outubro do ano passado.

Entretanto, analistas convergem de que a distribuição da riqueza nacional, no país, da forma como é feita, acompanhada do que consideram “exclusões sociais” e da “litoralização” das melhores fatias da Economia, faz com que o país encerre o paradoxo de exibir taxas de crescimento acima da média e, ao mesmo tempo, deter uma população com um índice de miséria social bastante acentuado.

Apesar de alguns indicadores mostrarem tendências de evolução social, muito ainda precisa ser feito para tirar Angola da lista dos países de baixo nível de desenvolvimento humano (IDH), nota o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os números avançados pelo Chefe de Estado angolano para mostrar a evolução da melhoria da qualidade de vida dos angolanos, quando falava sobre o Estado da Nação, mostram que o país não anda lá muito bem, no que se refere ao desenvolvimento social.

Baseando-se no que chamou por “Inquérito Integrado sobre o Bem estar da População”, José Eduardo dos Santos referiu que Saúde, a esperança de vida subiu de 44 anos em 2000, para 47 em 2008, e a taxa de mortalidade infantil diminuiu cerca de 60 por cento, passando de 150 mortes em mil nascidos vivos para 116, tendo a mortalidade dos menores de 5 anos baixado de 250 para 194 em mil nascidos vivos, ao mesmo tempo em que a percentagem de partos assistidos por profissionais formados aumentou de 22 para 49 por cento e a taxa de mortalidade materna foi reduzida para menos de metade e a taxa de imunização de crianças entre 12 e 23 meses subiu de 41 para 79 por cento e a prevalência de morbilidades por febres ou malária baixou de 15 por cento em 2006, para 10,7 por cento em 2008.

No domínio da Educação, por sua vez, o total de alunos matriculados no ensino básico e secundário passou de cerca de 2 milhões em 2001 para aproximadamente 6 milhões em 2009, um acréscimo de cerca de 180 por cento, referiu José Eduardo dos Santos, antes de sublinhar que no ensino superior, o número de alunos matriculados aumentou em 42 por cento, passando de 60 mil para 85 mil nos últimos três anos, enquanto que o número de estabelecimentos cresceu de 28 para 33. As ténues melhorias registadas nestes sectores não perturbam a conclusão de que o país deve andar mais rápido em direcção a satisfação das necessidades básicas das populações.

No entanto, “O sector em que a situação é muito mal é o da habitação”, conforme reconheceu José Eduardo dos Santos, aquando do seu discurso sobre o Estado da Nação. De acordo com o Presidente, mais de 70% das famílias angolanas não têm casa condigna. Neste domínio, “temos que fazer um esforço gigantesco para revertermos a actual situação”, reconheceu.

1.13 MAPESS actualiza Regime Jurídico de Prestações Familiares

O Independente

26 De Fevereiro

Em concordância com o decreto presidencial n.º 8/1t de 1 de Janeiro, que no seu teor recomenda que por uma melhor protecção das famílias e considerando a necessidade de regulamentar, de modo sistemático, as prestações que integram o regime jurídico das prestações familiares, previsto nas alíneas b) e g) do artigo 18.º da Lei n.º 7/04, de bases da Protecção Social, e atendendo ainda a necessidade de se assegurar a manutenção dos rendimentos do trabalho, bem como a compensação dos encargos familiares aos trabalhadores vinculados à protecção social obrigatória face à actual conjuntura económica e social, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, MAPESS, tem estado a realizar em todo o país seminários sobre “O Regime Jurídico das Prestações Familiares”

Esta informação foi avançada pelo Dr. Manuel Jesus de Moreira, Coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade do Instituto de Segurança Social, quando também deixou claro que serão no total oito seminários dirigidos em diferentes partes do país.

O mesmo referiu que estes seminários trarão significativamente três pacotes com substanciais diferenças ao que eram no passado. Nomeadamente aos pacotes falou do subsídio de aleitamento, que é uma prestação pecuniária que visa compensar o aumento dos encargos que adve-

nientes da administração de um regime alimentar aos descendentes dos segurados, falou também do abono de família, que é uma prestação pecuniária que visa compensar o aumento dos encargos familiares resultantes da educação dos filhos trabalhadores e dos pensionistas de velhice abrangidos pela protecção social obrigatória, e por último falou do subsídio de funeral, que é uma protecção também pecuniária que tem por objectivo compensar as despesas decorrentes do funeral do assegurado e do pensionista.

O coordenador adiantou também que o novo decreto mantém para as mães trabalhadoras o direito a receberem um subsídio relacionado a licença de maternidade para uma condigna gestação.

No que toca ao tempo que as mães devem estar sob licença, o coordenador fez saber que as mesmas devem a penas ficar noventa dias em casa para partos normais e cento e vinte dias para aquelas mães que tenham partos múltiplos, ou seja, “ gémeos”.

Ainda no que toca a maternidade, Manuel de Moreira fez saber que esta lei traz como novidade o direito de um pedido de licença pré maternidade as empresas empregadoras por parte das mães, ou seja é uma prestação que se é dada as mães trabalhadoras antes da maternidade e ainda assim estas mães trabalhadoras podem ficar de licença até 180 dias, precisamente seis meses, desde que elas estejam em situação de gravidez de risco.

As mesmas, como fez saber Manuel de Moreira, no período de licença pré maternidade, terão um subsídio equivalente a 60% do subsídio de maternidade.

As mães ainda também poderão usufruir do subsídio de aleitamento, que é um montante que a mesma recebe até o seu filho completar três anos de idade. Segundo fez saber o Dr. Manuel Moreira, a Segurança Social, neste capítulo, utilizou o princípio da diferenciação positiva, pequena prática traduz-se da seguinte forma: para aqueles trabalhadores com remuneração até cinco salários mínimos nacionais, o montante é de mil e quinhentos kwanzas, para aqueles cujo salário mínimo são superiores a cinco e inferiores a dez, o montante é de mil kwanzas e para aqueles cujas remunerações são superiores a dez salários mínimos nacionais, o montante é de quinhentos kwanzas, numa ordem de crescimento de 500 % em relação ao valor inicial, isto até os três anos de idade do filho da segurada.

Quanto ao abono de família, Manuel Moreira fez saber que este subsídio é entregue aos filhos dos pensionistas nas idades compreendidas entre os três aos catorze anos.

No que toca aos dinheiros, a modalidade de pagamento ao abono de família de oitocentos kwanzas para os segurados com remunerações até cinco salários mínimos nacionais, de quinhentos kwanzas para aqueles com remunerações superiores a cinco e inferiores a dez salários mínimos nacionais e de trezentos kwanzas para os segurados com remunerações superiores a dez salários mínimos nacionais.

Segundo informou o Manuel Moreira, a novidade no abono de família deste decreto é a de que este subsídio só é valido para cinco filhos do trabalhador. Nesta senda de ideias, o coordenador deixou claro que este subsídio também é extensivo aos filhos é pensionistas, mas que a responsabilidade do pagamento do abono família é do Instituto Nacional de segurança Social, ao passo que aos filhos dos trabalhadores a responsabilidade é das respectivas empresas em q estão inseridos.

Quanto aos trabalhadores q têm mais de cinco filhos, o coordenador, fez entender que do ponto de vista da compreensão e dos estudos feitos, chegou -se a conclusão de que apesar de haver direito para os filhos não deixar muitos encargos entidades empregadoras.

O mesmo realçou também que com esta medida pretende-se que há algum equilíbrio nos sistemas de remuneração quer das empresas, quer das famílias. No que toca ao subsídio de funeral, o coordenador fez saber que neste pacote houve também uma mudança expressiva. Isto porque anteriormente o montante estipulado dar a família do ente querido era de sete mil kwanzas, ao passo que agora passará a ser de vinte e cinco m Kwanzas, com um modo de pagamento único e de uma só vez.

No final, Manuel Moreira, adiantou que a posição das entidades empregadoras face as mudanças do regime jurídico têm sido boas, visto que estas visam, de alguma forma, por alguma justiça, contando que é pessoas que mais se beneficiam com esta mudança são aqueles que afere salários baixos e que este diploma antes de ser publicado foi amplo mente discutido entre o Conselho Nacional de Segurança Social e representante dos empregadores, tanto que as empresas aceitam e almejam por em pratica com toda tranquilidade, e que com isto, a Segurança Social, esta actuar como mais um elemento d prossecução das politicas do país seguindo a apologia do chefe do executivo que num dos seus discurso apontou como umas suas prioridades a protecção das famílias, e que por outro lado estas mediadas também visam o melhoramento da saúde publica e educação académica, isto porque os filhos dos segurados só terão acesso aos montantes do abono de família caso estes tenham as vacinações.

I.14 Comida cada vez mais cara

Agora
26 De Fevereiro de 2011

Praticamente todos os anos, depois dos festejos da quadra festiva os produtos muito consumidos como o arroz, a massa e o óleo alimentar registam aumentos significativos, comportando-se, desta forma, durante quase todo o ano, segundo os economistas abordados pelo AGORA.

O litro de leite pasteurizado da Lactiangol, por exemplo, em quase todas as lojas de Luanda passou de 145 kz para quase 200 kz. O mesmo ocorre com o feijão, que em Dezembro já esteve a 700 kz, oscilando actualmente entre 250 a 500 kz e a fuba de milho a 100kz.

Nos armazéns da Arosfran os perecíveis também sofreram uma pressão para cima depois dos rumores, dando conta da suposta associação do patrão deste grupo empresarial a redes terroristas libaneses, uma caixa de coxas de frango, que antes custava 3000 kz, sofreu um incremento de quase 50% passando para cerca de 4000 mil kz.

O aumento dos preços deriva da fraca produção interna, porque o país depende em mais de 80% das importações. A este nível cabe ao Executivo a tomada de medidas para a inversão do curso negativo das coisas, um exercício que, porém, não tem sido bem sucedido.

Aliás, no caso dos perecíveis, a Frescangol, que devia associar-se à cadeia de distribuição de bens alimentares no interior do país para reforçar a capacidade do Entreposto Aduaneiro de Angola (Eaa), há muito perdeu as rédeas, confundindo-se o seu papel no mercado com a venda esporádica de repolho no largo da Independência, principalmente aos fins de semana.

No primeiro curso de iniciação para os comerciantes grossistas e retalhistas o director das Alfândegas, Sílvio Burity, havia referido que o Governo (agora Executivo) estaria a redefinir a actuação destas empresas em que a Frescangol também passaria a funcionar como entreposto para os produtos perecíveis e a Sociang seria a distribuidora de mercadorias no interior.

Esta estratégia fracassou e o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild) que se seguiu a estas iniciativas está igualmente a “flutuar” num mercado claramente dominado por estrangeiros com destaque para os libaneses, malianos e senegaleses, passando estes a ditar os preços, sem concorrência.

Fiscalização

No caso dos alimentos, as autoridades deveriam impor uma “apertada” fiscalização. Isto não acontece e cada um impõe a sua regra, havendo casos em que um mesmo produto chega a ter preços muito diferentes em vários estabelecimentos comerciais.

O director das alfândegas reconheceu, ainda, que havendo concorrência reduzirão os monopólios e a especulação.

O executivo previa seleccionar 20 a 25 produtos básicos e destes oito a 10 seriam comercializados, via Eaa, e os restantes importados pelos demais grossistas. “A existência de um número reduzido de grandes importadores de bens essenciais tem permitido constantes especulações”, defende ainda Sílvio Burity.

Pensava-se em armazenar em quantidades razoáveis para abastecer regularmente o mercado arroz, açúcar, leite condensado, chá, óleo alimentar, frango congelado, conservas de carne e peixe, material escolar, de escritório construção civil.

Mantiveram-se dúvidas quanto à inclusão do feijão catarina da fuba de milho e da farinha de trigo, por se tratar de produtos que, apesar de terem um volume de importação significativo, os produtores nacionais poderiam, a curto prazo, assegurar o abastecimento do mercado.

Quem deve regular os preços dos produtos importados é o Estado que jamais conseguiu fazê-lo por causa da invasão dos estrangeiros. Contudo, no caso do milho e seus derivados, hortaliças e frutas poderíamos recorrer à cintura verde que já produz a preços razoáveis, faltando, contudo, o escoamento e as cadeias de comercialização.

“É preciso evitar que o produtor saia do interior com a sua mercadoria por cima de uma carrinha alugada e venha comercializar o repolho, cenoura ou tomate numa esquina qualquer de Luanda. Cabe às autoridades resolver o problema da cadeia de comercialização, praticamente inexistente”, disse o economista A. Chipembele, adicionando que na lista dos principais importadores nunca constaram empresas angolanas, demonstrando as autoridades falta de confiança nos empresários nacionais.

Pelo Mundo

O preço da comida atingiu o record mundial em Janeiro último, mas o Brasil não tem culpa sobre este movimento. A avaliação é do ministro brasileiro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o papel do país nos negócios agrícolas no Planeta.

“O produtor brasileiro foi penalizado durante anos. Só que somos eficientes e produzimos com custo baixo, colocando o produto no mercado a preço justo. E isso

cria problemas para aquelas agriculturas altamente subsidiadas nos países ricos”, referiu, notando que a alta do preço da comida é resultado de vários factores entre eles a especulação financeira.

O feijão e o arroz, a base da alimentação do brasileiro, estão abaixo do preço mínimo. Nos países ricos como nos Estados Unidos, a maioria dos produtos agrícolas apenas torna-se competitivo no mercado mundial porque os Governos dão dinheiro para que eles produzam a preços menores - são os subsídios.

A oferta de alimentos baixa em relação à procura havendo melhoria da renda e da qualidade de vida. Isto ocorre quando os trabalhadores têm salários compatíveis à altura dos preços. Mas por vezes se este movimento não for acompanhado de uma boa produção interna gera invariavelmente a ruptura dos stocks, aumentando os preços e daí para as convulsões sociais é um passo.

Estimativas da FAO são preocupantes

Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revelou, recentemente, que em Janeiro os preços dos alimentos no mercado global atingiram o seu maior patamar.

O índice de preços subiu pelo sétimo mês consecutivo e ficou em 230,7 pontos, quando em Dezembro do ano transacto o mesmo indicador fixou-se em 223,1 pontos. A economista da FAO, Abdotreza Abbassian, estima que a pressão sobre os preços vai aumentar.

“Esses preços altos provavelmente vão persistir nos próximos meses, representando uma grande preocupação, principalmente para os países pobres, que podem ter problemas para financiar as importações dos alimentos de outros países e para famílias de baixa renda, que gastam boa parte da sua renda com comida”, alertou.

Por seu turno, o secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (Ocde) reconheceu que a alta dos preços dos produtos essenciais e das matérias-primas básicas (commodities) ameaça o crescimento económico global.

1.15 Administrador do Kikolo acusado de desvio de fundos

Continente

25 De Fevereiro de 2011

Os moradores dos bairros Cardoso, Compão e Bandeira, no Sector 1, 5 e 15 na comuna do Kikolo, acusam o administrador Zeferino Jacob de desvio de fundos provenientes das receitas arrecadadas nos fontenários naquela região do Cacucaco, em Luanda.

Segundo os populares, o responsável está a empregar pessoas amigas, em detrimento das que já vêm exercer a actividade há bastante tempo, alegadamente, para conseguir os seus intentos. Os trabalhadores antigos foram promovidos a supervisores, estando, mesmo assim, distantes de qualquer controlo da actividade diária. Estes auferem um salário mensal de oito mil kwanzas, enquanto os seus amigos recebem 20 mil.

As receitas dos chafarizes, ao que se sabe, deveriam servir para a sua manutenção e subsidiar os funcionários dos mesmos.

Apesar da procura e o número elevado dos necessitados do precioso líquido, Zeferino Jacob deposita apenas cinco mil kwanzas por dia, nos cofres do Estado.

Comenta-se que o administrador tem orientado os homens da sua confiança para não apresentarem todo o dinheiro arrecadado por dia.

Devido à falta de manutenção os chafarizes estão a funcionar com muitos problemas as munícipes alertam o administrador municipal do Cacucaco, Carlos Cavuquila, para pedir contas a Zeferino Jacob e sua equipa para explicarem-se sobre a distribuição da água no Kikolo, uma vez que nos últimos dias registaram-se inúmeras irregularidades.

Segundo apurou este semanário, a Epal não tem o controlo da distribuição de água naquela zona, tão pouco das receitas arrecadadas.

“O Executivo deveria prestar maior atenção a estes pequenos projectos, porque é daí onde os administradores municipais e comunais se aproveitam desviar fundos públicos”, alertou um morador.

Kikolo é, igualmente, acusado, de ter vendido terrenos que eram considerados reservas do Estado. Os terrenos terão sido vendidos, com maior incidência, no bairro Malueca.

Zeferino Jacob, ao que consta, estaria a ser protegido pelo 10 secretário comunal do MPLA, Sozinho, pelo administrador adjunto, Dala e a senhora Catarina Benguela, acusados de maltratar os populares, ameaçando-os com prisão.

A ausência do saneamento é também uma das preocupações apresentadas pelos moradores O Continente tentou contactar o administrador comunal do Kikolo, tendo o esforço saído infrutífero.

I.16 As desigualdades de rendimento em Angola analisadas através do inquérito integrado sobre o bem-estar da população 2008/2009

Expansão

25 De Fevereiro de 2011

Foi realizado pelo INE, entre 2008 e 2009, um inquérito para se recolherem informações quanto à situação económica e social da população em Angola.

Os seus resultados foram publicamente apresentados em meados de 2010, com a promessa de se divulgarem, mais tarde, mas em tempo útil, informações mais finas sobre a verdade da condição social em Angola. Verdade que, para os cientistas sociais e para os analistas políticos, vai passar por uma análise rigorosa da metodologia adoptada.

A situação social em Angola pode ser, genericamente, caracterizada como de significativa desigualdade. Esta percepção não é apenas dos angolanos, sendo partilhada por muitas agências internacionais que lidam com as questões relacionadas com a pobreza, a distribuição dos rendimentos e as condições de sustentabilidade das melhorias que possam ocorrer em alguns indicadores relacionados com a educação, a saúde e a habitação.

Existem dois problemas relacionados com a sustentabilidade das melhorias sociais:

O primeiro relaciona-se com o excessivo peso do Estado na economia e com a sua atitude paterna lista sobre a sociedade. Já se criou a cultura de dependência do Estado, no sentido de que tudo tem de ser de sua responsabilidade. Inclusiva mente, os empresários nacionais também pensam deste modo. A questão que se coloca é: *enquanto as receitas do petróleo forem as que são, o Estado pode chegar a muito lado. Mas e quando se reduzirem?*

O segundo é o da distribuição do rendimento.

Enquanto o rendimento

Médio mensal das classes mais pobres for o que é, vai ser impossível garantir o pagamento de certos serviços sociais, condição essencial para se ter do seu provimento uma atitude de maior racionalidade na sua utilização.

Durante a IV Semana Social da CEAST realizada em Luanda entre 11 e 15 de Janeiro ficou patente em algumas das intervenções que o País sofre duma pobreza absoluta profunda e extensa, não compaginável com a cifra oficial.

Em Luanda, toda a gente se cruza, diariamente, com situações evidentes de pobreza que não se contêm nos 37% do IBEP. Como dizia a poetisa, “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Uma das notas mais salientes do IBEP é a profunda diferença entre o mundo rural e o mundo urbano. Qualquer que seja o atributo de análise, a economia e a sociedade rural colocam-se a muitos pontos de distância da sociedade urbana, onde os comportamentos de novo-riquismo se manifestam duma forma contundente.

Do ponto de vista dos rendimentos médios mensais - na generalidade muito baixos (a média para o país era de 8767 Kz, cerca de 100 USO), fazendo supor que no inquérito não foram consideradas as classes de rendimento elevado, em torno dos 5000 USO por mês - as condições de” vida urbanas valem quase duas vezes as do mundo rural.

É ao nível das classes menos pobres que as diferenças de rendimento entre os dois mundos são mais significativas, chegando aos 200% para o 5.º quintil, a assinalar, justamente, que as grandes fortunas estão nas cidades, como, de resto, o atestam os vários sinais exteriores de riqueza.

O País iguala-se na pobreza, pois para os 20% mais pobres a diferença entre a média nacional e a média rural é de apenas 15%. Nos 20% menos pobres, o País está 58,9% acima da média rural. A igualização na pobreza aumenta à medida que se baixa no escalão de rendimento. As diferenças regionais são mais assinaláveis para os escalões mais elevados de rendimento, o que pode significar que a actividade agrícola é, essencialmente, exercida pelos pobres.

Se se atentar no nível das receitas médias mensais difundidas pelo IBEP, as diferenças entre os 20% mais pobres e os 20% menos pobres são abissais, conforme se pode comprovar pelos valores da tabela seguinte.

Têm, portanto, base efectiva. e evidências empíricas comprovadas as preocupações que algumas instituições angolanas, como a Igreja Católica e outras igrejas cristãs, sempre manifestaram quanto às tremendas desigualdades sociais no País.

Mas a este problema acrescenta-se o do real valor económico dos rendimentos médios mensais apurados pelo IBEP: *qual o seu efectivo poder de compra, perante um sistema nacional de preços desequilibrado e onde as diferenças relativas entre si não traduzem o seu real valor económico?*

Um rendimento médio mensal dos 20% mais pobres em 2008/2009 de 1414 Kz, equivalente a 18,1 USO à taxa de câmbio de 2008, que quantidade de bens de consumo básico pode adquirir?

Porém, a matéria relacionada com a expressão monetária do rendimento médio mensal não se coloca apenas nos 20% mais pobres. É geral. Por exemplo, os 20% menos

pobres auferiram, em média nacional, 26 035 Kz de rendimento, equivalentes a 334 USO por mês (11 USO por dia). ‘Este valor é incompatível com os comportamentos e as condições de vida ostentados por uma camada restrita da população.

Em conclusão, o País tem um problema grave por resolver quanto aos baixos salários praticados: é a baixa produtividade do trabalho que o justifica. *Ou são os baixos salários que explicam a baixa produtividade?*

2 MICROFINANÇAS

2.1 Programa crédito agrícola melhora produção rural

Jornal de Angola
07 De Fevereiro de 2011

O governador da província do Kwanza-Norte, Henrique Júnior, afirmou no sábado, em Ndalatando, que o lançamento da primeira fase do Programa Crédito Agrícola de Campanha na província vai permitir aos camponeses uma maior produtividade rural.

O responsável teceu estas considerações durante o lançamento do programa, que abrange 13 associações de camponeses e três cooperativas agrícolas. As associações e cooperativas vão receber 7,4 milhões de kwanzas convertidos em meios de produção, como catanas, enxadas, limas, sachos, motobombas, sementes, fertilizantes e moto-serras.

O programa abrangeu também cinco cooperativas de 157 membros do município de Kiculungo, que vão beneficiar de dois milhões de kwanzas.

2.2 Acesso ao crédito fomenta crescimento

Jornal de Economia
8 De Fevereiro 2011

O acesso ao crédito por parte das famílias angolanas deve ser visto como um instrumento primordial no combate à pobreza e ao relançamento da capacidade interna de geração de riqueza.

Por esta razão, os bancos que operam no segmento comercial do sistema financeiro devem criar produtos e serviços atractivos e, ao mesmo tempo, facilitadores da introdução de novos agregados no sistema bancário nacional.

Esta posição foi defendida pelo economista sénior do Banco Mundial (BM) para Angola e Moçambique, Ricardo Gazel, durante o seu habitual encontro de análise sobre a evolução da economia angolana que mantém com especialistas, agentes financeiros e outros parceiros nacionais e internacionais.

Citando experiências de outros mercados, alguns dos quais com características muito semelhantes ao caso angolano, sugeriu a criação de mais bancos que atendam e financiem as pequenas actividades, seja de grupos, cooperativas ou pessoas individuais.

“O Micro-crédito e o fomento aos pequenos negócios é preponderante para a criação de emprego, riqueza e auto-sustento por parte das famílias, sobretudo aquelas

que gozam de baixos rendimentos”, disse.

Contudo, o ajustamento das taxas de juro torna-se de todo indispensável para que se aumentem os níveis de empréstimo, sem que se endividem os principais beneficiários destes programas.

Ricardo Gazel defende que o crescimento económico na dimensão desejada está dependente da capacidade e da disposição de se emprestar moeda por parte da banca comercial. Logo, é de todo importante que o Governo e os operadores financeiros estudem os mecanismos de protecção da actividade bancária, mas que estimulem a abertura de novos negócios e a bancarização da população.

Segundo ele, a capacidade dos bancos de emprestarem dinheiro tem reflexo directo na retoma das iniciativas de negócios, sobretudo dos investidores nacionais que precisam ser capitalizados e, deste modo, participarem nos programas de criação de postos de trabalho, combate a fome e à pobreza, além da captação de outros eventuais parceiros.

Poucos bancos

Um dos grandes constrangimentos que o mercado angolano vive é o da existência de poucos bancos especializados na actividade de concessão de micro-crédito às famílias. Na sua maioria, elegem o crédito ao investimento e outras formas de empréstimo como o suporte principal da sua actividade, deixando de estimular uma área de grande potencial, como são os casos das famílias de baixa e média renda.

Actuam no mercado angolano dois bancos especializados na actividade de concessão de micro-crédito, designadamente o Banco Sol e o BAI-Micro-finanças. Contudo, os bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Comércio e Indústria (BCI) criaram na sua estrutura segmentos especializados para atender a esta actividade específica. Daí que estes bancos estejam também integrados no programa de fomento agrícola criado pelo Governo, através do Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA), e que contempla um valor global de 120 milhões de dólares para apoiar as associações de camponeses em todo o país.

2.3 Crescimento económico de Angola atrai empresários britânicos

12 De Fevereiro de 2011
O Independente

O interesse das empresas britânicas em investir em Angola está a expandir-se aos diferentes ramos da economia angolana, informou em Luanda, a Embaixada Britânica no país. Numa nota, a representação diplomática refere que tendo em vista o interesse cada vez mais crescente dos empresários da Grã-Bretanha em

investir em Angola, o ministro britânico para África, Henry Bellingham, reuniu-se, em Londres, com empreendedores locais para analisar as oportunidades de negócios em Angola. Henry Bellingham visitou Angola em Dezembro de 2010, período em que manifestou o desejo e ver reforçar as relações com Angola através de um maior investimento de empresas britânicas no país. Na ocasião, o governante afirmou que vê Angola como uma potência em África, pelo que pretende desenvolver com o país um diálogo permanente. Referiu que as empresas britânicas não querem apenas fazer comércio em Angola, mas, sobretudo, investir na indústria. A nota, tornada pública, visou dar a conhecer a estratégia britânica de como o investimento e o comércio podem impulsionar o crescimento económico global. A estratégia, publicada hoje, inclui um conjunto de acções para ajudar a proteger uma economia forte e sustentável que traga benefícios nos negócios tanto nacional como internacional.

Mulheres no Cazenga vão beneficiar de micro crédito

Pelo menos mil mulheres do município do Cazenga, em Luanda, vão beneficiar, no mês de Março, de um micro crédito através do banco Sol, numa iniciativa do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Segundo a responsável da Secção da Família e Promoção da Mulher no Cazenga, Ana da Costa, o crédito bancário visa reduzir o índice de pobreza nas famílias angolanas.

Ana da Costa lamentou o facto de muitas mulheres terem dificuldades em reembolsar os valores que lhes são entregues num prazo de 30 dias para se começar a pagar a primeira prestação. Assegurou que muitas mulheres locais têm necessidade e interesses em aderirem ao Micro crédito do banco Sol, mas que solicitam o alargamento do prazo de reembolso para 45 ou 60 dias, porque desta forma elas teriam mais tempo para trabalhar e assim cumprirem com as cláusulas do acordo.

Segundo disse, não se pode dar o micro crédito de uma só vez, porque no município do Cazenga existe muitas pessoas interessadas, mas outras oportunidades surgirão ainda ao longo do ano .

Cazenga , é um município localizado na periférica ,da cidade de Luanda “ com pelo menos três milhões de habitantes, distribuídos pelas comunas do Tala-Hadi,Cazenga e Hoji-ya Henda.

2.4 Camponeses felizes com credito agrícola

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2011

A alegria estampada no rosto do agricultor Adolfo Luvo, da aldeia Cangundo, no município do Negage, província do Uíge, era visível e contagiante. Estava emocionado e não conseguia conter a satisfação que sentia. Luvo cantava com alegria e agradecia a Deus pela boa nova que lhe foi dada pela instituição bancária que lhe vai conceder crédito.

“Estou muito feliz com isso. Já preparei mais de 10 hectares de terra. O apoio que vou receber vai dar para aumentar o cultivo de mandioca, banana, batata-doce, amendoim, hortícolas, batata rena e outros produtos”, disse. Adolfo Luvo louvou a decisão do banco em apoiar os agricultores do país e, particularmente, os da província, “porque este financiamento também vai contribuir para a diversificação da dieta alimentar das populações da região”.

O agricultor reconheceu o empenho do Governo na melhoria das condições de vida das populações que vivem nos municípios, nas comunas, aldeias e regedorias, que dependem da agricultura para sobreviver.

Marcelina Joaquim, da Associação de Camponeses Deolinda Rodrigues do Negage, conta com a ajuda dos filhos para manter viva a produção. “Há muito tempo que cultivávamos só para o nosso próprio consumo.

Mas agora, com o dinheiro que vamos receber, vamos adquirir meios de trabalho e contratar alguns trabalhadores para podermos produzir mais e depois comercializarmos e podermos pagar os juros ao banco”, afirmou a camponesa, acrescentando que o crédito agrícola “vai fazer a província voltar a produzir muita comida, como antigamente”.

A Cooperativa Agrícola do Quinguangua possui 150 camponeses associados, que prepararam, na presente campanha agrícola, 25 hectares de terra. O coordenador Virgílio Mazebula disse que os camponeses associados naquela cooperativa estão com ó moral elevado para produzir e perspectivar uma boa safra este ano. “Somos 150 associados na nossa cooperativa. Pedimos um empréstimo de cinco mil dólares ao banco e vamos investir toda essa quantia nos trabalhos que pretendemos realizar nos 25 hectares de terra, preparados para produzirmos mais e termos uma boa colheita no final do período de cada lavoura”, disse.

Mazebula destaca o apoio financeiro como um dos principais factores que vai contribuir para o desenvolvimento da agricultura. “Os camponeses do bairro Quinguan-gua prometem inundar os mercados da província com produtos agrícolas diversos”, anunciou.

2.5 Crescimento económico de Angola atrai empresários britânicos

O Independente

12 De Fevereiro de 2011

O interesse das empresas britânicas em investir em Angola está a expandir-se aos diferentes ramos da economia angolana, informou em Luanda, a Embaixada Britânica no país. Numa nota, a representação diplomática refere que tendo em vista o interesse cada vez mais crescente dos empresários da Grã-Bretanha em investir em Angola, o ministro britânico para África, Henry Bellingham, reuniu-se, em Londres, com empreendedores locais para analisar as oportunidades de negócios em Angola. Henry Bellingham visitou Angola em Dezembro de 2010, período em que manifestou desejo de reforçar as relações com Angola através de um maior investimento de empresas britânicas no país. Na ocasião, o governante afirmou que vê Angola como uma potência em África, pelo que pretende desenvolver com o país um diálogo permanente. Referiu que as empresas britânicas não querem apenas fazer comércio em Angola, mas, sobretudo, investir na indústria. A nota, tornada pública, visou dar a conhecer a estratégia britânica de como o investimento e o comércio podem impulsionar o crescimento económico global. A estratégia, publicada hoje, inclui um conjunto de acções para ajudar a proteger uma economia forte e sustentável que traga benefícios nos negócios tanto nacional como internacional.

Mulheres no Cazenga vão beneficiar de micro- crédito

Pelo menos mil mulheres do município do Cazenga, em Luanda, vão beneficiar, no mês de Março, de um micro crédito através do banco Sol, num, iniciativa do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Segundo a responsável da Secção da Família e Promoção da Mulher no Cazenga, Ana da Costa, o crédito bancário visa reduzir o índice de pobreza nas famílias angolanas.

Ana da Costa lamentou o facto de muitas mulheres terem dificuldades em reembolsar os valores que lhes são entregues num prazo de 30 dias para se começar a pagar a primeira prestação. Assegurou que muitas mulheres locais têm necessidade e interesses em aderirem ao Micro crédito do banco Sol, mas que solicitam o alargamento do prazo de reembolso para 45 ou 60 dias, porque desta forma elas teriam mais tempo para trabalhar e assim cumprirem com as cláusulas do acordo.

Segundo disse, não se pode dar o micro crédito de uma só vez, porque no município do Cazenga existe muitas pessoas interessadas, mas outras oportunidades surgirão ainda ao longo do ano.

Cazenga é um município localizado na zona periférica da cidade de Luanda com pelo menos três milhões de habitantes, distribuídos pelas comunas do Tala –Hadi, Cazenga e Hoji ya Henda.

2.6 Comité para o código alimentar quer instrumentos convencionais

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2011

O Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola (CODEX Angola) reafirmou na quarta-feira, em Luanda, a necessidade da utilização de instrumentos de peso e medição nas transacções comerciais, em cumprimento da lei que regula o uso de medidas no país.

Em declarações à Angop, o presidente do CODEX Angola, Gomes Cardoso, afirmou que apesar da sua aplicação irregular, a lei (17/2002) sobre padrões de pesos e medidas consagra o princípio da utilização obrigatória de balanças, fitas métricas, taxímetro, entre outros instrumentos.

“Torna-se urgente a regulamentação da presente lei nos aspectos ligados aos instrumentos de peso e medidas face à realidade e conjuntura actual do mercado angolano”, frisou o presidente do CODEX Angola. Referiu que excepto no comércio formal, grande parte das transacções comerciais são realizadas sem quaisquer instrumentos de medição e peso, predominando o princípio do “balde, da caneca, montinho, rolha e tampa”.

Ainda sobre o comércio, Gomes Cardoso disse ser fundamental que se respeite a hierarquização das figuras intervenientes no circuito de comercialização de bens e serviços. Realçou que o circuito de comercialização funciona com normalidade quando há um produtor ou importador, grossista, retalhista e consumidor final.

“Qualquer distorção nesta cadeia pode reflectir-se negativamente no bolso do consumidor final”. O CODEX Angola foi instituído através do decreto 58/03, de 5 de Setembro, aprovado em Conselho de Ministros, e é um organismo encarregue de promover, elaborar e velar pelo cumprimento de normas e códigos de uso internacionalmente aceitáveis, de incentivar a criação de infra-estruturas de controlo da qualidade e de estabelecer a legislação nacional sobre os alimentos.

O órgão, criado a 30 de Maio de 2003, é integrado por 16 Ministérios e presidido pelo Ministério do Comércio. O seu secretariado executivo funciona sob tutela do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

2. 7 Redução dos níveis de pobreza é a principal aposta do executivo

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2011

O combate à fome e a redução significativa da pobreza constitui um dos maiores desafios do Executivo angolano, afirmou ontem, em Luanda, a Secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais.

Rosa Pacavira, que usou da palavra no encerramento do seminário provincial sobre a implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, falou de algumas acções em curso para melhorar a vida dos angolanos.

Mas para que estes programas tenham êxito, Rosa Pacavira defende a formação dos gestores; particularmente os administradores municipais e comunais, que constituem a, “pedra principal” na implementação das acções. Acrescentou que a planificação e execução dos programas nos municípios devem reflectir as necessidades reais da população.

A também coordenadora do programa nacional de combate à pobreza referiu que a província de Luanda concentra 30 por cento da população de Angola e que não é fácil resolver todos os problemas existentes nos diferentes domínios da vida social, mas é preciso começar por decisões firmes e determinantes e na aplicação das orientações traçadas para o bem de todos.

“Para 20 11, é imperioso adequar os procedimentos de actuação jurídicos e organizativos para permitir uma melhor interacção a partir dos municípios, comunas e povoações”, disse.

Rosa Pacavira disse também que com a aprovação da Constituição e de alguns diplomas relacionados com a administração local do Estado, estão criadas condições favoráveis para que o processo de desconcentração e descentralização administrativa de Angola tenha um curso célere e eficiente. Por isso, solicitou aos administradores, cada um ao seu nível, a entenderem esse desafio como uma forma de potenciar as suas responsabilidades e capacidade de liderança dentro dos limites geográficos.

Crescimento económico

A redução da pobreza, salientou, tomou-se um dos factores preponderantes para a edificação de uma economia sustentável, devido ao impacto que provoca na melhoria das condições de vida da população, sobretudo para a normalização do crescimento económico, depois da crise financeira internacional

Rosa Pacavira lembrou que os programas integrados incluem acções no domínio da saúde, educação, infra-estruturas básicas, comércio rural, água e energia, produção local e formação profissional.

“E neste novo cenário político económico e social promissor que se harmonizou o actual programa integrado de combate à pobreza, de modo que as realizações sejam mais decisivas e melhor dirigidas”, disse.

Mais interacção

A vice-governadora de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, Carla Ribeiro, garantiu, por seu turno, que o Executivo vai continuar a mobilizar e a interagir com todas as instituições públicas e agentes privados para responder ao compromisso da construção de habitações sociais.

Cada Ribeiro afirmou que o objectivo traçado visa fazer face à gradual redução do défice habitacional no país e defendeu uma maior intervenção e acções nas zonas rurais e musseques, para melhorar a qualidade de vida da população.

Na abertura do seminário, na sexta feira, o governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, considerou o programa municipal integrado de combate à pobreza uma ferramenta que influencia no desenvolvimento humano, aumenta a qualidade de vida das populações e o êxito na sua implementação depende de todos, em particular das autoridades.

2. 8 Kixi crédito obtém rating

Semanario Expansão

18 De Fevereiro de 2011

A instituição de microcrédito de direito angolano Kixi Crédito obteve, na semana passada, o nível de avaliação B+, como consequência de uma avaliação efectuada por uma agência de notação de risco italiana.

O rating, solicitado após quatro anos de actividade, surge após a empresa ter submetido o relatório de 2010 à avaliação internacional, passando assim a ser a única instituição angolana -do subsector das micro-finanças a obter esta avaliação.

A instituição financeira não bancária, especializada em microcrédito, está agora habilitada a financiar-se nos mercados internacionais, onde o acesso ao dinheiro é muito mais barato e os prazos de reembolso mais extensos do que os estabelecidos no mercado doméstico.

Este é o primeiro rating da empresa e tem duração de um ano, caso não ocorram alterações relevantes nas operações ou no contexto em que a instituição opera.

De acordo com o relatório da agência italiana, Micro - Finança Rating, no domínio da análise financeira e suficiência de capital, “os resultados em termos de sustentabilidade e rentabilidade são bons, alavancados por um porta-fólio alto de retorno de investimento anual e um mercado sem concorrentes” .

O relatório prossegue assinalando, entretanto, que a eficiência operacional e a produtividade do staff estão abaixo dos níveis de excelência exigidos a nível internacional. Não obstante, a avaliação é justificada pelo “aumento dos fundos, que é constante, e pela negociação com financiadores internacionais que estão já em fase avançada”.

De acordo com as demonstrações financeiras a que o Expansão teve acesso, os activos totais da empresa cresceram 40,5% nos últimos três anos, tendo passado de 9,9 milhões USD em 2008 para 13,9 milhões USD em 2010.

De acordo com Constância Silva, membro da administração da empresa, o rating veio credibilizar a instituição a nível internacional.

A gestora lembrou ainda que os investidores internacionais se sentem mais atraídos a investir em empresas cuja eficiência financeira está certificada por instituições credíveis.

“Todas as instituições a operar no sector financeiro devem submeter os seus relatórios anuais à avaliação para certificar os seus Índices de eficiência. Acaba por ser uma obrigação das instituições transparentes”, explicou Constância Silva.

A Kixi Crédito, SA, é uma instituição especializada em micro-finanças, licenciada em 2006, pelo Banco Nacional de Angola, para concessão de microcrédito. Detida pela ONG angolana Development Workshop (DW), a instituição opera em seis províncias do País.

2.9 Governo cumpre promessa de concessão de crédito agrícola

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2011

O Governo da província de Luanda conta desde quarta-feira, com o contributo do Banco de Comércio e Indústria (BCI) para o desenvolvimento agrícola, através da concessão de crédito às cooperativas e associações de camponeses, anunciou na localidade do Bita Tanque I, o governador provincial.

José Maria dos Santos, que realizou uma visita às zonas de desenvolvimento agrícola do Bita Tanque I, Quilómetro 30 e Tande, em Viana, e o pólo agrícola da Funda,

“em Cacucaco, aproveitou a ocasião para entregar um tractor e uma carrinha a cada uma das cooperativas e associações de camponeses e referiu que o apoio prestado vem na sequência de uma solicitação feita por pessoas ligadas às respectivas organizações.

“Trouxemos carrinhas e tractores para apoiar a agricultura, agora falta o mínimo e para isso, contamos com o apoio do BCI, que tem por missão incentivar o crédito agrícola a nível da província de Luanda”, disse.

José Maria dos Santos reconheceu o contributo dos camponeses para o aumento da produção agrícola e lamentou a escassez de tractores no cultivo da terra e o desperdício de parte da produção por escassez de transporte para o seu escoamento nos centros populacionais. O governador lançou um apelo aos camponeses para a manutenção dos meios entregues e a boa gestão dos recursos colocados à sua disposição para o êxito do programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Na localidade do Bita Tanque I, José Maria dos Santos garantiu que nos próximos trinta dias, a questão da água fica resolvida com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água.

Milhares de toneladas

Mais de cinco mil toneladas de produtos diversos, como hortícolas, frutas e cereais, são produzidos por média, pelos camponeses da comuna da Funda, em cada campanha agrícola, disse o secretário-geral da Associação dos Camponeses do Município do Cacucaco.

João Pedro explicou que naquele município os camponeses estão organizados em 20 cooperativas e oito associações, que dão o seu contributo no âmbito do programa municipal integrado de combate à pobreza.

Acrescentou que a associação enfrenta algumas dificuldades na preparação e legalização da terra, expansão

industrial, falta de instrumentos agrícolas e espaço para a comercialização da produção.

O presidente da cooperativa “Kimakienda”, no Quilómetro 30, Marcolino Matias, disse que os camponeses naquela localidade pretendem aumentar e diversificar a actividade, contribuindo para o aumento da oferta de produtos do campo.

Marcolino Dias esclareceu que estão inscritos na cooperativa 1.980 camponeses que aguardam por financiamento para desenvolverem os seus projectos. Durante as visitas estiveram presentes a secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado, o vice-governador para o sector económico e produtivo, Miguel Catraio e o presidente do Conselho de Administração do BCI Adriano Pascoal.

2.10 BCI concede crédito agrícola

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2011

O crédito da campanha agrícola no município de Muconda Lunda-Sul, abriu, oficialmente ontem, com a disponibilização, Pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI), de 90 mil dólares.

A verba contemplou, inicialmente, 18 camponeses organizados em Cooperativas e associações, numa estratégia de reduzir a fome e pobreza.

Na cerimónia falaram o presidente do Conselho de Administração do BCI, Adriano Pascoal, que lembrou que a iniciativa responde às orientações do Presidente da República, numa estratégia de elevar a produção para garantir o crescimento económico.

O vice-governador para a área política e de infra-estruturas, António Teixeira, disse que o lançamento do programa no município de Muconda represente o incentivo aos pequenos e médios produtores nas “distintas facetas que envolvem a agricultura”.

O regedor Sacungo Iamba declarou que o cumprimento do programa reconhece o valor do agricultor e pediu ao Executivo outros apoios que concorram para o alcance das metas previstas.

2.11 Administração vai encerrar peixarias ilegais

Jornal de Angola
21 De Fevereiro de 2011

A administração municipal do Huambo vai encerrar, esta semana, 80 por cento das peixarias da circunscrição, que funcionam sem estarem habilitadas a fazê-lo, colocando em risco a saúde das populações, anunciou, no sábado, o administrador adjunto.

Juca Figueiredo disse, ao Jornal de Angola, que a intenção de encerrar as peixarias que funcionam à margem da lei tem o objectivo de defender o consumidor e prevenir e acautelar a saúde pública, pois muitas delas não têm o mínimo de higiene, o que pode originar uma série de doenças, como intoxicações alimentares.

“Ao todo, 80 por cento das peixarias que funcionam na cidade do Huambo fazem-no ilegalmente e muitas delas funcionam em condições de higiene precárias”, afirmou, salientando: “Por isso mesmo, a administração municipal vai encerrar estes estabelecimentos, localizados nos bairros periféricos do Calundo, Pica-Pau e no Casseque, até que apresentem as condições exigidas por lei”. O administrador municipal do Huambo disse, por outro lado, que os trabalhos de fiscalização vão prosseguir e todas as peixarias ilegais vão ser encerradas.

2.12 Camponeses do Cuvelai recebem crédito Agrícola

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2011

Agricultores organizados em diversas associações no município do Cuvelai, 171 quilómetros a nordeste da cidade capital da província do Cunene, beneficiaram, no fim-de-semana, de crédito de campanha agrícola num projecto do Banco de Poupança e Crédito (BPC), para desenvolver a sua actividade, no âmbito do processo de combate à fome e à pobreza na região.

A informação foi avançada no sábado, à Angop, pela analista de projectos de investimentos do BPC, Isabel Miguel, tendo referido que o programa tem como objectivo a concessão de créditos aos pequenos produtores, agrupados em associações ou filiados à União dos camponeses Angolanos, com vista ao relançamento da produção agrícola, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população.

Segundo a responsável, numa primeira fase o crédito vai abranger os pequenos agricultores devidamente credenciados pela administração municipal do Cuvelai,

Ombadja e Cahama, para posteriormente prosseguir nas cooperativas e associações com maior número de membros.

2.13 Crédito de campanha no Libolo para os camponeses associados

Jornal de Angola
24 De Fevereiro 2011

Um total de 265 camponeses seleccionados entre os filiados em 46 associações e cooperativas agrícolas, no município do Libolo, na província do Kwanza-Sul, vão receber crédito de campanha na temporada agrícola 2010/2011, através do Banco Sol, anunciou o chefe de secção da Agricultura, Rui Matos.

Sem especificar qual o montante global, frisou que decorrem os trâmites administrativos junto do banco, e que o processo só não anda mais depressa devido a problemas existentes entre a entidade credora e os beneficiários. Entre as dificuldades constatadas, apontou a burocracia como sendo aquilo que está a desencorajar os camponeses seleccionados.

O responsável da Agricultura no Libolo anunciou que para a época agrícola 2010/2011, vão ser preparados 5.8 hectares de terras aráveis e envolvidas 16.913 famílias de camponeses.

Fazendas funcionam a meio gás

Rui Matos disse ao *Jornal de Angola* que, por falta de apoios financeiros e capacidade de seus proprietários, das 297 fazendas cadastradas a nível do município do Libolo, estão em funcionamento 137, uma situação que considerou crítica, a julgar pelo papel que o sector empresarial privado joga na economia.

O responsável defende que seja implementado o princípio de concessão de parcelas de terras que, decorridos cinco anos sem a exploração do referido espaço, deve ser feito o trespasso aos interessados que reúnam condições materiais e financeiras.

“Há um princípio segundo o qual a terra pertence a quem a trabalha, mas o que verificámos nos últimos tempos é que muitas fazendas continuam paralisadas por falta de dinheiro e, com isso, prevalece a problemática do desemprego. Estamos a promover encontros para que se possa dar possibilidades aos outros ou então criarem-se parcerias”, disse

2.14 Micro-Crédito

*Naõ se dá a Importância
Devida A Capital
25 De Fevereiro*

Entre nós parece que não se atribui ainda a devida importância às pequenas iniciativas lucrativas, ao ponto de algumas instituições chegarem a não se importar sequer de olhar para tais negócios como embrião do que pode vir a ser uma verdadeira empresa.

A literatura, assim como especialistas com opiniões formadas a este respeito, classificam as diferentes categorias de negócios em função do número de empregados, do volume de vendas, do capital social ou outros, dependendo ainda da situação jurídica do negócio em si.

Mas, entre nós, o conceito de “micro empresa” ainda não está padronizado, tal como disse um dia o economista Fiel Constantino.

Seja como for, o especialista considera que elas existem em qualquer esquina do mercado e deve reconhecer-se-lhes a devida importância. Em Angola existem micro empresas, actuando mais no domínio comercial tais como botequins, salões de beleza, cantinas, “lanchonetes”, etc., mas também em outros domínios como no artesanato, pequenas oficinas de reparação de electrodomésticos, casas de fotografia e outros pequenos negócios. Muitos destes empreendimentos são o único sustento de famílias mormente constituídas por jovens que de outra forma não resistiriam.

Vai daí que o economista sugere a necessidade do Estado, através do Governo, estimular o aparecimento de cada vez mais empresas do género pois elas significam desenvolvimento das pessoas. É que, segundo ele, a participação do Estado nesta matéria poderia, por exemplo, estimular os vendedores ambulantes a juntarem-se em grupos restritos e criarem organizadamente espaços de intervenção no mercado que poderiam ser financiados pela banca comercial

Ocorre, porém, que o acesso ao crédito bancário tem sido o maior «calcanhar de Aquiles» para quem se lança para o mundo dos negócios, conforme queixas de jovens ouvidos por este jornal.

2.15 Crédito para comercializar produtos do campo

O país

25 De Fevereiro de 2011

Para diminuir as importações e incentivar a produção nacional, haverá crédito para a comercialização dos produtos do campo. E da venda do petróleo será criado um fundo para apoiar os sectores da energia e água.

Crédito para a comercialização dos produtos do campo. Esta é uma das notas mais importantes saídas da reunião do Sector Produtivo presidida ontem, quinta-feira, pelo Presidente José Eduardo dos Santos. Uma boa notícia para os agricultores e camponeses que se debatem Com dificuldades no escoamento dos seus produtos.

Na agenda estavam o relatório das acções referentes ao ano de 2010 e o cronograma das actividades para 2011.

O sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas mereceu particular atenção, tendo sido abordadas as perspectivas para a sua revitalização.

Deu-se especial ênfase à necessidade da conclusão dos projectos já iniciados e à criação, para além do crédito agrícola, de uma linha de crédito só para a comercialização dos produtos do campo.

A instalação de um sistema integrado de monitoração, controlo e vigilância das águas territoriais, a construção e recuperação de embarcações costeiras e oceânicas, a criação de um porto pesqueiro e de uma lota, o apetrechamento de laboratórios em várias províncias, a formação técnica e profissional e o apoio à pesca artesanal e à produção de sal foram outras das medidas anunciadas num documento tornado público ainda na quinta feira.

O relatório sobre 2010 descreve o que foi feito por cada um dos Departamentos ministeriais ao longo do ano e, segundo uma nota que foi tornada pública, concluiu-se que “estas seguiram bom curso, apesar de em alguns casos serem identificado delongas e constrangimentos próprios e específicos.

Indústria com novidades

A Sonangol propõe-se construir um grande estaleiro naval em Porto Amboim, para reparação de navios de apoio à indústria petrolífera. Já sobre a Zona Económica Especial, onde 25 unidades industriais se encontram prontas a entrar em funcionamento, a actual previsão é que a ZEE venha a gerar no futuro 14.000 empregos directos.

Na referida reunião foram analisadas as modalidades de conclusão do projecto hidro – térmico de geração de 738,5 MW de energia biomassa no Planalto Central (450 de mini hídricas e 288,5 de biomassa) e a construção das linhas de transmissão das barragens das Mabubas e do Lumaum, que se encontram em fase final de reabilitação.

Participaram na reunião, para além do Presidente da República, os Ministros de Estado e Chefes da Casa Civil e Militar do PR os ministros das Finanças, Transportes, Urbanismo e Construção, Energia e Águas, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Comércio, Telecomunicações e Tecnologias da Informação; os vice-ministros dos Petróleos Indústria e ainda o PCA da Sonangol e o Governador do Banco Nacional de Angola.

Energia e águas com fundos do petróleo

Entretanto, na reunião do Conselho de Ministros de quarta-feira, 23, foi apreciado um projecto de Decreto Legislativo Presidencial que cria o Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos sectores da Energia e das Águas, um fundo de investimento público com personalidade jurídica, património e activos próprios, e com autonomia administrativa e financeira, que terá capacidade operacional ‘ para investir e promover o desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores da energia e das águas em todo o País.

Este fundo será financiado com recursos provenientes da venda de petróleo.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente um Decreto Presidencial que reajusta o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda (GPL), e outro ainda que delimita e converte em área urbana uma parte do actual Perímetro Agrícola do Kikuxi, no Município de Viana.

Um outro assunto, a proposta de Lei que será remetida à consideração da Assembleia Nacional, visa a criação do município de Belas, com sede na cidade do Kilamba. Já Cabo Ledo, no Bengo, Calandula, em Malanje e Okavango, no Kuando – Kubango, serão convertidos em pólos de desenvolvimento turístico.

Sobre a reabilitação de infra-estruturas, foi aprovado um acordo de financiamento para a reparação e construção de pontes no eixo rodoviário Tômbwa/Narnibe/Bentiaba/Lucira/Dombe-Grande, e os contratos para a construção da linha de transporte de energia eléctrica da Gabela a Quileva, no Kuanza -Sul e a reparação da Barragem do Gove, no Huambo.

O sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas mereceu particular atenção, tendo sido abordadas as perspectivas para a sua revitalização.

2.16 Constituídos comités de pilotagem para regularizar créditos agrícolas

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2011

Os camponeses organizados em associações e cooperativas agrícolas da província da Lunda-Norte precisam de equipamentos e meios mecanizados para diversificarem a actividade agro-pecuária e obterem rendimentos e colheitas no fim de cada época de cultivo.

Segundo o presidente da União Nacional das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas da Lunda-Norte, Daniel Mutambuleno, os produtores precisam de tractores com alfaias, carroças, charruas, moto-bombas, gado bovino para tracção animal e micro -créditos de campanha.

Os camponeses necessitam também de meios rolan-tes para escoarem os produtos do campo para as zonas urbanas e suburbanas, fertilizantes, adubos, catanas, enxadas, e apelam para a melhoria das vias de acesso, pelo facto de as lavras estarem distantes.

Daniel Mutambuleno disse que apenas o município de Capenda Camulemba tem equipamentos mecanizados, entregues há três anos pela administração local, às associações de camponeses e cooperativas agrícolas, daí o registo de maior produção de alimentos. O responsável da UNACA apelou às outras administrações locais para seguirem o exemplo de Capenda Camulemba, que com iniciativa própria e fundos de intervenção municipal conseguiu adquirir meios e instrumentos para distribuir aos camponeses.

Desde 2008, altura em que 17 associações de camponeses e sete cooperativas do município do Chitato beneficiaram de micro -crédito de campanha, mais nenhuma associação recebeu créditos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) para adquirir os instrumentos e equipamentos de trabalho.

O processo, referiu o responsável, foi interrompido pelo BPC devido aos incumprimentos dos primeiros beneficiários do reembolso dos empréstimos recebidos, embora neste momento já estejam a amortizar os montantes recebidos. Agora começaram a surgir problemas de organização de documentos pelos solicitantes.

O representante da UNACA na Lunda-Norte afirmou que, com base nos contactos feitos com a gerência regional leste do BPC, ficou definido que as administrações municipais devem constituir comités de pilotagem para exercerem o papel de intermediários junto do banco do beneficiários do crédito de campanha agrícola.

O Jornal de Angola apurou que a partir deste ano, com a organização dos processos exigidos aos produtores agro-pecuários, se os comités municipais de pilotagem criados funcionarem, o BPC tem as portas abertas para atribuir os créditos de campanha, uma vez que há garantias de reinício do processo.

Boa campanha

Com o início da época agrícola, em Janeiro passado, e tendo em conta as potencialidades da Lunda-Norte, em termos de solos férteis, chuvas abundantes, extensão territorial para o cultivo e a força de vontade dos cidadãos produzirem a terra, Daniel Mutambuleno acredita numa boa campanha agrícola e maiores colheitas.

Segundo o presidente da UNACA da Lunda-Norte, os camponeses, apesar do trabalho manual e todas as dificuldades, “jamais vão cruzar os braços, aguardando pelas máquinas e micro -créditos bancários para trabalhar a terra e obter bons resultados, o que permitiria melhorar a sua dieta alimentar”.

O número de associações de camponeses e cooperativas agrícolas na província está a aumentar, facto que alegra o representante da UNACA. “A sociedade está a corresponder com o lema do Executivo angolano de que devemos trabalhar cada vez mais a terra para o combate à fome e à pobreza”.

A UNACA tem inscritas 574 associações de camponeses, com 29.775 enquadrados em grupos familiares, sendo 15.766 mulheres e 14.009 homens, 94 cooperativas agrícolas, agrupadas por 6.500 produtores, dos quais 3.449 homens e 3.051 mulheres.

2.17 Empresários manifestam preocupação com as altas taxas de juro no mercado

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2011

Empresários angolanos apontaram as taxas de juro elevadas, que se praticam no mercado nacional, como um dos empecilhos para o acesso ao crédito bancário e consequentemente na realização de investimentos, mas também admitiram existir falta de organização e capacidade na classe para gerir e desenvolver negócios.

Em declarações à Angop, por ocasião de um encontro sobre “O Fomento do Empresariado Nacional”, promovido na Terça-feira pelo MPLA, em Luanda, a maioria dos empresários considerou que é necessário realizar este tipo de fóruns para concertação entre o partido, o Executivo e os empresários nacionais.

O presidente do Conselho de Administração da promotora angolana de empreendimentos imobiliários Imogestim, Rui Cruz, disse que é preciso haver, da parte dos empresários angolanos, capacidade e organização para fazer face aos desafios, mais do que ter dinheiro ou acesso ao crédito para os negócios avançarem. Por outro lado, referiu que encontros do género permitem que a classe transmita as suas opiniões e que o partido do poder passe as suas ideias.

“É necessário que não só a direcção do partido mas também o Executivo ouçam as preocupações relativas à economia e à actividade empresarial, para que se possa dotar o programa proposto pelo partido, de forma monitorizada no Governo, a fim de se assegurar a sua aplicação efectiva e evitar erros semelhantes aos do passado”, afirmou.

Por sua vez, a presidente da Federação da Mulher Empreendedora de Angola (FMEA), Maria do Carmo, manifestou a sua satisfação pelo encontro e pela proposta apresentada pelo MPLA, que visa apoiar a classe empresarial. A líder associativa referiu que durante o encontro, decorrido à porta fechada, foram manifestadas preocupações relacionadas com a agricultura e com a necessidade de o Executivo estar mais presente no interior do território nacional.

Quanto ao acesso a crédito, disse que os participantes concordaram ser difícil e salientaram que o Governo precisa de fazer alguma coisa para melhorar o actual quadro de crédito bancário e os índices das taxas de juros. Respondendo à questão sobre se esta iniciativa vai surtir efeitos, a responsável disseram que “há esperança de que o que foi discutido seja implementado, porque o partido não traria a debate um assunto para não ser executado. Eu e outras pessoas saímos daqui convencidas que as coisas vão ser posta em prática”.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Número de cantinas ilegais cresce em Luanda

Angolense

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

O número de cantinas em Luanda cresce assustadoramente nalguns municípios como Cazenga e Sambizanga. Em cada 20 metros há pelo menos uma cantina. Cidadãos do Oeste africano. Mali, Senegal, Guiné Equatorial e Mauritânia lideram a lista dos proprietários destes estabelecimentos comerciais.

Numa ronda efectuada pelo Angolense esta semana constatou-se que muitas destas estão ilegais, restando por se saber qual é a condição migratória em que se encontram os seus proprietários.

O negócio começou no princípio dos anos 90 quando o país se abriu à livre empresa. Nesta década, comerciantes chegados do estrangeiro lançaram-se na instalação de armazéns, sobretudo nos bairros Hoji ya Henda, Kicolo e Mártires do Kifangondo, em Luanda.. Num ápice e sobre o olhar passivo da fiscalização do Ministério do comércio, os armazéns foram se estendendo por todos os Cantos.

No ano passado, por exemplo, o administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, chegou a afirmar que naquele município, só na comuna do Tala Hady, por mês nascem mais de 20 armazéns ilegais. A situação piorou com a medida do Governo que transferiu os armazéns que e encontravam no centro da cidade para o km 30 em Viana e mais tarde com o encerramento do mercado Roque Santeiro.

Senegaleses, malianos e mauritanianos oriundos do Oeste de África viraram as suas “baterias” para os bairros periféricos com a colaboração dos nacionais que arrendam as suas residências para fins comerciais. Pequenas coisas como ovo, bolacha, rebuçado e vela são comercializados por estrangeiros.

A par dos “irmãos” dos Oeste de África, os chineses também entraram em cena, estes últimos até vendem na “zunga” onde podem ser vistos a vender calçados, medicamentos e outros produtos.

Durante a nossa reportagem saltou-nos à vista o facto da maioria das cantinas não empregarem cidadãos nacionais. As poucas que empregam contam-se aos dedos, tanto os proprietários quanto os empregados são oriundos dos países do Oeste de África.

Um exemplo disso é o caso de Ibrahim, que está no país há mais de cinco anos. Segundo contou à nossa repor-

tagem, inicialmente, montou uma cantina no bairro Petrangol. Hoje já é proprietário de três cantinas e “patrão” de três compatriotas seus mauritanianos.

Mohamed é outro jovem que também já possui duas cantinas. Na conversa com este jornal disse que deixou o seu país, a Guiné Conacry, há três anos, devido a instabilidade política, “aqui comecei a vender na loja do meu tio e hoje tenho duas lojas”, contou.

Mais adiante, argumentou que eles não estão a tirar o lugar dos angolanos porque defende que o mercado é aberto, porém acha que “os angolanos são preguiçosos, não gostam de vender”.

Para além do aspecto da mão-de-obra, que a par dos donos é estrangeira, a nossa reportagem constatou a falta de letreiro de identificação das mesmas e em muitos casos até de Alvará para o exercício da actividade comercial. No entanto, se a proliferação das cantinas de cidadãos estrangeiros nos bairros vem de alguma forma resolver o problema do acesso fácil aos bens de primeira necessidade, por outro lado é uma situação já começa a preocupar a sociedade. Alguns cidadãos nacionais ouvidos ao longo da nossa reportagem suspeitam que por detrás das cantinas passam outros negócios menos claros.

“É difícil compreender que estes senegaleses saem dos seus países só para vir abrir cantinas em Angola e em pouco tempo já têm duas ou três. É preciso que a fiscalização faça uma investigação porque algumas podem estarem envolvidas em branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro” afirmou Pedro Domingos, morador do Hoji ya henda.

Para Baptista Coxe estes cidadãos estrangeiros que procuram melhorar as suas vidas no nosso país deviam estar devidamente legalizados. O nosso interlocutor desconfia que eles usam um único Alvará para diferentes estabelecimentos comerciais e acrescenta ainda que não entende como é que nos casos em que ao lado desses há negócios de angolanos os clientes preferem comprar aos senegaleses, é preciso investigar bem isso” rematou.

Importa sublinhar que o Ministro do Interior, num dos seus pronunciamentos, em finais do ano passado, se manifestou igualmente preocupado com a proliferação de pequenas lojas de cidadãos estrangeiros nos bairros. Sebastião Martins referia que pequenos negócios como das cantinas devia ser reservado para os cidadãos nacionais, tendo aventado a hipótese de se tomar medidas para se estancar os proprietários das cantinas que se encontram em situação ilegal. Sobre o assunto, esta terça-feira, 25, contactamos o Director Provincial do Comércio de Luanda, Guilhermino Paulo, mas este prometeu pronunciar-se apenas na próxima semana, por

alegada ocupação nas actividades comemorativas do dia da cidade de Luanda.

Lei das actividades comerciais não é respeitada

A lei das actividades comerciais -lei nº 1/07 de 14 de Maio refere que os agentes comerciais no exercício das suas actividades devem priorizar a mão-de-obra nacional. Refere ainda a lei que estes estabelecimentos devem exhibir de forma clara e precisa a documentação de licenciamento da actividade comercial, assim como a afixação de letreiro ou reclames visuais à entrada, com a indicação do tipo de actividade que exerce. Entretanto o Angolense apurou que estes preceitos legais não são observados.

3.2 Logística militar abastece mercado paralelo

Novo Jornal

4 De Fevereiro de 2011

AS IMEDIAÇÕES DA BASE CENTRAL da Logística das Forças Armadas Angolanas (FAA), estão transformadas num verdadeiro mercado informal, denunciou ao Novo Jornal uma fonte do Ministério da Defesa Nacional.

Segundo a mesma fonte, hoje é comum encontrar no mercado negro quantidades significativas de bens destinados aos militares saqueados na referida base.

“Logísticos saqueiam viveres nos armazéns da BCA em plena luz do dia, vendendo às senhoras e ninguém os incómoda”, acrescentou.

Defronte à BCA, prossegue a fonte, “existe uma rede de senhoras em colaboração com alguns responsáveis dos armazéns que conseguem desviar diariamente perto de meia tonelada de produtos diversos”.

“Os seus autores nunca foram responsabilizados. A Inspeção Geral das FAA não consegue tomar medidas para conter essa “praga” que prejudica as unidades militares”, adiantou a fonte. Por outro lado, o Estado-maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) defende o aumento da produção de hortícolas nas unidades e subunidades, com vista a melhorar a dieta alimentar das tropas.

De acordo com a fonte, nível da direcção da logística não existe uma planificação eficiente, o que tem provocado a rotura nos stocks.

“A dieta alimentar nas unidades está péssima. Muitas carecem de quase de tudo”, revelou a fonte, considerando ser pertinente a melhoria do abastecimento técnico às unidades, bem como a formação e reciclagem dos especialistas do ramo.

Para a mesma fonte, os especialistas da logística devem prosseguir com determinação, disciplina e organização o desempenho das tarefas a si cometidas.

A nível dos três ramos das FAA, os problemas alimentares agravaram-se mais no Exército, aquele que detém maior número de efectivos e material militar.

Este ramo terrestre, para além das principais direcções de armas, serviços e repartições independentes que compõem o seu Estado-Maior, está geograficamente implantado em todas as zonas do país, através das regiões militares Norte, Centro, Leste e Sul.

3.3 (Des) ordem na fiscalização de Luanda

Agora

5 De Fevereiro de 2011

Os fiscais do governo provincial de Luanda (Gpl) perderam o norte, preocupando-se mais com os negócios das vendedoras ambulantes do que com o ofício.

Ser vendedor ambulante ou exercer qualquer outra actividade em Luanda nunca foi tão fácil, pois diariamente sentem-se os “grito de socorro” ou o “Deus me acuda” de pessoas que exercem pequenas actividades lucrativas, como construção, venda ambulante, serviço de táxis a serem encurralados pelos agentes da fiscalização.

A responsabilidade, o respeito pela Lei e o trabalho árduo seriam algumas das principais características que, segundo uma fonte ouvida pelo AGORA deveria conduzir esta importante actividade laboral. No entanto, avultam queixas contra os fiscais e sobre os produtos que apreendem na via pública e cujo destino se desconhece.

“Há denúncias dos cidadãos sobre a violação de vários direitos fundamentais e ainda não vimos qualquer julgamento, o que leva a entender que o cenário é de desordem”, desabafou Sérgio Paulo, sublinhando que a principal confusão nos mercados informais e vias públicas ou paragens de táxi, tem a mão “corrupta” destes agentes, por mais contraditório que pareça.

Os fiscais parecem desorientados na sua acção, estando nos últimos tempos mais preocupados com os vendedores ambulantes do que qualquer outra actividade que carece de fiscalização.

“A confusão é preocupante e o mais curioso é que no país existem varias áreas de actuação, mas mesmo assim, continuam atormentar as pessoas que lutam pela sobrevivência”, disse Maria, vendedora do Zé Pirão.

Por sua vez, Conceição da Silva, vendedora ambulante há mais de quatro anos, contou que vive o corre-corre diariamente e o que mais aborrece é a maneira como são apreendidos as mercadorias ou produtos.

“Por vezes alvejam pessoas inocentes. Nunca são punidos conforme manda, a Lei”, recordou Antónia Pedro, amiga de uma jovem recentemente alvejada por um agente policial.

Muitos deles para conseguirem aproveitar-se destes bens não utilizam os uniformes, sendo confundidos com os delinquentes.

“A ausência de ética e deontologia profissional dificulta o bom relacionamento entre ambas as partes. Trabalhar com o público não é uma tarefa fácil”, explicou Ermelinda da Costa, sublinhando que esta situação tem causado grandes constrangimentos na resolução de vários problemas, para além de acorrer, à fiscalização para reivindicar alguma coisa é uma perda de tempo.

Para diminuir o crónico quadro actual o executivo provincial deveria ser muito mais organizado, selectivo no recrutamento do pessoal e oferecer condições laborais atraentes, desde um salário compatível que, ao menos, frene a corrupção.

Uma fonte ligada à fiscalização garantiu-nos que os produtos recolhidos servem para doar ao lar do Beiral e demais organizações carentes.

A criação de uma instituição autónoma para controlar os fiscais e, ao mesmo tempo, receber as denúncias poderia ajudar na sua especialização e formação.

Sambizanga A repartição de fiscalização da administração do Sambizanga, em Luanda, iniciou esta semana uma campanha de sensibilização aos vendedores ambulantes para deixarem de vender na via pública.

De acordo com o chefe da fiscalização, os vendedores ambulantes devem se dirigir às administrações dos mercados dos seus bairros/ para obterem lugares para a prática legal da actividade.

Bruno João Miguel lamentou a teimosia dos vendedores que têm provocado amontoados de lixo e complicado a circulação rodoviária em várias artérias do município, desaconselhando os moradores a comprar produtos quer sejam alimentícios ou não pois não garantem qualidade desejada nem permitem a reclamação em caso de inaptos para consumo.

Para desencorajar os vendedores/ a fiscalização tem recolhido de forma compulsiva os produtos, canalizando-os para instituições de caridade.

3.4 Acudam estes rapazes!

Agora

05 De Fevereiro de 2011

Vieram do interior para tentar uma vida melhor em Luanda. Percorrem as ruas da capital, debaixo do sol ardente, dedicando-se, na sua maioria, à venda ambulante. Alguns já são chefes de família precoces.

Ganham apenas o suficiente para “as panelas não entrem em greve”. Suportam os fiscais do governo provincial que chegam invariavelmente a ser os carrascos dos seus negócios precários. Onde está o futuro dos nossos jovens?

3.5 Micro-Crédito

Não se Dá a Importância Devida

A Capital

05 de Fevereiro

Entre nós parece que não se atribui ainda a devida importância às pequenas iniciativas lucrativas, ao ponto de algumas instituições chegarem a não se importar sequer de olhar para tais negócios como embrião do que pode vir a ser uma verdadeira empresa.

A literatura, assim como especialistas com opiniões formadas a este respeito, classificam as diferentes categorias de negócios em função do número de empregados, do volume de vendas, do capital social ou outros, dependendo ainda da situação jurídica do negócio em si.

Mas, entre nós, o conceito de “micro empresa” ainda não está padronizado, tal como disse um dia o economista Fiel Constantino.

Seja como for, o especialista considera que elas existem em qualquer esquina do mercado e deve reconhecer-se-lhes a devida importância. Em Angola existem micro empresas, actuando mais no domínio comercial tais como botequins, salões de beleza, cantinas, “lanchonetes”, etc., mas também em outros domínios como no artesanato, pequenas oficinas de reparação de electrodomésticos, casas de fotografia e outros pequenos negócios. Muitos destes empreendimentos são o único sustento de famílias mormente constituídas por jovens que de outra forma não resistiriam.

Vai daí que o economista sugere a necessidade do Estado, através do Governo, estimular o aparecimento de cada vez mais empresas do género pois elas significam desenvolvimento das pessoas. É que, segundo ele, a participação do Estado nesta matéria poderia, por exemplo, estimular os vendedores ambulantes a juntarem-se em grupos restritos e criarem organizadamente espaços de intervenção no mercado que poderiam ser financiados pela banca comercial. Ocorre, porém, que o acesso ao crédito bancário tem sido o maior «calcanhar de Aquiles» para quem se lança para o mundo dos negócios, conforme queixas de jovens ouvidos por este jornal.

3.6 Mercado do Panguila, Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo

Continente

11 de Fevereiro de 2011

Até agora, a administração do mercado, assim como as autoridades municipais não fizeram um pronunciamento público para esclarecer o que realmente se está a passar naquele local.

Os vendedores do mercado do Panguila, no município do Cacuaco, em Luanda, dão conta da possibilidade de existência de petróleo debaixo do subsolo no local onde foi erguida a nova praça que alberga os antigos vendedores do Roque Santeiro, assim como os seus arredores.

O assunto continua a ser muito comentado pelos vendedores, mas ninguém confirma nem desmente a informação que já circula desde o ano passado.

Até agora, a administração do mercado, assim como as autoridades municipais de Cacuaco não fizeram um pronunciamento público para esclarecer o que realmente se está a passar naquele local.

Embora o assunto se pareça tratar de simples especulação, sugere-se que as suspeitas da presença de crude na zona em causa, tenha surgido na sequência de uma análise feita pelos próprios vendedores, que ao mesmo tempo duvidam sobre o facto.

De acordo com as análises dos mesmos, desde que o mercado foi aberto ao público, em finais do ano passado, os vendedores têm vivido um excesso de calor não muito comum a sair debaixo do subsolo para a superfície.

Outra causa que sustenta ainda esta informação, também não confirmada, prende-se, com o facto de na altura em que as obras do mercado estiveram em curso,

por uma construtora chinesa, esta terá encontrado vestígios de substâncias líquidas de cor negra perante as escavações. “Sendo esta uma das razões que tem motivado os comerciantes a chegarem a essa conclusão”, contou um vendedor.

Outro comerciante reforçou, dizendo que na altura em que os ex vendedores do Roque se mudaram para o Panguila, já muito se falava sobre o assunto. Inclusive falava-se de uma nova retida do mercado daquele recinto, por supostamente existir petróleo.

Baseando-se nestas mesmas informações, a praça seria instalada na zona da Cimangola, nas imediações da fábrica com o mesmo nome, num espaço com mais de 200 mil metros quadrados, o que terá provocado algumas inquietações aos vendedores. Este facto fez com que os vendedores se dirigissem a administração do mercado pedindo esclarecimentos. “Mas fomos informados que tais declarações não passam de pura e simples especulação sem fundamento”.

O Continente contactou a administração do mercado, tendo-se mostrado indisponível em adiantar a qualquer informação sobre assunto, alegando falta de autorização da administração municipal.

Este jornal abordou alguns moradores dos arredores do mercado do Panguila sobre o tão intrigante caso e controverso, que também duvidaram da sua existência.

Josefina dos Santos, moradora há 12 anos, que viu aquela localidade nascer desde finais dos anos 90, lembrou que o terreno do Panguila em toda a sua extensão é argiloso.

A interlocutora acredita haver mau entendido da parte dos vendedores, tendo explicado que quando chove naquela parcela de Cacuaco, o oscilar do Sol sobre o solo faz com que o lodo atinja uma temperatura muito elevada.

“O calor é igualmente verificado dentro das residências, tomando quase insuportável as pessoas se manterem por muito tempo dentro das suas moradias”, contou a fonte. O Continente fez todos os esforços no sentido de ouvir a administração municipal de Cacuaco, mas sem sucesso.

3.7 Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo

Continente

11 De Fevereiro de 2011

Os vendedores do mercado do Panguila, no município do Cacuaco, em Luanda, dão conta da possibilidade de existência de petróleo debaixo do subsolo no local onde foi erguida a nova praça que alberga os antigos vende-

dores do Roque Santeiro, assim como os seus arredores. O assunto continua a ser muito comentado pelos vendedores, mas ninguém confirma nem desmente a informação que já circula desde o ano passado.

Até agora, a administração do mercado, assim como as autoridades municipais de Cacuaco não fizeram um pronunciamento público para esclarecer o que realmente se está a passar naquele local.

Embora o assunto se pareça tratar de simples especulação, sugere-se que as suspeitas da presença de crude na zona em causa, tenha surgido na sequência de uma análise feita pelos próprios vendedores, que ao mesmo tempo duvidam sobre o facto.

De acordo com as análises dos memos, desde que o mercado foi aberto ao público, em finais do ano passado, os vendedores têm vivido um excesso de calor não muito comum a sair debaixo do subsolo para a superfície.

Outra causa que sustenta ainda esta informação, também não confirmada, prende-se, com o facto de na altura em que as obras do mercado estiveram em curso, por uma construtora chinesa, esta terá encontrado vestígios de substâncias líquidas de cor negra perante as escavações. “Sendo esta uma das razões que tem motivado os comerciantes a chegarem a essa conclusão, contou um vendedor.

Outro comerciante reforçou, dizendo que na altura em que os vendedores do Roque se mudaram para o Panguila, já muitos se falava sobre o assunto.

Inclusive falava-se de uma nova retida do mercado daquele recinto, por supostamente existir petróleo. Baseando-se nestas mesmas informações, a praça seria instalada na zona da Cimangola, nas imediações da fábrica com o mesmo nome, num espaço com mais de 200 mil metros quadrados, o que terá provocado algumas inquietações aos vendedores. Este facto fez com que os vendedores se dirigissem a administração do mercado pedindo esclarecimentos. “Mas fomos informados que tais declarações não Passam de Dura e simples especulação sem fundamento”.

O Continente contactou a administração do mercado, tendo-se mostrado indisponível em adiantar qualquer informação sobre o assunto, alegando falta de autorização da administração municipal.

Este jornal abordou alguns moradores dos arredores do mercado do Panguila sobre o tão intrigante caso e controverso, que também duvidaram da sua existência.

Josefina dos Santos, moradora há 12 anos, que viu aquela localidade nascer desde finais dos anos 90, lembrou que o terreno do Panguila em toda sua extensão é argiloso.

A interlocutora acredita haver mau entendido da parte dos vendedores, tendo explicado que quando chefe naquela parcela de Cacuaco, o oscilar do Sol sobre o solo faz com que o lodo atinja uma temperatura muito elevada.

“O calor é igualmente verificado dentro das residências, tomando quase insuportável as pessoas se manterem por muito tempo dentro das suas moradias”, contou a fonte. O Continente fez todos os esforços no sentido de ouvir a administração municipal de Cacuaco, mas sem sucesso.

3.8 Mercados do Panguila, Vendedores suspeitam existência de petróleo no subsolo

Continente

11 de Fevereiro de 2011

Até agora, a administração do mercado, assim como as autoridades municipais não fizeram um pronunciamento público para esclarecer o que realmente se está a passar naquele local.

Os vendedores do mercado do Panguila, no município do Cacuaco, em Luanda, dão conta da possibilidade de existência de petróleo debaixo do subsolo no local onde foi erguida a nova praça que alberga os antigos vendedores do Roque Santeiro, assim como os seus arredores.

O assunto continua a ser muito comentado pelos vendedores, mas ninguém confirma nem desmente a informação que já circula desde o ano passado.

Até agora, a administração do mercado, assim como as autoridades municipais de Cacuaco não fizeram um pronunciamento público para esclarecer o que realmente se está a passar naquele local.

Embora o assunto se pareça tratar de simples especulação, sugere-se que as suspeitas da presença de crude na zona em causa, tenha surgido na sequência de uma análise feita pelos próprios vendedores, que ao mesmo tempo duvidam sobre o facto.

De acordo com as análises dos mesmos, desde que o mercado foi aberto ao público, em finais do ano passado, os vendedores têm vivido um excesso de calor não muito comum a sair debaixo do subsolo para a superfície.

Outra causa que sustenta ainda esta informação, também não confirmada, prende-se, com o facto de na altura em que as obras do mercado estiveram em curso, por uma construtora chinesa, esta terá encontrado vestígios de substâncias líquidas de cor negra perante as escavações. “Sendo esta uma das razões que tem motivado os comerciantes a chegarem a essa conclusão”, contou um vendedor.

Outro comerciante reforçou, dizendo que na altura em que os ex vendedores do Roque se mudaram para o Panguila, já muito se falava sobre o assunto. Inclusive falava-se de uma nova retida do mercado daquele recinto, por supostamente existir petróleo.

Baseando-se nestas mesmas informações, a praça seria instalada na zona da Cimangola, nas imediações da fábrica com o mesmo nome, num espaço com mais de 200 mil metros quadrados, o que terá provocado algumas inquietações aos vendedores. Este facto fez com que os vendedores se dirigissem a administração do mercado pedindo esclarecimentos. “Mas fomos informados que tais declarações não passam de pura e simples especulação sem fundamento”.

O Continente contactou a administração do mercado, tendo-se mostrado indisponível em adiantar a qualquer informação sobre assunto, alegando falta de autorização da administração municipal. Este jornal abordou alguns moradores dos arredores do mercado do Panguila sobre o tão intrigante caso e controverso, que também duvidaram da sua existência.

Josefina dos Santos, moradora há 12 anos, que viu aquela localidade nascer desde finais dos anos 90, lembrou que o terreno do Panguila em toda sua extensão é argiloso.

A interlocutora acredita haver mau entendido da parte dos vendedores, tendo explicado que quando chove naquela parcela de Cacucaco, o oscilar do Sol sobre o solo faz com que o lodo atinja uma temperatura muito elevada.

“O calor é igualmente verificado dentro das residências, tomando quase insuportável as pessoas se manterem por muito tempo dentro das suas moradias”, contou a fonte. O Continente fez todos os esforços no sentido de ouvir a administração municipal de Cacucaco, mas sem sucesso.

3.9 Podem abandonar o mercado

Semanario Continente
11 De Fevereiro de 2011

A Cada dia que passa, o número de vendedores está a diminuir significativamente, tudo porque o negócio tem pouca procura se comparado quando estavam no Roque Santeiro. Eles estão a busca de outros locais para darem continuidade as suas actividades.

Segundo pudemos apurar, a maiorias das bancadas que tinham sido distribuídas aos respectivos vendedores estão quase na sua totalidade desocupadas principalmente as que se encontram nos pontos mais distante da porta principal do mercado. Aliás, os compradores nem sempre se dão ao serviço de irem até ao fundo do mercado.

Os poucos vendedores que restaram dizem que maioria dos seus colegas se encontram a vender nos mercados do Kicolo e nos Kwanzas.

No Panguila quase fica difícil adquirir produtos frescos como peixe, carne bovina ou até mesmo hortícolas. Já que estes produtos exigem maior dinâmica na sua comercialização, razão pela qual, todas as vendedoras que se dedicam a esse tipo de negócio, preferiram partir para outros mercados a fim de salvaguardar os seus negócios.

A estrada não tem nada a ver com o problema da deslocação das pessoas para o mercado, como muitos perspectivavam. “O problema tem a ver com a distância, pois os clientes limitam-se a fazerem as suas compras no Kicolo ou nos Kwanzas”, disse Maria de Lurdes, vendedora de vestuários de fardo. Ela e outras colegas pedem a intervenção das autoridades já que no Panguila tem lugar suficientes para acolher os mais de 1820 vendedores que se recusam em vender em locais apropriados para o comércio individual.

O mercado do Panguila tem 5336 bancadas e mais um espaço de 18 mil metros quadrados para cerca de 8327 vendedores registados (para além dos que vivem no Panguila) dos quais, 1820 manifestaram o desejo de não irem ao Panguila devido a distância.

3.10 Cidadãos querem maior rigor na inspecção aos estabelecimentos comerciais

O Independente
12 De Fevereiro

Cidadãos da província da Huíla manifestaram cidade do Lubango, a necessidade de maior rigor inspecção e adopção de medidas punitivas para comerciantes que persistam na venda de produtos educados, sobretudo os alimentares, dado o índice 2 riscos para a saúde.

Após uma ronda efectuada por algumas artérias da cidade, os cidadãos convergiram na opinião segundo a qual alguns proprietários de estabelecimentos comerciais e mesmo vendedores ambulantes comercializam produtos alimentares caducados, sendo os primeiros pelo lucro fácil e enquanto os últimos o fazem por desconhecimento.

De acordo com os consumidores os utilizadores dos mercados formais, nalguns casos procedem a venda de produtos fora O de uso, tendo evocado algumas situações decorridas no ano transacto e estanca das pela Polícia Económica, por isso justificam ser imperioso contornar-se a ilicção com sanções para os prevaricadores.

Para os cidadãos André Feliciano e Catarina Domingos tem-se ouvido falar em destruição de artigos deteriorados, mas muitos deles são importados já em estado de degradação, por isso deviam ser implementadas medidas capazes de impedir a sua entrada para o mercado e consequentemente nas casas dos consumidores.

“Em seu entender, o rigor na inspecção do produto importado facilita o controlo da mercadoria que entra para o mercado, desencoraja a sua importação e p desobrevivo os comerciantes internacional que pôr á fé ou desconhecimento das datas de caducidade insistem em trazer produtos deteriorados para Angola.

Já Marcolina Nemuale e João Casimiro apontem alguma desatenção dos importadores quando a aquisição dos produtos, porquanto alguns descumrem o tempo de transportação dos mesmos, levando que quando chegam ao país tenham já atingido a sua caducidade, tornando-se por isso impróprios para consumo.

“Normalmente as pessoas são confrontadas com produtos como iogurtes, sumos, peixe, massa de tomate, maionese, manteiga, leite, salsicha, chouriço, entre outras conservas, oriundos de vários países, cujo rótulo não espelha os conteúdos por ter sido trocado ou sobreposto no local de expedição”, corroboraram.

Marina Miranda e Celeste Albino consideram por isso urgente a realização de encontros entre os comerciantes, Polícia Económica e as entidades reguladoras da actividade económica e do direito do consumidor, no sentido de se encontrar mecanismos mais eficazes de combate à entrada de produtos deteriorados ao país. Reagindo á maior abertura para o empreendedorismo estrangeiro na província, Sobretudo nos domínios do comércio, alimentar infra-estruturas anunciado pelo governador provincial, consideraram um passo positivo e alertara para o cuidado no sentido de permitir de facto entrada de verdadeiros empreendedores.

3.11 Polícia fiscal leiloa produtos apreendidos no Huambo

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2011

A direcção provincial da Polícia Fiscal leiloou, na quinta-feira, na cidade do Huambo, diversas mercadorias apreendidas, em 2010, por fuga ao fisco, para disciplinar os importadores e ordenar o comércio nacional.

O supervisor do grupo móvel das Alfândegas no Huambo e Bié, João Cassanga, disse que as mercadorias foram apreendidas há seis meses e que, ultrapassados os prazos legais de armazenamento, foi realizado o leilão.

Entre mercadoria leiloadas, havia 16 caixas de perfumes, dez de lanternas, um aparelho de marca Sony, sete Dvds, 900 discos e 200 capas, 756 pilhas de rádio, 25 caixas de chaminés e três de máquinas para corte de cabelo.

Foram também leiloados 26 pneus de motorizadas, quatro jogos de panelas, três colchões, uma cama e outros artigos.

O leilão realizou-se nas instalações provisórias da unidade da. Polícia Fiscal, nos arredores da cidade do Huambo, capital da província com o mesmo nome.

Salienta-se que a Policia Fiscal a nível nacional tem estado a desenvolver um combate cerrado.

3.12 Pequenas profissões da sobrevivência

Agora

12 De Fevereiro de 2011

É o caso dos barbeiros que têm registado um crescimento significativo entre os jovens e adolescentes, muitos os quais sem formação básica, fazendo das “tripas coração” em busca da sobrevivência.

Localizámos três jovens que ajudam a manter o “look” das pessoas envolvidos num projecto e uma pequena barbearia na rua rei Katyavala, a escassos metros da Junta Nacional da Saúde.

Adilson Domingos, 20 anos, três dos quais dedicados ao ofício, aprendeu com um amigo no Hoje-Ya-Henda e actualmente labuta neste “projecto juvenil”.

“O mentor desta iniciativa que está a caminho de dois anos foi o meu amigo Osvaldo que agora reside em Cacuaco e, por falta de dinheiro de táxi; que chega a ser mais de 500 kwanzas por dia, aparece apenas aos fins-de -semana”, disse Eidy, para quem o projecto é rentável mas com receitas variável porque conseguem em média, arrecadar mais de 4 mil kwanzas por dia.

Antes de exercer esta actividade, o jovem trabalhava numa empresa de electricidade e devido aos elevados custos de transporte e alimentação resolveu abandonar, dando outra dinâmica à sua vida ao enveredar neste ofício.

“Com uns pequenos ferrinhos, lona média, duas cadeiras e um espelho já rachado estes jovens cuidam da nossa beleza de maneira milagrosa. A primeira vez que cortei o cabelo neste pequeno salão, há um ano, senti vontade de regressar. Nunca me decepcionaram e acredito que

jamais o farão, porque têm mesmo talento”, contou António Sérgio, cliente há três semanas, sublinhando que os cortes deixam de boca aberta todos os que por ali passam.

Já Dj Rui Gomes regularmente frequenta o local e nunca se arrependeu. “Desde que solicitei este serviço não tenho qualquer motivo de queixa, tenho apenas um barbeiro e quando pretendo fazer o meu corte, o jovem Eidy está sempre disposto para cuidar da minha beleza”. Graças ao seu talento e com andar do tempo os jovens terão responsabilidades de melhorar as condições para servir os clientes.

“O empreendedorismo não faz mal a ninguém e nunca é demais três jovens serem pequenos empresários de pequenos negócios de sobrevivência, pois os apoios só vão melhorar, as suas responsabilidades e ajudarão a desenvolver o país”, defendeu.

Mesmo junto da barbearia encontra-se uma costureira e logo entrada do beco enxergamos exposição de venda de roupa trajes africanos provenientes de Ponta Negra, Congo Brazaville.

A costura é a outra forma de muitas senhoras sobreviverem quer por encomenda como roupas feitas com os materiais da casa.

Gisela Imbi aprendeu a costurar desde pequena numa escola da RD Congo, tendo depois regressado ao país para ficar junto da família e decidiu enveredar, por esta profissão para sobreviver.

“Quando aprendi era simplesmente para fazer parte da minha vida como uma senhora futura dona de casa, mas por causa do desemprego resolvi mostrar as minhas habilidades. O meu irmão mais velho também vive deste trabalho, trabalhei alguns anos com ele até que há oito anos formei esta pequena empresa que já emprega três, jovens”, explicou a costureira, realçando que todos os dias homens e mulheres solicitam uma peça com o seu material e os que querem apenas a mão-de-obra. Para as mulheres encontramos, buba, vestidos, calças, saias, usas, roupas interiores e outros acessórios que o cliente encomenda no tecido da sua preferência para os homens haviam camisas, calças e calções, assim como de venderem, no mesmo local, tecidos de fabrico nacional e estrangeiro.

“Alguns tecidos compramos no Lubango, Cabinda e na Ponta negra, por isso comercializamos com preços diferentes. Há peças simples que podem rondar nos 2500kz e as com maior qualidade custam 50 dólares”, frisou. Por outro lado, Joaquim António contou ao AGORA

que começou a preocupa-se com a venda ambulante de roupa desde que há quase quatro anos estava desempregado.

“Dirigi-me à fiscalização de Luanda onde me mandaram tratar um cartão de contribuinte e de vendedor ambulante, para ocupação de espaço verde só daí que há dois anos iniciei o meu negócio”, salientou, esclarecendo, que a renda diária é de 20 mil kwanzas e conta com apenas um trabalhador.

Este vendedor ambulante adiantou também que investe mensalmente 1000 dólares na compra de vestuário, arrecadando o mesmo valor como lucro, mas que até agora o grande obstáculo é o desalfandegamento das mercadorias.

As roupas são comercializadas com preços de 1.500kz por t-shirt, calça 2.500kz, calção 1.500kz e sapato de 5 a 6 mil.

Baixo rendimento. Logo ao lado os homens da recauchutagem são outros profissionais que lutam bastante para garantir o seu sustento.

Para o chefe da recauchutagem, este emprego serve apenas para desenrascar, dado que desde há 13 anos os rendimentos são muito magros. É um emprego simplesmente para sobreviver, até porque os antigos colegas desistiram. Consegui mais dois jovens que até ao momento estão comigo”, referiu Manuel Francisco, pontualidade que diariamente arrecada cerca de 4 mil kwanzas ajudam com uma contribuição”, reconheceu, apontando que uma das questões preocupantes é o espaço utilizado, pois é um beco que serve de passagem para os moradores da área que todos os dias são importados pelo excesso de pneus no seu caminho.

3.13 Um problema de saúde pública

Factual

De 19 a 26 de Fevereiro de 2011

Nas imediações da escola “Che Guevara”, na Avenida Deolinda Rodrigues, uma das mais recém passagens superiores abertas aos utentes, o cenário dispensam comentários.

De referir que nesta passagem, particularmente nas autoridades coloca, e bem, nas bermas ruas, arame farpado, o que obriga os transeuntes atravessarem pela passagem superior.

Em face do lixo, sobretudo criado por vendedeiras, os utilizadores destas passagens afirmaram ser “vergonhoso e inacreditável o que temos vindo a assistir. Vemos diariamente pessoas ligadas a empresas de limpeza e sanea-

mento a varrer as ruas da cidade de Luanda e ninguém se lembra das passagens superiores criadas para evitar o perigo de atravessar neste já tão complicado trânsito automóvel”, desabafaram, com tristeza, os utentes das referidas estruturas.

Na opinião das pessoas que não têm outra alternativa senão transitar pelas passagens aéreas, “não se pode compreender como é que, inclusive, excremento humano aparece nestas passagens, se mesmo ao lado da entrada para quem vem do triângulo dos congolese existe uma esquadra móvel da Polícia Nacional”.

Para as fontes do “Factual”, os transeuntes destas passagens podem inclusive contrair doenças graves devido à inalação do cheiro e por pisarem no amontoado de lixo diverso.

Os utentes informaram que ultimamente a maioria das pessoas prefere fazer a travessia um pouco mais abaixo, junto a escola “Che Guevara”, com todas as consequências para o trânsito automóvel e a segurança dos transeuntes.

Para apurar o seu estado de higiene, a reportagem deste Semanário visitou algumas passagens superiores, nomeadamente as situadas em frente ao Jumbo, na parte traseira da Rádio Nacional de Angola (RNA), junto à vila do Gamek vila, no Morro da Luz, no centro de saúde da Samba, na Hyundai, no hospital do Prenda, na estalagem (apenas uma parte de estrutura erguida) e na vila de Viana (das quais existentes apenas uma tem sido usada).

Situação das pontes: superior é deplorável

Sem sombra para dúvidas, em 90 por cento das passagens superiores situação de higiene é que sempre deplorável, havendo situações em que são igualmente usadas pelos (as) vendedores ambulantes, num convívio n recomendável entre transeuntes, lixo e zungueiros (as).

Tudo se passa na maior das normalidades: O transeunte está a passar, a vendedeira puxa a banheira do negócio para permitir a circulação e, quem quiser mar, por exemplo, é só esquinar por debaixo da ponte. Ninguém diz nada, ninguém faz nada. Tudo 1 maior (!).

As fontes acrescentam que a situação do lixo nas passagens superiores para peões é particularmente gravíssima quando chove na cidade capital, enquanto, com as águas, torna quase impossível fazer a travessia.

“Interrogamos a quem devemos cobrar os cuidados de higiene destes espaços. As administrações municipais estão nas suas sete quintas. E como se diz: Não há pior cego que aquele que não quer ver”, comentaram testemunhas.

Os utentes reclamaram igualmente a falta de iluminação adequada nestas passagens, o que as torna suspeitas de atravessar no período nocturno.

Na ronda realizada pela reportagem deste jornal, um aspecto que saltou à vista é que a localização de algumas passagens superiores também dificulta o acesso aos utentes, por estarem situadas em pontos distantes dos de maior frequência de cidadãos.

De salientar que no município de Viana as pontes que estão situadas no término, na estação dos Caminhos-de-ferro do Kapalanga e junto ao Porto Seco não são usadas por estarem em pontos em que não há potenciais necessitados.

Estrada do Rocha Pinto carece de passagens aéreas

Neste caso particular, o ideal seria retirar estas estruturas que tanta falta estarão a fazer em avenidas como as do Rocha Pinto e outras.

A este propósito, as fontes foram unânimes em afirmar: “lá onde estão é verdadeiro desperdício”.

Para compreender melhor a situação o “Factual” contactou varias entidades ligadas à limpeza e ao saneamento básico, entre as quais a “THOMASERVICE, prestação de serviço”.

Manuel Diogo, director executivo da referida empresa, sublinhou ser lamentável o estado de higiene destas passagens, situação que, no seu entender, pode ser ultrapassada no âmbito das parcerias público-privadas.

“Estamos no mercado há já alguns anos e, neste particular, a “THOMASERVICE” tem já um projecto acabado tanto para a limpeza e saneamento básico destas passagens superiores para peões, como para manutenção de edifícios em vários municípios de Luanda, tais com Sambizanga, Maianga, Ingombota e Kilamba Kiayi”, explicou Manuel Diogo.

Para o responsável desta empresa, com sede no bairro Ngola Kiluange, sito no município do Sambizanga, “acções do género surgem na necessidade dos privados complementarem as acções do Executivo no âmbito da melhoria das condições básicas dos luandenses”.

A referida empresa tem trabalhado nas vertentes de limpeza domiciliária e industrial, esgotos, recintos diversos e desinfestação.

De recordar que, em declarações recentes, o governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, solicitou a contribuição de todos os cidadãos no sentido de participar nos esforços de reconstrução da cidade capital.

3.14 Administração vai encerrar peixarias ilegais

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2011

A administração municipal do Huambo vai encerrar, esta semana, 80 por cento das peixarias da circunscrição, que funcionam sem estarem habilitadas a fazê-lo, colocando em risco a saúde das populações, anunciou, no sábado, o administrador adjunto.

Juca Figueiredo disse, ao Jornal de Angola, que a intenção de encerrar as peixarias que funcionam à margem da lei tem o objectivo de defender o consumidor e prevenir e acautelar a saúde pública, pois muitas delas não têm o mínimo de higiene, o que pode originar uma série de doenças, como intoxicações alimentares.

“Ao todo, 80 por cento das peixarias que funcionam na cidade do Huambo fazem-no ilegalmente e muitas delas funcionam em condições de higiene precárias”, afirmou, salientando: “Por isso mesmo, a administração municipal vai encerrar estes estabelecimentos, localizados nos bairros periféricos do Calundo, Pica- Pau e no Casseque, até que apresentem as condições exigidas por lei”. O administrador municipal do Huambo disse, por outro lado, que os trabalhos de fiscalização vão prosseguir e todas as peixarias ilegais vão ser encerradas.

3.15 Dar de comer

A Capital

26 De Fevereiro de 2011

Tudo parece ser apenas uma forma de sobrevivência para muitas mulheres. Pelo sim ou pelo não, na verdade passa disso, assumindo uma grande actividade social ao serviço de dezenas de pessoas. Depois do encerramento dos mercados do Kinaxixe, Beato SaLu e outros sítios, como as barrocas da Ilha de Luanda, muitos funcionários que, pela distância que percorrem de suas casas para os postos de trabalho no centro da cidade, são obrigados a tomar as refeições a preço acessível, viram suas vidas complicadas. Entretanto, alternativas não faltam. A medida das autoridades acabou por potenciar as cozinheiras dos bairros que, nas suas barracas, empenham-se em confeccionar alimentos típicos da cultura e gosto dos angolanos.

Nem mesmo o surgimento de restaurantes com o sistema de “self-service” e comida a peso, travou a apetência dos trabalhadores pelas barracas das “Tias Marias”. Elas dão, sem dúvida, cobertura às dificuldades de muita gente.

Carolina Julieta é proprietária de uma barraca, que hoje pode ter assumido a categoria de bar. Está localizada na meia Pombo, ao Prenda. Segundo ela, entrou para o ramo da restauração informal há 20 anos.

“Comecei num contentor que encontrei aqui abandonado com muito lixo. Limpei o local com ajuda de dois senhores e comecei a trabalhar. Primeiro vendia na praça da madeira, mas como os pratos lá eram muito baratos, arranjei este sitio, que, entretanto, antes estava onde se encontra o fontanário hoje”, disse, observando que depois de tudo, apareceu a fiscalização que lhe retirou do local afastando-se onde esta actualmente.

Inicialmente, como conta, a barraca era feita de esteiras, depois passou para chapas e, agora, contraplacados.

Tia Carol como é carinhosamente chamada pelos clientes e vizinhos que delicias os seus diversos pratos, atende uma multidão de clientes por dia, ao ponto de não ter, em mente, a média de quantos clientes passam por lá ao dia.

“Veze há que as pessoas ficam na rua por falta de espaço. Fico sem como atender a todos na mesma hora”, ilustrou, para mais adiante reconhecer que houve evolução no negócio, porque, “começamos a vender o prato a 300 kwanzas. Depois subiu para 500 kwanzas e, agora, damos o prato a mil kwanzas”.

De acordo com dona Carol, os pratos mais solicitados na sua gastronomia são o arroz, comfilete, feijão preto, as Batatas fritas com churrasco, peixe diverso grelhado, carnes cozidas e assadas, para além de calulú. O que tem de bom, é que gerou emprego para outras pessoas. São, como disse, três senhoras que garantem o funcionamento da barraca. Não temos um salário estipulado, mas a cada semana, uma de nós recebe 30 mil kwanzas”, explicou, sublinhando que nunca beneficiou de crédito, seja de quem for.

“Comecei com 200 dólares norte-americanos. Hoje sinto-me quase estável. Dizem que fazer crédito é muita responsabilidade, devido aos riscos do nosso negócio e as manias do nosso Governo que, a qualquer momento pode nos retirar daqui”, manifestou, para adiante salientar ainda não tem contrato formado com nenhuma empresa, porém, “ neste momento sirvo a I^a Conservatória, atendo clientes da Cash&Cany, da Neup e os trabalhadores do armazém Mulembeira”. É pretensão de dona Carol, transformar a barraca num sítio confortável isto é, tomando-a “num grande restaurante, porque tenho muita experiência no ramo.

“ Se tiver ajuda vou fazer uma coisa em alumínio e espelhos com ar condicionado”.

3.16 Hoji-ya-Henda, kwanzas, e kikolo na vanguarda da distribuição

Semanário Angolense

26 De Fevereiro de 2011

Manucho é um jovem de 19 anos de idade que vende CD's e Dvd's nas imediações do ministério da Reinserção Social, na antiga avenida dos Massacres. Falando à

nossa reportagem, disse que vende discos para ajudar sua mãe, que é viúva, e contribuir para ajudar os irmãos menores.

Deixou de estudar há dois anos, quando o pai morreu de doença, e com uns amigos do Marçal, começou a vender os discos copiados pelo DJ Tonilson e ganhavam uma percentagem. Depois juntou algum dinheiro e começou a comprar os seus próprios discos, entre CD's e DVD's, para revenda.

O jovem tinha na altura discos copiados localmente em computadores e alguns discos com aspectos de originais, para além de filmes vários. Informou que os adquire nos armazéns do Hoji-yaHenda e, às vezes, nos carros, no mercado dos Kwanzas e do Kikolo. Diz que nos carros a mercadoria é mais barata, há mais oferta, mas tem que se deslocar para aqueles mercados de madrugada, que é a hora que os «grossistas» fazem as vendas. Se for mais tarde tem de comprar já em revendedores, nos quais o preço é um pouco mais alto. Quanto aos discos de música angolana, disse que compra-os aos DJ's e os mais sofisticados, com aparência de original, adquire-os nos armazéns ou nos mercados já citados. Os discos locais vende-os a cem Kwanzas, os que parecem originais saem a 500 Kz e os filmes 300 Kz.

No chamado «Triângulo dos «Congolenses», está um jovem que disse chamar-se Lindo. Tem 20 anos, estuda a 9.ª classe no período nocturno, e vende discos para ajudar a custear as despesas dos estudos. O produto que vende está estendido no chão, por cima de uma lona. De um lado estão filmes e do outro os CD's, maioritariamente de música angolana, copiados em computador. Vêem-se apenas alguns discos de música brasileira e de Rap americano que parecem originais. Os preços são idênticos aos do rapaz anterior com diferença para os filmes, que vende a 200 Kz.

A forma como os adquire não difere do outro. Acrescentou apenas que algumas vezes é contactado por pessoas que passam de carro e lhe perguntam se não está interessado em comprar «bons discos originais». E quando tem dinheiro compra, porque eles trazem os discos nos porta-bagagens.

Depois de alguns contactos, a nossa reportagem, disfarçada, foi ao mercado dos Kwanzas na madrugada do dia 22 do corrente. O local, conhecido como «parque», por trás do mercado propriamente dito, encravado entre casas, de um lado o Hoji-ya-Henda e do outro o bairro dos Ossos, fervilhava de gente. Muita coisa se vende ali, em grandes quantidades, desde os sacos de bombo, banana, ginguba e outros, provenientes do interior, a aparelhos de som, roupas e CD's, DVD's, etc.

Entre algum português, falava-se mais lingala. Podia-se perceber também algumas línguas oeste africanas e asiáticas.

Os CD's piratas, parecidos com os originais, são vendidos aos montes. Por exemplo, dez CD's por 2.000 ou 2.500 Kz, dependendo das quantidades. Nos DVD's, maioritariamente filmes, de origem asiática, dez unidades ficam entre mil e 1.500 Kz, conforme a qualidade e a quantidade.

Pode-se constatar ainda naquele local que há muita coisa que vai sendo vendida nos nossos mercados em muito mau estado de conservação e que também se pode considerar pirata, como o caso dos produtos de chá (cutaria, derivados de leite, entre outros).

Uma nota a reter: a ausência total de polícias àquelas horas chamou a atenção. De acordo com um indivíduo, que disse ser comprador, porque àquela hora consegue-se coisas a bom preço, no «Paraíso», por trás do mercado do Kikolo, há muito mais movimento e apesar de haver uma esquadra policial nas proximidades, a polícia nunca está presente.

3.17 Há falta de vontade política para resolver o problema

Semanário Angolense

26 De Fevereiro de 2011

Os caminhos da pirataria pelos quais uma organização como a «Jm Music» precisa manter os seus tentáculos, para contornar o aspecto tortuoso que o identifica, passam necessariamente por instâncias legais, directa ou indirectamente, onde visam encontrar convívios e encadear cumplicidades, com vista a firmar os alicerces do comércio clandestino.

Equacionando os pareceres recolhidos pelo *Semanário Angolense*, os CD's piratas ou vêm pelo porto como mercadoria normal, ou pelas fronteiras dentro de outras mercadorias, ou pelo aeroporto, ou podem ser feitos em algum lugar da cidade em grandes quantidade que depois tomam conta do mercado.

Pelo tamanho do acervo que se apresenta e pela rede de revendedores que não se limita à cidade de Luanda os discos «Jm Music», de acordo com os interlocutores, entram no país em milhares de exemplares.

Podem ser potenciais pontos de partida dessa mercadoria a Nigéria, a África do Sul, Portugal, Brasil, China ou outros países asiáticos. Entre estes, brasileiros e chineses concorrem como prováveis fornecedores pela vulnerabilidade escorada no «aval» do grande fluxo de transacções comerciais entre Angola e o Brasil ou a China.

«Ele (o Jm) deve trabalhar com alguma fábrica lá fora. Uma fábrica só edita com a licença. *Com a autorização do artista e da produtora. Como é possível que esse elemento chega com uma obra e esta obra entra no país?* Onde estão então as pessoas de direito? Interroga-se Alca Fernandes, pressupondo haver certa negligência no combate a esse crime.

A «Jm Musical», enquanto agente económico activo (embora seja a pirataria difícil de controlar), pode ser localizada. Alca Fernandes acha que «esse 'Jm' está localizado e todo mundo sabe quem é», sustentando a sua posição no facto dele 01, algum agente seu abastecer todos os dias os seus postos de revenda – os «zungueiros». «Porque é que não o apanham?», interroga-se o músico e produtor.

O Secretário-geral da União Nacional de Artistas e Compositores (UNAC), Belmiro Carlos, sem particularizar: o caso «Jm», afirma que a pirataria «é um problema de vontade política» e acrescenta que «não está resolvido porque não se quer resolver esse problema».

Como representante de um colectivo directamente interessado na problemática da falsificação de CD's, Carlos Belimiro disse que a solução não está em apreender e incinerar os discos. «A solução do problema não está aí. Tem que se ir ao âmago da questão», reforça.

Para o Director Geral Adjunto da LS Produções, Argildo Manuel da Silva (Sidney), a solução dos problemas levados às autoridades deveria ser mais rápida. «O processo da Polícia Económica é demasiado lento», atesta. Ele é de opinião que a incumbência do combate à pirataria deveria ser o pressuposto para que a entidade responsável criasse mecanismos para se chegar ao meliante. Não esperar que o comerciante seja prejudicado primeiro.

Os profissionais que se pronunciaram aos SA são unânimes em relação à actuação das autoridades diante da «maka» da pirataria: faltam dinamismo e medidas sólidas capazes de inibir essa prática e atitudes que realmente levem os criminosos a responder pelos seus actos.

Ao final da conversa com o SA, o «adjunto» da LS Produções fez uma anotação que para todos deveria estabelecer-se como ordem: «o país está a crescer e precisa cortar alguns males. Essa é uma luta conjunta». Assim deveria ser. Mas, infelizmente, não tem sido

3.18 «jm », o pirata que tomou conta do mercado musical em Angola

Semanário Angolense

26 De Fevereiro de 2011

Um pirata bem equipado (e bem camuflado) vem inundando o mercado da música nacional com cópias de CD's quase tão fiéis aos originais que são capazes de enganar até os que, a priori, são chamados a ser mais atentos. «JM» é o seu nome de código. Ele (ou ela) é actualmente o(a) senhor(a) absoluto(a) do comércio de CD's em Angola.

Há mais de um ano que não é difícil encontrar os «seus» discos sendo comercializados pelas ruas e esquinas de Luanda, principalmente na região da Baixa, sem nenhuma repreensão ou restrição. Os «zungueiros» encarregados de levar o produto aos consumidores são apenas o extremo de um negócio que só conhece dividendos.

Com as iniciais «JM» timbradas na lombada dos CD's e, às vezes, também na contracapa (num logótipo em cores vermelha e amarela), talvez a maior parte das pessoas que já pagou por estes discos não tenha prestado muita atenção a esse detalhe, mas, a bem da verdade, levou para casa gato em vez lebre.

Como em qualquer produto pirateado, o que chama a atenção é mesmo o preço. A maioria dos vendedores pratica entre 500 a 700 kwanzas por disco, levando o consumidor ao gasto imediato e/ou a desconfiar da oferta «irresistível». Aqui se afiguram duas opções a considerar: se não for um produto roubado, de facto trata-se de um CD pirata.

Porém, em muitas «bandas», mormente nas da Baixa, as cópias não autorizadas chegam a custar o mesmo preço cobrado pelos pontos oficiais de venda. Nesses casos, quem tem feito a poupança, além do (s) patrono (s) do negócio, são os rapazes «zungueiros».

Até o surgimento do «JM», a Pirataria no music hall nacional imitava-se a uma produção artesanal, feita em qualquer computador doméstico, sem nenhum: esmero na qualidade e com uma apresentação gráfica igualmente longe de uma virtude profissional. Abundavam as colectâneas dos mais diversos estilos e artistas para cativar o comprador, que é aquele cliente carente do dinheiro necessário para compor a sua discoteca com os CD's originais dos cantores pretendidos.

Essa pratica pirata artesanal continua, mas não é, por isso, menos rentável, menos batoteira ou menos criminosa que a pirataria da «JM Music». A pilhagem que esta parte caseira da falsificação representa não contribui para o bolso dos artistas, concorrendo, aliás, para o seu empobrecimento, sempre a favor dos corsários que «assaltam» o mercado musical e seguem, aparentemente, sem ser incomodados.

O «JM» distingue-se entre os piratas por ter resolvido investir ambiciosamente na sofisticação da bato ta, aproveitando todas as brechas que a ocasião lhe «oferece», traduzidas nas fragilidades das instituições afins, quer públicas como privadas, para explorar ao máximo o esforço artístico alheio. O pirata nunca copia produtos que não vendem.

A actuação promovida por esse «rei da pirataria» veio aumentar a sabotagem que já não era pequena sobre o trabalho de muita gente que tem custos financeiros e intelectuais onerosos. Por isso, a rentabilidade da música angolana não se faz sentir, no ponto de vista compartilhado entre os interlocutores do SA, que falaram a respeito do assunto.

Levando em conta os rendimentos arrecadados pela reprodução indevida, enquanto o artista é relegado à pedinte, faz sentido a definição de pirataria manifestada pelo Secretario Geral da UNAC (União Nacional de Artistas e Compositores), Belmiro Carlos. Para ele a pirataria «é um cancro que come o artista vivo».

A considerar que além dos artistas nacionais, o novo corsário também reproduz CDs de artistas internacionais, «esse 'Jm', acredito, deve ter a vida feitíssima», disse Alca Fernandes, cantor e produtor da praça musical nacional, para quem «Angola, um dia há de ter problemas por causa disso».

«O pirata é qualquer um que chega na portaria e compra o primeiro CD. O pirata não tem rosto. E lutar com quem não tem rosto é complicado», denotou Argildo Manuel da Silva (Sidney), Director Geral Adjunto da LS Produções.

O «JM» é uma pessoa que está muito bem protegida, como convém a um «Capitão Pirata». Longe de ser um zarolho, é um olhudo. Em vez de ser «ele», pode ser «ela». Tanto pode ser «um» ou serem «muitos» – o que é mais provável. O facto concreto é que a «Jm Music», agindo por trás da cortina, é o fantasma que assombra o music hall angolano.

3.19 Departamento de combate á pirataria não tem nenhum registo de « jm »

Semanário Angolense

26 De Fevereiro de 2011

Embora alguns profissionais do mercado, sobretudo produtores, saibam de que se trata (mas ninguém o diz abertamente), o corsário «Jm» parece não ser já conhecido pela Policia Económica, pelo que não consta no seu «álbum» de figuras suspeitas. Foi o que deu a entender Joaquim Sulissa, chefe de secção dos direitos do autor do departamento dos direitos de propriedade intelectual da Direcção Nacional de Inspeção e Investigação de Actividades Económicas.

Perguntado pelo Semanário Angolense se sabia da existência de «Jm» na praça musical, o representante da Policia Económica, não tinha nenhum traço de informação sobre o pirata. «'Jm', se não for produtora, creio eu tratar-se duma reprodutora», aventou, «'Jm' pode ser diminutivo, pode ser sigla, Primeiro tínhamos que saber o que é isso de 'Jm'», alegou.

Depois, já ciente de que se referia a um pirata em voga no mercado, Joaquim Sulissa mostrou não haver algum registo de denúncias sobre cópias de CD's ilegalmente comercializadas com o selo «Jm Music», do falso produtor.

Relativamente às denúncias que produtores musicais alegam ter apresentado à Policia Económica, com as provas correspondentes, quanto à reprodução e venda, sem autorização, de discos editados por eles, Joaquim Sulissa disse não ter conhecimento dessa situação, pelo que sugeriu que os denunciantes voltassem a contactar o seu departamento.

«Estamos aqui para dar resposta automaticamente a todas queixas que nos são remetidas», afirmou o entrevistado, que salientou, inclusive, não ser preciso se identificar para apresentar uma queixa, bastando para isso indicar apenas o local da ocorrência. A denúncia pode ser feita até por telefone e «nós vamos lá», garantiu.

No que diz respeito à origem dos produtos falsificados, o oficial disse que «esse material» deve ser importado. «Duvido que tenhamos condições para se reproduzir esse material aqui», frisou.

«A porta de entrada são as fronteiras. Muitas vezes esse material vem dissimulado. Independente das Alfândegas terem as suas técnicas de detecção de material contrafeito, às vezes escapa e o produto entra», anotou Joaquim Sulissa.

O representante da Polícia Económica fez alusão ao trabalho levado a cabo pelas autoridades aduaneiras, com o alinhamento da sua instituição, no contexto do combate à pirataria, não só de CD's, mas também de outros produtos, como DVD's. «Nós e as Alfândegas temos um 'casamento' cerrado. Todas as actividades que as alfândegas procedem dão-nos a conhecer», informou.

3.20 Angola está sob ataque

Semanário Angolense
26 De Fevereiro de 2011

Segundo números da polícia económica, só em apreensões, a pirataria de audiovisuais representou algo mais do que meio milhão de dólares no ano de 2010, o que pode dar uma ideia, ainda que parda, das dimensões dessa nova indústria que se implantou em Angola e até mesmo das suas ambições.

Se, no entanto, acompanhado da estatística incluída nestas páginas, segundo a qual a pirataria de audiovisuais constituiu naquele mesmo ano 15,40 por cento dos total dos crimes processados pela polícia económica, esse número passa a significar factos que se estendem para lá da pirataria pura e simples.

E o primeiro desses factos pode ser a brandura ou até a indulgência das autoridades policiais e alfandegárias em relação à pirataria, a qual ocorre em proporções elevadas demais para constituir apenas 15 por cento do total de crimes de natureza económica detectados ao longo do todo um ano.

Diga-se que de todo o comércio ambulante, o da venda de audiovisuais é aquele que ocorre na mesma medida em que existem latas de Cuca vazias espalhadas pelo chão: dá-se um pontapé numa delas e aparecem dez vendedores de discos piratas, se a parábola der para explicar as dimensões desse crime que se processa à luz do dia, a céu aberto e sob o nariz dos agentes das autoridades.

Contraditoriamente, entretanto, essa estatística pode significar a omnipresença desse fenómeno criminal e as suas ambições de crescimento num país que, ainda há uns 15 anos atrás, poderia ser considerado um território livre da influência da pirataria de audiovisuais, pelo menos nas dimensões industriais em que ocorre hoje.

O que não equivale a dizer que essa indústria criminosa cresce em apenas um por cento ao ano: essa, a taxa de crescimento da pirataria audiovisual, é uma estatística de que não se dispõe, no que deve ser analisado à luz da indulgência ou da doce preguiça das autoridades policiais e aduaneiras no enfrentamento com os piratas.

E tudo o que existe a esse nível são más notícias, todas elas prestigiadoras de uma virtual tendência para o crescimento da indústria da pirataria audiovisual, uma questão em que tem relevância o facto de o equipamento electrónico agora disponível para as operações dos piratas estar a tornar-se cada vez mais acessível.

Sabe-se que os piratas de filmes estão a utilizar um método que lhes permite fazer cópias baratas de filmes Blu-ray que a maioria dos consumidores tem dificuldade em detectar que se trata de uma falsificação.

Utilizando software facilmente disponível, os piratas chineses convertem os filmes Blu-ray para o formato de vídeo Ave HD usando uma resolução de alta definição de 720p em vez de 1080p. Através desta técnica, os piratas conseguem comprimir suficientemente o filme para o gravarem num barato disco DVD em vez de num significativamente mais caro disco Blu-ray.

Apesar de a resolução ser inferior à de um Blu-ray original, a diferença não é detectável por muitos consumidores, já que os filmes gravados desta forma, quando reproduzidos num televisor de alta definição, oferecem uma qualidade de imagem superior à de um DVD.

O preço do equipamento electrónico que permite essas operações é de apenas 5.300 dólares, uma pechincha para criminosos que, não tendo escrúpulos para com os consumidores e os direitos autorais de outrem, também não os terão em nenhum 0'ttro domínio da vida.

Mais do que isso, representa enorme preocupação o que é hoje a interacção económica e comercial de Angola com o estrangeiro. Segundo um relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, sigla inglesa), o Brasil, China e Rússia figuram entre os dez países do mundo onde campanhas anti pirataria merecem tratamento prioritário.

Qualquer um desses países tem relações económicas e comerciais privilegiadas com Angola, até com base em acordos institucionais que reputam tal interacção como estratégica, com o que homens de negócios desses países passaram a cruzar as fronteiras angolanas de forma populosa e frequente.

Assim, aossados nos seus países, negociantes inescrupulosos podem decidir deslocalizar a sua produção de bens contrafeitos para a implantar em Angola, onde não se pode considerar que o combate à pirataria seja uma prioridade das políticas institucionais.

O leitor angolano não poderia ter notícias piores que essas. Tanto a indústria fonográfica quanto a de cinema são apenas os dois alvos mais frequentes da pirataria, mas o crime da contrafacção estende-se por muitos mais

domínio da vida, da ciência e da arte.

A lista dos produtos mais pirateados inclui além de CD's e DVD's, medicamentos, brinquedos, livros, roupas, óculos, produtos desportivos, produtos biológicos, cigarros, perfumes e relógios.

Num dos seus traços mais comuns, a pirataria usa componentes legalmente proibidos na produção de bens, muitos deles cancerígenos, algo que, de outra forma, a indústria formalmente instituída não se atreve a fazer.

Num cenário em que industriais de contrafacção fustigados nos seus países deslocalizem a sua produção para Angola, poderíamos ter à porta das nossas casas, no interior das nossas despensas e dos nossos frigoríficos, a assinatura das nossas próprias sentenças de morte, tendo nós mesmos que pagar por isso.

Corremos o risco de ir ao médico e depois a uma farmácia em busca de saúde e alívio e lá comprar” um mal maior, sob o rótulo da displicência das políticas institucionais relativas à contrafacção e à pirataria.

Nunca, contudo, nós, os angolanos, teríamos o benefício de desfrutar dos prazeres da vida, da tecnologia e da medicina tal como foram concebidos para ser oferecidos, com as consequências que isso tem para a nossa qualidade de vida e até para a nossa cidadania.

Sob esse ponto de vista, nós, os angolanos, devemos considerar que estamos sob um forte ataque de... Piratas!.

3.21 Plano de ajuda à mulher “zungueira”

Jornal de Angola
28 De Fevereiro

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher do Bié está a estudar estratégias para junto dos órgãos competentes do Governo melhorar a vida das vendedoras ambulantes, “zungueiras” integrando-as no sistema educativo e de formação profissional.

Este projecto é uma das recomendações saídas do III Conselho Consultivo da Direcção Provincial realizado na cidade do Cuito, na quinta-feira.

A ideia é a concepção de oportunidades, tanto no mercado formal como no informal, para estas mulheres, através da criação de movimento femininos e aproveitando as experiências de escolas de campos existente em todos os municípios. O Conselho Consultivo recomendou que sejam redobradas as acções de educação para o

combate à violência no género que atinge níveis preocupantes e às práticas tradicionais negativas.

O uso e consumo exagerado de bebidas alcoólicas e o fraco poder económico das famílias é um dos factores que explica o crescimento da violência doméstica. Por isso, a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher quer cultivar na consciência do homem a harmonia no seio familiar.

Os participantes no Conselho Consultivo sublinharam que nas comunidades e instituições públicas e privadas já é visível um número importante de mulheres com cargos profissionais e a dirigirem serviços, embora reconheçam que muito ainda há por fazer.

A ignorância e o esquecimento da sociedade em relação à mulher rural foram outras das preocupações apresentadas.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Anabela Ngunga, disse que o encontro decidiu intensificar as acções, programas e projectos específicos de carácter social, para dar resposta aos problemas que afligem as famílias.

A Direcção vai procurar aprimorar a educação cívica e a sensibilização das famílias para o resgate dos valores éticos, morais e culturais, com o envolvimento da sociedade civil.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Administradores locais devem depositar receitas

Semanário Factual

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

Todas as receitas provenientes de taxas, de licenças, de multas cobradas pelos órgãos e serviços da administração local devem ser obrigatoriamente depositadas na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), informou Quarta feira, 26, em Luanda, Domingos Júlio Inácio, da Direcção Nacional de Impostos do Ministério das Finanças.

O técnico explicou que as receitas arrecadadas por essas entidades devem ser encaminhadas às repartições fiscais da área de jurisdição sob rubrica “

Receitas de Serviços Comunitários”, de acordo com a norma expressa num Decreto Presidencial (Dec-pres. N.º 307/10).

A violação dessa norma pelos órgãos das administrações locais, segundo Domingos Júlio Inácio, acarreta responsabilidade civil e criminal.

Questionado sobre os objectivos e benefícios da norma, a fonte afirmou que ela visa evitar que hajam dois orçamentos em paralelo, que as receitas arrecadadas pelos diversos serviços e órgãos da administração local sejam usadas sem o controlo do Ministério das Finanças e também por serem receitas públicas e não privadas.

Quanto às garantias da aplicação da norma, referiu que é necessário que os órgãos de fiscalização locais façam o controlo periódico da actividade financeira dos governos provinciais, municipais e comunais.

Relativamente às alegações segundo as quais as receitas dos serviços prestados nessas instituições são para a aquisição de materiais gastáveis, como papéis e outros bens, deu a conhecer que as administrações locais devem prever nos seus orçamentos essas despesas, contudo, acrescentou, se as receitas previstas forem insuficientes para cobrir as despesas, tais valores depositados são repostos à origem conforme a necessidade apresentada.

Por outro lado, informou que as receitas fiscais referentes à exploração petrolífera nas províncias de Cabinda e do Zaire, cujo valor é fixado no Orçamento Geral do Estado (OGE), é uma das fontes de financiamento dos orçamentos dos Governos provinciais e das administrações municipais das respectivas províncias, cujos valores são disponibilizados mensalmente nos respectivos planos de Caixa.

A mesma realidade, segundo o interlocutor, verifica-se nas receitas fiscais dos diamantes, em que são atribuídas às províncias da Lunda Norte, do Sul e do Moxico, anualmente, 10 por cento do imposto de rendimento e 10 por cento do imposto de produção; provenientes da exploração diamantífera, realizada nos territórios, devendo os referidos recursos financeiros serem disponibilizados mensalmente nos respectivos planos de caixa.

4.2 Só serão permitidas despesas cabimentadas no OGE

Angolense

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

A Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, recomendou os órgãos da administração central e local do Estado a serem rigorosos na gestão dos recursos financeiros públicos e a realizarem somente despesas previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE).

A dirigente deu essa orientação quando discursava no acto de encerramento do Seminário Nacional sobre Sistema de Planeamento, Sistema Estatístico Nacional e Orçamento Geral do Estado, organizado pelo ministério que dirige.

“Aos secretários gerais muito rigor e atenção para que possamos direccionar os recursos somente para aquilo que está efectivamente orçamentado”, recomendou a ministra, acrescentado que é importante a cabimentação da despesa.

Disse também ser importante transmitir aos operadores, prestadores de serviços e empreiteiros que trabalham com instituições públicas que a nota de cabimentação é uma obrigação legal e que só podem fornecer bens ou prestar serviços com a existência desse documento.

Segundo a governante, muitos operadores e fornecedores de bens prestam serviços mesmo sem a nota de cabimentação.

“Temos consciência que muitos operadores não têm exigido nota de cabimentação. O grande desafio é efectivamente esse e esperamos para os próximos dias muito trabalho”, afirmou .

4.3 Combate á pobreza passa pelo reforço de mecanismos de prestação de contas

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2011

O seminário sobre a implementação dos programas de combate à pobreza que durante dois dias reuniu perso-

nalidades de vários sectores, na Huíla, recomendou o reforço dos mecanismos de prestação de contas, aprimoramento dos instrumentos de programação e a melhoria da gestão financeira e monitoria.

De acordo com o comunicado produzido no final do encontro, que terminou no sábado, os gestores públicos devem ter em atenção as regras de execução do orçamento, particularmente a inserção do pessoal admitido e o pagamento dos salários, e rigor no cumprimento dos prazos para o expediente de contratação, admissão e falecimento dos funcionários.

O encontro considerou que as administrações municipais devem remeter, trimestralmente, à delegação provincial das finanças, os processos da sua programação financeira, para o devido tratamento.

Os participantes defenderam ainda ser urgente o garantir da execução de projectos capazes de facilitar o acesso aos alimentos a todos os cidadãos, especialmente os mais necessitados.

Consideraram, igualmente, pertinente a criação de bancos de sementes para auto sustentabilidade e de um modelo institucional de gestão operacional do programa “Água para Todos”, para garantir a operacionalidade e a sustentabilidade dos sistemas, com realce para os municípios com baixa cobertura destes serviços.

“Urge também criar-se mecanismos para implementação da estratégia de revitalização dos serviços municipais de saúde e funcionamento dos comités de auditoria de mortes maternas e pré-natais, a promoção da participação comunitária, incluindo agentes afins e a articulação dos níveis de atenção primária e os demais cuidados de saúde”, lê-se no documento.

No âmbito do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza, os participantes defenderam a inserção de projectos nos planos dos orçamentos municipais. Além disso, exigiram maior protagonismo dos conselhos de auscultação e concertação social a nível local, de modo a torná-los parte integrante do desenvolvimento dos municípios.

Durante dois dias, foram discutidos três painéis. O primeiro incidiu no combate à pobreza, desenvolvimento rural e comércio rural numa perspectiva integrada. No segundo painel, os participantes discutiram questões como programas municipais integrados, água para todos, estratégias para a segurança alimentar e nutricional e municipalização dos serviços de saúde. No terceiro foram discutidos os mecanismos de planificação e financiamento de programas municipais integrados e a reestruturação das parcerias.

O encontro contou com a participação de 200 pessoas, entre delegados, directores provinciais, administradores municipais adjuntos, chefes de departamento, administradores comunais, chefes de secretaria, de secção, do plano, técnicos de administrações municipais, autoridades tradicionais, membros da sociedade civil e responsáveis de instituições bancárias.

Alerta aos funcionários públicos Licença ilimitada obedece a regras claras

Os gestores públicos da província da Huíla foram esclarecidos sobre matérias relativas às licenças registada e ilimitada e os seus efeitos e implicações na vida dos funcionários públicos.

Ao intervir no encontro provincial sobre implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, que encerrou no sábado, o director provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Albino Ferro, alertou os funcionários para acautelarem o pedido de licenças ilimitadas pelo facto de se tratar de um período nulo na contagem para a reforma. “Os funcionários devem saber os efeitos da licença limitada e ilimitada, pelas implicações na sua vida, pois a vaga deixada por si no período de dispensa é aberta e passível de ser ocupada por outro funcionário que concorra em concurso para um lugar na função pública”, esclareceu.

Estes aspectos, referiu, constam do Decreto-Lei 10/94 sobre as férias, licenças e faltas onde se declara a nulidade deste período na sua efectividade, não contando para a reforma, um dos efeitos resultantes dos pedidos de licença, de acordo com o período solicitado

Quanto à licença registada, acrescentou Albino Ferro, obedece a um período de até um ano, a começar por seis meses e passíveis de renovação, findo o qual devem imediatamente apresentar-se no local de trabalho, enquanto a licença ilimitada, transcende um ano para adiante. Os motivos para a cedência da licença são determinados pelo solicitante e analisados pela entidade empregadora. Por isso, os funcionários devem prevenir-se, pois uma licença ilimitada acima dos cinco anos, além do seu tempo ser nulo para a reforma, retira igual número de anos o tempo de alcance da reforma.

4.4 Investimentos públicos devem ter impacto na vida do cidadão

Jornal de Angola
18 De Fevereiro de 2011

Os Projectos de Investimentos Públicos devem reflectir-se na vida dos cidadãos para se cumprirem os objectivos das políticas públicas do Executivo, defendeu, ontem,

em Luanda, Rui Santos, professor do Instituto Nacional de Administração de Portugal.

Rui Santos falava no primeiro Seminário Técnico e Metodológico sobre a Programação, Gestão e Avaliação do Investimento Público, a propósito de “modelos lógicos de programação do investimento público”.

O seminário, promovido pelo Ministério do Planeamento, foi dirigido a técnicos dos departamentos de estudo e planeamento dos Ministérios e dos governos provinciais. Os técnicos, na elaboração dos projectos de investimentos públicos, referiu o orador, devem usar o método de enquadramento lógico, que consiste na aproximação dos investimentos às necessidades dos cidadãos.

A aproximação dos projectos públicos às necessidades dos cidadãos, frisou, é a razão de ser do Decreto Presidencial nº 31/10, de 12 de Abril, referente ao investimento público como um instrumento na resolução dos problemas dos cidadãos e na melhoria da vida das populações. Rui Santos alertou que o decreto é apenas “uma mera ferramenta” porque o objectivo final é que os recursos públicos sejam administrados com mais eficácia e eficiência.

O Decreto Presidencial, lembrou, acautela o problema de muitos projectos com o orçamento todo pago, mas cuja implementação não arranca. “Muitas vezes aceita-se assinar um contrato num valor inferior àquilo que vai ser necessário, pensasse que se vai gastar cem mil e acaba por se gastar 500 mil. A inversa também acontece”, esclareceu.

O docente frisou que a orçamentação pouco rigorosa tem como consequência a existência de muitas obras não concluídas e com custos muitos elevados.

Rui Santos defendeu a necessidade de se definir um custo padrão e exemplificou: o preço de uma escola pode custar uma determinada quantia na província, região ou país para que se evitem situações de subfacturação.

Esta metodologia, de enquadramento lógico, disse, é de referência em instituições internacionais, como o Banco Mundial, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional na elaboração, gestão e avaliação de projectos.

Américo dos Santos, professor da Universidade Técnica de Lisboa, falou, também, sobre “introdução à avaliação socioeconómica de projectos”.

O também economista defendeu que os técnicos dos departamentos de planeamento devem, na fase de elaboração de políticas pública, contar com o contributo de sociólogos, antropólogos e juristas para os com as acções formativas no sector projectos de investimento públicos

serem mais realistas com as necessidades do povo.

Formação contínua

A Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, disse que o seu Ministério vai intensificar o processo de formação de quadros, com sessões centradas em exercícios práticos, através de um ciclo formativo que vai prolongar-se até Julho.

Ana Dias Lourenço reconheceu que os gabinetes de Planeamento e o Ministério apresentam algumas debilidades, pelo que o esclarecimento e formação dos recursos humanos são fundamentais para o sucesso dos processos de modernização e adequação do funcionamento das instituições. “Recentemente foi aprovada pelo Parlamento a Lei do Sistema Nacional do Planeamento, que define como deve funcionar o sistema. Temos de estruturá-lo e a questão dos Recursos Humanos é uma peça fundamental” disse.

Ana Dias Lourenço salientou que o Ministério do Planeamento vai começar a trabalhar com o estudo de casos, exercitando, através de sessões, para aperfeiçoar as técnicas e aplicar as metodologias.

“Este seminário constitui o primeiro de um leque de outros seminários e de sessões de capacitação técnica a ter lugar junto dos sectores e províncias, cobrindo o maior número possível de quadros técnicos”, disse.

O seminário, que decorreu durante dois dias na Escola Nacional de Administração, terminou ontem e teve a presença da ministra e dos vice-ministros do Planeamento.

4.5 Taxas municipais pagas no Banco

O País

18 De Fevereiro de 2011

A partir da próxima semana serão instaladas nas administrações municipais, ao nível da província de Luanda, sucursais dos bancos BPC e BCI, para operacionalizarem todos os movimentos de arrecadação de receitas, no âmbito das novas regras e execução do Orçamento Geral Estado soube O PAÍS de fonte do Governo Provincial de Luanda.

A medida, de acordo com a nossa fonte, surge no âmbito da correcção das assimetrias na gestão financeira da província de Luanda, para se ter uma avaliação correcta da situação relacionada com arrecadação de receitas para a Conta Única do Tesouro existente o Banco Nacional de Angola. Antes da assinatura do termo de compromisso referente à canalização de receitas para a Conta Única do Tesouro, um acto que decorreu a segunda-feira, 14, as administrações municipais, de acordo com a fonte de O

PAÍS, “retinham na fonte uma parte do dinheiro e declaravam o que bem entendiam”.

A instalação dos bancos comerciais junto das administrações municipais, sublinhou a nossa fonte, será acompanhada da criação da Comissão Provincial de Avaliação da Receita Local e Comunitária, que deverá fazer uma avaliação dos níveis de arrecadação, com presença de responsáveis dos Bairros Fiscais, das administrações das direcções provinciais, sob supervisão do vice-governador para área Económica e Financeira. Assim sendo, nos primeiros trinta dias da implementação dessa medida serão apresentados

Os resultados da operação, porque o Executivo angolano quer que os contribuintes ganhem confiança no processo.

No dizer da nossa fonte, o que se retende a prior é que a população tenha consciência que o dinheiro que depositar para pagamento de determinado serviço, não será ara o administrador, nem para os seus agentes, mas sim para os cofres do Estado.

“É preciso que o contribuinte ganhe confiança que a receita comunitária, das transgressões administrativas, dos actos administrativos, da emissão de cartões, pagamento de licença de terreno, penalizações, entre outras, que ao pagar sintam-se orgulhoso que está pagar para o Estado e não está pagar para o administrador ou para o funcionário da administração, em forma de cambalacho”, tranquilizou a propósito a fonte de O PAIS.

Ao instalar sucursais de bancos comerciais junto nas administrações municipais, o Executivo pretende fazer com que os valores arrecadados sejam apresentados de forma real, tal e qual foram depositados.

No passado, disse, “ninguém sabia o que se arrecadava e cada um declarava o que lhe convinha”,

Sem perder a linha de pensamento a fonte do GPL que vimos citando, foi mais longe ao adiantar que “ninguém sabia o verdadeiro valor arrecadado, estávamos todos na dúvida, o próprio Estado estava na dúvida, porque não era declarado na realidade”.

“Eles declaravam no documento o valor que bem entendiam, sem que se pudesse contrapor. Agora, os tempos são outros e a realidade também”, rematou.

Deste modo, foram encerradas todas as contas bancárias dispersas pelo respectivo governo, direcções provinciais e administrações municipais, alimentadas por várias receitas, que a partir de agora passam a ser canalizadas para a Conta Única do Tesouro Nacional, controlada pelo Ministério das Finanças.

Prémio para a administração que mais depositar no tesouro O município da província de

Luanda que depositar mais receitas locais e comunitá-

rias para os cofres do Estado (Conta Única do Tesouro) receberá, em compensação, mais dinheiro para seu orçamento, com vista a executar os seus projectos.

O anúncio feito aos 16 de Junho de 2010, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, durante a apresentação do Programa de Gestão Integrada dos Projectos e Obras da Província de Luanda, em Viana, ganhou agora suporte jurídico legal, com a assinatura do termo de compromisso referente à canalização de receitas para a Conta Única do Tesouro Nacional.

De acordo com a nossa fonte, a administração municipal deverá receber o montante consignado no Orçamento Geral do Estado aprovado. E para a instituição beneficiar dele, terá que, necessariamente, facturar com base na arrecadação.

“Se o programa de facturação ao nível do município falhar, a administração poderá ficar sem dinheiro para as suas despesas correntes”, disse.

Para o feito, as administrações municipais foram autorizadas, à luz do termo de compromisso assinado na segunda-feira, 14, a cobrar taxas em lugares onde se tira vantagem económica, como por exemplo, praças, mercados, feiras, publicidade na via e outros.

Estas deverão, de igual forma, licenciar e fiscalizar os recintos de espectáculos e outros, devendo as instituições afins ministrarem cursos de formação aos gestores municipais.

Essa medida visa estimular e incitar a concorrência interna quanto a melhoria e qualidade das receitas e dos níveis de arrecadação de receitas locais e comunitárias. Para o efeito, deverá manter enquadramento das rotinas de execução orçamental nas administrações municipais, com o permanente acompanhamento dos técnicos do Ministério das Finanças e da Delegação Provincial das Finanças.

Descentralização financeira

O processo em curso vai, de acordo com a fonte de O PAÍS, culminar com a descentralização financeira das administrações municipais do ponto de vista estrutural. Se no passado as administrações municipais eram órgãos dependentes de uma unidade orçamental, neste caso os Governo Provincial de Luanda, agora elas conquistaram a categoria de unidades orçamentais.

Dito de outra maneira, pressupõe que as administrações municipais obtiveram uma autonomia financeira na componente de despesas e igual a de um ministério, um instituto público, com carácter de unidade orçamentais.

O novo decreto presidencial, exarado a propósito, clarifica o procedimento, sendo que as receitas depois de depositadas na Conta O compromisso

O termo de compromisso rubricado na segunda-feira, 14, representa uma nova era no regime financeiro da província de Luanda, visando uma maior transparência na gestão do erário público.

A ideia defendida para a implementação do Decreto Presidencial sobre as novas regras de execução do Orçamento Geral do Estado, tem como destaque o facto de ela encerrar em si o elevar das receitas fiscais que certamente vão contribuir para a elevação dos recursos ordinários do tesouro, a principal fonte de financiamento do OGE.

Ao implementar esta medida, o Governo Provincial de Luanda e as suas administrações municipais demonstram o seu empenho no cumprimento das orientações superiormente emanadas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O termo de compromisso foi assinado pelos administradores dos nove municípios de Luanda, testemunhados pelos vice-governadores, directores e delegados provinciais e homologados pelo governador José

. Maria dos Santos.

Governador e administradores falam em melhoria da imagem

“Devemos criar mecanismos para ordenar o sistema de arrecadação e procurar responsabilizar o nosso exercício para fazer uma governação transparente em benefício da boa gestão do erário e, sobretudo, da imagem do governo provincial”, disse o governador José Maria dos Santos.

Para José Maria dos Santos o acto representa o assumir da grande responsabilidade de que os recursos arrecadados no exercício de uma função pública devem ser todos canalizados para o Tesouro, como fiel depositário de todas as receitas públicas.

Segundo o governador de Luanda, outros passos vão ser dados neste sentido a nível das direcções provinciais que têm arrecadado receitas públicas no exercício das suas funções.

Além de chamar a atenção dos administradores para o redobrar dos mecanismos de arrecadação das receitas provenientes dos mercados, José Maria dos Santos realçou que, neste domínio, o compromisso está virado para o bem e para o mal.

O administrador da Samba, Pedra Fançony, disse que o passo dado visa controlar, racionalizar e direccionar melhor os recursos financeiros e adiantou que na Samba o processo de encerramento das contas dispersas em bancos comerciais está em fase de conclusão.

A administradora municipal da Ingombota, Susana de Melo, considera que “este compromisso vai mudar a

imagem dos administradores municipais para melhor” Segundo Suzana de Melo, havia a impressão que “nós ficávamos com o dinheiro, assim sendo, esta polémica deixará de existir” sublinhou.

O encerramento imediato de todas as contas bancárias das administrações municipais e o seu depósito para a Conta Única de Tesouro Nacional, vai permitir melhor controlo e gestão das receitas arrecadadas, disse a administradora da Ingombota, que adiantou que este mecanismo do Governo Provincial de Luanda de centralização das receitas, reduzirá a possibilidade de possíveis desvios do dinheiro.

Receios persistem

O sistema montado para a canalização de receitas para a Conta Única do Tesouro e a modalidade de atribuição do OGE para as administrações municipais, bem como para o Governo da Província, está a causar receios em alguns círculos em Luanda, a fonte do PAÍS mostrou-se receosa, a julgar pelo facto de o Ministério das Finanças levar uma eternidade a canalizar as verbas que quer as administrações municipais, quer o próprio GPL têm direito a nível do Orçamento Geral do Estado. O nosso interlocutor citou como exemplo o caso da antiga governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo que tomou posse em Outubro de 2008, mas que teria recebido a primeira dotação financeira em Setembro de 2009, quase um ano depois de assumir as funções.

Naquela altura, o GPL vivia um clima de tensão, porque não havia salários, nem dinheiros para qualquer tipo de despesa para a melhoria da imagem da capital e a governadora, com a “batata quente nas mãos”, não teve outra alternativa senão recorrer ao dinheiro das arrecadações. Mesmo sem receber as competentes dotações financeiras, a fonte de O PAÍS disse que as autoridades da província foram recebendo instruções para cobrir determinadas situações, como operações tapa buracos, colocação de passeios e lancis, tratamento de jardins, entre outras.

Em 2009, a então governadora recebeu orientações para ornamentar a cidade de Luanda, na perspectiva de receber a visita do Papa Bento

XVI, mas, no entanto, não beneficiou de “um tostão furado” para o feito, tendo ela, alegadamente, recorrido ao dinheiro das arrecadações.

Com o dinheiro proveniente das arrecadações, que em princípio deveria ser canalizado para a Conta Única do Tesouro, Francisca do Santo teria pago a pintura dos edifícios nos bairros do São Paulo, Sagrada Família, melhoramento da circulação rodoviária, poda de árvores, colocação de novos passeios e lancis, entre outras tarefas que haviam mudado para melhor a imagem da cidade.

No entanto, disse a nossa fonte, a então governadora recebeu “vários ralhetes” por se ter socorrido daquela verba, sem a devida autorização, apesar de ter apresentado os respectivos justificativos.

Dinheiro, o segredo de sempre

Até hoje, nenhum administrador municipal em Luanda disse publicamente o real valor das receitas arrecadadas na sua área de jurisdição, apesar de em todas elas haver mercados de grande dimensão, pracinhas, armazéns em grande escala, roloutes em todas as esquinas.

Ao nível das municipalidades existem ainda, lanchonetes, discotecas, restaurantes, oficinas, salões de beleza, publicidade em outdoors, em paredes, enfim muitas actividades que em princípio deveriam contribuir para a arrecadação de receitas, mas que não se sabe se contribuem ou não. O dinheiro produzido no extinto mercado do Roque Santeiro (falavas se em mais de USD 2 milhões por dia) já foi tema de várias conversas, mas, paradoxalmente, nenhum administrador do Sambizanga aceitou revelar o verdadeiro valor arrecadado naquele que foi considerado o maior mercado de África a céu aberto. Em Todos os mercados de Luanda, os vendedores pagam diariamente uma taxa aos fiscais das respectivas administrações municipais, estes aplicam multas de transgressões administrativas, entre outras penalidades, mas o dinheiro arrecadado nem sempre era do conhecimento público.

Francisca do Espírito Santo, em várias ocasiões fez questão de pronunciar-se publicamente sobre o assunto, alegando desconhecer o paradeiro dos montantes arrecadados pelas administrações municipais e delegações provinciais sob dependência do GPL.

4.6 Depósito de receitas para a Conta Única do Tesouro, oposição diz-se a favor de boa gestão do erário público

Semanário Factual

De 19 a 26 de Fevereiro

O líder do grupo parlamentar da FNLA, Ngola Kabangu, afirmou que a má gestão do erário público forçou o Executivo a tomar essa medida.

Sediangani Mbimbi, do PDP-ANA, reiterou a posição de Ngola Kabangu, afirmando que os administradores municipais de Luanda têm tido fraco desempenho.

“Muitas receitas fazem se em Luanda, mas o seu destino é desconhecido”, afirmou.

Entretanto, as direcções provinciais de Luanda deverão assinar o compromisso para a canalização, de receitas para a Conta Única do Tesouro nacional, afirmou o governador José Maria Ferraz dos Santos.

O governador fez estas declarações depois dos administradores municipais terem assinado um termo de compromisso para o encerramento imediato de todas as contas bancárias das administrações.

De acordo com o José Maria dos Santos, com este acto foi assumida uma grande responsabilidade, reconhecendo que os recursos arrecadados no exercício das funções públicas devem ser todos canalizados para a Conta Única do Tesouro, como fiel depositário de todas receitas públicas.

O compromisso assinado servirá para corrigir as simetrias na gestão financeira da província de Luanda e encerrar imediatamente todas as contas bancárias das administrações.

“Assim sendo, estamos a dar um passo no cumprimento da legislação em Vigor e no programa executivo e das preocupações do presidente da República, José Eduardo dos Santos”, afirmou.

O governante chamou a atenção dos administradores em relação às receitas públicas provenientes dos mercados, pois, em sua opinião, os gestores municipais devem redobrar os mecanismos para a arrecadação de receitas nesta área, já que estes locais (mercados) são fontes fortes de arrecadação de receitas.

Lembrou que com este compromisso estará a ser feita uma governação transparente em benefício da boa gestão do erário.

Ao implementar este compromisso, pretende-se elevar as receitas fiscais que vão contribuir para a elevação dos recursos ordinários do tesouro, principal fonte de financiamento do OGE.

Constam do compromisso a realização de balanços sistemáticos da receita arrecadada e despesa realizada, executar o sistema de gestão financeira do estado (SIGFE) e ministrar cursos de formação aos gestores.

A criação da comissão provincial de avaliação da receita local e comunitária, com vista a obter o balanço mensal dos níveis de arrecadação e manter o enquadramento das rotinas de execução orçamental nas administrações municipais, com o acompanhamento de técnicos do Ministério e da delegação provincial das Finanças, constam também dos compromissos.

O estímulo à concorrência interna, a melhoria e a qualidade das receitas e dos níveis de arrecadação comunitária, e a premiação do melhor município pela arrecadação de mais receitas locais, fazem parte do compromisso.

4.7 Administradores passam a depositar para Conta Única do Tesouro

O Semanário Independente
19 de Fevereiro

Em função de muitas burlas e atropelos administrativos cometidos pelos administradores municipais no País, o Presidente da República orientou a passagem das verbas municipais para a Conta Única do Tesouro.

Em Luanda, Governador José Maria dos Santos, começou a materializar o Decreto Presidencial (Dec-Pres. N° 307/10), segundo o qual, todas as receitas provenientes de taxas, licenças e multas cobradas pelos órgãos e serviços da administração local devem ser obrigatoriamente depositadas na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), que é gerado pela Direcção Nacional de Impostos do Ministério das Finanças.

Esta situação vem inutilizar as várias contas abertas pelas administrações municipais, muitas delas, contas pessoais em bancos comerciais. Segundo uma fonte próxima ao executivo de Zé Maria, administradores como, Tany Narciso, do Cazenga, e Suzana Augusto de Melo, da Ingombota, detêm contas que beneficiam os respectivos negócios.

Já o decreto tem como objectivos e benefícios evitar que haja dois orçamentos em paralelo, que as receitas arrecadadas pelos diversos serviços e órgãos da administração local sejam usadas sem o controlo do Ministério das Finanças e também por serem receitas públicas e não privadas.

As direcções provinciais de Luanda também deverão assinar o compromisso para a canalização de receitas para a conta única do tesouro nacional, anunciou o governador de provincial, José Maria Ferraz dos Santos.

O governador fez estas declarações depois dos administradores municipais terem assinado um termo de compromisso para o encerramento imediato de todas as contas bancárias das administrações.

Com este acto, foi assumida uma grande responsabilidade, reconhecendo que os recursos arrecadados no exercício das funções públicas devem ser todas canalizadas para a conta única do tesouro, como fiel depositário de todas receitas públicas.

O compromisso assinado hoje servirá para corrigir as assimetrias na gestão financeira da província de Luanda e encerrar imediatamente todas as contas bancárias destes organismos.

“Assim sendo, estamos a dar um passo no cumprimento da legislação em vigor e no programa executivo e das preocupações do presidente da República, José Eduardo dos Santos”, afirmou.

O governante chamou à atenção dos administradores em relação às receitas públicas provenientes dos mercados, pois em sua opinião os gestores municipais devem redobrar os mecanismos para a arrecadação de receitas nesta área, já que estes locais (mercados) são fontes fortes de arrecadação de receitas.

Lembrou que com este compromisso estará a ser feita uma governação transparente em benefício da boa gestão do erário.

Ao implementar este compromisso, pretende-se elevar as receitas fiscais que vão contribuir para a elevação dos recursos ordinários do tesouro, principal fonte de financiamento do OGE.

Constam do compromisso a realização de balanços sistématicos da receita arrecadada e despesa realizada, executar o sistema de gestão financeira do estado (SIGFE) e ministrar cursos de formação aos gestores.

A criação da comissão provincial de avaliação da receita local e comunitária, com vista a obter o balanço mensal dos níveis de arrecadação e manter o enquadramento das rotinas de execução orçamental nas administrações municipais, com o acompanhamento de técnicos do Ministério e da delegação provincial das Finanças, constam também dos compromissos.

O estímulo à concorrência interna, quanto à melhoria e qualidade das receitas e dos níveis de arrecadação comunitária, e a premiação do melhor município pela arrecadação de mais receitas locais fazem parte do compromisso.

Dentro em breve, o Governo Provincial de Luanda e as respectivas administrações municipais serão obrigados a montar mecanismos legais, com vista a arrecadar receitas para financiar todos os projectos de sua subordinação, havia anunciado recentemente o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Carlos Feijó fez este anúncio em Viana, durante a apresentação do Programa de Gestão Integrada de Obras e Projectos da Província de Luanda, durante uma visita de campo efectuada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos àquela municipalidade.

De acordo com Carlos Feijó, espera-se que uma das grandes responsabilidades do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais seja a arrecadação de receitas.

“Não pode o Governo Provincial de Luanda e as suas administrações municipais esperarem pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) sem a devida contrapartida de sabermos quanto é que elas estão a contribuir para este OGE”, disse o membro do Executivo.

4.8 Saldo orçamental com défice de 2%

Novo jornal

11 De Fevereiro de 2011

Apesar da consolidação vivida em 2010, muito à custa de contenção orçamental (pressionada pelo FMI mas também pela conjuntura interna e externa), o Executivo falhou na previsão da inflação - que ultrapassou os 15%, segundo os analistas do Banco Português de Investimento (BPI).

2011 advinha-se um ano de consolidação da recuperação económica desenhada ao longo de 2010. Para este ano, o governo prevê um crescimento de 7.6% e o FMI de 7.5%, o que significa que se retomaram taxas de crescimento acima da média da região. Para tal contribui a esperada recuperação do sector petrolífero, mas particularmente a recuperação do sector não-petrolífero, que, em 2011, deverá acentuar o seu contributo para o crescimento da economia, afirmando-se como motor alternativo de crescimento.

A forte quebra registada em 2009 no sector exportador levou a que a balança corrente se tornasse deficitária.

O saldo da balança corrente foi apresentando melhorias ao longo de 2010, resultado da aceleração do sector petrolífero (mais em valor do que em quantidade). Por outro lado, as importações terão apresentado uma evolução mais moderada do que no ano passado, reflectindo a redução do investimento e a consequente necessidade de importação de bens de capital. Desta forma, o saldo da balança comercial terá melhorado e como tal tido um impacto positivo na balança corrente.

Em termos de política fiscal, assinala-se a recuperação da receita, ainda muito dependente da actividade petrolífera; enquanto, do lado da despesa, tem havido um esforço de contenção, prevendo-se uma estabilização do montante da despesa em termos do PIE em 2011. O saldo orçamental de 2010 ficou aquém das previsões do próprio governo, tendo terminado o ano com um défice de 2%. Embora se espere uma recuperação ao longo de 2011, com um saldo estimado de +1.9%, a receita fiscal continuará muito vulnerável ao comportamento do petróleo nos mercados internacionais.

Embora se espere uma recuperação ao longo de 2011, a receita fiscal continuará muito vulnerável ao comportamento do petróleo nos mercados internacionais.

A inflação terminou 2010 em 15.31%, acima da fasquia de 13% definida pelo governo e com poucas possibilidades de cumprir o objectivo de 12% definido para 2011. Para isso seria necessário, num espaço de tempo reduzido, diminuir a dependência de bens importados e/ ou beneficiar de um cenário de taxa de câmbio mais benigno; ultrapassar questões estruturais relacionadas com a importação e escoamento de bens nas alfândegas. A isto acresce que não podemos excluir, que no âmbito de uma política fiscal mais disciplinada, o Governo possa impor novos cortes de subsídios ao longo do ano, com implicações directas no comportamento dos preços.

As autoridades angolanas deverão continuar a privilegiar a estabilidade cambial. As reservas cambiais têm vindo a recuperar gradualmente do mínimo registado em Janeiro de 2010 (USD 12 mil milhões), registando-se um acréscimo de 40% em Dezembro face ao início do ano. Nos próximos meses, o montante de reservas deverá manter-se suportado pelo comércio externo, permitindo manter as actuais linhas de política cambial.

Relativamente aos agregados monetários, destaca-se a evolução do crédito, cuja taxa de crescimento mensal média apresentou em 201e (valores até Setembro) uma queda face a 2009.

Africa subsariana destacou-se positivamente em 2010 e apresenta boas perspectivas para 2011

A região africana em 2010 destacou-se pelo seu desempenho positivo, com uma taxa de crescimento real do PIB prevista de 5.0%1, voltando aos ritmos de crescimento verificados no período pré-crise internacional. Em 2009, reflexo da crise internacional que afectou a região via diminuição abrupta dos fluxos comerciais, verificou-se um crescimento real do PIB de apenas 2.5%, ainda assim evitando um cenário recessivo. O FMI defende que a resiliência revelada ao choque externo se justifica pelo facto de muitos dos países da região terem enfrentado a crise dupla situação de folga em termos de política fiscal; terem níveis de endividamento externo relativamente baixos; apresentarem cenários de baixa inflação; e nos últimos anos, terem acumulado elevados níveis de reservas internacionais que lhes permitiu estabilizar as respectivas moedas.

Ao longo deste ano, o ritmo de crescimento deverá manter-se suportado pela dinâmica interna de vários países da região, mas também pela recuperação do sector externo, particularmente suportado pela forte procura asiática por commodities de que os países africanos são exportadores.

Angola: 2010 em retrospectiva e desafios para 2011

Entre as principais economias da região, e particularmente entre os países produtores de petróleo, Angola foi dos países mais afectados em 2009. Sendo uma economia com um elevado grau de dependência do petróleo, a aceleração da economia em 2010 reflecte em grande parte a recuperação da procura mundial desta commodities e a subida do preço no mercado internacional.

Ainda assim, este efeito foi atenuado por constrangimentos do lado da oferta, uma vez que ao longo do ano se fizeram sentir interrupções de produção relacionadas com falhas técnicas e de manutenção de algumas unidades extractivas².

A estabilização da economia ao longo do último ano é também uma consequência das medidas adoptadas no âmbito do acordo firmado com o FMI. Verificou-se uma recuperação do saldo orçamental não-petrolífero e foram tomadas medidas em termos de política monetária que permitiram recuperar o nível das reservas internacionais e atenuar os efeitos da crise na balança corrente e no equilíbrio das contas públicas. Finalmente, refira-se que no último semestre de 2010, iniciou-se o processo de regularização das dívidas às empresas estrangeiras e existe a perspectiva que a situação fique resolvida até final de Março deste ano.

Para este ano, o desafio que se coloca às autoridades angolanas consiste em assegurar uma política fiscal, que permita caminhar no sentido da promoção do equilíbrio do saldo orçamental não-petrolífero, sem descuidar a aposta no investimento em infra-estruturas e unidades produtivas que permitam reforçar o sector não petrolífero; mas simultaneamente assegurar que se mantém uma tendência de acumulação das reservas internacionais e que se prossegue com o plano de pagamentos das dívidas às empresas estrangeiras privadas a operar no país. Para tal, as autoridades angolanas poderão contar com perspectivas favoráveis para o mercado internacional de petróleo, já que a procura mundial dirigida ao petróleo angolano deverá manter-se suportada. Apesar das incertezas que prevalecem relativamente à recuperação das economias desenvolvidas, Angola beneficia das perspectivas de crescimento económico favoráveis das economias emergentes, na Ásia e na América Latina (Brasil), para onde actualmente se dirigem cerca de 40% das exportações de petróleo angolanas.

Entretanto, as reformas estruturais lançadas ao abrigo do acordo com o FMI deverão prosseguir.

Nomeadamente, a introdução de medidas de fortalecimento da capacidade administrativa ao nível dos órgãos com responsabilidade de monitorização de projectos que envolvem as finanças públicas e gestão da dívida públicas bem como lançar um programa fiscal claro. A introdução de instrumentos que permitam o reforço da gestão da liquidez é outra medida importante em agenda.

Procura mundial de petróleo apresenta-se suportada, mas oferta de Angola oferece limitações

Ao longo de 2010, verificou-se um aumento da procura mundial de petróleo, e para os próximos meses, ganham expressão as expectativas de aumento da procura futura. De acordo com os dados da Agência Internacional de Energia (AIE), no relatório de Dezembro, o consumo global do ano foi revisto em alta para 87.3 mb/d, reflectindo o aumento do consumo, tanto nos países da OCDE como fora deste agrupamento. Para 2011, a AIE prevê uma procura média de 88.5 mb/d, que corresponde a uma variação anual de +1.2 mb/d ou +1.4%.

Este cenário tem permitido que o preço do crude volte a transaccionar em níveis máximos do ano (tanto a cotação do WTI como o Brent). O WTI terminou o ano em USD 91/barril, o correspondente a uma valorização de 8% no ano. E já em 2011, o preço aproximou-se do patamar dos USD 100/barril.

A generalidade das previsões aponta para que os preços irão continuar suportados pela consolidação da retoma económica e pela crescente maior procura da China (apesar das medidas anti-sobreaquecimento económico), nomeadamente de produtos refinados.

Apesar deste cenário optimista para o mercado internacional do petróleo, em Angola, os constrangimentos do lado da oferta impediram que, em 2010, se verificasse um nível de produção consideravelmente superior ao do ano anterior (ano da crise).

Os números oficiais indicam que, em 2010, o nível de produção média se terá situado em cerca de 1.86 milhões de barris/dia, aquém do potencial máximo de produção diário e pouco acima do valor de 2009 (1.81 milhões/barris/dia) verificou-se que o nível de produção foi caindo a partir de meados do ano, tendo terminado Dezembro com um nível de produção em torno dos 1.63 mbd.

Os primeiros dados referentes às expedições de carga nos dois primeiros meses do ano apontam para uma recuperação lenta desta tendência. O governo espera que, em 2011, o nível de produção média diária ascenda a 1.9 mbd; e o FMI estima que este número possa superar a barreira dos 2.0 mbd. Porém, face à disponibilidade de produção presente, estes números surgem demasiado optimistas. Contudo, as perspectivas favoráveis em termos de recuperação de preço do petróleo constituem uma notícia positiva em termos de política orçamental e contas externas em Angola. Embora o impacto do lado do crescimento real do produto seja menor, a possibilidade de aumento de rendimento nominal da economia tende a estimular a procura pelo menos numa fase inicial.

4.9 Tribunal de Contas exige disciplina nos fundos públicos

Agora
12 de Fevereiro 2011

O presidente do Tribunal de Contas (Tc) garantiu que à boa governação e transparência existirá se houver um sistema de controlo eficaz a satisfação dos interesses colectivos e o alcance da justa repartição dos rendimentos e da riqueza.

Julião António, que falava numa palestra sobre “O papel do Tribunal de Contas” dirigida aos diplomatas, referiu que uma boa governação só com um controlo forte e sério em todos os seus procedimentos .

“A boa governação e transparência não são produtos acabados que se podem encontrar na prateleira de uma qualquer loja ou de qualquer parte do mundo. Não há nenhum produto com o rótulo boa governação e transparência da gestão de fundos públicos que qualquer gestor possa comprar”, advertiu, acrescentando ser um processo de adaptação, disciplina do gestor perante o erário e património públicos, envolvendo prática correcta da aplicação de fundos colocados à sua disposição, de responsabilização e de equilíbrio para organizar e coordenar uso dos recursos financeiros, visando a satisfação do interesse colectivo.

Quer a Constituição as demais leis reguladoras da gestão do erário público apenas serão reforçados se os mecanismos estabelecidos na “Lei Orgânica e dos Processos do Tribunal de Contas poderem ser verdadeiramente interactivos e capazes de responsabilizar, de facto, os gestores públicos que violem procedimentos estabelecidos nas regras de gestão orçamentos.

4.10 Promulgada lei sobre o regime de taxas

Jornal de Angola
15 De Fevereiro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos assinou e promulgou, ontem, as leis sobre o Regime de Taxas e sobre o Regime Jurídico de Notariado, as leis de Alteração aos Códigos de Registo Predial e do Notariado.

Uma nota da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República anuncia que foram também assinadas e promulgadas a lei das Transgressões Administrativas e as leis de Alteração ao Código Civil e dos Feriados Nacionais e Locais e datas de celebração nacional. O

Presidente José Eduardo dos Santos assinou e promulgou, na semana passada, o Decreto Presidencial sobre os Planos Integrados de Expansão Urbana e Infraestruturas de Luanda e Bengo, além dos Decretos Presidenciais sobre o Regime de desafectação dos Terrenos do Domínio Público Marítimo de Luanda e sobre o Regime de Criação do Kilamba e Atribuição do Foral. Os documentos, refere a nota, foram rubricados e promulgados pelo Presidente da República, no uso das prerrogativas que lhe confere a Constituição.

4.11 Administradores passam a depositar para Conta Única do Tesouro

O Independente
19 De Fevereiro

Em função de muitas burlas e atropelos administrativos cometidos pelos administradores municipais no País, o Presidente da República orientou a passagem das verbas municipais para a Conta Única do Tesouro.

Em Luanda, Governador José Maria dos Santos, começou a materializar o Decreto Presidencial (Dec-Pres. N° 307/10), segundo o qual, todas as receitas provenientes de taxas, licenças e multas cobradas pelos órgãos e serviços da administração local devem ser obrigatoriamente depositadas na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), que é gerado pela Direcção Nacional de Impostos do Ministério das Finanças.

Esta situação vem inutilizar as várias contas abertas pelas administrações municipais, muitas delas, contas pessoais em bancos comerciais. Segundo uma fonte próxima ao executivo de Zé Maria, administradores como, Tany Narciso, do Cazenga, e Suzana Augusto de Melo, da Ingombota, detêm contas que beneficiam os respectivos negócios.

Já o decreto tem como objectivos e benefícios evitar que haja dois orçamentos em paralelo, que as receitas arrecadadas pelos diversos serviços e órgãos da administração local sejam usadas sem o controlo do Ministério das Finanças e também por serem receitas públicas e não privadas.

As direcções provinciais de Luanda também deverão assinar o compromisso para a canalização de receitas para a conta única do tesouro nacional, anunciou o governador de provincial, José Maria Ferraz dos Santos.

O governador fez estas declarações depois dos administradores municipais terem assinado um termo de

compromisso para o encerramento imediato de todas as contas bancárias das administrações.

Com este acto, foi assumida uma grande responsabilidade, reconhecendo que os recursos arrecadados no exercício das funções públicas devem ser todas canalizadas para a conta única do tesouro, como fiel depositário de todas receitas públicas.

O compromisso assinado hoje servirá para corrigir as assimetrias na gestão financeira da província de Luanda e encerrar imediatamente todas as contas bancárias destes organismos.

“Assim sendo, estamos a dar um passo no cumprimento da legislação em vigor e no programa executivo e das preocupações do presidente da República, José Eduardo dos Santos”, afirmou.

O governante chamou à atenção dos administradores em relação às receitas públicas provenientes dos mercados, pois em sua opinião os gestores municipais devem redobrar os mecanismos para a arrecadação de receitas nesta área, já que estes locais (mercados) são fontes fortes de arrecadação de receitas.

Lembrou que com este compromisso estará a ser feita uma governação transparente em benefício da boa gestão do erário.

Ao implementar este compromisso, pretende-se elevar as receitas fiscais que vão contribuir para a elevação dos recursos ordinários do tesouro, principal fonte de financiamento do OGE.

Constam do compromisso a realização de balanços sistemáticos da receita arrecadada e despesa realizada, executar o sistema de gestão financeira do estado (SIGFE) e ministrar cursos de formação aos gestores.

A criação da comissão provincial de avaliação da receita local e comunitária, com vista a obter o balanço mensal dos níveis de arrecadação e manter o enquadramento das rotinas de execução orçamental nas administrações municipais, com o acompanhamento de técnicos do Ministério e da delegação provincial das Finanças, constam também dos compromissos.

O estímulo à concorrência interna, quanto à melhoria e qualidade das receitas e dos níveis de arrecadação comunitária, e a premiação do melhor município pela arrecadação de mais receitas locais fazem parte do compromisso.

Dentro em breve, o Governo Provincial de Luanda e as respectivas administrações municipais serão obrigados a montar mecanismos legais, com vista a arrecadar recei-

tas para financiar todos os projectos de sua subordinação, havia anunciado recentemente o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Carlos Feijó fez este anúncio em Viana, durante a apresentação do Programa de Gestão Integrada de Obras e Projectos da Província de Luanda, durante uma visita de campo efectuada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos àquela municipalidade.

De acordo com Carlos Feijó, espera-se que uma das grandes responsabilidades do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais seja a arrecadação de receitas.

“Não pode o Governo Provincial de Luanda e as suas administrações municipais esperarem pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) sem a devida contrapartida de sabermos quanto é que elas estão a contribuir para este OGE”, disse o membro do Executivo.

No modelo de organização e gestão de Luanda, Carlos Feijó deu a conhecer que o Executivo pensa passar à aplicação imediata do novo regime financeiro local, que permitirá a transformação do Fundo de Gestão Municipal num novo instrumento financeiro.

Este instrumento, a ser aplicado, permitirá às estruturas da província de Luanda a execução de tarefas que estão consignadas quer ao nível do programa provincial quer ao nível do programa municipal.

Para dar corpo a esta pretensão, o Conselho de Ministros debruçasse-se, sobre um projecto de diploma legal que deverá estabelecer a delimitação e coordenação de actuações entre as administrações central e local do Estado, definindo claramente quais são as responsabilidades do governo central, do governo provincial e da administração municipal.

“Dentro de um princípio de distribuição de recursos, aqueles que mais contribuírem com receitas para o OGE, seguramente receberão mais”, garantiu o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Tudo isto, no dizer de Carlos Feijó é facilitado em termos jurídico legais pelo novo regime financeiro local do Estado, que estabelece um processo de gestão autónomo dos recursos locais, mas de acordo com o princípio de unidade e universalidade do orçamento, isto é, nada de existência de recursos fora da Conta Única do Tesouro do Ministério das Finanças.

4.12 Repartição fiscal do município arrecada milhões de kwanzas

Jornal De Angola
26 de Fevereiro

A repartição municipal das Finanças do Cuito arrecadou, em 2010, um total de cerca de 850 milhões de kwanzas em impostos e taxas, revelou ontem o seu responsável, Pedro Custódio.

Em declarações à Angop, Pedro Custódio adiantou que as receitas em causa resultaram da cobrança do Imposto sobre Rendimento de Trabalho, actividades comerciais e industriais, Imposto de Selo, serviço de conservatória, notariado e serviços comunitários.

O chefe da repartição municipal das Finanças declarou que, em relação a 2009, houve um aumento de receitas financeiras na ordem dos 40 por cento, fruto do combate à fuga ao fisco.

Entre outras actividades foram realizadas campanhas de sensibilização junto dos comerciantes e outros operadores económicos, no sentido de fazerem os seus pagamentos nos postos fiscais, para evitar as multas.

Pedro Custódio elogiou os agentes económicos que cumprem as suas obrigações nos prazos estipulados. Para este ano, a repartição municipal das Finanças no Cuito tem previsão de aumentar as receitas, tendo em conta a extensão da actividade comercial nesta parcela do país.

De referir que é na repartição fiscal do Cuito que são pagos os impostos das vilas de Kunhinga, Katabola e Chitembo.

No modelo de organização e gestão de Luanda, Carlos Feijó deu a conhecer que o Executivo pensa passar à aplicação imediata do novo regime financeiro local, que permitirá a transformação do Fundo de Gestão Municipal num novo instrumento financeiro.

Este instrumento, a ser aplicado, permitirá às estruturas da província de Luanda a execução de tarefas que estão consignadas quer ao nível do programa provincial quer ao nível do programa municipal.

Para dar corpo a esta pretensão, o Conselho de Ministros debruçasse-se, sobre um projecto de diploma legal que deverá estabelecer a delimitação e coordenação de acções entre as administrações central e local do Estado, definindo claramente quais são as responsabilidades do governo central, do governo provincial e da administração municipal.

“Dentro de um princípio de distribuição de recursos, aqueles que mais contribuírem com receitas para o OGE, seguramente receberão mais”, garantiu o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Tudo isto, no dizer de Carlos Feijó é facilitado em termos jurídico legais pelo novo regime financeiro local do Estado, que estabelece um processo de gestão autónomo dos recursos locais, mas de acordo com o princípio de unidade e universalidade do orçamento, isto é, nada de existência de recursos fora da Conta Única do Tesouro do Ministério das Finanças.

4.13 Lei da Proibição Administrativa em silêncio tumular

Continente
25 De Fevereiro de 2011

No próximo dia 5 de Março, a Lei Sobre a Proibição Administrativa completará um ano desde a sua aprovação, por unanimidade, pelos deputados da Assembleia Nacional (AN).

O Diploma surgiu depois da anunciada “tolerância zero”, pelo Presidente Eduardo dos Santos, aos actos ilícitos na administração pública. Em Fevereiro do ano passado, quando o PR dava posse aos membros do novo Governo, reafirmou a sua aposta no combate à corrupção, tendo anunciado que a “Tolerância zero” passaria a ter um novo instrumento de combate ao enriquecimento ilícito, sendo a Lei da Proibição Administrativa.

O documento visa a moralização da sociedade e estimular uma gestão mais responsável e transparente do erário público, compreendendo três momentos, nomeadamente, prevenção, acção e sancionamento dos actos ilícitos.

Os debates à sua volta foram intensos nos mais variados segmentos da sociedade, existindo quem considerasse, mais uma iniciativa que não passaria disso mesmo, a julgar pela não entrada em funcionamento, até agora, da Lei da Alta Autoridade contra a Corrupção, aprovada em 1996.

A Lei entrou em vigor em Junho de 2010, seguindo-se apresentação das declarações de bens dos abrangidos no Diploma, à PGR, o fiel depositário das mesmas.

Na altura, prometeu-se maior divulgação da Lei, alegadamente, porque, até magistrados da PGR tinham dificuldades em interpretá-la, tendo o assunto caído no silêncio, até hoje.

Desconhece-se, por exemplo, se os novos titulares de cargos públicos já fizeram ou não as suas declarações de bens, tão pouco se sabe, se a PGR já criou as condições para as acolher.

Durante um debate na Rádio Eclésia, Mota Liz, havia inumerado uma série de dificuldades com que se debatia a PGR, destacando-se à inexistência de armários próprios para guardar as dclarações, assim como Selos apropriados.

As declarações de bens depositadas o ano passado na PGR, apenas é permitem acesso mediante mandato judicial, justificável no âmbito de processo-crime ou disciplinar e administrativo, bem como outras razões de fortes indícios criminais, tal como estabelece a Lei.

De acordo com o diploma, as informações e dados contidos na declaração de bens, assim como em denúncia, por acto de improbidade, são considerados elementos sob segredo de Justiça, estando o Seu desrespeito, por qualquer forma, sujeito a correspondente processo criminal e disciplinar. A declaração de bens, estabelece ainda a Lei, é apresentada em envelope fechado e lacrado, até 20 dias após tomada de posse do agente, junto à entidade que exerce poder de direcção, de superintendência ou tutela, que lhe remeter, no prazo de oito dias úteis, ao procurador geral da República. Refere igualmente que falsas declarações, por dolo ou negligência, omissões e, ou a não declaração de bens equivale a sonegação perante autoridade pública, susceptíveis de responsabilização política, disciplinar e criminal.

As primeiras declarações de bens

De acordo com dados da PGR, a maior parte das declarações de bens depositadas no ano passado, naquela instituição, é dos membros do Governo, entidades ligadas directamente ao PR, magistrados judiciais e do Ministério Público. Entre elas constam as declarações de rendimento recebidas de entidades como os ministros de Estado e chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, da Administração Pública Emprego e Segurança Social. Pitra Neto, do Ambiente, Fátima Jardim, da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, da Cultura, Rosa Cruz e Silva. Das declarações constam também a do ministro da Educação, Pinda Simão, do vice-ministro da Educação para Formação e Ensino Técnico e Profissional, Narciso dos Santos Benedito, da Vice-Ministro da Educação para o Ensino Geral e Acção Social, Ana Ndala Fernando, do secretário de Estado dos Direitos Humanos, António Bento Bembe. Constam ainda a do secretário para os Assuntos Políticos e Constitucionais da Presidência da República, Francisco Monteiro Queiroz, do secretário para os Assuntos de Comunicação Institucional e de Imprensa, José Mena Abrantes, a da secretária para os Assuntos Judiciais e Jurídicos, Florbela Araújo, do secre-

tário para os Assuntos Locais, André Mingas.

Fazem também parte da lista, o chefe do Cerimonial do Presidente da República, José Filipe, do seu adjunto, Pedro António Saraiva, e do governador da província da Huíla, Isaac Maria dos Anjos.

Recorda-se que as pessoas com a obrigação de apresentar a declaração de bens, passados os 30 dias recusando-se a apresentar tal participação, podem ser sancionados com pena de demissão das suas funções e outras sanções.

A primeira entidade a entregar a sua declaração de bens à PGR foi o juiz conselheiro do Tribunal Constitucional, Onofre dos Santos.

A Lei da Probidade Administrativa, publicada no dia 29 de Março de 2010, entrou em vigor no dia 28 de Junho do mesmo ano.

5 CIDADANIA

5.1 Administradores na mira de exoneração Cazenga, Kilamba Kiaxi e Viana

Semanário Factual

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

O novo governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, prepara-se para fazer mudanças de fundo a nível das administrações municipais.

Numa primeira fase, serão mexidos os administradores do Cazenga, do Kilamba Kiaxi e de Viana, onde, segundo relatos, os seus titulares têm demonstrado um fraco desempenho.

“Os administradores foram nomeados durante um momento específico, de lá para cá houve alterações no quadro político pelo que existe a necessidade de fazermos mudanças a nível das administrações municipais”, garantiu ao Factual uma fonte.

A fonte afirmou que apesar de os governos provinciais terem agora autonomia para exonerarem os administradores a nível dos municípios tem de o fazer sempre em consonância com o Ministério da Administração do Território (MAT).

“A maior parte dos municípios de Luanda apresenta neste momento um cenário lamentável, o que pode ser mau para as pretensões de quem está no poder”, salientou a fonte.

Sabe-se, entretanto, que poderão estar na base destas alterações as auditorias levadas a cabo no final de 2009 pelo Tribunal de Contas às administrações municipais a nível de Luanda.

5.2 Administradores aplaudem descentralização

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2011

A decisão do Executivo de descentralização administrativa dos municípios está a deixar satisfeitos os administradores, que consideram a nova metodologia de trabalho uma forma eficaz de combater a fome e a pobreza.

O administrador municipal do Rangel, Macial Neto “Makavulo” disse ao Jornal de Angola que o novo método de trabalho permite melhor aproximação dos administradores às populações.

“Esta mudança é positiva, permite a aproximação às comunidades. Partindo do princípio que o nosso objetivo é resolver os problemas da população, o programa vai delinear as acções para resolução dos problemas”, disse, acrescentando que, no caso do combate à pobreza, existe já um programa elaborado.

Macial Neto disse que o programa do Executivo estabelece prioridade absoluta ao bem-estar da população. “Temos de rever o nosso plano de gestão”, disse. O administrador fala na necessidade de requalificar o município para garantir melhores condições de habitabilidade aos cidadãos.

Explicou que as prioridades recaem sobre a revisão do modelo de recolha de resíduos sólidos e a recuperação de vias terciárias, para melhorar a circulação de pessoas e bens no município. Para fazer face aos desafios, afirma que a prioridade vai para a formação de quadros.

O administrador municipal do Belize, em Cabinda, José Kubaia também se manifestou satisfeito com a descentralização administrativa dos municípios. “Vamos poder tomar decisões e executar trabalhos sem esperar pelo governo provincial”, disse, acrescentando que a prioridade para Belize é a conclusão da construção da aldeia de Caio Guembo, onde vai ser montado o sistema de abastecimento de água potável, saneamento básico e hospitais. Na Lunda-Norte, o administrador do município do Chitato, Marcelino Chissupa, considera a decisão “muito significativa”, uma vez que vai permitir o desenvolvimento noutras áreas da região que administra.

“Neste momento, a existência de unidades hospitalares é satisfatória. Só no hospital do Chitato, existem 100 camas e vai ser construído outro com capacidade para 260”, disse.

Em relação aos enfermeiros, o administrador afirma que o município está bem servido. Para ele, a descentralização administrativa dos municípios vai contribuir, de forma directa, para o combate à fome e à pobreza.

5.3 Novo modelo de gestão dos municípios permite o reforço do combate à pobreza

Jornal de Angola

03 De Fevereiro de 2011

O Governador da província do Zaire, Pedro Sebastião, considera que o novo modelo de gestão das administrações municipais vai exigir maior transparência e rigor na utilização do dinheiro público para minimizar as dificuldades das populações e obter mais recursos para o combate à pobreza.

Pedro Sebastião falava ao Jornal de Angola sobre a situação do Combate à Pobreza na província do Zaire, tendo em conta o novo modelo de gestão descentralizada das administrações municipais: “com esta nova medida há necessidade de fazer um acréscimo no orçamento dos municípios e isso vai exigir maior transparência na uti-

lização dos dinheiros públicos. Os fundos bem geridos podem minimizar as dificuldades”, disse o governador do Zaire.

Pedro Sebastião admite que o novo modelo de gestão das administrações municipais vai beneficiar as populações de todo o país, mas principalmente as que vivem no meio rural, onde o desenvolvimento precisa de ser acelerado. “Os aspectos burocráticos complicavam a vida das administrações municipais, por isso, aplaudimos esta atitude do Executivo”, disse Pedro Sebastião.

O governador do Zaire definiu como prioridade dos administradores da província a criação de programas para solucionar de imediato os problemas da pobreza: “é preciso resolver as questões ligadas à saúde, água, energia eléctrica, educação e vias de acesso. São áreas em que os municípios sentem dificuldades, mas estou convencido que os administradores vão melhorar o seu desempenho”, afirmou Pedro Sebastião.

Actividade industrial

Pedro Sebastião reafirmou que até ao momento a actividade petrolífera continua a dominar o ramo industrial da província, pelo facto do Zaire não possuir ainda uma barragem hidroeléctrica.

“A província do Zaire não possui nenhuma barragem hidroeléctrica, vivemos de geradores, facto que toma a produção industrial muito cara, porque não é possível haver industrialização sem energia eléctrica, mas estamos empenhados em solucionar esta situação”, disse o governador.

A produção agrícola enfrenta várias dificuldades, sobretudo o escoamento dos produtos: “existe um grande esforço por parte dos agricultores, mas eles têm-se deparado com problemas de transporte para o escoamento dos produtos, devido ao estado precário das estradas, uma situação que pode desincentivar a produção”.

Existem zonas na província em que a grande parte da produção agrícola é escoada para a fronteira com a República Democrática do Congo, onde os produtos são vendidos por preços muito baixos.

Os camponeses do Zaire preferem colocar os produtos no mercado congolês para não se estragarem. “Por isso, a nossa aposta é efectivamente a melhoria das estradas, porque com a rede viária reabilitada vamos ter um fluxo maior de viaturas e é possível fazer chegar aos grandes mercados de Luanda aquilo que produzimos.

Vias rodoviárias

Na província do Zaire ainda existe um grande défice de circulação entre os municípios, “mas é preciso ter em conta que as acções do Governo Provincial não podem chegar a todos os recantos com a mesma intensidade e ao mesmo tempo, mas existe um grande esforço para pôr as estradas a funcionar o mais rápido possível. Neste momento temos aberta a estrada de Mbanza Congo ao Nzeto, que passa também pelo município de Tomboco. No trajecto estão a ser construídas três pontes”. Disse Pedro Sebastião.

O troço com mais problemas é entre o município do Nzeto e Caxito e a estrada para o Soyo, onde as obras estiveram muito tempo paralisadas, mas já foram retomadas. O acto provincial do 4 de Fevereiro é realizado no município do Soyo: “sabemos que o Presidente da República está preocupado com a província do Zaire e toda a zona norte do país, tudo por causa dos investimentos insuficientes que este território foi recebendo ao longo dos últimos anos, devido à situação de guerra que o país viveu.

5.4 Vendável de exonerações nas administrações de Luanda

*Novo Jornal
4 de Fevereiro*

O Governador Provincial de Luanda, José Maria dos Santos pondera a exoneração de quatro administradores municipais em Luanda. Segundo fontes do MAT, a que o Novo Jornal teve acesso, entre os visados constam os administradores municipais do Cazenga, Tany Narciso; do Rangel Maciel Neto Kavukila; da Ingombota, Suzana de Melo e da Samba Pedra Fançony. José Maria dos Santos terá já recebido luz verde para avançar com este dossier prevendo-se esta movimentação ainda no primeiro trimestre deste ano.

Na verdade, segundo assinalam aquelas fontes, este é um dossier que José Maria dos Santos herdou da sua antecessora, Francisca do Espírito Santo. Em causa, esclarecem, “está o desempenho destes administradores que gerem alguns dos municípios mais delicados de Luanda e que são verdadeiras praças eleitorais para o partido dos camaradas”.

O caso mais evidente desta constatação é o do administrador do Cazenga, onde a população pede a sua cabeça desde que chegaram as enxurradas em 2010, quando este se encontrava, entretanto, a gozar férias no Brasil. Por outro lado, do balanço feito pelo Ministério da Administração do Território a quando do encontro organizado recentemente sobre os municípios, todos os

administradores que auferiam o fundo de 5 milhões de dólares não conseguiram fazer devidamente a prova de como geriram esta verba, para além de não conseguirem igualmente justificar o destino que é dado ao dinheiro arrecadado em algumas taxas e emolumentos que estes cobram aos cidadãos.

A nova equipa do MAT liderada por Bornito de Sousa pretende por isso dar nova vitalidade ao Instituto de Formação da Administração Local do Estado (IFAL) no sentido de acautelar uma melhor preparação técnica em matéria de gestão financeira aos administradores municipais e comunais.

A movimentação dos administradores passa ainda pelo MAT, mas apenas para homologação dos nomes sugeridos pelo governador devido a última revisão legislativa que culminou com a aprovação o ano passado da Lei n.º 17/10 de 29 de Julho sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado.

No diploma anterior, a faculdade de nomeação dos administradores era do ministro da administração do Território. Porém, a luz do artigo 50º deste novo diploma, “o administrador municipal é nomeado por despacho do Governador Provincial, após consulta prévia ao titular do órgão da Administração Central que responde pela Administração do Território”. Ademais, o Novo Jornal sabe que há já uma lista de nomes para substituir aqueles administradores após algumas consultas e definição de alguns critérios. Fonte próxima ao dossier confidenciou-nos que, por exemplo, para o município da Samba, se prevê a indicação de um oficial superior na reserva para fazer face aos apetites do generalato naquela região de Luanda.

Outrossim, continua em estudo no MAT a solução para a nova divisão político administrativa da capital do País após ter sido chumbada pelo PR, devido a pressão de alguns mais velhos do MPLA. a primeira proposta que previa a anexação de algumas regiões que actualmente fazem parte da província do Bengo. Deste processo, é entretanto consensual a institucionalização do município de Belas e das novas centralidades como a do Kilaba anunciada recentemente. Recorde-se que na sequência da revisão legislativa, alguns governadores provinciais terão já efectuado ligeiras modificações no seu staff. Desta forma, e ao abrigo desta revisão legislativa, em Malange, Bengo e Huíla, os respectivos governadores Boaventura Cardoso, João Miranda e Isaac dos Anjos terão mexido no staff das administrações municipais

José Maria dos Santos, antigo dirigente da JMPLA, foi deputado a Assembleia Nacional na anterior legislatura e vice-governador do Kuando Kubango entre 2008-2010. A 26 de Novembro último foi nomeado ao posto de

Governador de Luanda, apanhando na “contra-mão”, o seu “chefe” no Kuando Kubango que havia sugerido a sua substituição do posto de vice-governador.

5.5 Estratificação da população por zonas segundo os níveis de urbanização

Novo Jornal

4 De Fevereiro

1. Contexto histórico

Luanda é a cidade de origem europeia mais antiga do País, situada no litoral atlântico, numa região semi-árida (400 mm de precipitação e chuvas concentradas durante 3 meses), entre a foz dos rios Bengo e Kwanza, com uma área de 2.418 Km² e uma população estimada para 2010 em cerca de 6 milhões de habitantes.

Foi fundada pelos portugueses em 1576 (onze anos depois do Rio de Janeiro) e 78 anos após a chegada do primeiro navegador português, Diogo Cão, à foz do rio Zaire. Dotaram-na de imediato dum poder administrativo e militar que serviu de base à sua organização política, económica e social.

Durante cerca de três séculos a actividade da cidade esteve essencialmente ligada à penetração portuguesa no interland angolano, ao comércio e ao tráfico de escravos. Com a abolição da escravatura, em 1836, a sua actividade económica ressentiu-se enormemente, apesar dos esforços da administração colonial para relançar a economia, designadamente através da agricultura e do desenvolvimento da pequena indústria.

Nos finais do séc. XIX Luanda conheceu um ligeiro “salto” económico fruto da exportação da borracha, de outros produtos agrícolas e da produção de rum.

Durante as primeiras quatro décadas do séc. XX a cidade manteve-se num estado de miséria, abandono e hibernação. Sendo no entanto a sede da Administração e a Capital da Colónia teve contudo alguns privilégios de conforto, devido sobretudo à presença dos funcionários, militares e comerciantes portugueses.

Até 1920 Luanda manteve-se uma cidade africana, habitada por muito poucos europeus. Os africanos viviam por toda a cidade, estando contudo mais concentrados junto ao porto (Bungo e Kipaca), na ilha e no planalto que domina a baía (Maianga e alto da Ingombota). Os europeus agrupavam-se na parte baixa da cidade (Coqueiros e Mutamba) onde florescia o comércio, na cidade alta perto do Palácio do Governo, do Arcebispado, da Fortaleza, dos serviços administrativos e das Igrejas.

A partir de 1920 Luanda muda a sua fisionomia como consequência da expulsão dos africanos, por Decreto do Alto-comissário Norton de Matos, do centro da cidade (Bungo, Kipaca, Maianga e Ingombota) para os terrenos arenosos da periferia da zona alta da cidade os musseques.

É o início da polarização racial da cidade que se acentuará com a explosão demográfica da pós-guerra. Com efeito, com a chegada crescente dos colonos portugueses e dos imigrantes rurais angolanos a seguir à 2ª Guerra Mundial, a dicotomia da cidade expande-se e os contrastes entre a cidade europeia (cidade do asfalto) e os musseques (bairros dos negros) tornam-se cada mais marcante.

Os europeus que não representavam senão 11,8% da população em 1930, aumentaram a sua importância relativa para 14,7% em 1950, 24,7% em 1960 e 20,7% em 1970.

Eles ocupam os lugares-comuns da administração pública e privada, tornam-se os proprietários dos terrenos, detêm as redes de transporte e do comércio e passam a constituir a mão-de-obra qualificada de toda a actividade económica.

Como consequência desta situação socioeconómica surgem também alterações culturais profundas, impondo-se a língua portuguesa como língua oficial e de trabalho e o abandono progressivo das línguas e tradições culturais africanas como condição “sine qua non” da promoção social dos africanos. Estes continuam a viver nos musseques, implantados em terrenos argilosos de condições de drenagem péssimas, ou muitas vezes em taludes instáveis ou de declive muito acentuado, em miseráveis alojamentos provisórios, sem água potável corrente, sem abastecimento de energia e iluminação pública, sem saneamento básico e traçado de armamentos e com muito poucas escolas e postos médicos. A chegada crescente dos migrantes rurais angolanos em idade activa, atraídos pela expansão económica da capital, faz transbordar o desemprego. O mercado de trabalho existente é incapaz de absorver toda esta mão-de-obra barata mas não qualificada, a miséria acentua-se e novos musseques vão nascendo, cada vez mais distantes do centro da cidade, no espaço e no tempo (Rangel, Sambizanga, Cazenga, Golfe).

O crescimento rápido de Luanda transforma a sua fisionomia e provoca o aparecimento dos problemas e inconvenientes próprios das grandes cidades africanas: a desarborização, a densidade demográfica elevada, insuficiência de equipamentos colectivos sociais e económicas, o aumento do custo de vida, o crescimento da mão-de-obra não qualificada. Caracterizada por um fraco poder

de compra, o crescimento não acompanhado e insalubre do espaço urbano.

Este crescimento urbano conduziu essencialmente ao aparecimento dum sector marginal fisicamente definido por um assentamento humano defeituoso, escapando a todo e qualquer controlo público e ao planeamento.

Do ponto de vista cultural este sector caracterizou-se pela existência de grupos sociais heterogéneos (em diferentes níveis de aculturação urbana), cuja interacção criou aspectos muito particulares de comportamentos e de atitudes: sincretismo religioso, diferentes formas de poligamia, passagem da família alargada à família nuclear, novas expressões de normas e valores, etc.

A conquista espacial galopante da urbanização atingiu também os musseques mais antigos (Bairro Operário, Bairro Popular, Rangel, Prenda, Mota, Braga, Marçal) onde os novos colonos portugueses das classes mais desfavorecidas se vieram instalar. A polarização racial da cidade vai-se transformando em “polarização de classe” e os musseques mais antigos vão-se transformando paulatinamente em “subúrbios integrados”, como veremos adiante sob a designação de Zona de Transição.

2. A repartição espacial da população segundo os níveis de urbanização

As condições sob as quais Luanda cresceu, determinaram no terreno, uma diferença marcante entre dois principais conjuntos, comuns a todas as cidades africanas de origem europeia e nascidas do colonialismo: a “cidade urbana” e a cidade suburbana”. Com a queda dos impérios coloniais e o surgimento das independências nacionais nos anos 60, estes 2 conjuntos tomaram-se menos herméticos e deram origem a espaços de urbanidade mais heterogéneos, nascendo então novos conceitos como “cidade moderna”, zona urbanizada, zona semi-urbanizada, bairros integrados, bairros subintegrados, subúrbios, zonas periurbanas ou outras designações congéneres.

Quaisquer que sejam as designações, elas traduzem sempre a existência duma fractura fundamental no interior do espaço urbano, herança do passado colonial: por um lado o Centro, bloqueado no seu crescimento e confinado a um espaço reduzido, sejam das principais funções da capital (administração pública, comércio, bancos, seguradoras, imobiliárias, clínicas, hotéis e restaurantes, cinemas, etc.), rodeado por uma zona residencial moderna, dotada de equipamentos sociais e colectivos completos e eficientes; por outro lado, as Zonas de Povoamento Periféricas (suburbanas e periurbanas), em plena extensão e crescimento horizontal, caracterizadas por um assentamento humano não planificado,

onde domina o alojamento tradicional, em particular de auto-construção precária, desigualmente dotadas de equipamentos sociais colectivos, desprovidas de condições de higiene e de salubridade, e tendo antes de tudo uma função residencial.

No caso concreto de Luanda, o “boom” económico dos anos 60 e primeira metade dos anos 70, modificou acentuadamente esta dicotomia do espaço urbano: as grandes unidades industriais implantadas na periferia (sobretudo no Cazenga e Viana) impulsionaram a conquista espacial da urbanização que incidiu sobretudo nos bairros tradicionais da próxima periferia, que passaram a constituir uma espécie de Zona de Transição entre o Centro moderno (Cidade Antiga) e a Periferia. Para apoiar o abastecimento da cidade em produtos frescos de agro-pecuária e pescas nasceu uma chamada cintura verde estruturada, em volta da cidade.

Após a independência do País, devido aos grandes problemas derivados das invasões estrangeiras e do início da guerra civil, a urbanização de Luanda entra em estado de hibernação e de degradação, sobretudo dos bens imóveis e equipamentos da cidade moderna e da Zona de Transição e as migrações do campo para a cidade mantêm-se grandes, mas aos ritmos habituais. A partir de 1992, após a recusa pela UNITA dos resultados eleitorais de Setembro de 1992 e o consequente fracasso dos Acordos de paz de Bicesse, assiste-se ao reacender da guerra civil com muito maior intensidade e violência e aos consequentes fluxos migratórios massivos de populações das zonas rurais e urbanas vítimas da guerra para as cidades do litoral do País, em especial Luanda, fenómeno que se estendeu até Abril de 2002, altura em que se assinaram os Acordos de Paz definitivos.

É assim que a partir de 1992 Luanda entra numa fase galopante de suburbanização, com a população migrante e os excedentes do crescimento natural a instalarem-se massivamente na antiga cintura verde (Cacuaco, Viana e parte do Kilamba Kiaxi), já que na zona de transição e nos bairros periféricos tradicionais a densidade demográfica é asfíxiante (por ex. Maianga: 35.500 hab/km²; Rangel: 78.000 hab/km²; Sambizanga: 46.500 hab/km²), tendo a ocupação do espaço atingido os limites do humanamente aceitável.

Nasce dessa forma uma nova Periferia de Luanda, cada vez mais distante do Centro, onde a densidade demográfica é muito menor do que na próxima periférica (Cacuaco: 1.450 hab/km²; Viana: 240 hab/km²; Kilamba Kiaxi 4.100 hab/km²) e com modelos culturais de vida heterogéneo e em diferentes níveis de aculturação urbana, que trazem uma nova fisionomia a Luanda e, consequentemente, novos padrões e comportamentos

demográficos (fecundidade, mortalidade infantil, nupcialidade e migrações), religiosos e socioeconómicos (aumento da economia informal ou subterrânea, desemprego acelerado, maior nível de criminalidade, marginalização, fuga aos controlos públicos, etc.).

Tendo em conta o acima exposto, recomenda-se que para efeitos de estudos e análises de natureza demográfica e socioeconómica se estratifique a população residente de Luanda em quatro Zonas de Assentamentos Humanos (Zonas de Habitat), que melhor podem reflectir os modelos culturais dos seus habitantes, no que respeita a conhecimentos, comportamentos, normas e atitudes, isto independentemente dos estudos, análises e projecções de carácter político e administrativo poderem sempre basear-se na estratificação dos dados populacionais em conformidade com a Divisão Político-administrativa vigente. Seriam as seguintes as quatro Zonas de Habitat de Luanda atrás referenciadas:

- Cidade Antiga
- Zona de Transição
- Próxima Periferia
- Periferia

Para efeitos de variável de controlo desta tipologia, proposta com base no tipo e características da habitação (cidade moderna, musseques) e nas características da habitação (cidade moderna, musseques), salubridade, equipamentos sociais colectivos, saneamento básico, etc. escolhemos os níveis de mortalidade infanto-juvenil (crianças até aos 2 anos), já que a mortalidade numa população (no nosso caso de uma criança) é função da frequência da ocorrência da doença - a Incidência - e da probabilidade de morrer uma vez ocorrida a doença - a Letalidade. Tanto uma como outra destas variáveis são resultado da perda de equilíbrio entre o homem e os factores capazes de produzir a doença, que podem ser endógenos (fisiológicos) ou exógenos (resultantes do meio físico, biológico e social onde vive o homem). Considerando que os factores endógenos são variáveis independentes da área de residência, vejamos como varia a mortalidade das crianças, do nascimento até aos 2 anos, nessas Zonas de estratificação factores exógenos

(Colaço Luís Filipe, 1986):

Podemos assim deduzir, considerando a mortalidade infanto-juvenil uma boa variável de “controlo do desenvolvimento económico, do meio ambiente e da cultura, que a estratificação aqui proposta traduz uma boa realidade sócio-demográfica e económica da Província de Luanda, segundo os níveis de urbanização do seu espaço.

Com base em pessoais investigações académicas, em Inquéritos sócio-demográfico recentes, no Registo

Eleitoral de 2007, nas Sondagens Eleitorais de 2008 e em visitas de controlo de campo, pode-se considerar que a distribuição relativa da população de Luanda em 2003 (comparativamente a 1985), segundo as Zonas acima consideradas, seria a seguinte:

O facto de cerca de 76% da população de Luanda residirem nas suas Zonas periféricas, com a consequente asfixia do Centro, justifica por si só, a preocupação política dos decisores para a urgente requalificação urbana dessas áreas, baseada em estudos técnico-científicos profundos que visem o desenvolvimento harmonioso das respectivas centralidades e a melhora da qualidade devida dos cidadãos.

5.6 Ninguém me dá ouvidos

Novo Jornal

4 De Fevereiro de 2011

O presidente da comissão de moradores e soba grande da Samba Pequena, Paulo Sebastião, lamenta o abandono a que a sua circunscrição tem sido votada pela administração local.

O soba grande admite haver acidentes frequentes na zona devido às construções anárquicas feitas em zona de risco. O ancião residente na zona desde 1954, vê-se incapacitado para combater a situação face a ignorância dos moradores e da própria administração que de acordo com o interlocutor, “nunca reúne com a comissão local”

“Nós dissemos às pessoas para não construírem nas zonas de risco, mas não nos escutam. O senhor administrador não reúne connosco. O que é que eu posso fazer? Nada”, lamentou o mais velho com tristeza espelhada no rosto.

A comissão de moradores funciona na casa do presidente por falta de um espaço próprio. Há muito que o responsável aguarda pela cedência de um espaço por parte da administração para que a sua comissão funcione com maior dignidade, mas “o assunto é simplesmente ignorado pelas autoridades locais”.

O problema do saneamento básico e outros que enfermam o bairro levaram o soba grande da zona a redigir várias cartas a administração local, qualquer uma sem resposta até ao momento.

“As casas não têm fossas, existem valas para ajudar as fezes. A vala grande está a ser construída há mais de cinco anos e nunca acaba. O chafariz não funciona á nos. Já escrevermos à administração, mas até agora nada” disse o interlocutor que receia o aumento das construções nas áreas de riscos.

“Temos avisado as pessoas para não construírem nas zonas de risco, mas ninguém me dá ouvidos e quando

a chuva cai, as casa desabam e há pedras que soltam e matam pessoas”.

Lamentou o presidente que também reconhece ter havido uma redução considerável da criminalidade na zona.

O soba, que diz usar os seus poucos recursos para a redução de alguns casos pontuais, solicita uma maior atenção da administração local e apela, por outro lado, a uma maior atenção da administração e dos moradores. “vê até para escrever um comunicado, gasto o meu próprio dinheiro e sem reembolso. Somos ignorados. Isto não está certo”, Concluiu a fonte.

5.7 Mercado imobiliário cada vez mais atraente

Agora

12 De Fevereiro de 2011

Dados disponibilizados pela Agência Nacional para o Investimento Privado (Anip), apontam que no primeiro semestre de 2009, foram aprovados projectos de construção civil no valor de 183 milhões de dólares, correspondendo, na altura a 9% do crédito bancário concedido a privados.

Os desequilíbrios continuam, fundamentalmente, em relação à oferta e procura, num sector onde os preços são de arrepiar os cabelos, mas aproveitados por estrangeiros movidos por interesses lucrativos e a classe média cada vez mais exigentes.

O intenso fluxo migratório também é citado como sendo fundamental para o crescimento do negócio.

Estes factores estarão na base dos actuais níveis de especulação se repararmos que os valores médios de um apartamento de qualidade em Luanda rondarão os 4.150 por metro quadrado e os de uma vivenda cerca de 5.500 por metro quadrado, o que pode indicar que o montante real atinge os 5 milhões de dólares, sobretudo na zona luxuosa de Talatona, onde a Odebrecht comanda os negócios e as obras

Os investimentos não se reduzem apenas na oferta de residências. O segmento de escritórios também se destaca. Aliás devido à falta de espaços, sobretudo para empresas que se instalam no país, o mercado conheceu nos últimos três anos o aumento do “interesse da criação de escritórios. Anip refere que a taxa de desocupação é bastante reduzida ou inexistente neste segmento.

Todo o espaço disponível está absorvido e estima-se que sejam necessários cerca de 1 milhão de metros quadrados para novos gabinetes.

A aquisição de um escritório novo na baixa da capital pode atingir 11.500 dólares o metro quadrado e o arrendamento 165, enquanto os usados, os valores de aquisição ficam pelos 6 mil dólares o metro quadrado e os de arrendamento pelos 100 dólares. Neste negócio convirá a muitas empresas estrangeiras o preço acima da média praticado no mercado e para já vale lembrar que o PR prometeu baixar o preço das casas praticado, com a criação de projectos de baixo custo.

Mas é a classe média emergente que estará a criar novas necessidades num segmento de negócio que já é o quarto explorado, depois dos petróleos, diamantes e agricultura.

O programa do Executivo de construção de 1 milhão de fogos habitacionais, com benefícios aduaneiros relativamente à importação de matérias-primas e equipamentos, caminha a passos tímidos.

O processo de reconstrução do país não pode prescindir da vasta experiência e reconhecida qualidade das empresas estrangeiras.

Os grandes empreendedores do sector imobiliário terão de reposicionar as estratégias para encontrar respostas para as novas necessidades e porque o segmento construção cara esgotará em breve.

Com o lançamento do programa do Executivo, ainda é possível dizer-se que o mercado é muito interessante, mas a euforia viveu em função do preço petróleo antes da crise, não basta reparar que na sua programação financeira para este ano, cortaram as despesas e os alimentos públicos suportados venda dos Bilhetes do Tesouro.

O arquitecto António Gameiro assegurou que o ritmo de crescimento alucinante do mercado imobiliário não voltará, embora o sector continue interessante haver muito espaço e oportunidades de negócio ainda por explorar.

Grande parte dos empreendimentos construídos em Luanda são ainda para alta renda e, se estes imóveis e empreendimentos continuarão a ter o seu espaço agora falta começar a descer e encontrar o equilíbrio necessário.

Os mais importantes e atraentes empreendimentos imobiliários normalmente edifícios de vários pisos, são colocados à venda por preços que ultrapassam 1 milhão de dólares, havendo casos de milhões por apartamento. Isto a que as rendas de apartamentos do tipo T2 possam atingir por dia 4 a 6 mil dólares, ocorrendo mesmo com os escritórios.

5.8 Discutidos programas municipais no Huambo

Agora

05 De Fevereiro de 2011

Um seminário provincial e municipal sobre “A implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza”, encerrou ontem durante três dias, os participantes discutiram temas ligados ao combate à pobreza, o desenvolvimento rural, comércio rural numa perspectiva integrada em Angola, os programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Sob o lema, “Combate à pobreza, um compromisso do Governo angolano”, o seminário abordou ainda o comércio rural como parte dos Programas Municipais Integrados do Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza, bem como a comercialização da produção agro-pecuária e armazenamento de excedentes.

O seminário, debateu também o programa nacional de habitação social e o desenvolvimento de aldeamentos rurais, os programas municipais para segurança alimentar e nutricional e a municipalidade dos serviços de saúde.

A articulação entre o programa de água para todos e os programas municipais integrados de desenvolvimento rural combate à pobreza, foram igualmente debatidos no evento presenciado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Felipe da Silva, funcionários da Casa Civil da Presidência da República e da Administração do Território.

O governador do Huambo, destacou a importância do acto, tendo em conta o actual contexto do país e as perspectivas futuras, pois “vamos, na essência, marcar o início de um compromisso com a população no que t4nge à luta contra a pobreza”, frisou.

“O objectivo geral continuará a ser a redução da pobreza da população,” adiantou Faustino Muteka, para quem, maior atenção deverá ser dada ao meio rural, promovendo o acesso aos alimentos de qualidade e de quantidades adequadas e reduzir fundamentalmente a dependência alimentar externa e fomentar as pequenas empresas agrícolas nas comunidades.

Sonangol perde 12 milhões de dólares no lobito

Direcção Regional Centro Sul da Sonangol, esta há uma semana sem direcção.

Uma comissão de auditoria da petrolífera foi despachada para o Lobito com o propósito de averiguar o paradeiro

de cerca de 12 milhões de dólares desviados dos, das vendas de combustível.

Fonte que pediu anonimato revelou que dentro da direcção regional, estão suspensos todos chefes de secção, departamento, incluindo o delegado da Sonangol no Lobito.

A mesma fonte diz que segundo os resultados preliminares de mega auditoria que depois segue para o Namibe, trata-se de uma rede de funcionários localizados em Luanda, Lobito e Namibe.

De referir que para além dos chefes, toda a equipa da área de facturação da Sonangol Distribuidora também foi afastada, indivíduos estes que ostentam bens de valores incalculáveis susceptíveis de investigação, pois trata-se de carros luxuosos, residências, casas de câmbio, entre outros.

5.9 Executivo disponibiliza fundos para municípios

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2011

O vice-ministro do Comércio garantiu, na sexta-feira, no Lubango, que o Executivo tem criadas as condições para disponibilizar as verbas às administrações locais para a execução dos Programas Integrados de Desenvolvimento e Combate à Pobreza.

Archer Mangureira, que falava no encontro provincial sobre implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento e Combate à Pobreza, explicou os objectivos da estratégia do Executivo para melhorar as condições de vida das populações.

Ao responder a questões colocadas pelos participantes, disse que “a afectação dos recursos é uma preocupação do Executivo e que a execução dos instrumentos que vão facilitar todo o processo começou em finais do ano passado”.

Os programas, referiu, estão inscritos no orçamento revisto do ano passado, mas os fundos não foram disponibilizados porque, frisou, faltava cumprir com a fase de esclarecimento sobre as regras de gestão orçamental. “Os recursos começam a ser disponibilizados logo que terminem os seminários provinciais, sobretudo para os projectos já preparados e com concursos realizados”, anunciou, acrescentando que a execução dos programas começa ainda este mês.

O vice-ministro pediu o envolvimento de todos na execução dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento e Combate à Pobreza. Os actores

principais destes mecanismos, lembrou, são os administradores municipais, mas é necessário mobilizar todos os agentes para colaborarem na materialização dos programas.

Archer Mangureira esclareceu que os projectos inacabados, que concorrem para os objectivos preconizados, vão ser integrados nos programas municipais, desde que visem o alcance das metas nos sectores da educação, saúde, energia e água, agricultura e comércio rural.

Dinheiro para a Huíla

A província da Huíla vai, este ano, aplicar 326 milhões de kwanzas na execução dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento e Combate à Pobreza, revelou, ontem, o vice-governador para a esfera económica.

Sérgio da Cunha Velho disse que o valor serve para dinamizar acções no domínio da construção de infra-estruturas básicas de saúde, educação, energia e água, produção agrícola, comércio rural e formação profissional em todos os municípios.

Os programas municipais integrados vão ajudar a integração dos grupos vulneráveis na economia, melhorar o acesso aos serviços sociais básicos, a assistência à população e incentivar as comunidades a participarem no processo de tomada de decisões a nível local.

O vice-governador referiu que há na província um número considerável de pessoas que vive com rendimento diário abaixo de um dólar e que a meta é reduzir para metade, até 2015, a percentagem de famílias nestas condições. Na abertura do encontro, o governador da Huíla declarou que “os programas vão levar mais próximo das comunidades os benefícios reclamados”.

O combate à pobreza, recordou, passa pela diminuição dos níveis de precariedade das pessoas, através do trabalho e não com promessas de ofertas e doações ou caridade. Em última instância, frisou Isaac dos Anjos, este combate passa pela auto motivação da sociedade para ela própria se reerguer e comparticipar do desenvolvimento social.

A transferência dos recursos para os municípios é um exercício que vai gerar capacidade para o estabelecimento da classe empresarial no interior e criar as condições de habitabilidade para os quadros, disse.

O director da Educação no Namibe disse recentemente que o melhoramento do ensino na província constitui prioridade do sector, uma vez identificados os problema, mas que directa ou indirectamente têm contribuído para o insucesso escolar.

“Podemos citar a falta de perícia pedagógica de alguns professores que leccionam no ensino primário, fazendo com que se agrave ainda mais a aprendizagem das crianças”, considerou, Pacheco Francisco, reconhecendo a falta de perícia dos novos professores, um problema que pode ser ultrapassado com a promoção de seminários de capacitação.

O responsável entende que nas escolas, os professores não devem tornar as aulas num calvário par as crianças. “Lembrem-se que devem ter sempre presentes a motivação para despertar nelas, o interesse pelo estudo”, notou o director.

A província do Namibe controla cinco mil professores dos vários níveis de ensino. Os salários em atraso dos professores colaboradores e o polémico processo de reconversão de carreiras representam as grandes preocupações do sector, aliando-se a não admissão do pessoal auxiliar que nas escolas devia garantir a segurança e higiene.

“Quando se pesquisa, se coloca em actividade grande parte do conhecimento adquirido em busca de uma solução para um problema. Tudo faremos para ultrapassar os embaraços”, concluiu.

5.10 Programas municipais são ferramentas para impulsionar o combate à pobreza

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2011

O governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, considerou ontem que o programa municipal integrado de combate à pobreza constitui uma ferramenta que influencia no desenvolvimento humano, aumenta a qualidade de vida das populações e o êxito na sua implementação depende de todos, em particular das autoridades.

Ao intervir na abertura do “Seminário provincial sobre implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza”, José Maria dos Santos disse que a melhoria das condições de vida das populações passa por uma plena execução do programa e diálogo permanente entre as administrações municipais e comunais e as populações através das comissões de moradores e das assembleias de condomínios.

O governador apontou também a aproximação das actividades públicas às populações através da municipalização dos diferentes serviços, a todos os níveis, como propósito para o bom êxito do programa.

José Maria dos Santos realçou que a fraca alimentação e a pobreza no seio das famílias devem merecer uma

atenção especial das autoridades locais e destacou a importância da revitalização dos conselhos municipais de concertação e auscultação social como um espaço privilegiado de diálogo com a comunidade civil e autoridades tradicionais para avaliação do grau de satisfação dos anseios das comunidades. O seminário, que encerra hoje, é sequência do fórum nacional sobre a pobreza realizado no mês de Janeiro e conta com a participação de directores provinciais, administradores municipais e comunais, chefes de repartições municipais e representantes das assembleias de moradores.

Conquistas na saúde

O ministro da Saúde, José Van Dúnem, considera estratégica a campanha nacional de vacinação contra a poliomielite, que acontece nos dias 25, 26 e 27 de Fevereiro, no quadro da redução da pobreza, melhoria das condições de vida da população e interrupção do vírus no país.

Ontem, numa breve intervenção sobre a situação da doença em Angola, durante o “Seminário provincial sobre implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza”, José Van-Dúnem disse que neste momento existem casos registados de poliomielite nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Bié, Huambo, Uíge, Cabinda e KuandoKubango.

Realçou que em Cabinda foram registados 16 casos em adultos e cinco óbitos e admitiu que se trata de uma situação anormal.

José Van-Dúnem explicou que a vacina contra o vírus da pólio é eficaz, mas que a sua eficácia fica reduzida em mais de 30 por cento, diante de condições de saneamento desfavoráveis. “As populações que vivem em zonas precárias estão menos protegidas em relação a outras em melhor situação, razão pela qual melhorar o saneamento é fundamental”, disse o ministro.

O ministro da Saúde lamentou ainda os constrangimentos decorrentes das campanhas já realizadas, como a insuficiente participação das organizações locais, recrutamento de vacinadores fora dos municípios e curto tempo de trabalho destes. Acrescentou que é fundamental envolver a comunidade nas intervenções de combate aos vírus da pólio e outras enfermidades e evitar a ideia de que a responsabilidade é apenas do Executivo. Para o efeito, apontou três elementos principais, a descentralização da responsabilidade das campanhas a partir do nível provincial, municipal e comunidades, incluindo o envolvimento de líderes comunitários.

5.11 Administradores estão obrigados a canalizar todas as receitas para a conta única do tesouro

Jornal de Angola
15 De Fevereiro de 2011

Os administradores municipais de Luanda assinaram, ontem, com o Governo da província e o Ministério das Finanças um termo de compromisso em que se comprometem a canalizar todas as receitas arrecadadas nas suas áreas para a Conta Única do Tesouro, existente no Banco Nacional de Angola.

O documento foi assinado na presença do governador provincial, José Maria dos Santos, vice-governadores, directores provinciais e presidentes do conselho de administração das empresas públicas.

O documento obriga ao encerramento imediato das contas abertas pelas administrações municipais em bancos comerciais e vem na sequência de uma das medidas previstas no “Programado Executivo para a Boa Governação de Luanda”.

Na sua intervenção, José Maria dos Santos disse que o acto representa o assumir da grande responsabilidade de que os recursos arrecadados no exercício de uma função pública devem ser todos canalizados para o Tesouro, como fiel depositário de todas as receitas públicas.

José Maria dos Santos disse tratar-se de um primeiro passo para o cumprimento do Decreto Presidencial nº 309/2010 de 29 de Dezembro sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado para 2011. Acrescentou que outros passos vão ser dados neste sentido a nível das direcções provinciais que têm arrecadado receitas públicas no exercício das suas funções.

Além de chamar a atenção dos administradores para o redobrar dos mecanismos de arrecadação das receitas provenientes dos mercados, José Maria dos Santos realçou que, neste domínio, o compromisso está virado para o bem e para o mal. “Devemos criar mecanismos para ordenar o sistema de arrecadação e procurar responsabilizar o nosso exercício para fazer uma governação transparente em benefício da boa gestão do erário e, sobretudo, da imagem do governo provincial”, disse o governador José Maria dos Santos.

O administrador da Samba, Pedro Façonny, disse que o passo dado ontem visa controlar, racionalizar e direccionar melhor os recursos financeiros e adiantou que na Samba o processo de encerramento das contas dispersas em bancos comerciais está em fase de conclusão.

De acordo com as medidas previstas no “Programa do Executivo para a Boa Governação de Luanda”, passa

também a ser premiado o município com maior número de receitas locais e comunitárias arrecadadas.

5.12 MPLA esclarece população de menongue sobre programas municipais integrados

Jornal de Angola
15 De Fevereiro de 2011

O primeiro secretário do comité provincial do MPLA no KuandoKubango, Manuel Francisco Tuta “Batalha de Angola”, explicou no sábado à população de Chipom-00, em Menongue, os objectivos e benefícios dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Batalha de Angola, que falava durante um comício, explicou que os programas municipais vão satisfazer os anseios da população, à qual pediu que participe rio processo, ajudando as autoridades na determinação do tipo de serviço ou infra-estruturas necessárias para cada aldeia, município, comuna ou aldeia.

“Sei que aqui no Kuando-Kubango nos debatemos com enormes carências, mas devemos estabelecer prioridades, de acordo com o dinheiro que for disponibilizado”, disse, apelando aos responsáveis deste programa que expliquem à população os recursos disponibilizados.

“Vamos ter a oportunidade de opinar se queremos escola, postos de saúde, energia, água potável, sementes, enxadas, tractores ou estabelecimentos comerciais”, disse.

Aumentar a produção

Batalha de Angola pediu às comunidades do Tchipombo para intensificarem as suas actividades de lavoura e produzirem alimentos com fartura para garantir o seu auto sustento. Explicou que esta é uma das formas para permitir ao Governo ocupar-se exclusivamente dos problemas mais candentes das comunidades, para acabar com as desigualdades sociais entre as diferentes regiões do país.

O primeiro secretário do partido no Kuando-Kubango explicou, “ também, aos militantes, simpatizantes e amigos do seu partido, que o MPLA vai realizar em Abril o seu congresso extraordinário, onde vão ser traçadas as linhas mestras para os próximos desafios do país.

No congresso, disse, a direcção do partido vai também fazer um balanço das actividades desenvolvidas desde as últimas eleições legislativas realizadas em 2008.

A realização do campo de férias dos estudantes universitários, agendado para o dia 20 deste mês, na cidade “de

Menongue, e o Carnaval também mereceram destaque durante a intervenção de Batalha de Angola.

Abordando a importância do resgate dos valores cívicos e morais na sociedade, pediu às famílias para combaterem o consumo de drogas e de bebidas alcoólicas. “Hoje estamos a ver pessoas e sobretudo jovens que documentalmente têm 20 anos de idade, mas fisicamente degradados, com aparência de um homem de mais de 50 de anos, devido ao consumo desmesurado de álcool e de drogas.”

5.13 Angola prepara criação de órgãos do poder local

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2011

O Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, defendeu ontem, em Luanda, um maior intercâmbio de ideias no domínio da descentralização e criação de órgãos do poder local, entre instituições angolanas e organizações multilaterais regionais e internacionais.

Discursando na abertura do Fórum dos Governos Locais da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC), que decorreu ontem, no Centro de Convenções de Talatona, Bornito de Sousa afirmou que Angola está a dar os primeiros passos neste domínio. “O intercâmbio com países irmãos mais experientes neste domínio e com organizações multilaterais regionais e internacionais é um elemento que apreciamos” afirmou.

Bornito de Sousa disse que a criação de um Comité de Ministros nas estruturas da SADC se justifica pelo facto de os Ministérios dos Governos Locais serem um sector com carácter transversal a todos os outros sectores. O ministro evocou ainda o papel dos governos locais na prestação de serviços essenciais às populações e na ligação entre os Departamentos do Governo central com os órgãos locais, como outro factor que motivou a criação do Comité de Ministros.

A proposta da criação deste organismo será submetida à apreciação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, marcada para Agosto deste ano, na capital angolana.

A solicitação formal e a fundamentação para justificar esta medida foram apresentadas ao Secretariado Executivo da SADC, pelo ministro Namibiano da Administração Regional e Local, Habitação e Desenvolvimento Rural, Jerry Ekandjo, na qualidade de presidente do Fórum.

O ministro angolano da Administração do Território

anunciou a realização, em finais de Março na capital da Costa do Marfim, do Fórum dos Ministros Africanos dos Governos Locais, que terá por objectivo aproximar os servidores públicos de todo o continente. No mesmo mês, acrescentou, está também prevista a reunião dos Governos Locais da Commonwealth, que integra países que falam inglês.

No Fórum de Luanda participaram ministros e vice-ministros dos governos locais da África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, RDC, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, e altos funcionários da SADC.

O ministro Namibiano da Administração Regional e Local, Jerry Ekandjo, convidou os Governos Locais da SADC a traçarem estratégias destinadas a proporcionar uma “vida digna” aos cidadãos dos respectivos países.

Jerry Ekandjo, que também discursava na sessão de abertura do Fórum dos Governos Locais da SADC, defendeu iguais oportunidades de acesso aos serviços para os cidadãos dos Estados membros da organização regional, e um alto padrão de vida.

Sublinhou os progressos alcançados na criação do escritório de governação local da SADC, salientando que o projecto de memorando de entendimento entre os ministros desta organização regional e a associação de governação local visa garantir melhores condições de vida às camadas mais pobres da sociedade.

Jerry Ekandjo afirmou que os pontos da agenda da reunião ministerial, que incluem, as actas dos encontros anteriores realizados na Namíbia e África do Sul e o estado de governação local na África Austral, demonstram a determinação em imprimir um impacto positivo à governação local.

Jerry Ekandjo afirmou que os pontos da agenda da reunião ministerial, que incluem, as actas dos encontros anteriores realizados na Namíbia e África do Sul e o estado de governação local na África Austral, demonstram a determinação em imprimir um impacto positivo à governação local.

Ministros impressionados

Os ministros dos governos locais da SADC que estiveram reunidos em Luanda ficaram impressionados com os projectos habitacionais do Zango e do Kilamba Kiaxi, e saudaram os angolanos, sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, por este feito.

Durante a sua permanência em Luanda, os ministros dos governos locais da SADC visitaram os projectos habitacionais do Zango e Kilamba Kiaxi, como parte do programa de reabilitação e reconstrução do Governo angolano.

De acordo com o comunicado final da reunião, os ministros notaram, “com grande preocupação”, o impacto negativo causado pelas sanções impostas ao Zimbabué, e solicitaram o seu levantamento.

O encontro adoptou o Memorando de Entendimento entre os ministros dos governos locais da SADC e as associações dos governos locais da SADC, que deverá entrar em vigor logo após a maioria dos Estados membros e associações terem assinado o documento. O objectivo principal do memorando é fortalecer as relações e a colaboração, com vista a abordar todas as questões pertinentes.

5.14 Governador de Luanda exonera e nomeia quadros

Jornal de Angola

17 de Fevereiro de 2011

O governador da província de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, exarou ontem um conjunto de despachos nos quais exonera Carlos Alberto Cavukila, do cargo de administrador municipal do Cacucaco, Judite Armando Pereira, do cargo de secretária do Governo, Angélica Francisco João Agostinho, do cargo de directora do Gabinete de Estudo e Planeamento, Lumbanzu Vita Vemba, do cargo de director provincial da Saúde, e Maria Isabel António Massocolo Neves, do cargo de directora do Hospital Geral de Luanda.

Noutros despachos, o governador da província exonera Pedro Samuel John Júnior, do cargo de director-geral da ENCIB-UEE, Augusto Domingos Inglês, do cargo de director do Gabinete Jurídico do governo da província, Antónia Sandra Carvalho Viera Dias Lourenço, do cargo de directora adjunta do gabinete do governador, Nzembe José Canga, do cargo de director executivo interino do Programa da Habitação Social, e Ana Paula Rodrigues, do cargo de secretária da vice-governadora para o sector Político e Social e Casimiro Alcino Jorge Moisés, do cargo de director do gabinete da vice-governadora para o sector Político e Social.

Noutros despachos, o governador José Maria dos Santos nomeou, para em comissão de serviço exercer o cargo de secretária do Governo, Maria Umba Adelaide Hilário, para o cargo de directora provincial da Saúde, Maria Isabel António Massocolo Neves, e para director do Gabinete Jurídico, Carlos Alberto Cavukila.

Mário Rui dos Santos e Silva Cardoso foi nomeado director do Hospital Geral de Luanda, Henrique Lázaro Capeça, para director geral da ENCIB-UEE, Ana Cristina de Santana Inglês, para Directora Executiva do Programa de Habitação Social e Requalificação das Áreas de Realojamento e Henrique Jorge do Sacramento

e Sousa, para director do Gabinete de Estudos e Planeamento.

Para o cargo de director-adjunto do Gabinete do Governador da Província, foi nomeado Eduardo Mendes Simba, para director do Gabinete da vice-governadora para o Sector Político e Social, Valdir da Silva Baptista de Sousa, e Daniela Alekssandra Ngenohame, para secretária da vice-governadora para o sector Político e Social.

5.15 Moçambique mais avançado que Angola

O País

18 De Fevereiro de 2011

A ministra da Administração Estatal de Moçambique, Carmelita Rita Namahulua, iniciou esta quinta-feira, uma visita de trabalho de três dias a Angola, no âmbito do reforço das relações existentes entre aquele órgão e o Ministério da Administração do Território. No encontro mantido esta manhã em Luanda, com o seu homólogo angolano, Bornito de Sousa, a governante considerou que as relações entre Angola e Moçambique são boas e vão continuar a manter-se.

Falando aos jornalistas, sobre a experiência com autarquias, a dirigente reconheceu que neste aspecto o Estado moçambicano está mais avançado em relação a Angola, tendo instaladas já 43 autarquias em todo o país, frisando que a transferência de experiências aos angolanos faz parte da cooperação institucional.

Carmelita Rita Namahulua explicou que a cooperação entre os dois países é sustentada através do intercâmbio em várias áreas, com realce para as da administração local, gestão e organizações territorial, formação de quadros e lideranças locais. “A troca de experiência entre Angola e Moçambique estende-se também à área das telecomunicações, que para além do aprimoramento dos conhecimentos, tem facilitado a comunicação e a troca de informações rápida avançou depois.

O programa da visita indica que governante moçambicana vai inteirar-se do funcionamento dos Instituto Nacional das Telecomunicações e de Formação da Administração Local ambos com sede em Luanda.

A agenda da delegação moçambicana incluiu uma deslocação a província do Namibe, Sul de Angola, onde vai manter um encontro com o governo local, além de visitas a administração do Tombwa e a áreas turísticas.

Prevê ainda, o programa, visitas administração municipal de Icolo e Bengo, na província do Bengo, bem como à ponte da Cabala e à fábrica de Cimento, na mesma região.

5.16 Finalmente os municípios (II)

Novo jornal

18 De Fevereiro de 2011

Elogiei na última conversa a decisão estratégica do Executivo de colocar o município no coração do combate à pobreza e do desenvolvimento rural, o que está relacionado com outra questão estratégica que é a descentralização do poder e sua aproximação aos cidadãos. Desde há cerca de um mês, os municípios passaram a estar na agenda do debate. Os Administradores e outros actores locais tiveram oportunidade de manifestarem as suas opiniões, e ficou claro que, afinal, não estamos num mar de rosas, como muitos pretendem.

Isto é francamente positivo. Nunca antes, desde a independência, vivemos situação idêntica.

Porém, a experiência de longos anos diz-nos que este tipo de sol costuma ser de pouca duração. Rapidamente pode aparecer outra moda e as prioridades passarão a ser canalizadas para outros objectivos. Com efeito, são várias as ameaças que se deparam a este processo. Desde logo, a mentalidade e a cultura institucional prevalecente. Isto ficou patente no formato do Fórum Nacional sobre a implementação dos Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PIMDRCP) e dos seminários provinciais que se lhe seguiram onde a abordagem top down (de cima para baixo) e o paternalismo e o assistencialismo fizeram marca.

Desta forma, não haverá participação activa e consciente, e, conseqüentemente, sustentabilidade. Mas também a corrupção, que pode fazer com que as prioridades venham a ser cometidas à implantação de infra-estruturas, em prejuízo do reforço das capacidades, sem as quais a sustentabilidade estará também em causa. A resistência à transferência de verbas para os municípios sob os mais diversos pretextos e a prioridade que será dada ao investimento nas cidades - não nos esqueçamos que 2012 está à porta - são outras ameaças à descentralização e municipalização do desenvolvimento e ao desenvolvimento rural.

Tenho referido que a construção de casas nas cidades, sendo obra meritória, encerra o perigo de permitir auto-estradas que estimularão ainda mais o êxodo rural.

A melhor forma de evitar desvios futuros será o reforço das capacidades institucionais municipais. Há cerca de trinta anos um amigo defendia que os melhores quadros do país deveriam ser colocados nos municípios, de modo a não apenas dirigirem as Administrações, mas também a poderem capacitar os recursos humanos locais, do ponto de vista político e técnico. Acho que essa ideia mantém toda a sua pertinência e actualidade. O Estado deveria, na minha opinião, realizar um investimento gigantesco que permitisse a instalação de empresas, de partidos políticos, de organizações da sociedade civil, de igrejas. Que pudessem contribuir para melhorar a oferta de serviços, fundamental para um combate eficaz à pobreza, mas também para a criação de uma massa crítica capaz de decidir e influenciar decisões avisadas sobre o desenvolvimento dos seus municípios e do país em geral, e sobre a participação dos cidadãos e das instituições e organizações nesse mesmo desenvolvimento.

Como disse na conversa anterior, o combate à pobreza exige um maior acesso aos serviços por parte da população, e tais serviços não podem ser apenas nas áreas da saúde e da educação, deixando os projectos económicos para a responsabilidade dos órgãos centrais: como certos discursos continuam a fazer crer. A desejada diversificação da economia deve começar com projectos concretos, que permitam inclusão, não apenas na materialização, mas também na concepção. A agricultura familiar, o comércio rural, as actividades rurais não agrícolas e a dinamização de pequenas indústrias capazes de gerar emprego e rendimentos são aspectos fundamentais a ter em conta. Por isso não estou de acordo que se continuem a aprovar projectos megalómanos para a agricultura empresarial, como ainda aconteceu nos últimos meses do ano passado, para os quais os municípios não são ouvidos, e mesmo que o fossem, não detêm capacidade crítica suficiente para argumentar sobre a sua inadequação. Tais empreendimentos exigem demasiados recursos financeiros, geram poucos empregos para as populações locais e quase nenhuns para as mulheres.

Os ventos que sopram do norte de África são um sinal de que os perigos que comportam a desigualdade e a exclusão social são bem reais. Em África e em Angola temos o mau hábito de não aprender lições com o outro, pois pensamos que são sempre imunes. Uma das conclusões da reunião de Janeiro último do Fórum Económico Mundial, que anualmente em Davos, na Suíça, junta as elites da economia mundial, foi que o agravamento das desigualdades sociais é o risco mais grave que o mundo corre nas próximas décadas. Não se reconheceu, no entanto, que esse agravamento é fruto das políticas que têm sido defendidas em Davos ao longo dos últimos anos. Políticas essas que nós, em muitos casos, insistimos em prosseguir.

5.17 Moçambique disponível para apoiar autarquias

Jornal de Angola
18 De Fevereiro

Angola e Moçambique podem aprofundar a sua cooperação em matéria de gestão autárquica, sugeriu ontem, em Luanda, a ministra moçambicana da Administração Estatal, Camelita Rita Namahulua, no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo ministro angolano da Administração do Território, Bomito de Sousa.

Camelita Namahulua, que se encontra em Luanda no quadro da sua participação no Fórum dos Governos Locais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que decorreu na quarta feira, disse que Angola e Moçambique têm trocado informações e experiências em gestão autárquica.

A ministra moçambicana considerou que o seu país tem muita experiência para transmitir a Angola, uma vez que está mais avançado nesta matéria, tendo em conta que tem, neste momento, 43 autarquias, e Angola apenas agora se prepara para seguir esse caminho. Para ela, “essa troca de experiências é boa porque cada um aprende sempre alguma coisa com o outro”.

De resto, Namahulua considerou “muito boas” as relações entre os ministérios da Administração do território de Angola e da Administração Estatal de Moçambique. “Temos estabelecido intercâmbios regulares e há muita troca de informação. Os técnicos têm visitado ambos os países e isso ajuda a que nós possamos trocar experiências e conhecimentos”, disse a ministra, lembrando que Angola e Moçambique são “países irmãos” e têm um passado comum.

Camelita Namahulua apontou ainda a administração local, a gestão do território e questões ligadas à organização territorial e à formação dos funcionários como áreas em que pode ser aprofundada a cooperação entre os dois países.

“Temos (em Moçambique) escolas similares às que existem em Angola. uma delas é a Escola da Governação, cujas instalações já foram visitadas por técnicos do Ministério da Administração do Território (de Angola). Cá (Angola) também há escolas similares onde já estiveram técnicos moçambicanos. Por isso, temos trocado informações e experiências na área das telecomunicações”, lembrou, antes de considerar que isso também ajuda a que se possam melhorar os conhecimentos.

5.18 Clareza nos números

A Capital
19 De Fevereiro de 2011

Vai passar a ser assim daqui em diante: receitas municipais todas para a Conta Única do Tesouro Nacional, enquanto único fiel depositário dos dinheiros decorrentes das contribuições fiscais, bem como as vindas das transgressões administrativas. A par disso, administradores locais se obrigarão à prestação de contas relativas aos respectivos actos de governação, justificando bem os gastos realizados durante um dado exercício fiscal.

Assim, as receitas colectadas por via de cobrança de impostos ou taxas da responsabilidade municipais deixam, doravante, de ser geridas ao sabor das administrações locais. Pelo menos passará a ser assim ao nível da província de Luanda, onde, para o efeito, foi, esta segunda-feira, 14, rubricado um compromisso que, a partir de agora, obriga as administrações dos nove municípios da capital a encaminharem as receitas colectadas junto das respectivas áreas de jurisdição para um canal único: a Conta Única do Tesouro Nacional.

O compromisso foi firmado entre o governador da província, José Maria dos Santos, e os administradores dos municípios circunscritos a capital do país, numa decisão que também marcou o encerramento imediato das contas bancárias, até aqui, movimentadas para este fim pelas administrações.

«Com este acto, acabamos por assumir uma grande responsabilidade», disse o governante, ao reconhecer que «os recursos arrecadados no exercício das nossas funções devem ser todos canalizados a Conta Única do Tesouro Nacional», enquanto mecanismo tido como único «fiel depositário de todas receitas públicas arrecadadas».

À luz de tal compromisso, os administradores se obrigam ainda a prestação de contas regulares relativas aos respectivos actos de governação, provando que os gastos realizados são condicentes com as obras apresentadas durante um dado exercício fiscal.

5.19 Vita vemba exonerado

Folha 8
19 De Fevereiro

O Governador Provincial de Luanda, José Marias dos Santos exonerou no passado dia 16.02 Vita Vemba do cargo de director provincial de Saúde, nomeando para o seu lugar, em condição de serviço, a médica Massocolo. Na verdade, a exoneração de Vita Vemba ficou determinada aquando da visita surpresa que o governador

de Luanda efectuou nalgumas unidades hospitalares e centros de saúde e constatado um cenário “reprovável”. Além do mau atendimento aos pacientes, o gestor provincial testemunhou a falta de ambulância nalgumas unidades, tendo como argumento o então director provincial explicado que as mesmas eram substituídas por um sistema de comunicação utilizado para chamar as ambulâncias sempre que necessário.

Desconfiado do método, José Maria dos Santos decidiu testar a sua funcionalidade convidando Vita Vemba – transforma-se em operador. “Alô ... alô ... Terra Nova chama ... alô ... alô terra Nova”, testava o agora exonerado director provincial da Saúde que, para a sua infelicidade, ninguém respondeu. E, acredita-se, a referida situação terá tido peso considerado na decisão do governador que exonerou outros quadros do GPL entre eles o então administrador municipal do Cacucaco, Carlos Cavuquila que foi nomeado para dirigir o gabinete jurídico.

5.20 Começam “a rolar cabeças” no GPL

O Independente
19 de Fevereiro

O governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, começou com o rolar de cabeças no seu executivo, tendo exonerado na quarta-feira última, em despachos por conveniência de serviço, alguns directores provinciais, altos responsáveis do Governo provincial e destaque para o administrador municipal de Cacucaco.

Nos despachos, o governador Maria dos Santos exonerou do cargo de secretária do Governo, Judite Armando Pereira, o director provincial da Saúde, Lumbanzu Vita Vemba, de administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavukila, de directora do Hospital Geral de Luanda, Maria Isabel António Massocolo Neves, de directora adjunta do Gabinete do Governador Provincial, Antónia Sandra Carvalho Vieira Dias Lourenço e de director do Gabinete Jurídico, Augusto Domingos Inglês.

Igualmente, foram exonerados Angélica Francisco Agostinho, do cargo de directora do Gabinete de Estudo e Planeamento, Nzembe Sosefe Canga, do cargo de director executivo interino do Programa de Habitação Social, Pedro Samuel John Júnior, do cargo de director-geral da ENCIB-UEE, Ana Paula Rodrigues, do cargo de secretária da vice-governadora para o sector político e social, e Casimiro Alcino Jorge Moisés, do cargo de director do gabinete da vice-governadora para o sector político e social.

Noutros despachos, o governador José Maria dos Santos nomeou, para em comissão de serviço exercer o cargo de secretária do Governo, Maria Umba Adelaide Hilário, para o cargo de directora provincial da Saúde, Maria Isabel António Massocolo Neves, e para director do Gabinete Jurídico, Carlos Alberto Cavukila.

Mário Rui dos Santos e Silva Cardoso foi nomeado director do Hospital Geral de Luanda, Hemique Lázaro Capeça, para director geral da ENCIB-UEE, Ana Cristina de Santana Inglês, para Directora Executiva do Programa de Habitação Social e Requalificação das Áreas de Realojamento e Henrique Jorge do Sacramento e Sousa, para director do Gabinete de Estudos e Planeamento.

Para o cargo de director-adjunto do Gabinete do Governador da Província, foi nomeado Eduardo Mendes Simba.

Para director do Gabinete da vice-governadora para o Sector Político e Social, Valdir da Silva Baptista de Sousa, enquanto Daniela Alekssandra Ngenohame vai, segundo o despacho, para secretária da vice-governadora para o sector Político e Social.

5.21 Novos rostos GPL

Semanario Sociedade
19 de Fevereiro

Nos despachos, o governador José Maria dos Santos destituiu do cargo a secretária, Judite Armando Pereira, o director provincial Saúde, Lumbanzu Vita Vemba, administrador do Cacucaco, Carlos Alberto Cavukila, a directora do hospital geral, Isabel Massocolo, a directora-adjunta seu gabinete, Antónia Sandra Carvalho Vieira Dias Lourenço e director do gabinete jurídico, Augusto Domingos Inglês.

Perderam igualmente o “tacho” Angélica Francisco Agostinho, do gabinete de estudo e Planeamento, Nzembe Sosefega, director executivo interino do Programa de Habitação Social Pedro Samuel John Júnior, director-geral da Encib, Ana Paula Rodrigues, secretária da vice-governadora para o sector político e social, e Casimiro Alcino Jorge Moisés, director do gabinete da vice-governadora para o sector político e social.

Em outros despachos foram nomeados para em comissão de serviço exercer o cargo de secretária do governo, Maria Umba Adelaide Hilário, ao passo que a Isabel António Massocolo é nova directora provincial da Saúde e Carlos Alberto Cavukila, dirige o gabinete do Gpl.

Mário Rui dos Santos e Silva Cardoso é o novo nomeado director do Hospital Geral de Luanda, Henrique Lázaro Capeça, passou para a Encib, Ana Cristina de Santana Inglês, é a directora executiva do Programa de Habitação Social e Requalificação das áreas de realojamento e Henrique Jorge do Sacramento e Sousa, chefia o Gabinete de Estudos Carlos Alberto Cavukila, director do gabinete jurídico e Planeamento.

Eduardo Mendes Simba e Valdir da Silva Baptista de Sousa são os novos directores de gabinete do governador e da vice-governadora para o sector político e social, respectivamente. Daniela Alekssandra Ngenohame é a nova secretaria da vice-governadora para o sector político e social.

5.22 GPL encerra contas das administrações municipais

Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro 2011

A medida do governo da província de Luanda (GPL) surge em cumprimento do Decreto presidencial nº 309/2010 de 29 de Dezembro, sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado para 2011.

Para o efeito, esta segunda-feira, 14, os administradores municipais assinaram com o governo provincial de Luanda e o Ministério das Finanças um termo de compromisso. O documento obriga ao encerramento de todas contas abertas pelas Administrações municipais, nos bancos comerciais e vem na sequência de uma das medidas previstas no “ Programa do Executivo para Boa Governação de Luanda”.

O objectivo da medida visa melhorar o tratamento a ser dado as receitas arrecadadas pelas Administrações nas suas áreas de jurisdição para Conta Única do Tesouro. Constam do compromisso a realização de balanços sistemáticos de receitas arrecadadas e despesas realizadas, segundo dados apresentados pelo porta-voz do Governo Provincial de Luanda Ladislau Silva.

Na sua intervenção, o Governador Provincial de Luanda, José Maria dos Santos, disse que o acto representa o assumir da grande responsabilidade de que os recursos arrecadados no exercício de funções públicas devem ser canalizados para o Tesouro, como fiel depositário de todas receitas públicas.

José Maria dos Santos referiu que este é o primeiro passo para o cumprimento do Decreto presidencial no 309/2010 de 29 de Dezembro, sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado para 2011 e acrescentou que o GPL vai fazer o mesmo com as direcções

provinciais que no exercício das funções arrecadam receitas públicas.

Para o Administrador Municipal do Sambizanga, José Tavares, a iniciativa surge em boa hora. Segundo José Tavares, essa mudança já era necessária, tendo acrescentado que no município que dirige os depósitos já têm sido feitos na Conta Única do Tesouro. “Já não existe nenhuma conta da Administração em bancos comerciais. Os valores que estamos a receber esta semana das declarações e atestados de residência são os últimos” disse, sublinhando que, doravante o cidadão que pretender um atestado de residência terá de ir fazer o depósito na Conta Única do Tesouro. E o administrador do Rangel Maciel Neto “Makavulo” pensa que o compromisso assinado deve ser assumido. Segundo o mesmo, estamos na IIIª República e por isso algumas regras devem ser ajustadas a Constituição, pelo que acrescentou que a medida vai ser apenas o cumprimento da lei.

Já Pedro Façonny, Administrador do Município da Samba entende que o passo dado visa controlar, racionalizar e direccionar melhor os recursos financeiros. O governante avançou que na Samba o processo de encerramento está em curso e encontra-se já na fase final. Importa referir que com a aplicação desta medida, conforme fez referência o administrador municipal do Sambizanga, o do cidadão que pretender os serviços das administrações municipais, tais como atestado de residência, declarações ou pagar multa resultante transgressões administrativa deverá depositar o valor no banco ou melhor na Conta Única do Tesouro.

5.23 Receitas da Administração Municipal para Conta Única do Tesouro Nacional

Jornal Angola

24 De Fevereiro 2011

O termo de compromisso referente à canalização de receitas para o Conta Única do Tesouro Nacional foi assinado na segunda-feira pela Administração Municipal de Viana, na província de Luanda, após análise e auscultação de diferentes sensibilidades da vida política e social do município.

Durante a cerimónia, foi dado a conhecer o programa executivo da Administração Municipal de Viana, no qual está plasmado o conjunto de acções, entre as quais o reforço dos instrumentos para a cobrança de taxas comunitárias nos mercados, praças e feiras, e a conclusão da inventariação dos imóveis privados para efeitos de pagamento de impostos, devendo para o efeito ser criada uma base de dados.

Corrigir as assimetrias do ponto de vista da gestão financeira do município, encerrar imediatamente as contas bancárias da administração municipal, alimentadas por várias receitas que, a priori, devem ser canalizadas para a conta única do tesouro nacional, proceder ao balanço sistemático das receitas arrecadadas e despesas realizadas, também constam do conjunto de acções da administração de Viana.

Ao tomar a palavra, o administrador municipal, José Moreno, disse que o acto vai corresponder à nova dinâmica governativa da província de Luanda e dar resposta a uma orientação segundo a qual os municípios deverão fazer todos os esforços no sentido de haver uma maior arrecadação de receitas para que os orçamentos municipais possam, em certa medida, corresponder ao que cada município pode recolher de receitas.

O município de Viana tem uma superfície de 1.343 quilómetros quadrados com cerca de dois milhões de habitantes, encontra-se localizado na parte sudoeste da província de Luanda, é limitado a norte pelos municípios de Cazenga e Cacuaco, a leste pelo Bengo, (município da Quissama), e a oeste pelo Oceano Atlântico. Actualmente, é o maior e mais populoso da província de Luanda.

5.24 Municípios ficam sem contas bancárias

Continente
25 De Fevereiro de 2011

Os administradores municipais de Luanda assinaram com o Governo da província e o Ministério das Finanças, no último dia 14, um termo de compromisso que os obriga ao encerramento imediato das contas abertas pelas administrações municipais em bancos comerciais. A medida, segundo apurou o Continente, responde ao Decreto Presidencial nº 309/2010 de 29 de Dezembro sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado para 2011, que recomenda, entre outras medidas, que os recursos arrecadados no exercício da função pública devem ser todos canalizados para o Tesouro, como fiel depositário de todas as receitas públicas.

As razões avançadas para justificar a medida que, para muitos analistas, constitui um exercício contrário aos “esforços” do próprio Executivo tendentes ao estabelecimento do Poder Local, como instrumento para “resolver os problemas quotidianos das populações das grandes cidades mas também das pequenas vilas e aldeias do interior do país”, não passam da “necessidade de boa governação”.

O Jurista Ambrósio Garcia considera a medida “reprovável”, a todos os títulos. Para ele, o poder local pressupõe, autonomia financeira e, na sua fase completa, a eleição dos autarcas. Por isso, disse, não se percebe que, por um lado, as autoridades apareçam a apregoar e defender publicamente a descentralização do poder e, por outro, a tomarem medidas tendentes a dificultar o processo.

A má gestão e ou a falta de transparência na gestão dos dinheiros arrecadados localmente, devia ser matéria de responsabilidade exclusiva dos órgãos de justiça, afirmou o jurista.

5.25 A lei das transgressões administrativas

Novo jornal
25 De Fevereiro de 2011

Esta posição consta na nova Lei das Transgressões Administrativas já promulgada pelo Presidente da República.

O documento, com 26 artigos, descreve Transgressões Administrativas como qualquer acção ou omissão, por dolo ou negligência, punível com multa administrativa, cujo resultado presente ou futuro venha a perturbar o meio ambiente, a ordem pública, tranquilidade (...) a segurança de pessoas e bens.

Configura igualmente uma transgressão administrativa a acção ou omissão que perturba, de forma directa ou indirecta, a actividade administrativa das entidades públicas, o ordenamento da vida em sociedade, através das regras previstas em leis ou regulamentos.

Relativamente aos princípios gerais, o documento diz que as pessoas singulares ou colectivas que, através de acção ou omissão, cometam transgressões administrativas, ficam sujeitas às sanções administrativas previstas na lei.

No entanto, a responsabilidade por transgressões administrativas é independente do processo-crime a que a acção ou omissão possa dar lugar.

No caso das pessoas singulares, a Lei diz que a responsabilidade pelo pagamento da multa administrativa é solidária entre os cônjuges, sempre que se trate de transgressões relacionada, directa ou indirectamente, com a residência de família.

Em caso de transgressões cometidas por menores ou outros incapazes por qualquer anomalia que careçam de dever de cuidado e de guarda dos pais ou representantes legais, estes respondem pelo pagamento da respectiva multa.

As pessoas colectivas são solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas correspondentes às transgressões administrativas cometidas pelos seus trabalhadores, representantes ou comissários, sempre que agirem no interesse ou em nome daqueles, ainda que na falta de ordens e instruções expressas, sem prejuízo do direito de regresso que houver, nos termos legais.

Valor das multas administrativas

Os regulamentos devem proceder a uma graduação das multas, atendendo ao critério do sujeito e da modalidade da transgressão, bem como os respectivos tipos ou subtipos.

Salvo nos casos de multas especiais por sector de actividade, os valores das multas a ser aprovado por regulamento das Administração Central do Estado, devem ser fixados com base nos seguintes limites mínimos e máximos do salário nacional: Para transgressões cometidas por pessoas colectivas, a multa varia entre dois salários mínimos, com valor mais baixo, e trezentos salários mínimos, como o valor mais alto; Para as transgressões cometidas por pessoas singulares, a multa varia entre um quarto (1/4) do salário mínimo, como valor mais baixo, e 50 salários mínimos como valor mais alto.

Multas especiais

O disposto nesta lei não exclui a possibilidade de serem aprovados regulamentos específicos sobre as transgressões administrativas e respectivas multas, com base no critério do sector de actividade, devendo os valores oscilarem de acordo com a actividade profissional económica ou comercial.

Os valores das multas especiais por sectores de actividade devem ser calculados com base em factores alternativos de ponderação que atendam o capital social da instituição infractora, a média de lucros dos últimos cinco anos, o valor da empreitada, objecto da sanção entre outros critérios definidos em regulamentos com base na capacidade económica de pessoa singular ou na pessoa colectiva que aconteceu a transgressão.

Aplicação e execução das multas

As autoridades policiais, de inspecção, de fiscalização e outras autoridades públicas, devem, logo que tomem conhecimento, lavrar auto de notícia sobre qualquer prática que configure uma transgressão administrativa.

O auto de notícia lavrado por autoridade pública é título suficiente para execução administrativa depois de esgotado o prazo para pagamento voluntário da dívida, sem prejuízo das garantias graciosas ou contenciosas que assistem o auto.

As multas previstas na esta lei e desenvolvidas por regulamento da Administração, são aplicadas pelas autoridades administrativas centrais ou locais, com base na distribuição de competências dos respectivos estatutos e regulamentos.

Prazo e forma de pagamento voluntário

O prazo para pagamento voluntário da multa é de trinta dias, contados a partir da data de notificação.

O agente pode, mediante requerimento, dentro do prazo de pagamento voluntário, solicitar à entidade competente o pagamento de multa em prestações que serão mensais e em número nunca superior a seis.

Quanto a execução tiver por base uma decisão da autoridade administrativa, esta remeterá os autos ao representante do Ministério Público competente para promover a execução.

5.26 Lei da Probidade Administrativa em silêncio tumular

Continente

25 De Fevereiro de 2011

No próximo dia 5 de Março, a Lei Sobre a Probidade Administrativa completará um ano desde a sua aprovação, por unanimidade, pelos deputados da Assembleia Nacional (AN).

O Diploma surgiu depois da anunciada “tolerância zero”, pelo Presidente Eduardo dos Santos, aos actos ilícitos na administração pública. Em Fevereiro do ano passado, quando o PR dava posse aos membros do novo Governo, reafirmou a sua aposta no combate à corrupção, tendo anunciado que a “Tolerância zero” passaria a ter um novo instrumento de combate ao enriquecimento ilícito, sendo a Lei da Probidade Administrativa.

O documento visa a moralização da sociedade e estimular uma gestão mais responsável e transparente do erário público, compreendendo três momentos, nomeadamente, prevenção, acção e sancionamento dos actos ilícitos.

Os debates à sua volta foram intensos nos mais variados segmentos da sociedade, existindo quem considerasse, mais uma iniciativa que não passaria disso mesmo, a julgar pela não entrada em funcionamento, até agora, da Lei da Alta Autoridade contra a Corrupção, aprovada em 1996.

A Lei entrou em vigor em Junho de 2010, seguindo-se apresentação das declarações de bens dos abrangidos no Diploma, à PGR, o fiel depositário das mesmas.

Na altura, prometeu-se maior divulgação da Lei, ale-

gadamepte, porque, até magistrados da PGR tinham dificuldades em interpretá-la, tendo o assunto caído no silêncio, até hoje.

Desconhece-se, por exemplo, se os novos titulares de cargos públicos já fizeram ou não as suas declarações de bens, tão pouco se sabe, se a PGR já criou as condições para as acolher.

Durante um debate na Rádio Eclésia, Mota Liz, havia inumerado uma série de dificuldades com que se debatia a PGR, destacando-se à inexistência de armários próprios para guardar as declarações, assim como Selos apropriados.

As declarações de bens depositadas o ano passado na PGR, apenas é permitem acesso mediante mandato judicial, justificável no âmbito de processo-crime ou disciplinar e administrativo, bem como outras razões de fortes indícios criminais, tal como estabelece a Lei.

De acordo com o diploma, as informações e dados contidos na declaração de bens, assim como em denúncia, por acto de improbidade, são considerados elementos sob segredo de Justiça, estando o Seu desrespeito, por qualquer forma, sujeito a correspondente processo criminal e disciplinar. A declaração de bens, estabelece ainda a Lei, é apresentada em envelope fechado e lacrado, até 20 dias após tomada de posse do agente, junto à entidade que exerce poder de direcção, de superintendência ou tutela, que lhe remeter, no prazo de oito dias úteis, ao procurador geral da República. Refere igualmente que falsas declarações, por dolo ou negligência, omissões e, ou a não declaração de bens equivale a sonegação perante autoridade pública, susceptíveis de responsabilização política, disciplinar e criminal.

As primeiras declarações de bens

De acordo com dados da PGR, a maior parte das declarações de bens depositadas no ano passado, naquela instituição, é dos membros do Governo, entidades ligadas directamente ao PR, magistrados judiciais e do Ministério Público. Entre elas constam as declarações de rendimento recebidas de entidades como os ministros de Estado e chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, da Administração Pública Emprego e Segurança Social. Pitra Neto, do Ambiente, Fátima Jardim, da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, da Cultura, Rosa Cruz e Silva.

Das declarações constam também a do ministro da Educação, Pinda Simão, do vice-ministro da Educação para Formação e Ensino Técnico e Profissional, Narciso dos Santos Benedito, da Vice-Ministro da Educação para o Ensino Geral e Acção Social, Ana Ndala Fernando, do secretário de Estado dos Direitos Humanos, António Bento Bembe.

Constam ainda a do secretário para os Assuntos Políticos e Constitucionais da Presidência da República, Francisco Monteiro Queiroz, do secretário para os Assuntos de Comunicação Institucional e de Imprensa, José Mena Abrantes, a da secretária para os Assuntos Judiciais e Jurídicos, Florbela Araújo, do secretário para os Assuntos Locais, André Mingas.

Fazem também parte da lista, o chefe do Cerimonial do Presidente da República, José Filipe, do seu adjunto, Pedro António Saraiva, e do governador da província da Huíla, Isaac Maria dos Anjos.

Recorda-se que as pessoas com a obrigação de apresentar a declaração de bens, passados os 30 dias recusando-se a apresentar tal participação, podem ser sancionados com pena de demissão das suas funções e outras sanções.

A primeira entidade a entregar a sua declaração de bens à PGR foi o juiz conselheiro do Tribunal Constitucional, Onofre dos Santos.

A Lei da Probidade Administrativa, publicada no dia 29 de Março de 2010, entrou em vigor no dia 28 de Junho do mesmo ano.

5.27 Apresentada obra sobre o Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola

Continente

25 De Fevereiro 2011

A obra científica “Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola”, de autoria do escritor Chico Adão, pseudónimo literário de António Francisco Cortez, foram apresentadas hoje, em Luanda, em cerimónia assistida por juristas, sociólogos, antropólogos e familiares.

Ao apresentar a obra, a antropóloga Ana Maria de Oliveira disse que a mesma está organizada em sete volumes e subdivide-se em livros, seguindo-se em subsecções intituladas de cadernos.

A antropóloga descreve que, no volume I, o autor faz uma abordagem sobre a antropossimiótica, no II histórico, no III, direito divino profano dos povos de nações ancestrais de Angola e, no IV, a abordagem jurídica: similitudes e dissimilitudes entre o direito penal dos povos de nações ancestrais de Angola e o direito penal estatal.

O volume V aborda a antropojurídica: génese do poder tradicional e da autoridade tradicional e o VI o mapa comparativo das similitudes e dissimilitudes existentes entre os princípios e normas constitucionais constantes da Constituição de 2010 e os correspondentes princípios e normas constitucionais milenares orais do direito costu-

meiro e do poder tradicional dos povos de Angola. Segundo Ana Maria de Oliveira, o volume VII versa sobre a coabitação entre o poder tradicional e estatal em Angola: problemas, desafios e soluções.

Observa que, Chico Adão faz um percurso desafiador e sensível sobre a ancestralidade nacional e da angolidade, bem como da coabitação entre o direito costumeiro e o direito positivo.

“É um contributo importante para o aprofundamento, reconhecimento e reflexão de temáticas que no, âmbito das ciências sociais e humanas, têm relevância aos factores idiossincráticos das comunidades socioculturais de Angola”, comentou.

5.28 é preciso apostar-se na descentralização das decisões

Expansão

25 De Fevereiro

Entrevista Salin Valimamede

O economista aponta os principais sectores de actividade económica que oferecem vantagens competitivas aos investidores. Todavia, a descentralização das decisões é, como explica, um factor determinante do crescimento regional equilibrado

EX- Geralmente, quando se aborda a diversificação económica em Angola, difunde-se a ideia de que tudo é “diversificável”. *Concorda com este pensamento?*

VS- Quando se fala de diversificação económica, pretende-se, essencialmente, destacar a importância de haver vários sectores da economia, e não apenas alguns, a contribuírem para o crescimento económico de um país e, dessa forma, não correr o risco de estar dependente da performance de um ou dois sectores da economia, como é o caso da maior parte dos países produtores de petróleo.

Por outro lado, devemos ter em consideração que o processo de diversificação económica, ou seja, a promoção e o crescimento de outros sectores da economia, é um processo de médio longo/prazo e que depende fundamentalmente da capacidade de canalizar investimentos públicos e privados para esses sectores.

Na sua visão, que sectores realmente oferecem vantagens competitivas aos investidores?

Angola é um país que tem vários sectores da economia que podem ser promovidos, pois oferece um potencial enorme em termos de recursos naturais, que vai desde a indústria extractiva e mineira (petróleo, gás, diamantes, ferro e outros minérios) à pesca, à agricultura e pecuária, floresta e madeira, entre outros.

Verifico também um grande potencial nos sectores dos

serviços, como os sectores financeiros (banca e seguradoras), distribuidoras alimentares e saúde. Por outro lado, devido à guerra civil, Angola necessita de reabilitar e construir as suas infra-estruturas ao longo do País, o que será ainda o grande desafio nos próximos anos. Por isso, os sectores relacionados com a construção civil e a habitação são sectores com grande potencial em Angola nos próximos anos.

Incluiria o turismo nas prioridades de diversificação nacional?

Com certeza. Há um enorme potencial do sector turístico em vários pontos do País, devido à sua diversidade e beleza natural.

Em relação à indústria? Que segmentos lhe parecem possuir vantagens competitivas?

Vejo um grande potencial de imediato nas indústrias agro-alimentar, de materiais de construção, de madeira e pasta de papel.

Na sua opinião, por que razão não se aposta na diversificação da produção/exploração mineira?

Fará todo o sentido apostar na diversificação de produção nos sectores onde o País tem vantagens competitivas e que podem ser sectores de exportação. Vejo, com grande optimismo, essa aposta na diversificação de produção de outras indústrias mineiras, em especial, o ferro!

Como avalia o facto de o investimento privado manter uma tendência de preferências do litoral?

Em qualquer tipo de investimento empresarial, os factores de risco do retorno são aqueles que mais influenciam a decisão de onde investir. Neste caso, como as províncias do litoral são as mais desenvolvidas em termos de infra-estruturas e, por outro lado, por os centros de decisões estarem de facto nessas províncias, em especial em Luanda, é natural que os investidores optem por dar preferência em investir nas províncias do litoral. O que demonstra que existe a necessidade de capacitar (infra-estruturas, recursos humanos, descentralizar as decisões da capital, etc.) as províncias do interior para atrair mais capital e investimento privado.

De que forma se pode inverter esta tendência?

Apostar nas infra-estruturas, na educação, na saúde e apostar na descentralização das decisões são factores fundamentais para alterar essa tendência.

O que pensa sobre o facto de o Governo privilegiar as subvenções a preços e não à produção?

Penso que hoje em dia o Governo está cada vez mais empenhado em promover os sectores produtivos, e certamente que a questão das subvenções dos preços terá uma tendência de ser reduzida ao longo do tempo.

5.29 Governador de Luanda inventa orientação ilegal

Continente

25 De Fevereiro de 2011

José Maria dos Santos, actual Governador da Província de Luanda toma o cargo desejado por muitos com bastante afoiteza, tem de algum modo, feito alguma comunicação totalmente desajusta com a realidade da capital.

Logo na primeira comunicação feita por ele reparei que era um novato inexperiente no mínimo básico.

Hoje em dia qualquer político que se preze tem que conhecer a comunicação política, (marketing político), para poder atingir o seu publico alvo. Todos luandenses sabem muito bem o que é de mais importante e significativo em relação as situações preocupantes e aflitivas da cidade de Luanda, Luz, agua, saneamento básico, lixo e vias de acesso (estradas nos bairros de Luanda). Deve debruçar-se nestes pressupostos.

Entristeceu-me a medida, a orientação, sei lá o quê, tomada pelo Sr., Governador de Luanda José Maria dos Santos, onde exige que todos os Administradores Municipais fizessem os depósitos dos impostos Municipais (mercados, armazéns, etc.), cobrados por estes, nas contas bancárias do Governo Central (Tesouro Nacional).

No mínimo é uma orientação ilegal Sr., Governador, expressa não ter pedido parecer jurídico antes da divulgação da medida. Quem deve legislar esta prática é a Assembleia Nacional, tornando-a lei caso aprovada.

Mas grave foi nenhum administrador opor-se a ela, ou a si! Sr., Governador, descentralização é importante mente também financeira. Os Administradores Municipais precisam de dinheiro para poder trabalhar, se este dinheiro é mal aplicado, é outro assunto, talvez seja caso de polícia. Com esta prática o Sr., Governador passou um atestado de incompetência aos Administradores Municipais, não tem confiança.

Outro assunto que me depreendeu foi ter dito que não era Homem de Gabinete, reparei que não sabia comunicar. *Eu pergunto, não é Homem de Gabinete é Homem de rua! Certo. O que faz na rua? Com que meios? Qual é a estratégia?*

O Importante não disse. Os luandenses querem ouvir outro tipo de comunicação, mais direccionada as necessidades que atormentam o quotidiano. Terraplenar as ruas dos bairros, presença das autoridades dos Governos Provinciais ou Municipais nas ruas para ordenarem os maus comportamentos de algumas populações, no

mínimo, aviso prévio da falta de energia e de água, as respectivas causas, o tempo mínimo da sua restituição nas localidades (Bairros ruas, casas, etc.). Sr., Governador é o mínimo!

Sr., Governador é conhecido que o Governo da Província de Luanda esta com um défice bastante alto nas suas contas, porquê? Uma das causas é que paga muito caro o outsourcing! (Contratação de empresas terciarizadas, visa a reduzir custos internos aproveitando o “know how” e a especialização de empresas externas que, em determinadas áreas específicas, se revelam como opção mais vantajosa, permitindo maiores rentabilidades, uma vez que os empregados subcontratados normalmente ganham um vencimento reduzido), que não é o caso, pelo contrário. As empresas de limpeza e recolha de resíduos, mais as comissões, praticam preços exorbitantes. Como estancar este cancro? Com 5 Milhões de dólares mensais consegue limpar, recolha, transporte de resíduos na Província de Luanda, e como? Criando uma empresa pública para este fim, tendo oficinas gerais, contratando funcionários com experiência de trabalho de saneamento Engenheiros, Arquitectos, Trabalhadores de base, e um serviço permanente que entrevisse nessas áreas 24 horas, pagando salários acima da média para um bom funcionamento da actividade, criando vários postos de trabalho para a população de Luanda, e assim reduziria o défice excessivo.

5.30 Administrador do Kikolo acusado de desvio de fundos

Continente

25 De Fevereiro de 2011

Os moradores dos bairros Cardoso, Compão e Bandeira, no Sector 1, 5 e 15 na comuna do Kikolo, acusam o administrador Zeferino Jacob de desvio de fundos provenientes das receitas arrecadadas nos fontenários naquela região do Cacuaco, em Luanda.

Segundo os populares, o responsável está a empregar pessoas amigas, em detrimento das que já vêm exercem a actividade há bastante tempo, alegadamente, para conseguir os seus intentos. Os trabalhadores antigos foram promovidos a supervisores, estando, mesmo assim, distantes de qualquer controlo da actividade diária. Estes auferem um salário mensal de oito mil kwanzas, enquanto os seus amigos recebem 20 mil.

As receitas dos chafarizes, ao que se sabe, deveriam servir para a sua manutenção e subsidiar os funcionários dos mesmos.

Apesar da procura e o número elevado dos necessitados do precioso líquido, Zeferino Jacob deposita apenas cinco mil kwanzas por dia, nos cofres do Estado.

Comenta-se que o administrador tem orientado os homens da sua confiança para não apresentarem todo o dinheiro arrecadado por dia.

Devido à falta de manutenção os chafarizes estão a funcionar com muitos problemas as munícipes alertam o administrador municipal do Cacuaco, Carlos Cavuquila, para pedir contas a Zeferino Jacob e sua equipa para explicarem-se sobre a distribuição da água no Kikolo, uma vez que nos últimos dias registaram-se inúmeras irregularidades.

Segundo apurou este semanário, a Epal não tem o controlo da distribuição de água naquela zona, tão pouco das receitas arrecadadas.

“O Executivo deveria prestar maior atenção a estes pequenos projectos, porque é daí onde os administradores municipais e comunais se aproveitam desviar fundos públicos”, alertou um morador.

Kikolo é, igualmente, acusado, de ter vendido terrenos que eram considerados reservas do Estado. Os terrenos terão sido vendidos, com maior incidência, no bairro Malueca.

Zeferino Jacob, ao que consta, estaria a ser protegido pelo 10 secretário comunal do MPLA, Sozinho, pelo administrador adjunto, Dala e a senhora Catarina Benguela, acusados de maltratar os populares, ameaçando-os com prisão.

A ausência do saneamento é também uma das preocupações apresentadas pelos moradores

o Continente tentou contactar o administrador comunal do Kikolo, tendo o esforço saído infrutífero.

5.31 Não devia ser ao contrário?

Agora

26 De Fevereiro de 2011

Os administradores dos municípios de Luanda assinaram, com o governo da província e o Ministério das Finanças um termo de compromisso, obrigando-os a canalizar todas as receitas arrecadadas para a Conta Única do Tesouro no Banco Nacional de Angola.

Por determinação do governador José Maria dos Santos foram de imediato encerradas as contas abertas pelas administrações locais em bancos comerciais, medidas previstas no programa do Executivo “para a boa governação de Luanda”.

Para quem, anos a fio, ouviu falar em descentralização administrativa e autonomia financeira para os municípios do país, esta medida deita por terra todas as expectativas criadas a esse nível.

Irá certamente voltar-se à velha ladainha de falta de verbas para os administradores cobrirem as mais ínfimas despesa, do género passar uma nova pintura pela sua sede ou comprar meia dúzia de cadeiras para apetrechar um espaço vago.

É certo que este tipo de medidas é da responsabilidade do Executivo, mas certamente que a “batata quente” ficará nas mãos do governador de Luanda, sobretudo nas ocasiões em que os administradores mais se queixarem dos cofres vazios.

Seja como for, José Maria dos Santos deve ter mais cuidado quanto faz promessas de premiar o município com mais receitas arrecadadas. *Não devia ser ao contrário, isto é, as receitas locais ficarem retidas na fonte para facilitar a vida aos administradores?*

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Nova cidade recebe moradores em Abril

Jornal de Economia
1 De Fevereiro de 2011

Os primeiros quatro blocos de edifícios, de 115 prédios, num total de 3.228 apartamentos da recém-criada cidade do Kilamba Kiaxi, localizada em Luanda, na auto-estrada Cabolombo Viana -Cacuaco, poderão receber já a partir de Abril cerca de 19 mil habitantes. Nesta mesma fase, serão também entregues duas escolas, sendo uma primária e outra secundária.

As garantias foram dadas pelo presidente do Conselho de Administração da Sonangol Imobiliária, Orlando Veloso, durante a passagem pelo local do Presidente da Guiné Conakry, Alpha Condé, que esteve em visita de Estado de dois dias ao nosso país, na semana passada.

Conforme adiantou, o término da primeira fase das obras está previsto para o mês de Outubro, registando-se, neste momento, um grau de cumprimento de 50 por cento do cronograma de empreitada.

O mesmo revelou, por outro lado, que na segunda entrega de moradias, que acontece em Dezembro próximo, estarão disponíveis outros 218 edifícios, com um total de 6.130 apartamentos, restando para esta fase a conclusão de mais 377 prédios, que vão totalizar a oferta de 710 edifícios, com 20 mil apartamentos e três mil vivendas. Estas obras, de iniciativa do Estado, estão a ser desenvolvidas pelo sector privado em espaços já definidos e com as respectivas infra-estruturas de serviços.

Na ocasião, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, garantiu que a nova cidade do Kilamba não servirá apenas de dormitório para os populares, mas de uma zona rigorosamente habitada, com famílias permanentes. Por esta razão, conforme o governante, está prevista a construção de outros equipamentos sociais, como escolas, hospitais, zonas de compras, diversão e lazer.

“O Governo está a trabalhar todo em conjunto para garantir às populações melhores condições de vida”, disse.

Preços

A grande expectativa das famílias e interessados na aquisição das residências passa pela fixação dos preços das referidas habitações. Todavia, em comunicados anteriores, as autoridades garantiram que serão priorizadas

nestes projectos os funcionários públicos e outros trabalhadores das empresas públicas, que, através dos seus rendimentos médios, poderão, em parcerias com as intuições financeiras, candidatar-se ao processo de titularidade dos imóveis.

De concreto, os preços das residências ainda estão por definir, e, conforme garantias dos responsáveis, antes da conclusão das obras, em Março, serão estabelecidos os custos das referidas habitações.

Devolver dignidade

O aumento da oferta de habitação no país, projecto amplamente desenvolvido pelas autoridades desde 2008, insere-se na estratégia de melhorar a habitabilidade dos cerca de 15 milhões de angolanos, cinco milhões dos quais se presume que estejam concentrados em Luanda, muitos dos quais em condições difíceis.

Com um défice habitacional estimado em um milhão e 700 mil fogos, em 2008, com a projecção de atingir um milhão e 900 mil em 2012, o Executivo apostou tudo para construir em todo o país um milhão de casas.

Neste âmbito e definido como custo para as habitações sociais o valor de até 40 mil dólares, serão necessário mobilizar até o término das empreitadas um valor global de 40 mil milhões de dólares, o que obriga a conjugação de interesses entre a banca e os detentores das iniciativas. Por parte do Estado, duas estruturas especializadas foram criadas para o efeito. Trata-se do Fundo de Fomento à Habitação (FFH) e o Instituto Financeiro de Gestão (IFG). Na óptica do Executivo, o FFH é o principal financiador dos programas de habitação social para as famílias carenciadas. Financia os projectos de auto-construção com o apoio do Instituto Nacional de Habitação, além de refinar os programas imobiliários que tenham por alvo a habitação com preços controlados. Já ao IFG foi atribuída a missão de elaborar o programa de financiamento nos mercados com base nas orientações do Executivo em matéria habitacional.

Metas

No seu ambicioso plano, um total de seis milhões de pessoas serão alojadas com dignidade

e a sua concretização passará pelo cumprimento das seguintes metas: 11511UI (11 %) a cargo do sector público, 120 mil (12%) de iniciativa privada, 80 mil (8%) pelas cooperativas e 685 mil (68,5%) em regime de auto-construção assistida nos meios urbano e rural.

Um outro ganho com a iniciativa governamental é o de criação de 600 mil empregos directos no sector público e 100 mil na parceria público-privada, além de outros tantos na iniciativa privada.

Outros projectos

Neste momento, está também em curso na província de Luanda a construção das centralidades do Zango, em Viana, e de Cacuo. Para o Zango, está prevista a construção de 315 edifícios de 15 andares cada, num total de 35.280 apartamentos. Já na centralidade de Cacuo, a Norte de Luanda, foi programada a edificação de T3 e 329 T4, todos de cinco andares, além de 45 T3 e 67 T4, de nove pisos e outros 23 T4 de 11, garantindo a oferta de um total de 883 edifícios.

Pelo país, estão ainda em construção acelerada as centralidades habitacionais do Dundo, província da Lunda-Norte, Ndalatando, no Kwanza-Norte, Cabinda e Kuando- Kubango. Prevê-se também o arranque das obras de Benguela (Benguela sede, Lobito e Baía Farta), além de outras no Kwanza Norte, concretamente no município de Cazengo.

As obras de edificação das novas centralidades têm à cabeça a Sonangol Imobiliária, que tem a seu cargo a gestão do projecto, enquanto a China Internacional Trust and Investment Corporation (CITIC) está encarregue de construir as habitações.

6.2 ONG defende mais ousadia por parte dos bancos

O Independente

5 De Fevereiro de 2011

Uma maior ousadia do sector bancário ara a concessão do crédito à habitação, com vista rentabilizar o negócio e facilitar acesso à moradia aos desfavorecidos, defendida pelo director da ONG development Workshop em Angola, Allan Cain.

Intervindo na mesa-redonda de apresentação do estudo sobre “Acesso à Terra para Habitação”, realizada recentemente em Luanda, o responsável disse que existem fundamentos simples e fiáveis para transacções financeiras acessíveis à população.

O director da DW acrescentou que privação de financiamentos para habitação em Angola resulta da falta de legislação clara sobre o assunto, que permitiria o uso de propriedade como garantia.

O especialista defende que os bancos deveriam ser mais flexíveis em razão do contexto, pelo que propõe iniciativas ousadas por parte da banca para adesão da população a empréstimos acessíveis.

Apontou a falta de uma política sobre crédito bancário, do título de propriedade, bem como os longos períodos de reembolsos como razões do receio dos bancos em apostar neste segmento.

Para ele, a experiência da DW em termos de facilitação de micro-crédito demonstra ao contrário, que as camadas mais carentes sempre cumpriram com as suas dívidas.

Por outro lado, um estudo sobre “Acesso a Terra para Habitação”, foi apresentado pela Development Workshop, recomendando maiores incentivos às políticas públicas de crédito bancário.

Promovido em parceria com o Banco Mundial, o estudo procura chegar a uma melhor compreensão das dinâmicas que governam os mercados de terra urbana como um factor chave no processo de urbanização, a fim de orientar políticas que possam melhorar o bem-estar da população.

A investigação concluiu que a avaliação dos factores e agentes chaves do mercado urbano da terra em Angola permitirá orientar políticas viradas para o reconhecimento e a integração dos mercados informais de terra. “As metas de competitividade de investimento em Luanda devem ser melhoradas para a sincronização e longevidade da cidade, de modo a garantir o bem-estar da população, com a participação de vários organismos”

Os resultados deste estudo poderão servir de base para o incremento sustentável a longo prazo de vários órgãos ligados a diferentes áreas de especialização do país.

O trabalho visou ainda recolher contribuições, com outros organismos sem fins lucrativos, sociedade civil e ainda instituições governamentais, imobiliárias, de métodos de como se determinam valores da terra urbana.

O desenvolvimento do papel de intermediários, assim como das administrações, das comissões de bairros e a densidade populacional foram, entre outras, as questões analisadas.

A abertura do sector bancário ao crédito à habitação para a camada jovem é necessária e indispensável. É preocupante ver jovens casados e até empregados sem possibilidades de negociar uma moradia com garantia bancária, face às questões burocráticas dos bancos. É importante que o Estado tenha uma maior actuação nos programas habitacionais, com vista a diversificar as modalidades de aquisição de casas.

Dados do Ministério das Finanças dão conta que a estruturação do mecanismo de financiamento habitacional prevê a participação dos bancos no financiamento do mercado de habitação, sem pôr em causa a solidez e a estabilidade do sistema bancário.

Este envolvimento visa oferecer soluções financeiras a determinados tipos de procura por habitação, que a banca comercial tenha dificuldades em financiar.

O programa habitacional do Executivo angolano prevê a construção de um milhão de casas em todo o país, das quais 115 mil serão erguidas pelo Estado, 120 mil pelo sector privado, 80 mil a cargo das cooperativas e 685 mil por meio da autoconstrução dirigida.

Em curso desde 2008, o referido programa, segundo as autoridades, vai prolongar-se além de 2012, devido ao constante crescimento demográfico e à dinâmica e abrangência infraestrutural da reconstrução nacional.

6.3 Mercado imobiliário cada vez mais atraente

Agora

12 De Fevereiro de 2011

Dados disponibilizados pela Agência Nacional para o Investimento Privado (Anip), apontam que no primeiro semestre de 2009, foram aprovados projectos de construção civil no valor de 183 milhões de dólares, correspondendo, na altura a 9% do crédito bancário concedido a privados.

Os desequilíbrios continuam, fundamentalmente, em relação à oferta e procura, num sector onde os preços são de arrearçar os cabelos, mas aproveitados por estrangeiros movidos por interesses lucrativos e a classe média cada vez mais exigentes.

O intenso fluxo migratório também é citado como sendo fundamental para o crescimento do negócio.

Estes factores estarão na base dos actuais níveis de especulação se repararmos que os valores médios de um apartamento de qualidade em Luanda rondarão os 4.150 por metro quadrado e os de uma vivenda cerca de 5.500 por metro quadrado, o que pode indicar que o montante real atinge os 5 milhões de dólares, sobretudo na zona luxuosa de Talatona, onde a Odebrecht comanda os negócios e as obras.

Os investimentos não se reduzem apenas na oferta de residências. O segmento de escritórios também se destaca. Aliás devido à falta de espaços, sobretudo para empresas que se instalam no país, o mercado conheceu nos últimos três anos o aumento do “interesse da criação de escritórios. Anip refere que a taxa de desocupação é bastante reduzida ou inexistente neste segmento.

Todo o espaço disponível está absorvido e estima-se que sejam necessários cerca de 1 milhão de metros quadrados para novos gabinetes.

A aquisição de um escritório novo na baixa da capital pode atingir 11.500 dólares o metro quadrado e o arrendamento 165, enquanto os usados, os valores de aquisição ficam pelos 6 mil dólares o metro quadrado e os de

arrendamento pelos 100 dólares. Neste negócio convirá a muitas empresas estrangeiras o preço acima da média praticado no mercado e para já vale lembrar que o PR prometeu baixar o preço das casas praticado, com a criação de projectos de baixo custo.

Mas é a classe média emergente que estará a criar novas necessidades num segmento de negócio que já é o quarto explorado, depois dos petróleos, diamantes e agricultura.

O programa do Executivo de construção de 1 milhão de fogos habitacionais, com benefícios aduaneiros relativamente à importação de matérias-primas e equipamentos, caminha a passos tímidos.

O processo de reconstrução do país não pode prescindir da vasta experiência e reconhecida qualidade das empresas estrangeiras.

Os grandes empreendedores do sector imobiliário terão de reposicionar as estratégias para encontrar respostas para as novas necessidades e porque o segmento construção cara esgotará em breve.

Com o lançamento do programa do Executivo, ainda é possível dizer-se que o mercado é muito interessante, mas a euforia viveu em função do preço petróleo antes da crise, não basta reparar que na sua programação financeira para este ano, cortaram as despesas e os alimentos públicos suportados venda dos Bilhetes do Tesouro.

O arquitecto António Gameiro assegurou que o ritmo de crescimento alucinante do mercado imobiliário não voltará, embora o sector continue interessante haver muito espaço e oportunidades de negócio ainda por explorar.

Grande parte dos empreendimentos construídos em Luanda são ainda para alta renda e, se estes imóveis e empreendimentos continuarão a ter o seu espaço agora falta começar a descer e encontrar o equilíbrio necessário.

Os mais importantes e atraentes empreendimentos imobiliários normalmente edifícios de vários pisos, são colocados à venda por preços que ultrapassam 1 milhão de dólares, havendo casos de milhões por apartamento. Isto a que as rendas de apartamentos do tipo T2 possam atingir por dia 4 a 6 mil dólares, ocorrendo mesmo com os escritórios.

6.4 Dinheiro Israelita “ oferece” Casas em Angola

A capital

12 de Fevereiro de 2011

Quarenta mil casas sociais em seis províncias é o quanto se propõe construir a empresa Kora Angola, no âmbito do Programa “Meu Sonho, Minha Casa do Ministério do Urbanismo e Construção. Luanda, Bié, Huambo, Moxico, Uíje e Kwanza-Sul beneficiarão de habitações destinado a um público de baixa renda e foram escolhidas com base em critérios sócio económicos. “A nossa intervenção visa ampliar a qualidade de vida da população a partir das construção de infra-estruturas urbanas e de casas condignas para aquelas localidades”, afirmou o director-geral da Kora Angola, Shimon Misrachi. Do total das 40 casas a serem construídas nas cinco províncias, nesta primeira fase, sete mil encontram-se no Bié, 12 mil no Huambo, três mil de no Moxico, cinco mil no Kwanza-Sul, outras sete mil no Uíje e mais seis em Luanda. A arquitectura do projecto contempla a construção de cinco modelos de casas do tipo T3 geminadas, apartamentos T3 e T4, cada uma com duas casas de banho, uma com suite e a outra social.

Em termos dimensionais, os imóveis contarão, em média, com 100 metros quadrados de área construída com um custo final de 55.600 dólares norte-americanos por unidade.

O projecto, na visão dos seus mentores, “valoriza a inclusão social e o viver comunitário em harmonia com o espaço” e compreende a construção de bairros equipados com infra-estruturas como redes de água potável, electricidade, iluminação pública, esgotos, estradas asfaltadas, jardins, praças, áreas de convívio, além de clínicas, escolas e creches, contando, para o efeito, com o apoio do Governo angolano, que se fez representar no lançamento do projecto, na província do Bié, pelo Chefe da Casa civil e ministro do Estado, Carlos Feijó. A duração total é de dois anos, com início em Dezembro do ano passado, com a apresentação das casas modelo, e conclusão prevista para Dezembro de 2012. Estão, para já, garantidos cinco mil postos de trabalho.

6.5 Ministério coloca a primeira pedra para a construção de casas sociais

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2011

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos colocou, na sexta-feira, no Kwanza-Sul, a primeira pedra da construção de cinco mil fogos habitacionais.

Integradas no Programa Nacional de Habitação, as casas vão ser erguidas numa área total de 7.574 hecta-

res, nos municípios do Sumbe, Porto Amboim, Gabela e WakuKungo.

De acordo com o plano, a capital da província (Sumbe) vai receber dois mil fogos, cabendo a cada uma das restantes localidades mil fogos habitacionais.

As obras, que compreendem moradias do tipo T2, T3 e edifícios até quatro andares, foram adjudicadas à empresa Kora Angola e têm a sua conclusão prevista para dentro de 30 meses.

O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, Augusto Neto Sakongo, disse que o número de fogos habitacionais na província pode crescer, caso sejam aprovadas pelo Executivo algumas propostas para os municípios do Kassongue, Mussende, Ebo, Libolo, Seles e Kilenda.

“O processo não pode ocorrer simultaneamente em todas as municipalidades, por inexistência de recursos. Devemos jogar com os princípios da racionalidade, objectividade e coerência, para atender proporcionalmente às áreas mais carenciadas”, referiu o vice-governador.

Habitação condigna

O Ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, reiterou a vontade do Executivo em estender o Programa Nacional de Habitação a todas as localidades do país, no sentido de proporcionar uma habitação condigna a cada cidadão e melhorar a qualidade de vida nas comunidades. Botelho de Vasconcelos disse haver um défice “muito grande” em termos habitacionais e reconheceu que cada angolano tem ansiedade em ter uma habitação condigna. “O Executivo, de acordo com a orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está seriamente engajado para que no quadriénio 2009-2012, se alcancem as metas definidas e que o lema “Meu sonho, Minha casa” constitua uma realidade”.

6.6 Habitação deixa de ser um problema

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2011

A questão habitacional vai deixar, em breve, de ser um bicho-de-sete-cabeças para muitas famílias, uma vez que o Executivo está seriamente apostado em acabar com este problema. Por isso, está em curso o Programa Nacional de Habitação. Nas províncias, o projecto já caminha e no Kwanza-Sul já foi lançada a primeira pedra da construção de cinco mil fogos habitacionais.

O ministro dos Petróleo, Botelho de Vasconcelos, foi quem colocou a primeira pedra para construção das

cinco mil fogos habitacional. A população está satisfeita e aplaude a iniciativa do Executivo. As casas a serem erguidas no Kwanza-Sul vão ocupar uma área de 7.574 hectares, nos municípios do Sumbe, Porto Amboim, Gabela e Waku Kungo.

Das cinco mil residências. Sumbe. Sendo a capital da província, vai receber duas mil, cabendo a cada uma das restantes localidades mil. O ministro Botelho de Vasconcelos reiterou a vontade do Executivo em estender o Programa Nacional de Habitação a todas as localidades do país, no sentido de proporcionar uma habitação condigna a cada cidadão para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

6.7 No sector imobiliário Conferencia aborda questão dos preços

Jornal Angola
15 De Fevereiro de 2011

Uma conferência sobre “A Problemática do Funcionamento dos Investimentos no Mercado Imobiliário”, destinada a encontrar mecanismos para colmatar o elevado custo das construções, tendo em conta que o país não possui indústrias de materiais do ramo, realizou-se na passada sexta-feira, no Lobito, promovida pela Imogestin-SA.

De acordo com Mário Guerra, chefe do Gabinete de Comunicação Imagem daquela empresa, é necessário que os actores do sector imobiliário, sejam nacionais ou estrangeiros, invistam nessa indústria, de forma a baixar os valores actuais e produzir habitações e outros produtos inerentes a preços competitivos.

“Há outros constrangimentos ligados à oferta de garantias no acesso ao crédito à habitação, regularização jurídica dos meios imobiliários e todos esses problemas, que têm de ser resolvidos para que a actuação no sector seja normal, como acontece em qualquer parte do mundo”, reconheceu.

Na sua óptica, tem havido receios por parte dos promotores em relação à área imobiliária, porque o país ainda não recuperou completamente da crise económica e financeira mundial, que afectou todos os sectores da vida económica.

Para David de Carvalho, consultor do Banco Nacional de Angola (BNA), o sector imobiliário é, de certa forma, crítico, o que faz com que os bancos só emprestem dinheiro quando têm conforto sobre a viabilidade dos projectos, isto é, desde que os mesmos estejam enquadrados naquilo que é a realidade do país.

“Os bancos não vão disponibilizar dinheiro para projectos que não se adequem à realidade da população, razão pela qual temos estado, e vamos continuar, a incentivar os bancos comerciais a darem apoio às populações nos projectos que estejam devidamente enquadrados”, salientou.

Por sua vez, o vice-governador de Benguela para a área económica, Agostinho Felizardo, ao encerrar o evento, considerou que, tendo em conta a legislação que já existia, é necessário adequá-la para que as contrariedades actuais sejam ultrapassadas.

Angola, com os 35 anos que possui nessa caminhada, não tem, para além dos aspectos legais, outros instrumentos, e actualmente há questões ligadas à administração (burocracia) que emperram todo esse processo, salientou.

No decurso da conferência ficou explícito que em Angola a classe média é diminuta em relação à alta, o que torna difícil os bancos comerciais concederem créditos no valor de 250 mil dólares, para aquisição de uma casa condigna.

6.8 No sector imobiliário Conferencia aborda questão dos preços

Jornal Angola
15 De Fevereiro de 2011

Uma conferência sobre “A Problemática do Funcionamento dos Investimentos no Mercado Imobiliário”, destinada a encontrar mecanismos para colmatar o elevado custo das construções, tendo em conta que o país não possui indústrias de materiais do ramo, realizou-se na passada sexta-feira, no Lobito, promovida pela Imogestin-SA.

De acordo com Mário Guerra, chefe do Gabinete de Comunicação Imagem daquela empresa, é necessário que os actores do sector imobiliário, sejam nacionais ou estrangeiros, invistam nessa indústria, de forma a baixar os valores actuais e produzir habitações e outros produtos inerentes a preços competitivos.

“Há outros constrangimentos ligados à oferta de garantias no acesso ao crédito à habitação, regularização jurídica dos meios imobiliários e todos esses problemas, que têm de ser resolvidos para que a actuação no sector seja normal, como acontece em qualquer parte do mundo”, reconheceu.

Na sua óptica, tem havido receios por parte dos promotores em relação à área imobiliária, porque o país

ainda não recuperou completamente da crise económica e financeira mundial, que afectou todos os sectores da vida económica.

Para David de Carvalho, consultor do Banco Nacional de Angola (BNA), o sector imobiliário é, de certa forma, crítico, o que faz com que os bancos só emprestem dinheiro quando têm conforto sobre a viabilidade dos projectos, isto é, desde que os mesmos estejam enquadrados naquilo que é a realidade do país.

“Os bancos não vão disponibilizar dinheiro para projectos que não se adequem à realidade da população, razão pela qual temos estado, e vamos continuar, a incentivar os bancos comerciais a darem apoio às populações nos projectos que estejam devidamente enquadrados”, salientou.

Por sua vez, o vice-governador de Benguela para a área económica, Agostinho Felizardo, ao encerrar o evento, considerou que, tendo em conta a legislação que já existia, é necessário adequá-la para que as contrariedades actuais sejam ultrapassadas.

Angola, com os 35 anos que possui nessa caminhada, não tem, para além dos aspectos legais, outros instrumentos, e actualmente há questões ligadas à administração (burocracia) que emperram todo esse processo, salientou.

No decurso da conferência ficou explícito que em Angola a classe média é diminuta em relação à alta, o que torna difícil os bancos comerciais concederem créditos no valor de 250 mil dólares, para aquisição de uma casa condigna.

6.9 Governador entrega casas a varias famílias koisans

Jornal de angola
15 de fevereiro de 2011

O governador da província do Kuando-Kubango entregou, no fim-de-semana, na aldeia do Bundo, oito casas tipo T-2, completamente mobiladas, a outras tantas famílias da comunidade Khoisan.

Eusébio Brito Teixeira disse que as obras custaram aos cofres do Estado cerca de 24 milhões de kwanzas e que o projecto tem como objectivo a integração na sociedade das comunidades Khoisan, ameaçadas de extinção, e para poderem usufruir dos vários serviços disponibilizados pelo Executivo em todo o país.

O governador frisou ser este apenas o começo do projecto e tranquilizou os restantes membros daquela comu-

nidade, de cerca de 250 pessoas, não contempladas nesta fase, pois, garantiu, o governo vai distribuir materiais de construção para serem eles próprios a erguerem as casas, no quadro do programa de autoconstrução dirigida.

Com este método, disse, o governo fica com a responsabilidade exclusiva de colocar nestas aldeias escolas, postos de saúde, sistemas de captação e distribuição de água potável e a instalação de geradores de corrente eléctrica para que os khoisan abandonem, de uma vez por todas, a vida de nómadas.

O soba da aldeia do Bundo, Feliciano Cambinda, agradeceu o gesto do governo e salientou que esta acção do Estado facilita um crescimento rápido da comunidade, que tem ainda muitos elementos nas matas, a levarem uma vida de nómadas, com todos os riscos possíveis, sem assistência médica e escolas, entre outros benefícios.

No Kuando-Kubango, a direcção provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) distribui mensalmente bens de primeira necessidade a cerca de sete mil membros da comunidade Koisans, que se estabeleceram nos municípios de Menongue, Cuangar, Calai e Dirico.

6.10 Cinco mil casas para o Kwanza Sul

Novo jornal
18 De Fevereiro de 2011

O ministro dos Petróleos lançou no Sumbe a primeira pedra para a construção de casas sociais, no âmbito do Fomento Habitacional na província do Kwanza Sul.

Botelho de Vasconcelos, que esteve nesta província por um período de mais de 48 horas, disse que o projecto vem dar resposta à preocupação do executivo em ver resolvida a problemática habitacional e proporcionar à população melhores condições de vida.

O acto teve lugar na localidade dos ex Carvalhos, município do Sumbe, a norte da estrada nacional nº 100, entre a sede da comuna da Gangula e o Instituto Médio de Petróleos na maior reserva fundiária do Estado.

. Para o município do Sumbe está reservada a construção de duas mil casas do Tipo 13 e T4. As restantes estão projectadas para os municípios de Porto-Amboim, Amboim e Seles, e englobam residências do tipo T2 e T3.

“Nós estamos aqui no Kwanza-Sul para respondermos às preocupações do governo angolano naquilo que tem a ver com a resolução dos problemas do povo. Por isso, estamos a lançar a primeira pedra para a construção das primeiras duas mil casas no Sumbe. Espero que haja um

compromisso sério por parte das empresas a quem foram adjudicadas das obras”.

A localidade, em termos de espaço, está concebida para albergar mais de 10 mil residências de todo o tipo e qualidade. Pedro António, de 50 anos de idade, natural do Sumbe, mostrou-se regozijado com a iniciativa do governo e espera que as habitações não beneficiem apenas a minoria, o que, segundo ele, tem sido o grande problema dos governos provinciais e, sobretudo do Kwanza-Sul, que mais não faz senão “expropriar as terras até de pacatos cidadãos com o pretexto de que a terra é propriedade exclusiva do Estado”.

“Já estamos habituados a muitas fintas do governo, sobretudo o nosso, aonde o cidadão já não tem direito à terra. Agora, vamos ver onde e a quem essas casas vão pertencer”, rematou.

A cidade do Sumbe, capital da província, tem-se debatido diariamente com problemas vários, sobretudo no que tange ao saneamento básico por razões arquitectónicas. Isto levou a que o executivo local identificasse a área dos ex Carvalhos para edificação da futura cidade do Sumbe, intenção bem colhida pela população.

O lançamento da primeira pedra dá início às obras que, segundo a directora provincial de Urbanismo, Habitação e Ambiente, Madalena Bernardo, deverão estar prontas daqui a dois anos. A previsão é que até 2013 se proceda à entrega das duas mil casas, o que vai certamente devolver “tranquilidade e bem-estar às populações” cansadas de vários sinistros por acção das chuvas.

6.11 Empresa pretende erguer quarenta mil casas populares

Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro

A Kora Angola lança, nos próximos dias, casas modelo nas províncias do Bié, Huambo, Uíge, Moxico e Kwanza Sul. A empresa irá construir 40 mil habitações sociais no âmbito do Programa Meu Sonho Minha Casa, do Ministério do Urbanismo e Construção, segundo uma nota de imprensa que chegou na nossa redacção.

A Kora Angola investirá em habitações sociais destinadas ao público de baixa renda em todo o país. A escolha das cinco províncias para a implantação desta primeira fase do projecto baseou-se em critérios socioeconómicos. “A nossa intervenção visa ampliar a qualidade de vida da população a partir da construção das infra-estruturas urbanas e de casas condignas para aquelas localida-

des”, afirma Shimon Misrachi, Director Geral da Kora Angola.

Do total de 40.000 casas a serem construídas nas cinco Províncias, 7.000 localizam-se no Bié, 12.000 no Huambo, 3.000 no Moxico, 5.000 em Kwanza Sul, 7.000 no Uíge e 6.000 em Luanda.

O projecto arquitectónico e urbanístico da Kora Angola contempla a construção de cinco modelos de casas tipo T3 geminadas e apartamentos T3 e T4, todos com duas casas de banho, sendo uma suite e a outra social. Todos os imóveis terão em média 100m² de área construída a um custo final de 55.600,00 Dólares Norte Americanos por unidade, de acordo com nota de imprensa emitida pela empresa.

Baseado no conceito de comunidades urbanas, de autoria do arquitecto brasileiro Jaime Lerner, este projecto de habitação valoriza a inclusão social e o viver comunitário em harmonia com o espaço e compreende a construção de bairros dotados de infra-estruturas que incluem redes de água potável, electricidade, iluminação pública, esgotos, estradas asfaltadas, jardins, praças e outras áreas de convívio. O projecto prevê ainda dotar cada bairro com clínicas, escolas e creches com o apoio do Executivo angolano.

Com duração total de dois anos, o cronograma do projecto teve início em Dezembro de 2010, com a apresentação das casas modelo e término previsto para Dezembro de 2012 com a completa entrega dos fogos habitacionais. A Kora Angola irá ainda investir em fábricas com uma tecnologia inovadora, que, segundo a nota que citamos, utiliza como base o Cimento Celular Autoclavado (CCA), recurso que garante maior qualidade com durabilidade, resistência e agilidade na construção em relação às técnicas tradicionais.

Já na fase de comercialização, com início previsto para o primeiro trimestre de 2011, a empresa pretende colocar ao serviço da população um centro de promoção imobiliária em cada uma das províncias onde o projecto irá abranger. As casas poderão ser adquiridas directamente neste stand de vendas.

De entre os benefícios sociais a serem gerados pela implantação do projecto da Kora Angola, está a criação de mais de 5.000 novos postos de trabalho, através da contratação directa ou indirecta por meio de empresas empreiteiras que utilizarão mão de obra em cada uma das Províncias já assinaladas. “A vertente social inerente a este projecto é algo que potencializamos em cada uma das suas etapas, desde a concepção até o acesso pela população. Queremos ajudar as pessoas a realizarem o seu maior projecto de vida”, acrescentou Shimon Misrachi. •

6.12 Reflexões sobre os problemas da cidade de Luanda

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2011

A capital de Angola é uma cidade cosmopolita; uma cidade universal, que enfrenta um amplo conjunto de problemas cuja solução deve ser assumida por todos os cidadãos.

Com este artigo pretendemos, muito modestamente, contribuir para a reflexão dos múltiplos problemas de Luanda, nomeadamente os ligados à demografia, às infraestruturas, à água, à energia eléctrica, ao lixo, ao desemprego e à segurança pública. As nossas propostas foram inspiradas na ideia de que os problemas dos municípios se resolvem no município e com a participação dos próprios munícipes.

A população angolana é estimada pelo Instituto Nacional de Estatística em, 17.040.000 de habitantes, pelo menos até ao ano de 2008. No entanto, a densidade demográfica – a relação entre a população e superficieterritorial é muito baixa. Nos dias que correm, vozes oficiais afirmam que residem em Luanda mais de seis milhões de habitantes, mas não indicam o provável número limite máximo.

Seja como for, parece não existir dúvida de que a população de Luanda, durante e sobretudo depois da guerra cresceu de tal forma principalmente como consequência das imigrações internas, sem que houvesse capacidade de desenvolver as infra-estruturas correspondentes ao crescimento demográfico. Salvo melhor opinião, Luanda tem excesso de população em relação às infra-estruturas, mas não tanto em relação à sua dimensão territorial, apesar de a sua densidade demográfica ser relativamente alta. De qualquer modo, a situação demográfica de Luanda é preocupante e inspira cuidados. Como reduzir as imigrações para Luanda e como estimular as emigrações de Luanda?

A Política Demográfica do Estado deve aprimorar as medidas que promovam a melhor distribuição territorial da população por todo o país. Nesse sentido, além dos investimentos em prol do desenvolvimento nacional, poder-se-ia dedicar especial atenção à construção de novas fábricas, à implantação de novos serviços, à construção de habitações, hospitais modernos e outras infra-estruturas sociais e económicas nas províncias vizinhas de Luanda, como sejam o Bengo, o Kwanza-Norte e o Kwanza-Sul, nas quais se observa baixa densidade demográfica.

Estes investimentos, alguns dos quais estão a ser feitos, além de se inserirem no âmbito da redução das assimetrias entre as províncias, poderiam atrair mais facilmente para as províncias os cidadãos com laços familiares e laborais muito arraigados em Luanda. Elas seriam uma espécie de extensão de Luanda. Aqui corroboramos a ideia de que alguns problemas de Luanda encontram solução fora dela.

Em relação às infra-estruturas de produção e distribuição de energia eléctrica e água, elas não oferecem serviços correspondentes à procura. Mas, certos de que o Executivo está engajado no aumento da produção de energia eléctrica e de água, há que melhorar e ampliar as respectivas redes de distribuição. A EPAL e a EDEL se revelam pequenas para prestar serviços em toda a dimensão de Luanda e por isso sugerimos a criação de empresas municipais de distribuição de energia eléctrica e de água na província de Luanda. Uma empresa com tal objecto social, para cada um dos municípios que não substituiriam as chamadas Unidades Técnicas Municipais permitiria melhor prestação dos serviços, proximidade ao cidadão utilizador dos serviços e maior arrecadação de receitas.

Sobre o lixo, pensamos que devem ser feitos investimentos no desenvolvimento da metalurgia nacional e na construção de fábricas de reciclagem do lixo, para entrarmos numa fase de “valorização do lixo”, em que os diferentes tipos de lixo podem ser vendidos a preços módicos. A criação de empresas públicas municipais de recolha e tratamento do lixo talvez fosse uma boa solução.

Luanda, não sendo o tal paraíso que aos olhos dos imigrantes internos parecia ser, não oferece o esperado emprego em número suficiente. As pessoas enveredam para a actividade informal, a maior parte de alto risco e baixo rendimento. Nos municípios, nas zonas urbanas, nos velhos e novos musseques, os jovens têm excessivo tempo ócio, o que tem propiciado condutas negativas.

A inversão desta situação exige o engajamento dos jovens em actividades produtivas, desportivas e culturais formais. Para acudir ao problema do desemprego em Luanda, é defensável o estabelecimento de créditos bancários aos jovens para o desenvolvimento, nos municípios, de pequenas e médias empresas no sector produtivo e dos serviços, cujos projectos inspirem viabilidade económica.

Em cada um dos municípios e comunas podem ser criados Centros Desportivos; construídos Campos Polidesportivos e Casas Municipais de Culturais funcionais, providos de técnicos, para o desenvolvimento de

actividades rentáveis. As Casas de Cultura Municipais incluiriam, por exemplo, salas de cinema, bibliotecas municipais, salas de aulas de música, de teatros literatura, de culinária, de escultura, salas de Internet e restaurantes, que são perfeitas fontes de rendimentos.

A província de Luanda precisa da construção de mercados e feiras comunais e municipais para receber o excessivo número de pessoas que estão a exercer comércio informal em qualquer ponto da província.

Em relação à segurança pública, é imperioso melhorar a cobertura policial da província. Parece-nos que é necessário continuar a melhorar a proporção polícia por cidadão. Impõe-se o desenvolvimento de mecanismos conducentes à participação da população nas questões da segurança pública que não se limitem às denúncias telefónicas anónimas ou não. Podemos, por exemplo, criar dentro das comunidades (comunas, bairros) a figura de, (para designar de alguma forma) “informadores” secretos da polícia remunerados.

Ainda no domínio da segurança pública, defendemos que as empresas de segurança privada devem assumir, com base numa legislação clara, certas responsabilidades em termos de segurança pública, em perfeita coordenação e comunicação com a Polícia Nacional. Não partilhámos da ideia de que as empresas de segurança privada devem manter-se indiferentes às questões de segurança pública.

Superficialmente, estes são alguns dos muitos problemas da província de Luanda. A intenção é justamente levar a que as pessoas meditem sobre estes e outros problemas. Temos consciência de que as propostas apresentadas acarretam avultados investimentos, mas são passíveis de ser aplicadas a curto, médio ou longo prazo.

6.13 Samba o município do lixo com construções anárquicas de luxo

Folha 8

26 De Fevereiro de 2011

Os dias de hoje as definições e localização de baixa e musseque confundem-se num território vasto como é a realidade de Luanda porque surgiram os bairros da periferia que não são, nem uma nem outra coisa, e mesmo entre estes também existem classes sociais e arquitectónicas que emergem espontaneamente da conjuntura.

Viver na baixa de Luanda deixou de ser o sinónimo de viver na cidade, por encontrarem-se incrustados nela os bairros Catambor, Shabá, Barrocas do Miramar, Coreia, Bairro Operário, etc. Ante a dificuldade de aguentar a inflação domiciliar, muitos luandenses optaram por construir os seus tectos, construindo as casas possíveis

de erguer com os parques, mas honestos salários. Assim surgiram os bairros do Rocha Pinto, Iraque, Fubú, Sapú, Vila da Mata, Dangereux, etc., bairros com nomes que denotam o suor derramado pelo proprietários dessas casas, que Bento Soito, ex-vice-governador de Luanda, apelidou-as de casebres, como menosprezo aos que sobrevivem em condições de extrema pobreza.

No emaranhado de urbanizações que se têm erguido em Luanda, despertou-nos particular atenção, algumas que, mesmo sem terem a assessoria da administração local deveriam merecer particular atenção pela forma ordeira como estão organizadas. Nelas encontram-se muitos ex-moradores dos ex-bairros VIPs como a Vila Alice, Terra Nova, Valódia, Alvalade, Miramar, Bairro Popular, etc. Lamentavelmente, em muitos dos municípios, bonificados com estes projectos de auto-construção, tiveram a sorte madrastra de coincidirem com administradores municipais medíocres, situando-se entre estes abandonado administrador da Samba. É uma autêntica fraude ao partido que depositou confiança nele, por carecer de jogo de cintura para camuflar a sua incapacidade de gerir um município tão, para não dizer, o mais cobiçado de Luanda. Os munícipes da Samba aguardam ansiosos por uma visita relâmpago do Governador José Maria, para que se conheça o fim do reinado do administrador Fançoni, caso a sua manutenção não esteja protegida pelo Engenheiro. A riqueza não se compadece com o Lixo, embora em Luanda, os ricos não se importem em coabitar com montanhas de lixo nos seus arredores. Só assim se explica que a orla marítima, onde nos terrenos foram erguidas mansões impossíveis de se construir com advenços salariais, convivam rodeados de imundície.

Um município como a Samba merece um verdadeiro empreendedor, na sua administração, para que substitua as montanhas de lixo por espaços turísticos para arrecadar receitas à actual Conta Única do Tesouro, contrariamente às piscinas privadas que vão sendo moda, pela podridão em que se converteram as praias “dos quilómetros”. Governantes ausentes das populações, políticos apostados a darem motivos que favorecem a oposição. Menos-mal que os nossos opositores pertencem à mesma turma de míopes, por opção. A Samba, desde o Nzamba 2 que, através das valas de drenagem, vai caracterizando a incompetência de uma administração, às poluídas praias que deveriam estar proibidas para banhistas, pela quantidade de resíduos sólidos deixados por populares mal-educados, provenientes de todos os municípios de Luanda. A administração deve solicitar a intervenção da polícia para travar a indisciplina que se vive nas praias da Samba e obrigar os banhistas a depositarem os seus resíduos em recipientes, actualmente inexistentes. Muitas são as pessoas que se retiram da água ensanguentados, com cortes de restos de garrafas, latas ou outros objectos abandonados por desordeiros.

Autoridade para os pobres

Os bem-aventurados ricos, não passam por estas vicissitudes, porque puderam comprar as humildes casas e terrenos ao longo da orla marítima e violando todas as regras e princípios arquitectónicos e ambientais, construíram edifícios que em países de lei, jamais seriam autorizados. Em Angola está sendo possível porque as mesmas autoridades que têm competência para travar esse comportamento selvagem, são os proprietários desses imóveis, entre eles, grandes chefes políticos, militares, polícias ou herdeiros de famílias com apelidos que dão medo. Os mesmos que privatizaram as praias públicas que começavam na Kamuxiba até ao ex-controlo da Polícia do Benfica. O verdadeiro povo também é vítima das demolições que resultarão do alargamento da estrada FutungoCabolombo. Vê-se, por exemplo que o trajecto do referido alargamento, esquiva as moradias dos ricos, como se pode ver na sinalização das paredes. O mais caricato está no espaço baldio adjacente à ponte do Benfica, entre a estrada e o oceano, vedado com chapas, ao INEA- Instituto de estradas é de preferência partir casas de cidadãos e o consequente pagamento da indemnização que tocar num espaço onde ainda não se colocou o primeiro tijolo. Dizer que o terreno é da Senhora! Tomara. O município tem entre os seus bairros um dos mais apetecidos na distribuição de terrenos, o Benfica, não em vão que por lá os administradores comunais têm uma data de caducidade muito curta, pelos supostos negócio em que se mergulham, ante às ofertas que lhes são apresentadas. N° Benfica encontra-se provavelmente o bairro de auto -construção dirigida que melhor urbanizado está, o bairro Zona Verde, também conhecido Projecto, mas que tende a mergulhe na imundície do lixo por lá não haver qualquer serviço de recolha, obrigar do os seus residentes a improvisarem aterros e lixeiras no interior do bairro cujas consequências poderão resultar em epidemias de malária, cólera entre outras desgraças próprias de pobre.

Quanto à energia, o que se pode ver são moradores percorrendo as ruas com recipientes de combustível para os geradores, embora esteja lá “Chico esperto”, com uma tal empresa Ilunga, com um posto de transformação, vulgo PT, a facturar os necessitados, no equivalente a mais de cem dólares/mês, fornecendo energia com uma regularidade similar a das quedas pluviométricas em Luanda, quer dizer quando calha. Com a água, o administrador sabe que camiões-cisternas que no passado transportaram combustível são as que abastecem os moradores com todos os riscos que daí decorrem. E cadê o administrador? Se fosse um bom político poderia facilmente aproveitar-se do esforço desses moradores para projectar-se, chamando Edel, a Epal, a TPA e a Tv Zimbo, para dar show, como o fará o nosso partido com a inclusão das casas construídas com o sacrifício individual, na contagem do milhão de casas

prometido. Este administrador deve ser varrido como tantos outros show-man da nossa praça que vão se notabilizando por retórica arrogante, como se fossem mais iluminados. Senhor Governador que no pacote de Vita Vemba incluía haver espaço, os administradores Samba e da Ingombota.

6.14 ASAFA Construções atinge 80% em vendas de moradias pré-fabricadas

Expansão

26 De Fevereiro de 2011

A ASAFA Construções, empresa nacional vocacionada para a construção de casas pré-moldadas, montou 40 moradias ao longo dos três meses seguintes à sua criação, em Setembro de 2010.

Segundo o seu director administrativo, Álvaro Antas, este número satisfaz as expectativas da administração da construtora, já que se havia projectado a construção e venda de 60 casas, até ao final do ano passado. “Trata-se de um produto novo para muitos, as casas convencionais, em bloco ou madeira. São mais onerosas do que as pré-fabricadas, que são paredes em concreto armado, por exigirem mais material e mão-de-obra”, esclareceu.

A ASAFA Construções procede à venda directa de três tipos de habitações (T2A, T2B e T3), cujas medidas vão desde os 54 aos 99 metros quadrados. Os preços das moradias variam entre os 36 mil USD e os 69 mil USD e podem ser negociadas nos escritórios da empresa, em Talatona.

Com várias opções em projectos, os clientes têm a vantagem de sugerir modificações, de acordo com a sua necessidade, bem como a possibilidade de apresentarem projectos próprios, que devem estar em linha com as capacidades tecnológicas aplicadas nas edificações.

As habitações podem ser pagas em três parcelas, sendo que valores e modalidades de pagamento podem ser negociados. Já as entregas são feitas de 45 a 90 dias.

A empresa constrói unicamente casas pré-moldadas, ou seja, unidades de estruturas em betão que devem ser unidas entre si. As estruturas em paredes, desenhadas como um puzzle numa ordem específica, são construídas na fábrica e transportadas para o terreno do cliente onde são erguidas. Neste processo estão envolvidos directamente 30 trabalhadores, dos quais cinco são expatriados.

Após três meses de produção, a ASAFA perspectiva para o primeiro semestre de 2011 um crescimento de 100% no número de contratos, comparativamente ao último trimestre de 2010. Entretanto, Luanda e Benguela con-

tinuam a ser as províncias com mais solicitações. Por outro lado, segundo o administrador a empresa não pretende ficar por aí. “Continuamos na expectativa de participar no projecto do Governo de construção de um milhão de casas, com esse tipo de moradias.” Para o efeito, garante que a proposta de participação já foi entregue à Secretaria de Estado para a Habitação. A construção de um condomínio de casas pré-moldadas é outro projecto que está em carteira para o presente ano”, disse.

A tecnologia utilizada pela ASFA Construções foi importada da região do Rio Grande do Sul, Brasil. De acordo com Álvaro Antas, esta empresa investiu 500 mil USD, numa fábrica de alvenaria, cuja capacidade de produção atinge o equivalente a 15 casas por dia.

6.15 Precisa-se leis para reduzir o custo da habitação social

O Independente
26 de Fevereiro

As linhas gerais da reforma tributária e os diplomas legais que materializam a decisão já anunciada de desagravar os impostos e demais encargos fiscais dos cidadãos na compra de imóveis, dominaram, quarta-feira, os trabalhos da sessão do Conselho de Ministros. Trata-se de um passo importante na redução do preço da habitação social, que vai reflectir grandemente no equilíbrio entre a procura e a oferta no mercado imobiliário.

Foram analisadas as propostas de Lei de Alteração ao Código do Imposto Predial Urbano e ao Código do Imposto Industrial, de Lei de Alteração ao Código de Impostos sobre Sucessões e Doações e Sisa, ao Regulamento de Imposto de Selo e a Tabela Geral de Imposto de Selo, bem como o Decreto Presidencial que aprova o desagravamento da para fiscalidade incidente sobre as transmissões onerosas de imóveis. Os diplomas apreciados surgem na sequência das decisões anteriores sobre a reforma tributária levada a cabo pelo Executivo. Durante a sessão, o Executivo apreciou a proposta de lei sobre as comunicações electrónicas e dos serviços de informação, a proposta de alteração da Lei da Protecção de Dados pessoais, a proposta de Lei de Combate a Criminalidade no domínio das tecnologias de informação e comunicação e dos serviços da sociedade de informação. No plano das discussões estiveram ainda os projectos de Regulamento Geral das Comunicações Electrónica sede Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação.

No prosseguimento das acções de reabilitação de infra-estruturas em todo o país, o Conselho d Ministros aprovou um acordo de financiamento para reparação

e construção de pontes no eixo rodoviário Tombwa / Namibe / Bentiaba / Lucira Dombe-Grande, e debruçou-se sobre os despacho presidenciais que aprovam os contratos para construção da linha de transporte de energia eléctrica d Gabela a Aquileva, no Kwanza Sul, e a reparação da barragem do Governo, no Huambo.

Durante a sessão foram analisados documento relacionados com o Fundo Petrolífero para o desenvolvimento do sector da Energia e Águas, a reforma tributaria, a regulamentação da actividade no sector das telecomunicações e tecnologias de informação e a criação dos pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, Calandula e Okavango.

6.16 Mine, all mine

Agora
26 De Fevereiro de 2011

Ao longo do Zango, uma cidade satélite junto da estrada principal à saída de Luanda, a capital de Angola, corre uma cerca metálica azul. De um dos lados vêm-se blocos modernos de apartamentos para funcionários públicos, equipados com cozinhas de luxo e um sistema de rega por aspersão no relvado luxuriante. Do outro lado, encontram-se os agricultores que costumavam trabalhar a terra até serem de lá expulsos. Uma mãe esgravata a terra seca junto da sua palhota, pedindo uns simples goles de água. Dantes, antes de o Governo nos tirar os campos, tínhamos milho e batatas e mandioca”, diz ela

Desde o final da guerra civil de 27 anos, em 2002, Angola tornou-se um dos países mais ricos da África subsaariana. As minas de Angola são a quinta maior fonte de diamantes a nível mundial. Os seus poços de petróleo produzem 1,9 milhões de barris por dia mantendo-se a tendência actual, Angola pode superar a Nigéria e tornar-se no maior produtor de África. O seu potencial agrícola é imenso. As estradas e os caminhos-de-ferro destruídos durante o conflito foram já reconstruídos. Escolas e hospitais novos têm surgido por todo o lado. Mas Angola é também um dos países do mundo com maiores desigualdades. (O seu coeficiente de Gini-uma medida da distribuição de rendimentos em que zero indica a igualdade perfeita é de 0,55). A maioria dos benefícios desta alta conjuntura de recursos tem sido desfrutada por uma elite relativamente pequena, que vive numa versão africana de St. Tropez, com elegantes clubes de praia dentro de enclaves emparedados. O porto, decorado com graciosos barcos a motor e um iate Ferreti de 5,5 milhões de dólares, encontra-se circundado por uma série de arranha-céus.

Os musseques, nome atribuído aos bairros informais e de autoconstrução dos pobres em Angola, situavam-se mesmo por trás das praias de areia branca de Luanda. Hoje foram empurrados para o interior, para longe dos locais mais desejáveis. A confiscação de terras tornou-se uma questão política explosiva, à medida que o interior da capital se vai enchendo com os deslocados. A estes deslocados são oferecidas folhas de alumínio para construírem os seus bairros de lata, mas não se lhes dá qualquer compensação. Dos 5 milhões que constituem a população de Luanda, somente 9% tem acesso a água canalizada, uma percentagem ainda mais baixa que durante a guerra civil. Em Angola, metade da população de 18 milhões não tem virtualmente acesso a cuidados de saúde.

O país tem uma das taxas mais elevadas de mortalidade infantil e os únicos casos documentados de poliomielite em zonas urbanas.

O Governo utiliza o discurso correcto sobre a necessidade de se melhorarem os serviços públicos. Promete “água para todos” e compromete-se a construir “um milhão de casas” (slogan ridicularizado pela oposição como “casas de um milhão de dólares”, pois a maioria das que foram construídas são inoportáveis para todos, excepto para os ricos).

O orçamento do Governo é de cerca de 40 mil milhões de dólares, superior ao de alguns países europeus. Mas as agências de desenvolvimento são ainda a maior esperança para os angolanos comuns. No Kilamba Kiaxi, um subúrbio de Luanda, a população de 1 milhão de pessoas no ano passado soube o que era água canalizada, quando a UNICEF instalou umas dúzias de torneiras públicas. Os funcionários locais disseram aos residentes não terem fundos para bombearem a água pela tubagem existente. Num dos casos, a UNICEF pagou uma taxa de 200 mil dólares à empresa para poder accionar uma torneira.

Uma parte dos problemas de Angola prende-se com a falta de funcionários públicos com capacidade e com uma burocracia demasiado pesada. Recentemente, só depois de o Estado ter comprado 3000 autocarros novos é que se verificou não existirem mais de 1500 condutores. A burocracia é grotescamente ineficiente. Quando o Banco Mundial ofereceu um empréstimo a Angola, o processo de documentação necessária demorou dois anos a ficar concluído. O sector privado é particularmente afectado. Estabelecer um negócio em Angola passa por um processo de 56 etapas complicadas.

Os críticos queixam-se que o Governo, um grupo irascível mas orgulhoso e composto principalmente por ex-guerrilheiros, paga enormes quantias por elefantes brancos destinados a dar-lhes boa aparência. O Governo

gastou mais de mil milhões de dólares na construção de quatro estádios de futebol para a Taça Africana das Nações, um torneio de futebol. Também construiu um edifício imponente para a Bolsa, embora esta não exista.

No buraco

Os grandes projectos são também aqueles que oferecem maiores recompensas. No índice de percepções de corrupção publicado pela Transparency International, um lóbi baseado em Berlim, Angola caiu, nos últimos dois anos, do vigésimo segundo lugar a contar do fim para o décimo lugar a contra do fim. Rafael Marques, um activista local, leva os visitantes a fazerem um “passeio da corrupção” em Luanda, indicando qual dos amigos ou familiares presidenciais é proprietário de determinado edifício ou banco.

Os defensores do Governo dizem que, pelo menos, nem todos os fundos são simplesmente roubados. Mas, tal como se passa com os subornos por contratos, os angolanos perdem agora também quando funcionários apoderam-se de bens do Estado através de privatizações viciadas, ou quando pilham o tesouro público em co-responsabilizações financeiras de empresas privadas. Seja onde for. Há sempre alguém ligado ao estado à espera de um qualquer tipo de compensação.

Um agricultor recebe 10 dólares por urna caixa com 100 abacates. Quando chegam a Luanda o preço sobe para cinco dólares por abacate, graças aos subornos pagos aos funcionários, soldados e polícias ao longo do caminho. Um médico com ligações ao topo do partido no poder obteve a concessão da recolha de lixo em Luanda: tem conseguido impedir a concorrência, mas não presta qualquer serviço nos bairros pobres, onde as ruas se encontram cheias de fezes, frutas podres e outros detritos, com potencial de disseminarem doenças.

A lógica que rege o sistema de cleptocracia é complexa. Tendo ganho a longa guerra civil, os membros do partido no poder, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sentem merecer parte dos despojos. José Eduardo dos Santos, Presidente durante os últimos 31 anos, tem se contentado em agradar-lhes, para garantir a sua lealdade. A sua família tem interesses em diversas companhias. Embora publicamente mostre-se a favor das empresas privadas e da competição estrangeira, Santos é um ex-marxista formado na União Soviética e permanece ainda um proteccionista. Parece considerar os muitos obstáculos colocados ao comércio pelos seus fantoches como uma forma de evitar o poder das multinacionais.

Tem um instinto particularmente afinado para preservar o seu poder e um apetite relativamente baixo

por uma brutalidade aberta mais ao estilo de Vladimir Putin do que de José Estaline. Sendo já o segundo líder africano há mais tempo no poder na África subsaariana Santos alterou a Constituição de forma a poder manter-se no lugar até 2022 sem ter que disputar uma nova eleição directa. As alterações à Constituição eliminam as eleições presidenciais; o líder do grupo com mais assentos parlamentares ganha automaticamente o lugar. Mas o poder ainda se encontra concentrado no gabinete do Presidente. Ele controla todos os orçamentos e nomeia todos os juizes, delegados do ministério público, generais, governadores estatais e comissários eleitorais.

Para frente a todo o vapor

No entanto, não é provável que a política centralizada e o estado predador venham empalidecer o futuro económico de Angola. No dia 24 de Fevereiro o Governo deve anunciar as novas concessões ao largo da costa, nos depósitos “pre-sal”, que são geologicamente semelhantes aos encontrados no outro lado do Atlântico, no Brasil. Estes podem transformar Angola numa das principais nações mundiais produtoras de petróleo.

Mas sem mudanças políticas a maioria pobre pouco irá beneficiar. Não surpreendentemente, a revolta pública tem vindo a crescer. No mês passado deflagraram protestos no Cazenga, um bairro de Luanda que tem sido tradicionalmente um dos pilares do MPLA. Os separatistas da província de Cabinda, que saltaram para as páginas dos jornais quando dispararam sobre a equipa do Togo durante a taça africana, estão cada vez mais activos.

Os soldados queixam-se que os generais roubam tanto do orçamento militar que já nem botas recebem. Curiosamente, até mesmo uma das filhas do Presidente atacou alguns oligarcas, que considera terem criado “o maior número possível de tentáculos para sabotarem ou destruírem empresas competidoras”. As empresas petrolíferas ocidentais, preocupadas com a situação, dão milhões para escolas e hospitais locais, para evitarem mal semelhantes na sua reputação.

Uma revolta é pouco provável pois as memórias da guerra civil que matou mais de 1,5 milhões de pessoas são ainda muito recentes.

Mas as eleições parlamentar 2012, ainda que provavelmente viciadas, irão ser mais contestadas que estas últimas em MPLA ganharam por mais de 80% dos votos. O Presidente já se encontra em campanha, tendo feito o primeiro discurso sobre o estado da nação em Outubro passado. Excluindo uma queda enorme no preço do petróleo, que iria perigar o sistema de patronagem, é quase certo que ele irá ganhar. A mudança pode

ter que esperar pela emergência de uma geração pós-guerra dos líderes, livres dos velhos receios e preparados para desafiar o homem a quem chamam o pai grande

6.17 Samba o município do lixo com construções anárquicas de luxo

Folha 8

26 De Fevereiro de 2011

Os dias de hoje as definições e localização de baixa e musseque confundem-se num território vasto como é a realidade de Luanda porque surgiram os bairros da periferia que não são, nem uma nem outra coisa, e mesmo entre estes também existem classes sociais e arquitectónicas que emergem espontaneamente da conjuntura.

Viver na baixa de Luanda deixou de ser o sinónimo de viver na cidade, por encontrarem-se incrustados nela os bairros Catambor, Shabá, Barrocas do Miramar, Coreia, Bairro Operário, etc. Ante a dificuldade de aguentar a inflação domiciliar, muitos luandenses optaram por construir os seus tectos, construindo as casas possíveis de erguer com os parcos, mas honestos salários. Assim surgiram os bairros do Rocha Pinto, Iraque, Fubú, Sapú, Vila da Mata, Dangereux, etc., bairros com nomes que denotam o suor derramado pelo proprietários dessas casas, que Bento Soito, ex-vice-governador de Luanda, apelidou-as de casebres, como menosprezo aos que sobrevivem em condições de extrema pobreza.

No emaranhado de urbanizações que se têm erguido em Luanda, despertou-nos particular atenção, algumas que, mesmo sem terem a assessoria da administração local deveriam merecer particular atenção pela forma ordeira como estão organizadas. Nelas encontram-se muitos ex-moradores dos ex-bairros VIPs como a Vila Alice, Terra Nova, Valódia, Alvalade, Miramar, Bairro Popular, etc.

Lamentavelmente, em muitos dos municípios, bonificados com estes projectos de auto-construção, tiveram a sorte madrasta de coincidirem com administradores municipais medíocres, situando-se entre estes abandonado administrador da Samba. É uma autêntica fraude ao partido que depositou confiança nele, por carecer de jogo de cintura para camuflar a sua incapacidade de gerir um município tão, para não dizer, o mais cobiçado de Luanda. Os munícipes da Samba aguardam ansiosos por uma visita relâmpago do Governador José Maria, para que se conheça o fim do reinado do administrador Fançoni, caso a sua manutenção não esteja protegida pelo Engenheiro. A riqueza não se compadece com o Lixo, embora em Luanda, os ricos não se importem em coabitar com montanhas de lixo nos seus arredores. Só assim se explica que a orla marítima, onde nos terrenos

foram ergui das mansões impossíveis de se construir com advenços salariais, convivam rodeados de imundície.

Um município como a Samba merece um verdadeiro empreendedor, na sua administração, para que substitua as montanhas de lixo por espaços turísticos para arrecadar receitas à actual Conta Única do Tesouro, contrariamente às piscinas privadas que vão sendo moda, pela podridão em que se converteram as praias “dos quilómetros”. Governantes ausentes das populações, políticos apostados a darem motivos que favorecem a oposição. Menos-mal que os nossos opositores pertencem à mesma turma de míopes, por opção. A Samba, desde o Nzamba 2 que, através das valas de drenagem, vai caracterizando a incompetência de uma administração, às poluídas praias que deveriam estar proibidas para banhistas, pela quantidade de resíduos sólidos deixados por populares mal-educados, provenientes de todos os municípios de Luanda. A administração deve solicitar a intervenção da polícia para travar a indisciplina que se vive nas praias da Samba e obrigar os banhistas a depositarem os seus resíduos em recipientes, actualmente inexistentes. Muitas são as pessoas que se retiram da água ensanguentados, com cortes de restos de garrafas, latas ou outros objectos abandonados por desordeiros.

Autoridade para os pobres

Os bem-aventurados ricos, não passam por estas vicissitudes, porque puderam comprar as humildes casas e terrenos ao longo da orla marítima e violando todas as regras e princípios arquitectónicos e ambientais, construíram edifícios que em países de lei, jamais seriam autorizados. Em Angola está sendo possível porque as mesmas autoridades que têm competência para travar esse comportamento selvagem, são os proprietários desses imóveis, entre eles, grandes chefes políticos, militares, polícias ou herdeiros de famílias com apelidos que dão medo. Os mesmos que privatizaram as praias públicas que começavam na Kamuxiba até ao ex-controlo da Polícia do Benfica. O verdadeiro povo também é vítima das demolições que resultarão do alargamento da estrada FutungoCabolombo. Vê-se, por exemplo que o trajecto do referido alargamento, esquiva as moradias dos ricos, como se pode ver na sinalização das paredes. O mais caricato está no espaço baldio adjacente à ponte do Benfica, entre a estrada e o oceano, vedado com chapas, ao INEA- Instituto de estradas é de preferência partir casas de cidadãos e o consequente pagamento da indemnização que tocar num espaço onde ainda não se colocou o primeiro tijolo. Dizer que o terreno é da Senhora! Tomara. O município tem entre os seus bairros um dos mais apetecidos na distribuição de terrenos, o Benfica, não em vão que por lá os administradores comunais têm uma data de caducidade muito curta, pelos supostos negócio em que se mergulham, ante às

ofertas que lhes são apresentadas. N' Benfica encontra-se provavelmente o bairro de auto-construção dirigida que melhor urbanizado está, o bairro Zona Verde, também conhecido Projecto, mas que tende a mergulhar na imundície do lixo por lá não haver qualquer serviço de recolha, obrigar do os seus residentes a improvisarem aterros e lixeiras no interior do bairro cujas consequências poderão resultar em epidemias de malária, cólera entre outras desgraças próprias de pobre.

Quanto à energia, o que se pode ver são moradores percorrendo as ruas com recipientes de combustível para os geradores, embora esteja lá “Chico esperto”, com uma tal empresa Ilunga, com um posto de transformação, vulgo PT, a facturar os necessitados, no equivalente a mais de cem dólares/mês, fornecendo energia com uma regularidade similar a das quedas pluviométricas em Luanda, quer dizer quando calha. Com a água, o administrador sabe que camiões-cisternas que no passado transportaram combustível são as que abastecem os moradores com todos os riscos que daí decorrem. E cadê o administrador? Se fosse um bom político poderia facilmente aproveitar-se do esforço desses moradores para projectar-se, chamando Edel, a Epal, a TPA e a Tv Zimbo, para dar show, como o fará o nosso partido com a inclusão das casas construídas com o sacrifício individual, na contagem do milhão de casas prometido. Este administrador deve ser varrido como tantos outros show-man da nossa praça que vão se notabilizando por retórica arrogante, como se fossem mais iluminados. Senhor Governador que no pacote de Vita Vemba incluía haver espaço, os administradores Samba e da Ingombota.

6.18 Zango o maior projecto habitacional

O Independente
26 de Fevereiro

O Zango é um dos maiores projectos habitacionais, conhecidos sobretudo sobre os seus três projectos de casas económicas onde já vivem perto de 200 mil pessoas. Bem ao lado dos diferentes projectos de realojamento social, erguem-se prédios e outras residências de média e alta renda, valorizando ainda mais a Comuna de Calumbo, em Viana.

No local, a água canalizada corre dia e noite, a energia eléctrica é bem melhor que no centro da cidade de Luanda. O bairro começou a ser construído a 8 anos e conta já com quase 20 mil casas económicas. As infra-estruturas básicas são construídas a um ritmo que não acompanham a chegada de mais famílias em situação de emergência.

Por esta razão, a solução passa pelo alojamento provisório em tendas até que surja a casa prometida ou as condições para auto construção dirigida. Concebido inicialmente para realojar as pessoas da Boavista e do bairro da Congeral, o projecto habitacional do Zango é hoje ladeado por moradias para todas as condições sócias. Num futuro muito breve, poderá ser uma das zonas de maior crescimento urbanístico em Luanda.

O bairro do Zango, tornar-se numa referência nacional e mundial de programa de realojamento do Governo da Província de Luanda sobre o Programa de Realojamento das Populações.

Tem como referencia o “Projecto de construções residenciais de custos controlados”. O Zango e Sapú, refere que este programa habitacional está a tomar dimensões de pequenas cidades.

O desenvolvimento urbano do Zango conta com 26 mil e 600 unidades habitacionais para 160 mil pessoas, pelo que devem ser aumentadas as infra-estruturas básicas que garantam condições mínimas de vida dos cidadãos, segundo fez saber uma fonte que privilegiou o anonimato.

As residências, têm ajudado na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias, permitindo a execução de infra-estruturas estruturantes da cidade de Luanda e são um alívio da demanda de unidade de habitação.

Almeja-se no futuro a construção de unidades residenciais melhoradas e de infra-estruturas na área do Zango, para o apoio ao programa de aumento da oferta habitacional de custos controlados.

Este programa, procedeu na primeira etapa entre 2002 e 2003, a elaboração de planos urbanísticos e detalhes construtivos das casas par cerca de três mil famílias na área do Zango.

“Foi também construído, ao abrigo de águas de Luanda, uma rede básica para abastecimento de água da capital, através de fontanários de iluminação pública, incluindo uma subestação nova e uma linha de 60KV para atender as populações alojadas”. Hoje as populações provenientes de várias áreas onde decorre a execução de obras estruturantes da cidade de Luanda ver as suas condições de habitação e habita melhoradas, com acesso a diversos serviços.

6.19 Condomínio da Sonangol pronto para os moradores

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2011

A primeira fase do projecto habitacional do Cajueiro, que pretende dar casas aos trabalhadores da Sonangol em Cabinda está concluído desde 2010, informou o representante da empresa, Luís Zau. O condomínio conta com 122 casas de tipos T2, T3, T4 e T5, prontas para receberem os moradores.

A segunda fase do projecto, que arrancou em 2010, com a construção de mais 37 casas da mesma tipologia, foi visitada na sexta-feira por um grupo de trabalhadores da Sonangol Distribuidora em Cabinda, no quadro dos 35 anos da fundação da Sonangol.

O complexo Cajueiro da Sonangol em Cabinda está localizado no bairro Cabassango e conta com posto médico, ginásio, restaurante, piscinas olímpica e infantil, creche, escola para o I e II níveis do Ensino, centro comercial banco e área administrativa. As obras foram lançadas em 2007, prevendo-se a entrega em 20 12.

7 TERRA

7.1 Um bairro de condenados na montanha

Novo Jornal

4 De Fevereiro de 2011

Pedras que se soltam, pessoas que rolam da montanha, desabamentos de casas e mortes por quedas são os relatos dos acidentes mais frequentes que a Garrem na Samba Pequena, um bairro erguido na montanha, onde o risco está sempre à espreita. A transferência dos moradores para as zonas mais seguras ainda é incerta. Por enquanto só há a promessa do Governo Provincial de Luanda.

Bem à entrada do município que atende pelo mesmo nome está erguido um bairro na gigantesca montanha da Samba. Localizado a norte de Luanda, o bairro começou a ser habitado no município da década de 70 por condenados moçambicanos que cumpriam a pena em Angola, conforme narrou ao Novo jornal, o soba grande da zona, Paulo Sebastião.

O cogumelo habitacional cresceu e dispersa-se por todo o tipo de residências, desde casebres a edifícios. O bairro possui apenas duas escolas públicas, sendo uma primária e outra secundária e uns poucos colégios privados. O único centro de saúde que a zona possui há muito que vem sendo reabilitado “de forma anda-pará”, tal como canta o rapper angolano Yannick dos Afroman.

Ladeado por três estradas principais que o circundam a via principal da Samba, na parte frontal, a estrada comandante Erguel, na parte lateral, e a rua Heróis do Kangamba, na parte traseira o bairro é fechado e quase sem ruas, sendo constituído maioritariamente por becos em toda a sua extensão, devido às construções desordenadas.

Logo à entrada da Comuna, é possível observar a subida das construções. Casas erguidas de baixo para cima à medida que a montanha se eleva.

A zona possui água canalizada e luz eléctrica deficiente. Os mais sortudos são os residentes na parte de baixo, onde a água chega sem deficiência, ao passo que os moradores de cima vêem-se obrigados a escalar a montanha com bidões e banheiras à cabeça. A luz eléctrica também é mais fraca e quase nem chega a todos os residentes.

A zona é tranquila, segundo os moradores. Há muito que a criminalidade deixou de fazer morada naquelas paragens. “Mas ainda assim não aconselho as pessoas a andarem até muito tarde”, diz Irene uma jovem moradora da zona.

“Já houve muita criminalidade aqui na banda, agora reduziu muito. Pode ouvir-se um ou outro caso isolado. A banda agora é fixe”, acentuou Capelo, um jovem actor e morador do bairro há 28 anos, que faz do teatro a arma de combate ao crime, através de palestras e campanhas de sensibilização.

“Em 2006, havia muitos bandos que assaltavam as pessoas e as residências. Através do teatro, criámos grupos de sensibilização e fomos mentalizando as pessoas para abdicarem desta prática. Com o reforço policial, conseguimos ajudar a combater a criminalidade. Hoje a zona é segura e tem muitos grupos teatrais”, explicou novamente Gaspar Capelo, o jovem actor do grupo teatral designado em Kimbundu “Etu Mu Die TU”, que na língua portuguesa significa “Entre nós”.

O excessivo consumo de álcool entre a juventude é uma outra realidade que requer atenção. A nossa reportagem constatou a situação in loco. Por várias ruas por onde passámos foi possível observar alguns jovens consumindo cervejas e outras bebidas alcoólicas. “Nos divertimos com cerveja para esquecermos os problemas”, disse Pedro, outro jovem morador da zona.

“Não temos divertimentos. Não há campos de futebol, jogamos nos becos. A juventude anda no alheio”, lamentou Coxé.

FEZES E MAIS FEZES

O saneamento básico há muito que desapareceu da zona. Perde-se no tempo a altura em que as obras das valas de drenagem pararam. Por falta de contentores, os moradores deitam o lixo na vala em construção. Por todo o bairro, observam-se focos de lixo espalhada maioria das casas na Samba pequena não possui fossas residuais, devido ao lençol freático de água salubre que envolve o terreno. Na parte baixa da montanha, as fezes circulam por ligação de canos abertos, uma espécie de valas pequenas cavadas na rua, que se ligam entre si e escoam os detritos para uma conduta grande que dá para o mar.

As crianças são as mais penalizadas pois vêm os seus passos de circulação limitados. O descuido é total e qualquer uma delas pode brincar com as fezes na vala feita a céu aberto.

Para evitar o cheiro, a população desinfecta os buracos com alguns produtos químicos, como insecticida, fornecidos pela administração e algumas vezes carros de fumo. “Mas já há algum tempo que os carros não passam e o produto desinfectante escasseou”, segundo os moradores.

Apesar das campanhas de limpeza organizadas por alguns jovens da zona, a empreitada revela-se infrutífera, conforme disse Pedro. “Gostaríamos que houvesse mais

saneamento básico e melhor fornecimento de água e luz eléctrica”, rematou o Jovem

DESABAMENTOS E MAIS QUEDAS

É no ponto mais alto da montanha que os ocorrem com maior frequência, segundo relataram alguns moradores da Samba Pequena. A época chuvosa é a mais dramática para os populares. As pedras rolam, as pessoas caem e as casas desabam. As vítimas humanas, como sempre, não faltam. Recentemente, um menino de 14 anos ficou preso debaixo de uma pedra quando apanhava areia para alinhar um campo de futebol improvisado na montanha.

A pedra rolou e entalou o rapaz. Mas graças à prontidão dos moradores, o menino foi salvo apenas com, alguns arranhões”, explicou Paulo, morador há quatro anos na zona.

Relatos dos moradores dão conta que a última chuva que assolou a cidade capital, provocou o desabamento de seis casas, sem no entanto se registarem vítimas humanas. O cenário repete-se todos os anos. Os acidentes nas montanhas já provocaram várias mortes.

Mas apesar da situação, os sinistrados dizem que não abandonam o local, enquanto não haver outro lugar para morar.

Algumas casa no morro há muito que estão sinalizadas com as inscrições do Governo Provincial de Luanda (GPL).

Os moradores aguardam pela prometida evacuação.

“ Dizem que vamos sair, mas não sabemos quando. Os homens da administração, de quando em vez, aparecem e fazem o levantamento das pessoas e depois dizem que vão regressar. Em Dezembro do ano passado, eles numeraram mais algumas casas. E estamos a aguardar,” afirmou dona Catarina, uma residente de longa data na montanha.

Os moradores dizem estar preparados para abandonar o local a qualquer instante, desde que lhes sejam atribuídas novas residências noutras zonas mais seguras. Tal é o caso do tio Vicente, de 36 anos, que habita com a sua família de sete pessoas, num casebre de chapa há vários anos.

O também militante acérrimo do MPLA, no Comité de Acção Número 63, vulgo –CAP 63 da Samba, aguarda com ansiedade o dia da sua transferência. “ Eles constroem condomínios de luxo e nós continuamos nesta miséria. Nós também queremos casa”, desabafou o tio Vicente, adicionando que vai levar o problema junto ao seu CAP, ao mesmo tempo em que exhibia a convocatória para uma reunião do partido num dos colégios situados na circunscrição.

Como se diz na gíria “ a esperança é a única a morrer”. Assim, os moradores do bairro Samba Pequena, onde também o actual vice presidente do MPLA, Roberto de Almeida, deu uns toques de bola no beco do antigo chariz redondo, como recordam alguns residentes, continuam a aguardar ansiosamente pela retirada da zona de risco em que se encontram, “ sem eira nem beira”.

7.2 UNACA exorta camponeses a ajudar Governo

O Independente

12 De Fevereiro de 2011

Sobretudo nos domínios do comércio, alimentar infra-estruturas anunciado pelo governador provincial, consideraram um passo positivo e alertara para o cuidado no sentido de permitir de facto entrada de verdadeiros empreendedores.

O vice-presidente da Confederação das Associações e Coopertivas Agrícolas de Angola (UNACA) na província do Huambo, A.bílio Kayangayanga exortou hoje, os camponeses para ajudarem o governo na erradicação dos conflitos de terra. No dizer do responsável, os camponeses também têm a responsabilidade de participar nos programas elaborados pelo governo de erradicação de conflitos de terra nas comunidades rurais para garantir a preservação da paz. “Os camponeses devem denunciar os cidadãos sem documentos comprovativos de aquisição de terras para fins agrícolas e construção de empreendimentos sociais nas comunidades rurais onde os aldeões desenvolvem de forma rotineira a agricultura” reforçou. Abílio Kayangayanga fez este apelo, na aldeia de Tchandenda, no município da Caála, no acto comemorativo aos 21 de aniversário da UNACA, que se assinou no dia 06 de Fevereiro. O vice-presidente da UNACA afirmou, na (ocasião, que a sua instituição garante trabalhar constantemente nas acções que visam o melhoramento das condições de vida das famílias camponesas, para aumentar o progresso económico, combatendo a fome e a pobreza.

“As associações de camponeses e cooperativas agrícolas reúnem os camponeses e estimulam trabalhos comuns para solucionar os problemas das famílias”, explicou. Deu a conhecer que a UNACA controla actualmente 633 associações (91 mil e 159 associados) e 104 cooperativas agro-pecuárias (23 mil e 787 membros), nos 11 municípios da província.

7.3 Cursos sobre gestão sustentável de terras abrangem crianças e Kwanza-Sul

O país

18 De Fevereiro de 2011

O coordenador do projecto de Gestão Sustentável de Terras- ELISA, Amílcar Salumbo, diz haver menos dinheiro que o esperado para continuar a financiar acções de formação que visam capacitar os camponeses e técnicos sobre as diversas formas de conservação dos solos e do ambiente.

Explicou que, existe a intenção de as acções de formação iniciadas em 2010 serem mais abrangentes, neste ano, já que foi identificado na concepção do projecto que as grandes limitações da abordagem da questão da gestão das terras são os conhecimentos.

“Foi feito um estudo para delinear um plano de formação para vários grupos alvo, definindo de acordo com as necessidades naquilo que se vai ministrar. Sabemos que é uma matéria nova e é preciso que haja domínio suficiente dos conhecimentos para que a abordagem seja aquela que se pretende”, sublinhou.

O coordenador revela positivo, o balanço das actividades realizadas em 2010, segundo ano de implementação do projecto de Gestão Sustentável de Terras (ELISA), tendo em conta a entrega dos formadores e dos formandos, para além dos resultados obtidos nas acções da iniciativa dos parceiros.

Explicou que as acções de formação foram dirigidas aos parceiros mobilizados em 2009: “com os cursos criaram-se oportunidades para fornecer conhecimentos de base, necessários para que os participantes tivessem a capacidade de implementar o processo de formação nas comunidades em que eles trabalham”, referiu.

242 Já sabem como conservar solos

As formações basearam -se em temas sobre erosão e degradação dos solos, gestão das florestas e das pastagens, o aquecimento global, utilização da terra e conservação da fertilidade do solo, e utilização agrícola da terra e práticas de protecção contra degradação, tendo abrangido um total de 242 pessoas.

Da lista de parceiros constam Instituições do Estado, Organizações não Governamentais, Agências Internacionais e cooperativas de camponeses, que deverão replicar os conhecimentos e as boas práticas de uso das terras para as outras regiões do país.

Constou ainda dos apoios aos parceiros, a intervenção do projecto ELISA no programa especial de segurança alimentar executado pela FAO, e a ONG ADRA.

Também com o apoio do projecto ELISA foi possível fazer-se um Atlas da província do Huambo que espelha questões sobre os recursos naturais, de terra, humanos e alguma história do planalto central, instrumento valioso para o projecto e vários utilizadores, investigadores, académicos e outros interessados.

O projecto estendeu o seu apoio aos parceiros da província do Kwanza Sul, especificamente do município de Waco-Kungo e Quibala, nas acções de educação ambiental.

A casa ecológica também recebeu apoio para a realização do trabalho de sensibilização nas escolas primárias, denominado “Kandengue Ambiental”, para além do trabalho de requalificação do vale de Santa Iria (Rio Calondeia).

Foi também, em 2010, dinamizado projecto de validação do Plano Nacional de Acção de combate contra a desertificação.

Amílcar Salumbo esclareceu que existe um documento que foi elaborado por uma comissão especial do governo integrando os Ministérios da Agricultura e do Ambiente, que se encontra apenas numa versão preliminar e que precisa de ser discutido e validado. Este processo estava mais ou menos paralisado e o projecto conseguiu dinamizá-lo através da realização de dois seminários, no Huambo e no Namibe, para a recolha de contribuições para o seu emiquecimento, esperando-se que o documento seja aprovado e validado ainda este ano.

Consta ainda no plano da direcção do projecto fazer com que as boas práticas de gestão sustentável de terras sejam integradas na actuação do Estado e das organizações da sociedade civil.

“Pretendemos este ano fazer com que os métodos e processos de gestão sustentável de terras sejam de facto assimilados e aplicados pelas instituições do Estado e da Sociedade Civil que usam a terra. Para tal se deverá realizar acções de sensibilização e advocacia para que isto seja possível”, reforçou.

Reafirmou a vontade de continuar a trabalhar para que seja concluído o Plano Nacional de Acção: “a conclusão deste Plano é um cumprimento dos objectivos do Milénio. Angola deve também cumprir com elaboração de um plano contra a desertificação, acção que todos os países têm estado a desenvolver para evitar as repercussões dos processos de degradação da terra e da desertificação”.

A ampliação do financiamento para o projecto tendo em conta a amplitude da questão da gestão sustentável das terras, é outra aposta da direcção para este ano, no sentido de mobilizar mais recursos através da sensibilização de potenciais doadores com vista a financiarem o projecto-ELISA.

Prevê-se também para este ano dinamizar o processo de divulgação do projecto através dos órgãos de informação e da circulação de relatórios entre os parceiros.

“Vamos organizar um sistema que permita divulgar as boas práticas produzidas pelo projecto, de formas a torná-las conhecidas e aplicadas por outros utilizadores da terra”, sublinhou.

Com duração de quatro anos, o projecto de Gestão Sustentável de Terras iniciado nos finais de 2008 é uma acção de Execução Nacional envolvendo o Fundo Mundial do Ambiente (GEF) e do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo o parceiro de implementação o Ministério do Ambiente.

Orçado em 1.500.000,00 USD (um milhão e quinhentos mil dólares) o projecto tem como objectivo apoiar acções que conduzam ao uso sustentável da terra e protecção ambiental.

7.4 Da venda de areia á protecção ambiental

O País

18 De Fevereiro de 2011

As trinta mulheres que no passado se dedicavam à exploração de inertes, particularmente a venda de areia no rio Calondeia - Vale de Santa Iria, arredores da cidade do Huambo estão satisfeitas com o seu novo trabalho iniciado em Setembro de 2009, no projecto-piloto de Requalificação e Uso Sustentável do Vale de Santa Iria. Apoiada metodológica e financeiramente pelo projecto de Gestão Sustentável de Terras - ELISA, numa acção conjunta do Fundo Mundial do Ambiente (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Ministério do Ambiente a actividade de Requalificação e Uso Sustentável do Vale de Santa Iria é uma iniciativa da Casa Ecológica, afecta à Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Naquele vale, visivelmente degradado, as mulheres estão a dar o seu contributo na actividade de recuperação dos solos e da qualidade da água, para além da protecção que se pretende alcançar contra as ravinas, através da plantação de árvores de diversas espécies.

A beira do mesmo rio onde exploravam areia de forma anárquica, as mulheres estão a plantar árvores de eucalipto, pinheiro e outras espécies da floresta natural, para repovoar e proteger aquela zona, cujas ravinas já se aproximam às residências da população tendo causado inclusivamente o desabamento de uma ponte da estrada 120, que liga a cidade à zona industrial. Falando pelo grupo, Liona Chimuma, mãe de seis filhos afirma que o negócio de areia era mais cansativo que o actual, para além de estar a aprender boas práticas de conservação do solo, que poderá ensinar aos mais novos.

Actualmente, o trabalho é melhor, já que antes nós tínhamos que encher uma carrinha, transportando areia com baldes e bacias na cabeça até a completar a quantidade exigida pelo cliente. Hoje estamos mais descansadas. Aqui, entramos às 7 e saímos às 12 horas, dá tempo para cuidar dos afazeres do lar”, afirmou.

Questionada sobre o seu dia a dia, Liona Chimuma salientou que, de 2010 para cá o seu trabalho era de abrir as covas e prepará-las para receber as plantas, depois seguiu-se a plantação e actualmente fazem o seu acompanhamento e a sacha.

Esta é uma actividade nova para muitas das mulheres do grupo, mas consideram-na agradável e até mesmo divertida. No dizer de Liona Chimuma actualmente as mulheres conhecem o perigo da exploração de inertes e agradecem a intervenção do projecto de Gestão Sustentável de Terras, através do apoio à actividade de requalificação do rio Calondeia.

“Agradecemos muito este projecto porque o rio estava a se estragar, mas agora vemos sinais de recuperação e acreditamos que nos próximos anos voltará a encher de água como era antes”, sublinhou.

Para as outras comunidades que insistem na exploração de inertes, Liona Chimuma, alertou “é perigoso estragar os rios, porque aqui neste bairro as ravinas estão a se aproximar das casas, temos que plantar árvores para preservar o ambiente”.

Localizado a cerca de cinco quilómetros do centro da cidade do Huambo, o rio Calondeia, que define o vale de Santa Iria, é uma linha de água que está situada entre o Bairro de São João e a zona industrial da Chiva. O mesmo nasce numa zona adjacente ao complexo desportivo do Ferraria, que é uma área do domínio do Caminho de ferro de Benguela.

Naquele vale, visivelmente degradado, as mulheres estão a dar o seu contributo na actividade de recuperação dos solos e da qualidade da água, para além da protecção

que se pretende alcançar contra as ravinas, através da plantação de árvores de diversas espécies.

César Pakissi: Dez mil mudas de Eucalipto, Cedro e Jacaranda

O responsável pelo projecto-piloto de requalificação do vale de Santa Iria, César de Osvaldo Pakissi, revelou que o vale era coberto por uma cortina florestal de eucaliptos, que não só ornamentava a paisagem mas servia também de protecção ao solo, o que possibilitava a utilização agrícola das terras de baixa ao longo de toda a linha de água, prática comum nesta área do planalto central angolano.

Explicou que, quer devido ao período de instabilidade que a região do planalto testemunhou, que motivou a crescente procura de combustível vegetal, bem como pela subsequente o responsável pelo projecto-piloto de requalificação do vale de Santa Iria, César de Osvaldo crescente procura por espaços para expansão urbana, esta zona da Santa Iria, à semelhança de outros polígonos florestais, viu-se devastada, ao mesmo tempo que a prática de agricultura deu lugar ao processo de extracção de inertes.

O mestre em engenharia ambiental revelou que a cidade do Huambo, pelo facto de se desenvolver sobre linhas de separação de águas, nomeadamente das bacias hidrográficas do Cunene a sudoeste, e do Keve a noroeste, tem tendências ao ravinamento pela natureza dos solos e pelo relevo ondulado, com declives suaves a fortes, que caracteriza a sua topografia.

Segundo esta tendência é fortemente acentuada pelo intenso processo de desmatamento, e pela alteração do perfil das linhas de água que resulta da exploração massiva de inertes extraídos do seu leito. É neste contexto que a Casa Ecológica desenvolveu um projecto-piloto de Requalificação e Uso Sustentável do Vale de Santa Iria, cujos resultados pretendem servir de exemplo para intervenção em outros locais em que se verifiquem situações semelhantes.

César de Osvaldo Pakissi deu a conhecer que o projecto-piloto tem como parceiro de implementação o Ministério do Ambiente, e visa apoiar acções conducentes ao uso sustentável da terra e protecção ambiental, cujos resultados se pretendem que sirvam como exemplo de boas práticas para outras regiões no país com situações semelhantes. “Iniciado em Setembro de 2009 as várias fases do projecto contaram com apoio técnico de professores e estudantes da Faculdade de Ciências Agrárias, do qual resultou o maneamento e marcação da zona de plantação determinando-se o plantio de 10.000 (dez mil) mudas de plantas diversas, entre as quais pre-

dominam as espécies de Eucalipto, Cedro e Jacaranda”, sublinhou.

Revelou ainda que o processo de plantação contou com a participação dos estudantes e professores da Faculdade de Ciências Agrárias, associações juvenis de distintas religiões, efectivo da Polícia Nacional, das Forças Armadas e os membros da Organização de Pioneiros Angolanos.

7.5 Populares da chicala receiam viver em tendas

O país

25 De Fevereiro de 2011

Bartolomeu Vieira Dias, coordenador do Quilombo, na Chicala, município da Ingombota, em Luanda, revelou a O PAÍS, Terça-feira, 22, que o Governo tem intenções de desalojar os moradores do seu bairro.

“Neste momento, o Governo está a envidar esforços para o realojamento dos populares da área”, informou, sublinhando que tem vindo a chamar atenção às entidades da administração local, para o processo ser bastante cuidadoso, devido ao memorial do destino do povo da Ilha de Luanda, que até hoje continua a viver em tendas, no Zango.

Por causa disso, ele e seus filiados não estão dispostos a ser transferidos para condições iguais às dos ilhéus por tempo indeterminado.

“Só podemos ser retirados daqui, para um lugar mais seguro, caso contrário preferimos ser realojados aqui dentro do sector da Chicala, até que se pronunciem sobre um destino condigno”. Na qualidade de coordenador, Bartolomeu pensa que deve ser esta a postura da coordenação, até que se encontrem soluções que favoreçam as duas partes.

“Quando o Governo disser que está em condições de retirar a população afectada daqui e leva -lá para um sítio melhor, aí sim, vamos sair da zona.”

Os moradores receiam que uma alegada transferência de forma provisória para as tendas lhes pode custar a vida inteira.

O medo dos residentes dessa parcela da capital do país deve-se, por um lado, aos moradores da Ilha colocados no Zango, que continuam em tendas, há mais de dois anos e, por outro, devido, a alegada situação dos ex-moradores do bairro favela que, segundo esses, residem mais de duas famílias na mesma residência.

O estado crítico em que o avanço das águas do mar vai deixando as suas residências e haveres não foi posto de lado pelos moradores do Quilombo, que todos os dias sonham com um destino melhor. Carinhosamente tratada por avó Xica, a senhora que vaticina a sua idade entre os 60 e 70 anos, revela-se como uma das mais antigas moradoras da zona. Ela está consciente que, a qualquer altura, poderão deixar a área por causa das águas, mas deixa um recado ao governo.

“Nós queremos sair daqui directamente para as casas já feitas, porque não queremos ir para as tendas”, apelou, alegando que a vida nesse tipo de cobertura é muito perigosa, por causa do calor e dos incêndios.

Para a avó Xica, a saída do povo do Quilombo é um assunto antigo, mas a sua efectivação não acontece, porque nunca houve nenhuma intenção oficial por parte do Governo da Província de Luanda (GPL).

Em relação a isso, a anciã fez referência a um registo feito recentemente pelas autoridades de direito, ao ponto de apontar, com o dedo em riste, para as marcas de tinta na porta de uma residência próxima, das quais restavam apenas a sigla GPL e o número 151.

“Quando escreveram nas casas não nos disseram se é para nos tirarem daqui, se é para controlar as cubatas de chapa que o bairro tem”, informou, tendo assegurado essa como a razão da sua desconfiança de um futuro despejo.

A actividade pesqueira e a venda do pescado constitui outra grande preocupação da idosa, ao ponto de dizer que a maior parte das mulheres do bairro se dedica à venda do peixe, sendo que os homens são maioritariamente pescadores.

Recuando no tempo, avó Xica recordou que, há cinco anos, viu as casas, que ficavam à frente da sua, a serem consumidas pelas águas do mar, fruto de algumas calemas que se abateram no local. Ela sublinhou que tais residências tinham sido erguidas a menos de 20 metros da água.

“Por isso, desapareceram todas e hoje temos uma praia com mais espaço para as águas, mas mesmo assim ainda sofremos”, lamentou.

Por sua vez, Augusto Sambanda, morador do Quilombo há seis anos, começou por associar as obras da nova marginal às condições climáticas, no que às causas das marés-altas diz respeito. “Sempre que há lucreis, o mar tem tendência de ficar mais alto, mas, desta vez, houve muita influência das obras da marginal, porque já faz tempo que as águas não chegam às nossas residências”,

disse, tendo referido que a última vez que aguado mar preencheu a praia toda foi em 2007.

Sobre a evacuação dos populares, o morador diz ter ouvido falar novamente disso, aquando da intervenção da administração, mas não se aventa nada sobre o destino das pessoas.

“Era bom que o governo preparasse já uma área residencial para os moradores daqui, porque nós não queremos repetir a história dos ilhéus do Benfica ou dos vizinhos da ex – favela.

Outra preocupação expressa nas palavras que o morador concedeu a este jornal tem a ver com a disposição de estabelecimentos escolares, sanitários e administrativos.

“Não é bom que as pessoas sejam transferidas para um lugar onde os filhos vão ficar sem estudar, por falta de escolas, isso para não falar de centros médicos, referiu.

Já o Jovem Júlio Fernando-António, que conta com dois anos no Quilom00, mostrou-se duvidoso no que toca a uma transferência condigna por parte do GPL, uma vez que o seu bairro não é único afectado pelas águas.

“Eu não acredito que o Governo da província consiga mandar-nos para um sítio melhor, porque existem zonas da Camuxiba, Areia branca e Morro dos veados, no município da Samba, que também foram afectadas, relatou, tendo questionando onde o governo vai arranjar tanta casa para o número de sinistrados.

A saída dos moradores do Quilombo estava para ser antes do derrube do da Favela, soube O PAÍS de Fernando António, que garante ter ouvido tal informação de alguns homens do governo que visitaram a zona.

7.6 Novos fogos habitacionais na Vila do Seles

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2011

Na reserva fundiária do Seles, província do Kwanza-Sul, são construído, a partir deste ano, pelo menos 190 fogos habitacionais, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Esta informação foi prestada quarta-feira durante a apresentação pública do plano urbanístico da municipalidade, orientada pelo administrador municipal, Rui Feliciano, pelo responsável do Instituto de Ordenamento do Território, Leandro Sanito, e pelos arquitecto José Gonçalves e Joaquim Monteiro.

De acordo com Leandro Sanito, são construídos numa primeira fase quatro tipos de habitações, sendo 123 de baixa renda e 67 de média renda execução das infra-

-estruturas está a cargo da empresa de construção civil Minuila.

Na segunda fase do projecto são erguidos 73 fogos, 53 dos quais de alta renda e 20 de média renda.

O administrador municipal adiantou que vão ser também construídas escolas, igrejas, palácio judicial, mercados, hotéis, postos policiais, de bombeiros, parques de lazer, bancos comerciais e outros serviços indispensáveis à população, nos 40 hectares do local escolhido para a implementação do projecto.

Segundo o administrador municipal, na região estão a ser reabilitadas e construídas várias infra-estruturas de impacto social, no quadro do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população.

Das obras em curso, destaque para a construção de hospitais e escolas, para melhorar a assistência à população e inserir mais crianças no ensino.

7.8 Sobras do prédio da Lagoa penam no Zango

A Capital

29 De Janeiro de 2011

Ao que se soube, cada família receberia uma casa social num dos talhões do projecto zango. Entretanto, na distribuição das residências, 22 famílias não foram contempladas. Na base de tudo está o facto de estas viverem durante anos como inquilinas, estando agora em conflito com os alegados donos dos apartamentos no prédio. O que é certo é que as referidas famílias estão ao relento.

Jorge Domingos é um dos ex-moradores deste prédio, que começou a ser construído na década de 70. «Começamos a ocupar o prédio, mesmo, em esqueleto entre 1992 e 1993», começou por dizer. Segundo ele, a maior parte dos moradores vinha das províncias fugindo da guerra que grassou no país.

«Não encontramos habitações onde pudéssemos ser acolhidos. Para evitar superlotar as casas dos nossos parentes, viemos para cá», explicou.

Natural de Malange, Jorge Domingos disse ao *A Capital* que foram surpreendidos às 5 da manhã do dia 14 de Janeiro. «Vimos um aparato policial acompanhado por efectivos dos bombeiros e a protecção civil, em baixo do prédio», contou, dizendo que, horas depois, apareceram equipas do Governo Provincial de Luanda e da Protecção Civil a informar que seriam transferidos para o Zango.

Este cidadão manifestou-se contente porque trabalha em Viana como cozinheiro. «Se formos ao zango, como dizem, eu estarei mais aliviado, porque já domino aquela área. Estamos no período das matrículas das crianças, espero que os responsáveis das escolas nos recebam com bom senso para que os nossos filhos não percam o ano lectivo», concluiu.

Por sua vez, Maria Luisa, mostrou-se satisfeita por esperar adquirir uma casa, mas triste, por não que condições estariam preparadas.

«Não sei se nos vão pôr nos prédios, como os moradores do prédio Cuca, ou nos vão alojar em casas normais», cogitou, ao lembrar que a morar naquele edifício, o perigo estava sempre à espreita.

«Vivíamos em perigo só Deus é que nos protegia por sua graça, o calvário terminou. São 11 horas mas ainda não sabemos, concretamente, para onde vamos. Só dizem que é no Zlango-3», lamentou, quando se queixava de que não foram sequer alertados quanto a transferência.

«Agora é só esperar pela boa fé de Deus e das autoridades para que possamos estar bem alojados», exclamou Maria Luísa, para quem, ainda assim, valeu a pena sair do edifício, pois, «vivíamos em condições precárias, sendo as crianças as principais vítimas».

«Foram tantas as mortes por queda de pessoas, sobretudo crianças, ao longo dos anos que habitamos no prédio, recordou.

Entre os primeiros moradores está Miguel Viegas. Contou à nossa reportagem como foi parar no edifício. «Era militar em Malange. Em 1992, depois das eleições de Setembro, o país entrou em conflito e nós, militares, tínhamos que nos esconder, sobretudo nas áreas em que a UNITA tinha ocupado», frisou, acrescentando que foi da província de Malange que marchou até Luanda.

«Posto cá, não sabíamos onde ficar.

Foi assim que eu e mais um amigo, o Eliseu, actual coordenador do prédio, entramos aqui e nos abrigamos», afirmou, notando, por outro lado, que só depois foram aparecendo outros moradores na mesma situação.

Miguel Viegas é hoje pai de oito filhos, sete dos quais nasceram neste edifício.

«Quando vim para aqui, não tinha constituído família», adiantou, o militar cuja preocupação é saber se no local para onde serão transferidos há escolas dos níveis em que os filhos estão.

O coordenador do prédio, Eliseu Laurindo, afirmou que a falta de aviso prévio não dificultou o processo de desalojamento das 122 famílias. «As pessoas tiveram sempre conhecimento de que um dia haveriam de abandonar o prédio, porque os técnicos do Governo

Provincial de Luanda, actualizavam o registo, anualmente. A lista de moradores, elaborada em 2006, foi actualizada pela última vez em Dezembro passado e, não há margem para erros muito menos a possibilidade de aparecerem moradores fantasmas”, garantiu Eliseu Laurindo. O que se levanta em alguns sectores, agora, é o porquê da dualidade de critérios no tratamento destes moradores, comparativamente com aquele que se deu aos do prédio Cuca, também recentemente evacuado para o Zango, mas que os moradores deste foram acomodados em melhores condições.

De volta aos kambalachos

O que, no entanto muitos dos moradores do Prédio da Lagoa não sabiam, é que no terreno encontrariam dificuldades. Ana Leonor é uma ex-moradora do edifício que acabou não sendo abrangida na hora da distribuição de casas.

Ela figura assim entre as 22 famílias que esperam, pelo facto de as alegadas proprietárias dos apartamentos se terem apoderado das residências, já que as antigas ocupantes viviam lá na condição de arrendatárias.

“Estamos ao relento desde sexta-feira, 14, altura em que fomos transferidas para cá, deplorou, agastada com a situação.

«Temos bebês frescos, aqui há muitos mosquitos e cobras. Uma criança já foi mordida e, desde que chegamos á mataram duas serpentes; uma delas muito grande. Isso aumenta ainda mais o risco para nós que pernoitamos fora» Acrescentou Leonor, que no prédio, pagava uma mensalidade de 100 dólares norte-americanos no apartamento do tipo T-2, do qual era proprietária senhora Helena.

O que parece estranho a este cidadão é o facto de, apesar de a antiga senhoria ter igualmente recebido uma casa no Zango-3, ainda assim apoderou-se da que seria para ela.

«A dona do apartamento que eu arrendei, recebeu também uma casa, onde pôs uma das suas famílias. Eu ainda tinha o meu prazo de arrendamento em dia. Agora não sei o que fazer, porque não tenho onde me abrigado lamentou com o semblante carregado.

Aflita está também Maria Angelina, mãe de dois filhos, um delas com apenas oito meses. O que mais a indis põe é que, apesar de haver pessoal do prédio da lagoa ao relento, algumas casas que, supostamente lhes seriam atribuídas, estão a ser entregues a pessoas provenientes da Boa Vista.

Denunciou a circulação de uma lista, em posse da dona Lila, com os nomes de pessoas que ainda não receberam casas. Só que, para te inscreveres tens de pagar dois mil kwanzas.

Patrick Londa oficial das Forças Armadas Angolanas (FM) é outro cidadão na mesma condição. Ele e família estão expostos ao frio, sol e chuva. É que o oficial das FM era arrendatário no prédio. E, na hora da recepção de casas, os responsáveis pelo alojamento, simplesmente excluíram os inquilinos. «Tentamos persuadir o coordenador da equipa GPL para que nos desse explicações sobre a nossa situação. Disse não ser de sua conta”, certificou.

7.9 Conflitos de terra Uma questão Premente

Semanário Factual

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

Sempre que se trata de terras, para construção de casas, de infra-estruturas ou para outro feito qualquer, as pessoas procuram todas as artimanhas para lograr esse fim, muitas das vezes ludibriando as autoridades e os próprios donos de espaços, no caso populações seculares.

Naturalmente que a questão da terra, ao longo dos séculos, sempre foi motivo de conflitos, quer na Europa, na Ásia em Africa e mesmo na América, ademais quando se trata de soberania ou de limites fronteiriços.

È que, partindo do princípio de que a terra é gerida pelo Estado, só a este cabe a sua distribuição aos interessados, mas privilegiando o seu interesse quando necessita de erguer empreendimentos, como escolas e hospitais, infra-estruturas económicas, sociais e de entretenimento e lazer, no caso campos de desportos e jardins.

Logo à partida verificasse que não é pacífica a questão da terra, tendo em conta a qualidade do seu solo e acima de tudo, quando é rico em recursos minerais.

Ai então, a questão agudiza-se e chega mesmo a ponto de pôr em confronto as partes beligerantes, pois, quem determina é o Estado e contra o Estado não há nada a fazer, mas apenas aceitar o desafio e reconhecer que só ele pode desenvolver uma região de acordo com o planeado.

Mas, em muitos países, os detentores de terras são pessoas com posses, que possuem grandes fazendas agrícolas, com milhares de hectares, sem que facilitem gente desejosa de também ter uma parcela onde possa erguer a sua casa ou um pequeno pomar.

Neste caso, o resultado é essa gente acabar por ser afastada, percorrendo zonas sempre na perspectiva de lograr um espaço. E nesse corre-corre, dá conta que tudo está ocupado, tem dono, e nada pode fazer!

Pode-se recordar o Brasil onde o Movimento Sem Terra (MST), levado a cabo por camponeses, vem ao longo do tempo ganhando adeptos, mas a procura por terras já não tem sentido: nada está disponível é o fim! E assim deve acontecer em qualquer país.

Mas os Governos “fecham” os olhos e permitem que em espaços à volta das grandes cidades, populações ergam casas de lata, de papelão, ou pequenos casebres onde a luz do sol não penetra, pondo em causa o meio e tornando o saneamento deficitário.

Tudo devido à necessidade de um lugar para morar, e face a essa dificuldade, é aproveitar-se o beneplácito dos Governos e viver aí até que seja preciso o espaço e então os moradores serão retirados possivelmente para áreas ainda não utilizadas, quem sabe, mais tarde

E esse ciclo mantém-se, com uns a possuírem grandes lotes de terrenos e outros a verem por um binóculo essa possibilidade.

Por esse facto, acontecem por todo o Mundo encontros internacionais para se analisar a questão da terra, pois o seu mau aproveitamento acarreta consequências gravosas, dado que o reflorestamento não acontece quando grandes florestas sofrem a intervenção do homem.

O derrube indiscriminado de árvores para a indústria da construção civil e o uso indevido da madeira, como combustível, pelas populações carentes, são situações a debelar nos próximos tempos, uma vez que zonas não arborizadas podem tornar-se desertos e, como se sabe, esses avançam velozmente do litoral para o interior, pondo em perigo a existência humana, por causa da erosão do solo.

Em Angola, a questão de terra também é premente, dado que foi motivo de grandes debates antes da aprovação da nova Constituição, uns defendendo que a terra pertence ao povo e outros a contradizerem, pois, a sua gestão cabe ao Estado. Esta última proposta vingou.

Agora se sabe que, para qualquer projecto, é preciso a autorização das autoridades, sendo que só desse modo se podem criar zonas urbanizadas ou industriais com base na necessidade imperiosa do Estado.

Vê-se que, pelo menos a nível da capital, os camponeses de Luanda Sul foram retirados das suas áreas onde foram

erguidos complexos comerciais e diversos condomínios, uma obrigação do Estado no âmbito da expansão da cidade.

Mas, será sempre preciso que a retirada de populações de determinada área deva ser consensual, de modo a que todos saiam a ganhar, sem ressentimentos, para se evitar que amanhã surjam conflitos de terra, sem razão de ser, uma vez que essa questão está sempre na ordem do dia.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Administrador lamenta atitude de moradores da rua da Lama

Semanário Factual

De 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

O administrador do município do Cazenga, em Luanda, Victor Nataniel Narciso, lamentou Quarta-feira, 27, a atitude e o comportamento de alguns moradores da rua da Lama, que roubam e danificam as mangueiras colocadas para facilitar a sucção da água.

Victor Nataniel Narciso fez saber que a administração local está a fazer um trabalho para o acondicionamento e retirada da água estagnada, alguma dentro de casas, para possibilitar a abertura de vias para a recolha do lixo. Precisou que na rua da Lama foram colocadas mangueiras para escoar a água estagnada, mas que durante a noite munícipes as cortam, o que impede o processo. Explicou que foram detidos os supostos cabecilhas dos infractores, na sequência da agressão a um fiscal da administração durante os trabalhos de colocação de manilhas que facilitam o escoamento da água, alegando transportar resíduos que dificultam a circulação de crianças.

8.2 Vida crítica na favela do bom sono

Semanário continente

04 De Fevereiro de 2011

Lá vivem mães solteiras lutando para conseguir o pão para sustentar a família, constituída, na sua maioria por mais de sete membros

A favela do Bom Sono é um dos muitos conjuntos populacionais de Luanda, sem água e energia eléctrica. Localizada ao longo da rua Ngola Mbandi, no bairro Zangado, município do Rangel, não oferece as mínimas condições de habitabilidade, encurtando a esperança de vida dos seus moradores.

Rosa Bangu, 47 anos, é uma das muitas moradoras insatisfeitas com a realidade que se vive no local.

Apesar de ela não percorrer longas distâncias à busca de água para o consumo, já que o bairro Precol está aí ao lado, diz serem tantas as dificuldades para a sobrevivência, almejando por um local melhor.

A maioria dos moradores sobrevive dos rendimentos provenientes de biscates (serviços prestados às residências vizinhas), o que não chega para fazer face as despesas básicas.

O precioso líquido é adquirido por 70 kwanzas o balde de 35 litros. “Quando há carência, o preço sobe”, contou Rosa Bangu.

Quanto à distribuição de energia eléctrica, ficamos a saber que os moradores não têm qualquer contracto com a Edel, mas a obtêm através de casas vizinhas.

A favela é habitada maioritariamente por pessoas fugidas da guerra que assolou o país durante muitos anos.

Lá encontramos mães solteiras lutando para conseguir o pão para sustentar a família, constituída, na sua maioria por mais de sete membros.

Muitas famílias estão instaladas naquela zona há mais de 15 anos, cujo bairro ganhou o nome de “Favela do Bom Sono”, devido a tranquilidade que os refugiados encontraram, depois de forçados a deixar as suas zonas de origem.

Nos primeiros dias enfrentaram situações piores, como a chuva e delinquência, tendo-se registado mortes por assassinatos.

Os moradores em ocasiões distintas, encontraram corpos de cadáver jogado no capim ou deixado ao meio da rua.

“Mas na medida que o local foi sendo habitado, isto, permitiu o desaparecimento das acções dos marginais”, contou um morador.

Neste momento, o pequeno bairro acolhe cerca de 200 famílias, mas, a viver em condições “críticas” sem saneamento básico, e qualquer outra infra-estrutura de apoio.

As autoridades locais estão indiferentes ao sofrimento daquela população, que já não tem condições para regressar às suas zonas de origem.

De acordo com moradores, o bairro apareceu em finais dos anos 80, tendo crescido em simultâneo após retomado do conflito armado no princípio da década de 90.

Sem terreno para construir, as pessoas aproveitaram o estreito espaço junto à parede do quintalão dos CTT, Junto a escola Ngola Mbandi.

Há dois anos os populares temiam ser despejados do local, depois de ter sido aberto ao público a loja do Nosso Super do Rangel, assim como a construção de um novo edifício afecta a empresa Angola Telecom.

Eles acreditavam que a qualquer momento serão retirados do local, visto que o pequeno bairro nasceu sem licença de construção. Os coordenadores do bairro identificados apenas por Mingo e Seminário, respectivamente, que falaram ao Continente, garantiram que a fiscalização do Rangel já esteve várias vezes no local, tendo numerado as 200 residências.

“Isto aconteceu há dois anos, mas até hoje nunca mais voltaram”, explicaram os coordenadores da Favela do Bom Sono.

O Continente tentou contacto com o administrador municipal do Rangel, Maciel Neto, para se pronunciar sobre o assunto, sem sucesso.

8.3 A recolha do lixo

Jornal de Angola
12 De Fevereiro de 2011

A recolha, gestão e processamento do lixo doméstico na cidade de Luanda, junto dos aterros sanitários, constitui hoje um desafio às autoridades do Governo da província de Luanda, às operadoras, às autoridades sanitárias e às famílias da cidade que recentemente comemorou 435 anos de idade.

A cidade capital, sendo o espelho do país, deve ter um sistema de recolha e tratamento do lixo digno de não ser motivo de escândalo para os que a visitam e para os que nela residem. Mas insistimos que esta não é uma tarefa que diz respeito apenas ao Governo provincial e às operadoras de recolha de lixo, pelo contrário, afecta e gravemente a vida de todos porque nada de bom augura viver junto do lixo. E verdade que a recolha de lixo em numerosas artérias da cidade de Luanda melhorou substancialmente, mas continua gritante os amontoados de lixo e água estagnada putrefacta junto dos bairros suburbanos.

Assim, acreditamos que o desafio é de todos e as famílias devem continuar a jogar um papel relevante na colaboração com as operadoras, sob pena do trabalho destas últimas ficar seriamente prejudicado. Dissemos que se trata de um desafio porque estamos ainda longe do aceitável em termos de recolha de lixo na cidade de Luanda, na medida em que falta uma melhoria em termos de desempenho por parte dos parceiros que zelam pela limpeza da capital.

A decisão do Governo provincial de reavaliar os contratos com as operadoras de recolha de lixo na cidade, colocando-as sob a ameaça da rescisão ou suspensão dos mesmos, pode ser uma estratégia oportuna. As

operadoras não podem tomar os contratos assinados com o Governo provincial como um facto consumado, independentemente de honrarem ou não os seus compromissos.

Acreditamos que uma modalidade através da qual as operadoras passassem a pontuar positiva ou negativamente, em termos de aceitação ou rejeição da sua prestação, e desse procedimento resultasse a concessão de espaços de limpeza ou o contrário, iria tomá-las competitivas. A concorrência entre as operadoras vai, seguramente, produzir um efeito positivo no que à recolha de lixo diz respeito, porquanto operadora nenhuma se deixa ficar de braços cruzados sob pena de vir a perder espaço e contrato.

A partir desta realidade, as mesmas passam a ter em linha de conta que não devem empenhar-se para ver os seus contratos renovados, para verem aumentados os espaços de intervenção. Ou o contrário, na medida em que a falta de cumprimento dos contratos poderá igualmente resvalar para a perda de espaço a favor de outras operadoras.

Tem razão o governador provincial de Luanda quando defende a ideia de retirar aqueles poucos que ganham muito, numa alusão às operadoras cujo trabalho não justifica o que ganham e dar aos que demonstram intenção de fazer mais.

As administrações municipais e comunais devem fiscalizar o trabalho das operadoras numa altura em que há necessidade comprovada de redimensionar os serviços de recolha de lixo na periferia de Luanda.

Não se pode pactuar com velhos procedimentos que se traduzem na incapacidade de algumas operadoras que, mesmo sabendo da sua debilidade técnica, avançam com a assunção de compromissos que depois não conseguem honrar.

A outra questão que julgamos interessante ponderar é relativamente ao procedimento das famílias nas comunidades em que se encontram inseridas. Afigura-se oportuno estudar a possibilidade das famílias, das comunidades ou das comissões de bairro passarem a ter uma participação activa nos trabalhos de recolha de lixo, particularmente nos bairros periféricos. Afinal de contas, é nestas zonas da cidade de Luanda que mais se faz sentir a necessidade de um procedimento mais adequado de recolha de lixo.

Devemos congratular-nos com a medida segundo a qual as operadoras que realizam as suas actividades na zona urbana devem munir-se de viaturas com capacidade de

lavagem das vias, facto que vai conferir à urbe luandense um outro ar.

A moratória de um mês, dada pelo Governo da província de Luanda, no sentido das operadoras de recolha de lixo melhorarem o seu desempenho, constitui uma forma de abrir o espaço a eventuais novos actores.

Constitui igualmente um aviso de que não há lugares cativos por parte das operadoras, numa altura em que o Governo provincial pretende dar oportunidade a outras operadoras, nacionais ou estrangeiras.

As autoridades provinciais em Luanda, segundo a promessa do Governador, vão passar a ser mais rigorosas na supervisão ou fiscalização do serviço das operadoras para que as mesmas passem a trabalhar. Achamos que as populações devem continuar a fazer a sua parte porque nos parece ser um dos elos mais relevantes desta cadeia.

8.4 Lixo invade 5ª Avenida do Cazenga

Agora

12 De Fevereiro de 2011

A administração municipal do Cazenga não consegue reduzir o lixo que aumenta a cada dia na zona, devido à falta -de espaço apropriado para o seu depósito.

Os apelos dos moradores pouco ou nada representam para as autoridades que não conseguem mover uma palha para remediar a situação.

O cenário é desolador com o lixo a invadir o passeio da 53 Avenida adjacente à escola Angola-Cuba.

Por estes motivos, os moradores são obrigados a depositar os resíduos no chão, criando transtornos por se tratar da única via de passagem dos peões e viaturas.

“Já reclamámos, mas não tem surtido efeito. Estamos sujeitos a doenças”, disse um antigo munícipe.

Os proprietários de cantinas também são afectados com a perda de clientes. De recordar que, na 53 Avenida, está a ser erguida uma biblioteca de referência, no interior da Igreja Católica que nos próximos tempos poderá servir como um dos cartões de visita do município.

8.5 Empresa de Águas fechou as torneiras ao Nacional de Benguela

Angolense

De 12 a 19 de Fevereiro

A travessia no deserto efectuada pelo Nacional de Benguela no campeonato júnior masculino de futebol, no decurso do qual vários jogadores manifestaram desagrado em face da falta de condições, constitui o

último sintoma do corte, até ao momento sem justificação por escrito, do patrocínio que recebia da Empresa de Águas e Saneamento (EASB), soube o jornal Angolense de fonte do clube do São Filipe.

Longe de representar motivo de pretexto para os altos e baixos da equipa no campeonato nacional, a inexistência de um estágio foi, bem visto, o corolário de uma situação de aperto que teve nos cinco meses de salários em atraso para os seniores, ainda na época passada, o ponto mais alto.

Um alto responsável do Nacional confidenciou que a nova Comissão de Gestão do patrocinador oficial, liderada pelo Engenheiro Jaime Alberto, não deu cavaco a ninguém sobre os motivos que determinaram o fechar das torneiras».

A nossa fonte acrescenta que não há, passados que estão mais de quatro meses desde que Jaime Alberto rendeu Francisco Vieira Paulo, com quem o conjunto preto e branco formalizava a parceria, documento nenhum a oficializar tal medida. Existem, isto sim, documentos com cunho jurídico a atestar tal parceria, acrescentou o dirigente daquele que é um dos históricos clubes da província de Benguela. Foi, aliás, a pensar no apoio agora diluído que o elenco de José Granada, presidente de direcção, solicitou dinheiro a um banco para pagar salários aos jogadores, na altura com o moral baixo na luta pela subida ao ‘Girabola’ 2011. «Não sabemos, portanto, como fazer a devolução da verba solicitada», frisou.

No acto de formalização da parceria, acompanhado pelo Angolense, o então coordenador da Comissão de Gestão das Águas, Francisco Paulo «Chiquinho», disse que a sua instituição tudo faria para ajudar o Nacional a regressar à fina-flor do futebol angolano. «Não há nada de anormal, na medida em que muitos clubes, como são os casos do Perro e do Asa, têm como patrocinadores oficiais empresas públicas», justificou. A pensar global, o presidente José Granada vinha referindo que o apoio seria o antídoto para o relançamento de modalidades algo adormecidas, designadamente o xadrez, Judo e o ciclismo. Assim, o Nacional de Benguela vê comprometidas as suas aspirações, razão pela qual tenciona, antes mesmo de avançar para uma eventual renegociação, saber as razões que estão na base desta posição da nova administração da Empresa de Águas e Saneamento.

Em busca do contraditório, recebemos do Gabinete de Comunicação e Imagem garantias de que o Engenheiro Jaime Alberto concederia uma entrevista, mas a verdade é que pelos menos até à hora do fecho desta edição, ao cair da tarde de quinta-feira 10, não havia nenhum sinal neste sentido .

8.6 Huíla com novos sistemas de abastecimento de água

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2011

A Direcção provincial da Huíla de Energia e Aguas vai construir este ano, 24 novos sistemas de captação e abastecimento de água, que vão beneficiar 94.611 famílias, afirmou, ontem, ao Jornal de Angola, o seu director.

Abel Costa referiu que o projecto se enquadra no âmbito dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e de combate à fome e à pobreza.

O director das Aguas na Huíla disse que dos novos sistemas a serem construídos, 15 estão previstos no programa central e nove no local.

A construção e reabilitação de 3 furos de abastecimento de água, em várias localidades da província também fazem parte do plano.

A acção compreende, ainda, captação, tratamento e distribuição água superficial ou subterrânea entrega ao domicílio, com contadores. Além disso, pretende mobilizar e inserir trabalhadores locais na manutenção e gestão dos sistemas. No ano passado, 416.476 famílias beneficiaram do programa “Água para Todos”.

As administrações municipais frisaram Abel Costa, devem informar quais as localidades que devem ter prioridade, de modo a serem quadradas nos objectivos e metas constantes no plano de acção.

Microcrédito

O director de operações do kixi Crédito, Laurindo Tchoia, defendeu, no sábado, no Lubango, a promoção do microcrédito para apoiar iniciavas das famílias nas zonas rurais, suburbanas, como uma estratégia fundamental para o combate à fome e à pobreza nas comunidades.

Laurindo Tchoia, que falava ao Jornal de Angola, à margem de um encontro provincial sobre a implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento e de Combate à Pobreza decorreu na sexta-feira e no sábado, disse que “o microcredito é uma ferramenta de sucesso”

Em vários países da africa central e da Ásia, sublinhou, teve um grande impacto por ser direccionado a pessoas da base da pirâmide social, com carências financeiras.

“Um dos grandes impactos do microcredito é a flexibilidade das garantias. Os grupos classificados como pobres não têm garantias por si só. A concessão de pequenos créditos a estes grupos alavanca as pessoas, produzindo

resultados na vida dos filhos e das famílias,” referiu.

O director de operações de kixi credito declarou que estudiosos do microcredito chegaram a conclusão que tirar uma pessoa da pobreza leva, no mínimo, nove anos.

“É necessária também a promoção de instituições financeiras não bancárias para as pessoas terem acesso continuando aos serviços financeiros”, disse, lembrando: “os bancos ainda não podem levar o micro crédito aonde é necessário para apoiar pequenas iniciativas das populações nas zonas rurais, com pequenos valores”. A população, acrescentou, precisa também ser formada e preparada para ganhar cultura do microcrédito, de modo a compreender a sua importância e evitar o endividamento eterno das famílias.

Novos serviços

Laurindo Tchoia anunciou que a KixiCrédito vai instalar, neste trimestre, uma agência na cidade do Lubango.

O grupo alvo da instituição, garantiu, é constituído por pessoas que desenvolvem actividades de comércio, produção e serviços consideradas pobres, mas economicamente activas, com realce para mulheres que sustentam, em alguns casos, a maioria das famílias.

A KixiCrédito, revelou, abre na Huíla com um pacote de crédito de meio milhão de dólares, boa parte do qual destinado à concessão de micro créditos entre cem e dois mil dólares.

A KixiCrédito, criada há 11 anos, é a primeira instituição financeira não bancária. Está instalada nas províncias de Luanda Cabinda, Zaire, Huambo, Bié Benguela e Namíbe.

8.7 Governador dá 20 dias às operadoras de recolha de lixo

Agora

12 De Fevereiro de 2011

Esta semana as empresas de limpeza foram advertidas a melhorar o seu desempenho na recolha e tratamento dos resíduos sólidos

Governador de Luanda pediu às empresas que tiveram uma avaliação negativa emendar a sua operatividade nos próximos 20 dias.

“Com os recursos sido disponibilizados pelo governo será possível aumentar o número de empresas, rescindir os contratos com algumas e até adoptar a filosofia dos cidadãos recolherem e venderem o lixo, de modo a que possam ganhar alguma coisa”, explicou José Maria dos Santos, acrescentando numa mudança de atitude e no melhoramento do saneamento básico.

A Elisal por sua vez recebeu a incumbência de fazer o mapeamento das zonas de incidências das operadoras dando oportunidade aquelas que tenham capacidade técnica.

O director da Elisal disse que o modelo operacional aprovado pelo governo provincial proíbe o uso de camiões basculantes. “Com basculantes as operadoras carregam mais terra do que o lixo, para além de danificar os solos. Na zona urbana devem ser usados camiões compactadores e na periferia equipamentos de tracção, como os reboques”, exemplificou Antas Miguel para que trabalhando com responsabilidade será possível devolver o brilho à capital. “Isto não é serviço de limpeza, é remoção de montanhas de lixo e estamos a lutar para chegar a uma situação de prestação de serviço à porta”, adiantou.

O responsável explicou o novo modelo de tratamento do lixo tem três princípios que são o serviço de recolha porta à porta, que deve ser feito nas zonas urbanas de transição.

Nas zonas periféricas explicou por serem sazonais existem em que na época chuvosa as estradas ficam alagadas e nestes locais os serviços deviam ser feitos por pessoas pertencentes a determinadas brigadas, para poderem percorrer a área a pé.

Antas Miguel lembrou que a capital está a crescer todos os dias e o volume de lixo produzido anda à volta de cinco toneladas por dia, havendo necessidade de atacar o problema de forma diferente.

Para além das questões têm a ver com a fiscalização serviços e a melhoria dos conteúdos e da própria eficiência contratos celebrados com as diferentes operadoras, existe também o problema de natureza jurídica que deve ser analisado num texto jurídico correcto .•

8.8 Campanha de limpeza no S. Pedro da Barra

Jornal de Angola
12 De Fevereiro de 2011

Uma campanha de limpeza das valas de drenagem decorre hoje no bairro S. Pedro da Barra, município do Sambizanga, em Luanda, por iniciativa da Associação Clube de Aliança, em parceria com a Elisal e a Rede Maiombe.

8.9 Vendedores preocupados com saneamento básico

Angolense
De 12 a 19 de Fevereiro

As novas instalações do mercado do Asa Branca, no município do Cazenga, inauguradas em 2006 pelo residente da República José Eduardo Dos Santos, estão em péssimas condições. O mesmo, possui mais de trezentos lugares e estão organizados por sectores de cada produto.

Segundo soube este jornal, os primeiros meses tudo estava a correr muito bem e não falta nada incluindo a água, quartos de banhos e outros serviços. Passado algum tempo, de acordo com os vendedores, tudo caiu na “lama.

Tânia Nair, vendedora de livros, conta que “não há água canalizada no mercado há cerca de um ano, a limpeza tinha sido suspensa, mas actualmente a situação mudou devido a recente visita do administrador do Cazenga, Nataniel Narciso ao mercado. Por esta razão adoptou-se o sistema de todas as segundas-feiras fazer-se limpeza.

Acrescentou que, têm tido muitas dificuldades no acto de limpeza por falta de água, “existe um tanque de água, mas há duas semanas que está seco, e por causa disso, as câmaras frigoríficas não são limpas”, disse.

Segundo apuramos, as segundas-feiras a limpeza é obrigatória e os que não aparecem são penalizados com o pagamento de uma multa de 1 00 Kwanzas. Os que comparem na limpeza recebem uma ficha que é entregue no dia seguinte. A mesma permite saber quem ou não esteve na limpeza.

Para uma vendedora de bananas, actualmente o mercado está a melhorar – o problema do lixo está ultrapassado. A única situação preocupante, segundo ela, prende-se com a falta de água potável. “Os chafarizes estão estragados há dois anos”. Fruto dessa situação, fez saber a fonte, nos dias de limpeza muitas delas procuram o preciso liquido nos arredores do mercado e a custo próprio.

Soubemos que de algum tempo a esta parte, o mercado se encontrava num estado lastimável devido a excessiva quantidade de lixo e, que, por sua vez, já acarretava muitos vermes no recinto de venda. “Quando o administrador apareceu ainda encontrou o amontoado de lixo, creio que ninguém sabia da sua visita”, disse uma das vendedoras. No interior do mercado tudo estava limpo, mas a parte externa tinha muito lixo.

As que vendem no interior do mercado queixam-se de falta de clientes, as que o fazem fora influenciam os mesmos a não entrarem porque alegadamente elas praticam preços baratos comparativamente com as do interior.

Procuramos a administração do referido mercado, no intuito de obter informações sobre reclamações feitas pelos comerciantes, fomos recebidos pelo Sr. Adão João Gomes Administrador, mas este por sua vez não aceitou prestar qualquer tipo de declarações pois adiantou não ter autorização para fazê-lo a qualquer órgão de comunicação.

Podemos verificar também que, para além, das novas instalações o mercado continua em obras – “apenas “uma parte do tecto? esta coberta com chapas de zinco, o chão ainda não esta cimentado.

“Refira-se também que” um dos assuntos que “tem preocupado os vendedores é o roubo de diversos bens, assaltos a comerciantes e compradores

8.10 Projectos do governo nao travam dependêncid

A capital

19 De Fevereiro de 2011

O Comércio não é único laço que liga a vendedora informal Teresa Paulo e o proprietário de cantinas João Pedro. Tanto um como outro desenvolvem as respectivas actividades de revenda de bens de primeira necessidade adquirindo os produtos nos vários armazéns grossistas espalhados por Luanda.

“Compro sempre os meus produtos nesses armazéns”, confirmou João Pedro, apontando para a mesma direcção que, momentos antes, indicava a vendedora Teresa. “Compro os meus produtos nos armazéns da Arosfran”, referiu.

Mas não são os únicos. A esmagadora maioria de angolanos, sejam lojistas, vendedores informais ou donas de casa, supre as suas necessidades, do ponto de vista de bens de primeira necessidade, recorrendo a essas estruturas comerciais espalhadas pelos bairros suburbanos das capitais das províncias.

São vastas superfícies onde se vende de tudo um pouco e onde, regra geral, as orientações legais, respeitantes à disposição e higiene dos produtos são, simplesmente, relegadas a último plano. Nas suas paredes têm pintados nomes como Arosfran, Golfrate ou Atlas Group, denunciando a origem de quem tutela essas gigantescas, mas precárias, unidades comerciais.

“Os preços são bons, há uma gama diversa de produtos e facilitam o nosso negocio”, disse João Pedro, enumerando as razões pelas quais opta por adquirir, ali, os bens que comercializa, depois, nas suas cantinas. Teresa,

por seu turno, lamenta o facto de, em tais armazéns, os frescos estarem muitas vezes em mau estado de conservação. Mas nem isso, entretanto, faz com que eles deixem de ser os seus centros de compras preferidos, quando o assunto é adquirir produtos para a revenda no mercado informal. Porquê? Ela agarra-se às mesmas razões avançadas por Pedro: “os preços são sempre os mais baixos”.

Seja pelas razões apontadas por esses dois comerciantes, seja por outras, o facto é que os armazéns grossistas continuam a liderar a preferência dos angolanos em matéria de compras de bens de primeira necessidade. Isso mesmo, ademais, foi confirmado por um funcionário do grupo Arosfran, segundo o qual num único dia, o armazém de que é gerente pode vender “sem qualquer problemas” 30 toneladas de bens diversos. “Os compradores vêm de todo o país: tanto podem ser comerciantes, donas de casa, como proprietários de restaurantes, padarias, lojas ou cantinas”, descreveu.

E qual a razão de tanta aderência?

“É o preço dos produtos”, segundo o funcionário, cujo nome ocultamos para evitar que seja, depois, vítima de represálias. “Os nossos preços são tão acessíveis que as pessoas não param de nos procurar”.

E é, de facto, assim que as coisas se passam. A tal modo que o economista Vicente Pinto de Andrade diz existir uma certa “dependência” da população angolana não só da quantidade, mas, também, da qualidade dos produtos vendidos nesses armazéns. “A dependência é grande”, constata o professor universitário, apontando algumas razões para que tal aconteça. “O nosso país é um grande importador”.

Fenómeno preocupante

As apreciações sobre esse “fenómeno armazéns” não ficaram apenas pela satisfação de comerciantes como Teresa e João, tão pouco pelas inquietações de profissionais como Vicente Pinto de Andrade. Há sete anos, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, manifestou preocupação face as tendências expansionistas e monopolistas dos donos das empresas que detêm esses armazéns. Ao discursar na cerimónia de comemoração dos 29 anos de independência, o estadista angolano denunciou a existência de “três ou quatro” grupos empresariais que, detidos por cidadãos estrangeiros, dominavam o comércio grossista, manipulavam os preços, “complicando a vida dos angolanos que os acolheram com hospitalidade e simpatia”.

De lá para cá, na verdade, pouca coisa mudou nesse sentido. Ou, se mudou alguma coisa, concorreu para o reforço do poder e da influência desses mesmos

grupos empresariais então criticados pela governação angolana. Um ano depois da declaração do Presidente da República, a Arosfran comprou a sua concorrente, Golfrate Holdin5's, tornando-se assim na maior distribuidora de alimentos para nitrosa, num império que inclui, ainda, a empresa Afri-belg.

Tratou-se, apenas, de um sinal de que os grupos então criticados tinham muito caminho ainda por percorrer, a tal ponto que cimentaram, mesmo, a sua posição no mercado e reforçaram a situação de dependência em que Angola se encontra. Segundo um funcionário do grupo, já citado a meio do texto, a Arosfran não pára de crescer. Hoje controla mil e 500 armazéns, espalhados pelas diversas províncias, num claro sinal de que as iniciativas anti -expansionistas e anti -monopolistas desenvolvidas pelo Governo angolano não impediram que essas empresas reforçassem a sua rede de estabelecimentos grossistas e retalhistas.

Hoje por hoje, representam um grande peso na economia angolana, conforme a constatação de Vicente Pinto de Andrade. Ele explica que o comércio é dos sectores mais dinâmicos da economia angolano e que detém um peso acima dos 10 por cento na estrutura do Produto Interno Bruto (PIB). Acontece, segundo o académico, que a maior parte desta percentagem “advém, precisamente, da importação de bens alimentares e de consumo geral”.

Com recurso a termos técnicos, Vicente Pinto de Andrade fala, aqui, à mesma importância assumida, hoje, pelos os armazéns descrita pelo desespero de João Pedro. “Eles alimentam muita gente”, apontou. “E não só: também empregam outros tantos angolanos”. E tem razão, afinal a força de trabalho apenas ao serviço da Arosfran é de mais de 1500 pessoas.

8.11 Empresariado da capital atende chamada do GPL

Expansão

18 de Fevereiro de 2011

Governação aberta parece ser o estilo de gestão adoptado pelo governador de Luanda para a resolução dos inúmeros problemas da capital.

Na semana finda, reuniu empresários para troca de impressões e pediu o apoio destes.

“Se a montanha não vai a Maomé, vai Maomé à montanha.” a velho adágio popular parece agora constituir um estilo de governação de José Maria dos Santos. a governador de Luanda chamou investidores que operam na capital para pedir o apoio destes na resolução de problemas que afectam os seus habitantes.

Luanda precisa de parceiros sociais para a implementação de 105 projectos, 30,4% dos quais a sua execução transitou de 2010 para o presente ano. Entretanto, fazem parte do pacote 73 novos projectos cujo orçamento global é de 29,1 mil milhões Kz (313,03 milhões USD).

Do total dos projectos, direccionados para diferentes sectores, 91 prendem -se com a construção, ampliação, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas diversas e 14 para o investimento em aquisição de equipamentos. a Expansão ouviu representantes de associações empresariais sobre o novo estilo de governação participativo adoptado pelo governador de Luanda, cidade cujo casco urbano e periferia carecem ainda de maior intervenção para melhorar os níveis de higiene.

Contudo, o Executivo já disponibilizou, através do OGE do presente ano, 11,4 mil milhões Kz (123,1 milhões USD) para limpeza pública da capital. No entanto, os empresários de Luanda manifestaram o seu total apoio ao programa apresentado pelo executivo do Governo Provincial de Luanda (GPL).

Na ocasião, o governador reconheceu as dificuldades de fazer a gestão de Luanda. Por isso, pediu a participação de investidores da e na província para participarem nos programas que visam mudar a imagem de Luanda, sem caracterizar a forma como os empresários poderão fazer para participarem do desafio lançado.

Face à resolução dos problemas que afligem os munícipes, o empresário e presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, falando ao Expansão, mostrou-se cauteloso quanto à abordagem da actual política que José Maria dos Santos pretende implementar para a: cidade capital do País.

“Esperamos que todos saibamos abraçar esta oportunidade, todavia, primeiro, temos de resolver alguns problemas básicos, nomeadamente a falta de crédito. É preciso dar maior oportunidade à classe empresarial, de modo que esta possa competir com os outros empresários, quer a nível regional, quer a nível mundial”, alertou.

José Severino insistiu que os empresários têm de ser competitivos, principalmente a nível regional, apontando, de seguida, alguns factores que estão na base do insucesso na governação da cidade capital, no caso a falta de concertação social.

a empresário lembrou ainda que, por regra, sobre a governação, e principalmente a liderança, recaem sempre as grandes responsabilidades, porém, “a concertação social e as parcerias público privadas aliviam o peso da governação”.

Severino apontou que um governante que governa em concertação social tem todas as probabilidades de ter êxitos; de contrário, “tem todas as probabilidades de falhar. Logo, a concertação social é um instrumento basilar para uma boa governação”.

O Executivo já disponibilizou 11,4 mil milhões Kz para limpeza de Luanda

Parceiros organizados

Luisa de Almeida, presidente da Associação das Mulheres Empresárias de Luanda, afirmou ao Expansão, no referido encontro, que, de acordo com a nova política de José Maria dos Santos, o principal desafio que se coloca à estrutura que dirige é a organização.

“Um dos principais desafios da nossa associação é a organização”, revelou, reconhecendo, de seguida, que, com a nova oportunidade dada pelo governo de Luanda aos empresários, da sua parte, deverão procurar organizar-se entre si.

Para Luísa Almeida, após este passo já se pode recorrer à banca nacional para a solicitação de crédito ao investimento, porque a associação acredita que, apostando nas mulheres, se pode reduzir os níveis de pobreza

8.12 Estrangeiros e populares no “pensamento” modelo de limpeza de Luanda

Folha 8

19 DE Fevereiro de 2011

O Governador de Luanda, José Maria dos Santos, reuniu recentemente com as empresas de recolha de lixo e manifestou-se descontente com o balanço feito, balanço feito, prometendo que, cenário se mantém, contratar-se-ão empresas estrangeiras, se for necessário e ou populares para a recolha de lixo.

A efectivar-se os modelos de recolha apresentados por José Maria tratar-se-á de apenas mais uns dos vários utilizados no combate ao lixo na capital sendo que, na generalidade, o resultado é negativo.

Relativamente aos cenários apresentados pelo governador José Maria dos Santos motivam as seguintes interrogações: *será mesmo necessário contratar empresas estrangeiras? E se isso vier a acontecer, quais seriam estas empresas?*

Pelas ramificações de investimentos efectuou desde que chegou no mercado angolano a empresa brasileira Odebrecht é encarada como forte possibilidade, sobretudo por ter já alguns equipamentos do género que a

para a limpeza e manutenção de algumas zonas da capital por si requalificada no projecto denominado “Luanda de Todos”.

Outra questão que se pode levantar é relativa aos modelos que seriam utilizados para envolver os populares no negócio do lixo, embora existirem exemplos ao nível do mundo que pode servir de exemplo. Certo é que o governador José Maria, no encontro assado dia 9.02 com as operadoras de limpeza, deixou bem claro a possibilidade de substituir “aqueles poucos que ganham muito (empresas) e permitir que muitos (povo) ganham alguma coisa.

O Histórico do Processo

Facto, no entanto, é que a batalha de Luanda contra o lixo dura anos e conta inúmeras intervenções do Presidente da República, José Eduardo dos Santos que, em 2003, defendeu a necessidade de trabalhar-se com “maior dedicação, de modo que o que se fazia em tempo de guerra não pode ser mal feito em tempo de paz”, referindo o tempo que a limpeza da cidade razoável.

Outras intervenções, José Eduardo dos Santos prometeu acabar com este cenário do lixo em seis meses, tendo conseguido apenas minimizar o amontoado que se verificava, na altura, nas principais artérias do centro da cidade como consequência da volumosa dívida e uma espécie de braço de ferro entre o GPL e a então empresa privada Urbana2000 que, entre 1997 e parte de 2004 deteve o monopólio da limpeza de Luanda.

À luz do contrato com o GPL, a referida empresa utilizava para a empreitada de limpar Luanda, todos os meios da empresa pública responsável pela limpeza e saneamento da capital, a Elisal que esteve desactivada no período que a Urbana 2000 funcionou.

O desentendimento entre a Urbana2000 e o GPL resumia-se no facto do então governador, Simão Paulo não pretender renovar o contrato com a Urbana2000 e aguardar pela autorização para usar o modelo substituto, ou seja a descentralização do serviço que, apesar de aprovado aguardava-se pela sua implementação.

Ao afirmar, em 2003, que “embora o lixo possa ser um negócio lucrativo, não deve ser colocado acima dos interesses nacionais. A razão na crise (amontoado de lixo) está em se ter desactivado o velho sistema, sem se criar elementos para o novo” Dos Santos deixou claro que era a favor da continuidade da Urbana até a descentralização do serviço. Está também anunciada a exoneração do então governador Simão Paulo que aconteceu, de facto, em Janeiro de 2004 tendo sido nomeada uma comissão de gestão e administrativa que tinha à cabeça o então ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro

(considerado, na altura super-ministro pelo poder que exercia).

Além do agora deputado Higino Carneiro faziam também parte da comissão António Van-Dúnen, na altura secretário do Conselho de Ministro; Job Castelo Capapinha e Francisca do Espírito Santo. A primeira tarefa da referida comissão foi renovar, para mais seis meses, o contrato com a Urbana2000, elevando a dívida de 6 para cerca de 12 milhões de dólares.

Como consequência da dívida, a Urbana2000, entre Junho e Julho de 2004, deixou de recolher o lixo causando provocando amontoado no centro da cidade. Em Agosto do mesmo ano, rescindiu-se o contrato e accionou-se um programa de imergência de limpeza que conta com os concursos da BEL, SGO, ENCIB e a própria EUSAL.

Seguiu-se o modelo de descentralização que perdura até aos dias de hoje e conta com o concurso de cerca de vinte empresas, segundo o resultado do estudo da ELISAL, não têm cumprido com os contratos e podem perdê-los, segundo garantias de José Maria dos Santos que pretende apenas “dar oportunidade às operadoras com capacidade técnica, financeira e organizativa quer sejam nacionais, estrangeiras ou parcerias”

As operadoras receberam, no referido encontro, uma moratória para no período de seis meses mostrarem trabalho. O fracasso de alguma não só implicará a não renovação do seu contrato como também pode custar a exoneração do administrador do município a que a mesma estiver ligada caso se prove que faltou fiscalizar, segundo ainda promessa do governador.

Operadora Enfrenta os Constrangimentos no Atraso nos Pagamentos

Grande parte das operadoras reconheceram as respectivas falhas e prometem melhorar, apelando, no entanto, para maior celeridade nos pagamentos por parte do Governo Provincial de Luanda sendo que o atraso tem criado inúmeros embaraços como o que está a enfrentar a operadora Kukomba que limpa parte do município do Kilamba Kiaxe.

Os trabalhadores da referida empresa paralisaram as actividades em virtude de não receberem os salários há três meses e os responsáveis da empresa atribuem a referida situação ao atraso na recepção dos valores a que têm direito.

Folha8 apurou que na intenção de minimizar a situação, a direcção das empresas pretendeu pagar um dos três salários em divido a que os trabalhadores rejeita-

ram receber com argumento que pouco ou nada fariam com os cerca de 25 Kwanzas depois de três meses sem salários.

Brico o Ensaio da Intervenção Popular

Uma das novidades do início de governação do actual governador de Luanda, foi o surgimento da Brigada de Intervenção Comunitário (BRICO) de apoio ao Governo Provincial de Luanda que tem, entre outros objectivos, a intervir em zonas que clamam por limpeza urgente, contando com a colaboração e participação dos munícipes para a criação dos grupos operativos municipais. Desde a sua criação a BRICO teve já algumas intervenções de destaque e inspirou acções parecidas por parte de outros grupos com destaque para a JMPLA e o Movimento Espontâneo. Portanto, a actividade da BRICO pode ser entendida como o ensaio da intervenção popular no combate ao lixo, restando saber se resultará. Em relação ao BRICO o seu responsável operativo, Emanuel Dias acredita terem “força para vencer este desafio” a que se propuseram “com o único objectivo de limpar a cidade, mobilizando a própria população”, justificou.

8.13 Moradores do bairro Curtume consomem água imprópria

Semanário Sociedade

De 19 a 26 de fevereiro

Segundo o Factual pôde observar no local, a água consumida pelos moradores do bairro Curtume encontra-se contaminada, devido facto da rotura se encontrar sob o local onde se faz o depósito de lixo.

Em declarações ao Factual, o morador do bairro, Jacinto Gaspar, falou que “após a recolha resíduos sólidos a operadora não se preocupou avisar o piquete da Empresa de distribuição Água de Luanda sobre a rotura e começamos a receber em nossas casas água com mau cheiro. Como tínhamos ficado sem o abastecimento de água muito tempo unos normal”. Tivemos que deitar a água que estava nos reservatórios, mas quando voltamos a abrir a situação continuou.

Foi então que um dos vizinhos alertou que havia uma rotura na lixeira que estava a contaminar a água”, explicou o morador.

EPAL sabe mas não intervém

De acordo com moradores, a situação já foi dada a conhecer ao Piquete da Empresa de distribuição de Água de Luanda (EPAL), mas até ao momento da reportagem do Factual nada tinha sido feito para contrapor a situação que está a afligir habitantes do bairro Curtume.

Por seu lado, o canalizador Mário Nogueira fez saber ao Factual que “existe infiltração na rede de abastecimento, devido à rotura existente. A contaminação da água é feita quando é cortado o abastecimento. Aí a água que é lançada para fora volta a entrar na conduta”.

De acordo ainda com a fonte, até ao momento não se identificaram quaisquer problemas de saúde causados pelo consumo da água imprópria.

Inquirida pelo Factual, a moradora Natália de Sousa falou que “desde que se deu esta situação temos efectuado a desinfestação da água com lixívia, mas aproveitei a oportunidade para apelar à EPAL para que supere esta rotura, visto que às vezes a água vem muito suja”.

Para o canalizador Mário Nogueira, a nível do município do Cazenga são notórias as antiguidades das redes de abastecimento de água, o que de certa forma tem causado muitos problemas de rotura nos períodos de abastecimento integral de água no município.

O canalizador, aposentado, falou ainda da necessidade de se criar mecanismos para se levar a cabo um projecto de reestruturação das redes de abastecimento de água a nível de Luanda, pois, a rede que ainda se encontra a trabalhar um pouco por toda capital é datada do tempo colonial e que precisa urgente mente de uma reparação profunda.

Mário Nogueira indicou que “as constante infiltrações nas redes de abastecimento de água na cidade capital ter muito a ver com antiguidade da tubagem o que acaba muitas vezes por facilitar a penetração de águas proveniente dos esgotos”

“Por este motivo, é preciso que se crie um o colóquio entre os técnicos engenheiros conhecedores da matéria, no sentido de se criarem estratégias com vista a se levar de forma faseada projectos para requalificação dos sistemas de abastecimento água”, asseverou.

8.14 Distribuição de água potável beneficia milhares de pessoas

Jornal de Angola

19 de Fevereiro de 2011

Cerca de cem mil habitantes das comunas do Patrice Lumumba e da Kinanga, no município da Ingombota, em Luanda, beneficiaram nos últimos 45 dias da distribuição de água potável por cisternas, no âmbito do programa do Governo Provincial de Luanda (GPL) para a melhoria do saneamento básico.

A chefe de secção dos serviços comunitários e espaços verdes da administração municipal da Ingombota, João

Silva, disse na quinta-feira à Angop, que o líquido está a ser distribuído diariamente em dois camiões cisternas com 20 mil litros de capacidade cada um.

O abastecimento de água potável beneficiou as comunidades residentes em diversas zonas do bairro da Boavista (Patrice Lumumba) da Chicala-II (Kinanga) e Chicala-11 (Ilha de Luanda).

De acordo com o responsável, este programa, iniciado há mais de dois anos, permitiu acabar com os casos de cólera e contribuiu para a melhoria do saneamento básico às populações.

Estão ainda em curso na Ingombota acções de melhoramento do sistema de abastecimento da rede domiciliária de água potável e da iluminação pública, em colaboração com as empresas de águas (Epal) e de Electricidade (Edel).

O aumento do número de fontanários em áreas suburbanas, reabilitação da rede de esgotos, para evitar a poluição dos recursos hídricos no litoral, a continuidade da instalação de latrinas públicas em diversas artérias da circunscrição, limpeza de sarjetas, esgotos e valas de drenagem, são também projectos em acção.

8.15 Vândalos destroem fontanários

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2011

O administrador adjunto do município do Andulo, Fonseca Satula, pediu, ontem, aos habitantes da Circunscrição que preservem os pontos de manivelas e os fontanários que o governo provincial está a construir.

O apelo feito decorre do facto de haver registos de casos de vandalismo em dois fontanários construídos recentemente pelas autoridades administrativas de Cariongo e do bairro silva.

“Existem alguns elementos de má fé que continuam a destruir os bens públicos, o que indicia que não valorizam aquilo que o governo coloca à disposição da maioria”, disse pedindo às autoridades tradicionais que controlem as manivelas construídas nas suas localidades e, em caso de vandalismo, denunciem os culpados à Polícia Nacional. No âmbito do programa do Executivo denominado “Água para todos”, as autoridades administrativas e os parceiros entregaram, na região, 12 pontos de água, com destaque para os de manivelas e chafarizes.

8.16 Novos projectos de captação de água

Jornal de Angola
22 de Fevereiro

Dondo e Alto-Fina, município e Cambambe, e as vilas do Golungo Alto e de Camabatela (Amaca) vão dispor, brevemente, de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, no âmbito do projecto “água para Todos”.

A maqueta dos projectos, ainda em fase de estudos de viabilidade, foi apresentada, na sexta-feira, em Ndalatando, aos elementos do governo da província, às autoridades tradicionais e aos administradores dos municípios contemplados.

O encontro serviu também para empresa executora do projecto colher mais opiniões que o possam beneficiar.

O vice-governador do Kwanza-Norte para área económica, Manuel da Silva, em representação do governador provincial, lembrou que o projecto se insere numa estratégia do Executivo.

O administrador do Golungo Alto, Cirilo Mateus, salientou que a situação no município é preocupante porque o sistema de captação de água, existente há mais de dois anos, foi feito, com tubagem de fibra e cimento, para dois mil habitantes.

O município, de 18.393 habitantes, dispõe apenas de quatro chafarizes. Mais de 80 por cento da população da vila do Golungo Alto beneficia de água potável adquirida em camiões cisterna, insuficientes para a fornecerem a todos os habitantes. O administrador municipal de Ambaca, Rank Frank, disse que o que mais preocupa é a vila de Camabatela não dispor de um sistema de abastecimento de água.

As comunas de Mauá e Bindo têm estações de tratamento instaladas no âmbito do programa “Água para Todos”.

Segundo o administrador, as comunas do Luinga e do Tango “necessitam de atenção urgente devido à incidência de doenças de origem hídrica”, como diarreias agudas e sarnas. Mais de metade dos cerca de 73 mil habitantes de Ambaca, frisou, não consome água potável.

Além dos projectos de emergência e de desenvolvimento, disse, realizam-se algumas intervenções pontuais, distribuindo água às populações em camiões cisterna.

“Estamos a recuperar alguns trechos da conduta e a construir oito fontanários”, afirmou.

8.17 Executivo cria Fundo para Energia e Águas

Jornal de Angola
24 De Fevereiro 2011

O Conselho de Ministros apreciou ontem, em Luanda, o projecto de Decreto Legislativo Presidencial que cria o Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos sectores da Energia e Águas.

De acordo com o comunicado saído da reunião, trata-se de um fundo de investimento público com personalidade jurídica, património e activos próprios e com autonomia administrativa e financeira, com a capacidade operacional para investir e promover o desenvolvimento de infraestruturas nos sectores da energia e das águas em todo o país. O fundo vai ser financiado com recursos provenientes da venda de petróleo.

Reunido na sua segunda sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros analisou igualmente o Decreto Presidencial que reajusta o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, adequando a sua estrutura às exigências actuais da governação da capital.

Outro Decreto Presidencial, também apreciado na sessão de ontem, altera a composição dos gabinetes dos governadores e vice-governadores provinciais, administradores municipais e comunais e seus adjuntos. Um outro Decreto Presidencial delimita e converte em área urbana uma parte do actual Perímetro Agrícola do Kikuxi, no município de Viana.

Município de Belas

Na sessão de ontem, o Executivo analisou também a proposta de lei que visa a criação do município de Belas, na província de Luanda, com sede na nova cidade do Kilamba. O documento vai ser remetido à consideração da Assembleia Nacional.

De acordo com o comunicado da reunião, a proposta para a criação do município de Belas surge no âmbito da reorganização da gestão urbana de Luanda e decorre da contínua expansão e crescimento desta cidade, no que concerne à sua demografia e ao surgimento de novas centralidades.

Zona Económica Especial

A Zona Económica Especial Luanda/Bengo, criada em 2009 no quadro do processo de diversificação da economia e da promoção da produção de bens e serviços, já tem um regulamento, apreciado ontem na reunião de ontem.

O diploma estabelece o regime jurídico da zona, as regras e os princípios gerais da sua organização, funcionamento e critérios de acesso para a implantação das unidades industriais.

No domínio do aproveitamento e desenvolvimento integrado e sustentável das potencialidades turísticas do país, o órgão auxiliar do Presidente da República apreciou também os decretos presidenciais que criam os pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo (Bengo), Calundula (Malange) e Okavango (Kuando-Kubango).

Reforma tributária

O Conselho de Ministros apreciou também o Decreto Presidencial que aprova as Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, na sequência das decisões anteriores sobre a matéria.

Foram igualmente analisados os diplomas legais que materializam a decisão já anunciada pelo Executivo de desagravar os impostos e demais encargos fiscais sobre dos cidadãos para a compra de imóveis. Nesse sentido, foram apreciadas as propostas de lei de alteração ao Código do Imposto Predial Urbano e ao Código do Imposto Industrial, de alteração ao Código de Imposto sobre Sucessões e Doações e Sisa, Regulamento de Imposto do Selo e a Tabela Geral do Imposto de Selo, bem como o Decreto Presidencial que aprova o desagravamento da para fiscalidade incidente sobre as transmissões onerosas de imóveis.

Tecnologias de Informação

No que concerne às Telecomunicações e Tecnologias de Informação, o Conselho de Ministros fez um balanço positivo sobre o cumprimento das acções constantes do Livro Branco das Telecomunicações, aprovado em 2001 e aprovou o Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A esse propósito, o Executivo refere no comunicado que o desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias de informação nos últimos dez anos colocou a necessidade da formulação de novas medidas de política e de um quadro normativo mais moderno neste domínios. A reunião de ontem apreciou também a proposta de Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços de Informação, a proposta de alteração da Lei da Protecção de Dados Pessoais, a proposta de Lei de Combate à Criminalidade no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação e dos Serviços da Sociedade de Informação, bem como os projectos de Regulamento Geral das Comunicações Electrónicas e de Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação.

Acordo de financiamento

No âmbito das acções de reabilitação de infra-estruturas, o Conselho de Ministros apreciou um acordo de financiamento para a reparação e construção de pontes no eixo rodoviário Tômbua/Namibe/Bentiaba/Lucira/Dombe Grande.

A sessão apreciou também os despachos presidenciais que aprovam os contratos para a construção da linha de transporte de energia eléctrica da Gabela a Quileva, no Kwanza-Sul, e a reparação da Barragem do Gove, no Huambo.

Outro diploma analisado na reunião de ontem foi o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

O Conselho de Ministros apreciou ainda um projecto de resolução, que vai ser remetido à Assembleia Nacional, sobre a votação de Angola à emenda aos Estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Foram ainda apreciado o Decreto Presidencial que prorroga até 31 de Outubro de 2011 o prazo para a importação do carapau. O diploma vem responder às necessidades de consumo nacional deste pescado.

8.18 Fiscalização dificulta recolha de lixo

Continente

25 De Fevereiro

Águas estagnadas e estradas esburacadas, falta de sensibilização, incumprimento do horário de depósito e à falta de fiscalização aumentam na desordem da produção de resíduos sólidos

Apesar dos esforços que têm sido feitos para reduzir a concentração de resíduos sólidos produzidos durante o dia e à noite, muitos moradores e comerciantes continuam a desrespeitar os horários da deposição de lixo.

Segundo apurou este jornal, a produção de resíduos nas zonas de elevada concentração de vendedores ambulantes durante o dia chega a ser muitas vezes maior do que o produzido nos pontos normais.

Numa ronda feita no S. Paulo e Sambizanga, encontramos moradores a deitar o lixo no chão e em locais impróprios, nas horas não estabelecidas.

A empresa que ali opera considera os armazéns e lojas como sendo outras fontes de produção desregrada de lixo, uma vez ser notória, diariamente, caixotes provenientes das mesmas e utilizadas pelas zungueiras como assento.

As áreas mais visadas são onde existe um número elevado de casas comerciais e armazéns, que fecham muito tarde. Mesmo assim, a empresa que ali trabalham têm redo-

brado os esforços para atingir os seus propósitos, reconhecendo que há ainda muita dificuldade em termos de recolha, porque a cidade tem sérios problemas de saneamento.

“Lamentamos à falta de cultura de saneamento por parte de alguns moradores”, lamentou Pedro Sebastião, lembrando que até ao momento os munícipes não cumprem com as regras estabelecidas, chegando a deitar o lixo em plena luz do dia, horas em que a actividade de recolha da empresa Rangol já terminou.

Pinda Kilengue, vendedor de cartões de recargas no S. Paulo, reconheceu os esforços que os trabalhadores de recolha de resíduos têm feito naquela área, afirmando que muitas vezes são os próprios vendedores a atrapalharem a recolha nos horários próprios, porque depois de varrerem uma área os varredores encontram minutos depois um volume de lixo produzido pelas lojas e zungueiras. Eduardo Silva, varredor da Rangol, referiu que, a actividade não tem sido fácil, porque muitas vezes encontram dificuldades para a penetração em algumas áreas, devido aos buracos nas vias, águas estagnadas e engarrafamentos, causando muitas vezes.

Os esforços dos rapazes de limpeza são grandes, mas é triste a maneira como o lixo volta a aparecer, descredibilizando as operadoras”, disse Marta da Costa, residente no Prédio Sujo.

O automobilista Mateus Pacavira é de opinião de que não se deve apontar o dedo às operadoras locais porque é notório o se empenho.

O ultimato dado pelo governador José Maria dos Santos às empresas de limpeza e recolha de lixo na capital, segundo a qual em apenas um mês deveriam melhorar o seu desempenho, sob pena de serem suspensas, ainda não será desta, pois a falta de sensibilização e fiscalização ainda são motivos da desordem durante o depósito de lixo na cidade.

Os responsáveis das empresas referem que estão a trabalhar, sempre trabalham e nunca deixarão de fazê-lo, embora haja ainda enormes dificuldades nas vias de acesso para a recolha.

8.19 Moradores poderão responder criminalmente

Agora

26 De Fevereiro de 2011

As empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos de Luanda estão descontentes com o comportamento dos moradores pelo incumprimento do horário estabelecido pelo governo provincial.

Após o prazo dado pelo governador de Luanda, José Maria dos Santos, as operadoras comprometeram-se em fazer um esforço adicional de organização e reestruturação, no sentido de criarem um sistema mais eficaz de limpeza pública.

Acusam os moradores e comerciantes de desrespeitar os horários estabelecidos na deposição do lixo e alertam os serviços de fiscalização para ter uma maior atenção aos incumpridores, podendo estes responder criminalmente. A nossa reportagem constatou “in loco” moradores a depositar o lixo no chão em locais impróprios e em horas não estabelecidas.

Por outro lado, os armazéns e lojas são as outras fontes de produção desregada de lixo e, logo pela manhã são encontrados caixotes, servindo de banco das Zungueiras. As áreas mais visadas são onde existem um número elevado de casas comerciais e armazéns, que fecham muito tarde.

“Assiste-se à falta de cultura de muitos munícipes em não colocar o lixo nas horas certas. Na minha opinião deveria haver multas para punir aos moradores que se comportam desta maneira”, lamentou o morador do Sambizanga, Pedro Sebastião.

Pinda Kilengue, vendedor de cartões de recargas no S. Paulo, reconhece os esforços dos trabalhadores das operadoras naquela área e que muitas vezes são os próprios vendedores, moradores e transeuntes que não ajudam a manter limpeza.

Eduardo Silva, varredor da Rangol, referiu que a actividade não tem sido fácil porque encontram dificuldades para penetrarem em algumas áreas devido aos buracos nas vias, águas paradas e engarrafamentos que podem causar avaria nos seus equipamentos. “Corremos muitos riscos de sermos atropelados e às vezes sofremos ofensas corporais por parte dos automobilistas e vendedores”.

Já o taxista Mateus Pacavira refere que apesar das dificuldades existentes nos bairros da periferia, os funcionários tudo têm feito para eliminar com muitos focos de lixos e águas pútridas.

“Não podemos apontar o dedo às operadoras, porque tenho visto a recolha porta-a-porta nos bairros do Kicolo, Balumuka, Cawelege e Paraíso em Cacucaco”, contou.

Moradora do Kicolo, Inácia da Purificação, aponta que a falta de sensibilização e fiscalização está na base da desordem durante o depósito do lixo.

Os moradores alertam para a necessidade de um trabalho sério de sensibilização para o cumprimento dos horários, pois não é possível que as operadoras passem de minuto a minuto na mesma rua, edifício ou supermercado para retirar o lixo produzido aleatoriamente.

“Esperámos da fiscalização do governo provincial e das administrações municipais o controlo desta actividade para não encurralarem apenas as operadoras”, sugeriu Paulo da Conceição.

Para as empresas que operam nas zonas suburbanas, a situação é mais crítica, pois cobrem áreas de intervenção muito grande, mas não têm capacidade técnica de resolução, podendo perder os seus espaços. O GPL pretende reduzir os espaços atribuídos a estas empresas dando possibilidades a concorrentes nacionais, estrangeiras ou parcerias de forma que cada uma possa demonstrar o que é capaz de fazer.

Esta reunião técnica é sequência de outra realizada em Dezembro último, onde ficou acordado que seriam realizados encontros periódicos entre a Elisal e as operadoras com a participação dos administradores municipais. O governo provincial gasta mais de 20 milhões de dólares em pagamentos mensais às operadoras de lixo da capital para recolha dos resíduos sólidos, um quadro despesista que deve ser invertido.

8.20 Criado fundo para energia e águas

Agora
26 De Fevereiro de 2011

O Conselho de Ministros (Cm) apreciou, esta semana, um projecto que cria o fundo petrolífero para o desenvolvimento da energia e águas

Com personalidade jurídica, património e activos próprios, autonomia administrativa e financeira, o fundo de investimento terá capacidade operacional para investir e promover o desenvolvimento de infra-estruturas em todo o país e será financiado com recursos provenientes da venda do petróleo.

No quadro do processo de diversificação da economia e da promoção da produção de bens e serviços, o Executivo criou, em 2009, a zona económica especial Luanda-Bengo, entidade para a qual foi aprovada, na sessão do Cm, o regulamento que estabelece o seu regime jurídico, as regras e os princípios gerais da sua organização e funcionamento, bem como os critérios de acesso para a implantação das unidades industriais.

O órgão de consulta do PR apreciou os decretos presidenciais que criam os pólos de desenvolvimentos turísticos de Cabo Ledo, na província do Bengo, Kalandula, em Malanje, e Okavango, no Kuando Kubango. O objectivo é o aproveitamento e desenvolvimento integrado e sustentado das potencialidades turísticas do país.

No domínio das pescas, com a finalidade de dar respostas às necessidades do consumo do carapau, um decreto

presidencial prorrogou até 31 de Outubro próximo o prazo para a importação do pescado.

8.21 Novo sistema de distribuição garante mais água ao Lubango

Jornal de Angola
28 De Fevereiro 2011

O abastecimento de água potável no Lubango, província da Huíla, vai aumentar, com a conclusão das obras de reabilitação e ampliação do sistema de captação e distribuição da cidade, garantiu na sexta-feira o director provincial da Energia e Águas.

Abel da Costa falava no fim de um encontro de apresentação do projecto de reabilitação do sistema de abastecimento de água à cidade, a cargo da empresa alemã Gauff, num investimento de 90 milhões de euros, aprovado pelo Conselho de Ministros, em Janeiro deste ano. “Sempre acreditámos que o Governo Central estava atento às preocupações dos moradores do Lubango. Com este projecto, vamos materializar o sonho de milhares de habitantes da nossa cidade, atendendo uma das principais necessidades básicas”, afirmou.

Depois de apresentar o projecto ao governador da Huíla, Isaac dos Anjos, o director da empresa alemã, Helmut Gauff, explicou que a consignação das obras acontece em Março, durante a realização, no Lubango, das Jornadas Científicas da Água. Helmut Gauff disse que os trabalhos vão incidir na reabilitação completa das três estações de captação do Lubango, ampliação da rede de distribuição, substituição das condutas, e na realização de um estudo para a melhoria do sistema de águas residuais.

O director da empresa alemã frisou que a Gauff pretende partilhar a experiência acumulada na recuperação de infra-estruturas, para ajudar o governo da Huíla a melhorar a prestação de serviços sociais básicos, sobretudo o abastecimento de água potável. Disse ainda que a empresa negociou esta empreitada desde 2008.

Helmut Gauff sustentou que o contrato de financiamento já foi assinado entre os bancos alemães e o Banco de Poupança e Crédito (BPC).

O director provincial das Aguas, Abel da Costa, realçou que, dos mil metros cúbicos produzidos actualmente pelas estações de captação de água do Lubango, cerca de 75 por cento são desperdiçados devido ao mau estado das condutas. A cidade do Cristo Rei conta com cerca de um milhão de habitantes.

8.22 Fundo petrolífero promove sectores da energia e das águas

Semanário factual

De 26 de Fevereiro a 05 de Março

Um projecto de Decreto Legislativo, que cria o Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos Sectores da Energia e Águas, foi analisado no dia 23 de Fevereiro, durante uma sessão do Conselho de Ministros.

Com personalidade jurídica, património e activos próprios, autonomia administrativa e financeira, o fundo de investimento terá capacidade operacional para investir e promover o desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores de energia e das águas no País.

O Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos Sectores da Energia e Águas será financiado com recursos provenientes da venda do petróleo.

No quadro do processo de diversificação da economia e da promoção da produção de bens e serviços, o Executivo criou, em 2009, a Zona Económica Especial Luanda/Bengo, onde foi aprovada, na sessão do dia 23 de Fevereiro, o regulamento que estabelece o seu regime jurídico, as regras e os princípios gerais da sua organização e funcionamento, bem como os critérios de acesso à implantação das unidades industriais.

O Conselho de Ministros apreciou os Decretos Presidenciais que criam os pólos de desenvolvimentos turísticos de Cabo Ledo, província do Bengo, Calandula, Malanje, e Okavango, Kuando Kubango. O objectivo é o aproveitamento e o desenvolvimento integrado e sustentado das potencialidades turísticas do País.

No domínio das pescas, com a finalidade de dar respostas às necessidades ao consumo nacional de carapau, o Conselho de Ministros apreciou o Decreto Presidencial que prorroga, até 31 de Outubro de 2011, o prazo para a importação deste pescado.

O órgão auxiliar do Presidente da República analisou a criação dos pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, Calandula e Okavango.

8.23 Cazenga cercado por lagoas

A Capital

29 de Janeiro a 5 de Fevereiro

Não é mais novidade que o município do Cazenga está com sérios problemas de saneamento básico. A equipa do AREAL radiografou algumas zonas críticas e constatou o drama das famílias que não têm como escapar

das consequências das chuvas, quando São Pedro resolve abrir as torneiras. O ponto de partida foi Mercado «Asa Branca», do qual seguimos, depois, para a zona do Antonov. Em ambos os sítios há muitos charcos, ruas intransitáveis e algumas casas inundadas. Quem não tem botas plásticas, as chamadas galochas, tem de passar pelas águas pútridas, suportando um odor nauseabundo. O risco de doenças é, pois, inevitável.

Nesta época do ano, as botas são mais caras. Aliás, importa perguntar: para as famílias de base alargada, quantos pares de botas seriam necessárias? Logo, as famílias têm de se submeter à esta situação. Botas apenas para um e outro membro da família e, quem não as tiver, recorre à criatividade popular para evitar colocar os pés nos charcos de água espalhados pelo município.

A senhora Isabel Miranda, residente no bairro há mais de 12 anos, diz que «de tanto sofrimento aos poucos vamos-nos habituando. Todos anos vivemos a mesma situação. Quando chove de noite, a nossa preocupação é ainda maior, porque há corte de energia eléctrica e, muitas, vezes temos de colocar algumas coisas por cima da mesa de jantar ou até mesmo sobre a cama. Já que as casas inundam».

«Já não conseguimos adormecer até amanhecer e no dia seguinte toda a família dedica-se a tirar a água para fora de casa», testemunha. Ela avança que nalgumas nas do Cazenga, no caso concreto da comuna do Tala Hady, depois da primeira chuva de 2011, a irmã ligou «e disse-me que mesmo as botas não tinham utilidade nenhuma, porque a travessia só era possível através de canoas, muitas vezes improvisadas».

Castelo Faria, outro morador do Tala Hady, desabafou que «as coisas pioraram, quando inventaram a moda de cavar para fazer as estradas e em algumas ruas as estradas parecem montanhas. É o caso da estrada directa do mercado; todos os armazéns e casas à beira da estrada não têm como escapar das enchentes, porque não há esgotos». Logo, os quintais dos moradores servem de escape.

Na parte frontal do mercado «Asa Branca» nota-se uma grande lagoa que se estende para dentro em duas ou três línguas de águas putrefactas, com lixo à mistura.

As crianças aproveitam-se da enchente para banhar, como se de uma praia ou piscina se tratasse. É o paradoxo da vida: enquanto uns riem, outros, muitos, sobretudo os que perderam os seus haveres, choram.

Estas chuvas vêm agravar ainda mais a problemática das estradas do município de Cazenga, que até os jeeps não poupam. Em alguns bairros, as estradas já não existem. *E o que dizer então do asfalto?*

Vendedores Aflitos

Ainda no Asa Branca alguns vendedores organizaram-se e compraram uma moto-bomba para evacuar a água do mercado, porque dizem que estavam a perder muitos clientes. Quando a chuva é forte, algumas áreas do mercado simplesmente não vendem, pondo em causa a sobrevivência de quem vive do resultado do comércio informal.

Por aquela zona não se sabe onde é a lagoa e onde se situa a lixeira. Onde há charco de água, por mais pequeno que seja, existe lixo.

9 VIOLÊNCIA E GÊNERO

9.1 Lei contra a violência doméstica Religiosos pedem aprovação para a harmonia das famílias

Jornal de Angola
1 De Fevereiro

Líderes religiosos entrevistados ontem, em Luanda, pelo Jornal de Angola defenderam a aprovação urgente da proposta de Lei contra a Violência Doméstica que se encontra nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional.

O secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), reverendo Luís Nguimbi, defendeu que a Lei Contra a Violência Doméstica deve ser aprovada urgentemente, por se tratar de um diploma importante para a estruturação da família.

Luís Nguimbi espera a aprovação da lei para dar respostas às necessidades actuais da família e da sociedade. “As igrejas trabalham com a família. Por isso, defendemos que tudo o que vem para a estabilidade da família é bem-vindo”, considerou o reverendo, para quem “é em vão realizar grandes obras em termos de reconstrução física do país, conquistas financeiras, diplomáticas e militares e prestígio internacional se a família não estiver estruturada”.

Para o secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola, a Lei contra a Violência Doméstica deve trazer incentivos que venham a ajudar os esforços do Executivo na estabilização das famílias. Lembrou que o país tem responsabilidades acrescidas para o alcance deste objectivo. Afonso Nunes, bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, Tocoista, defendeu que a lei deve ser equilibrada e traçar as linhas de conduta da sociedade. “A Assembleia Nacional deve fazer uma consulta pública, ouvindo as igrejas e a sociedade civil, para o enriquecimento desta lei”, frisou.

Na óptica do bispo, a igreja deve dar o seu contributo, principalmente pelo facto de trabalhar com as famílias. Afonso Nunes disse ser necessário que a Lei contra a Violência Doméstica defenda os mesmos direitos do homem e da mulher. Acrescentou que a melhor forma de acabar com a violência doméstica no país é ter leis equilibradas e aplicáveis a todos.

Os membros das comissões de especialidade da Assembleia Nacional que tratam de assuntos relacionados com a Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família e Promoção

da Mulher, dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e dos Direitos Humanos e Petições dos Cidadãos continuam a analisar e discutir a proposta de lei.

A proposta de Lei contra a Violência Doméstica, cuja data para os debates na especialidade ainda não está marcada, tem como objectivo a criação de mecanismos legais que protejam a vítima do crime de violência praticado no âmbito familiar e garantir a harmonia na família. I

9.2 A violência doméstica e o discurso político

Novo Jornal
4 De Fevereiro de 2011

Há uma preocupação manifesta da sociedade e do Executivo com a problemática da violência doméstica. Não se trata de um problema social novo em Angola, mas sim de um recrudescimento generalizado de casos, bem como das diferentes formas da sua prática. A sua maior visibilidade social é resultado da divulgação levada a cabo pelos diferentes órgãos da comunicação social angolanos e, conseqüentemente, permite hoje a uma maior tomada de consciência social dos efeitos nocivos de tais actos de violência, que contribuem nefastamente para a desestruturação familiar. Daí constar da agenda política do Executivo.

Recentemente a Assembleia Nacional aprovou na generalidade a proposta de lei contra a violência doméstica. É do interesse geral a aprovação dessa lei, considerando que Angola é um Estado de Direito, e a função social da lei é regular a conduta humana, de modo a promover o equilíbrio, a paz social e a segurança jurídica “Nulum crimen sine lege” (Não há crime sem lei (anterior que o defina), é o princípio que norteou o Executivo para propor a tipificação da violência doméstica como um crime público. Quanto a nós, este é tão somente um ponto de partida e não de chegada, porque a educação jurídica, social, moral e cultural das populações é tarefa essencial e preventiva que vai garantir a eficácia da futura lei contra a violência doméstica. Uma mentalidade baseada no respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos direitos inalienáveis à pessoa humana é o dever-ser que os angolanos precisam de cultivar, visando uma sociedade harmoniosa, civilizada e desenvolvida.

O idoso quadro social actual tem sido reflectido em debates onde os cidadãos manifestam determinados sentimentos e formas de pensar que devem preocupar-nos a todos. Estamos muito mal no que diz respeito às questões de género, e à concretização do princípio da igualdade consagrado na Constituição da República

(art. 23.º). Grande parte dos angolanos mostra-se indiferente àquele princípio fundamental. Ora, alguns ouvintes telefonaram para o citado programa radiofónico e, entre vários argumentos, registámos os seguintes: “a Constituição e as demais leis em vigor no país terminam à porta da minha casa, porque dentro da minha casa há outras leis”; “a igualdade entre homem e mulher não passa de uma utopia”; “qual é a percentagem dos direitos da mulher dentro do lar?”, etc

Com tais argumentos facilmente podemos perceber que a grande maioria da população angolana rege a sua conduta pelos ditames do costume e não pelos da Constituição e das Leis ordinárias em vigor na República de Angola. Daí a nossa grande preocupação com a eficácia dos mecanismos de combate às diferentes formas de violência doméstica, se não houver um amplo processo de educação social e jurídica das populações.

“É reconhecida a validade e a força jurídica do costume que não seja contrário à Constituição nem atente contra a dignidade da pessoa humana” (art. 7.º da Constituição). Há várias questões sensíveis fundadas nos costumes dos diferentes espaços socioculturais de Angola.

Alguns valores foram corrompidos ao longo dos anos. Por exemplo, tradicionalmente o alambamento é um sinal de honra e respeito pela mulher, ao passo que, actualmente, constitui, nalgumas regiões do nosso país, uma autêntica venda da mulher e, à partida, ela entra no casamento como a parte mais fraca, um instrumento sexual e relegada ao dever de obediência cega ao marido.

O dever de obediência cega da mulher ao marido é reforçada também por péssimos intérpretes das sagradas escrituras. Por exemplo, em 1Tm 2:11-14 “A mulher aprende em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão”. É preciso contextualizar as sagradas escrituras, para não passar uma imagem de “nulidade” da mulher na vida social, de desequilíbrio nas relações de género e conjugais.

É tarefa primária do Estado promover a educação das famílias angolanas. Mas o Executivo terá dificuldades de atingir os resultados esperados só com a aprovação da lei, se continuar a conduzir o processo com mais discursos políticos que acções práticas.

Queremos esperar que as campanhas de educação e sensibilização das populações por todo o país; o apoio aos Centros de pesquisa (estudos); aos Centros de aconselhamento familiar e jurídico, entre outros mecanismos,

previstos na proposta de lei contra a violência doméstica sejam uma realidade no primeiro ano, a contar da data que for aprovada a Lei. Uma coisa é certa: o Estado tem de seleccionar e financiar acções de algumas ONG’s e outras instituições da sociedade civil, já com muita experiência em matéria de trabalho comunitário.

Não havendo uma intervenção consistente junto às comunidades, teremos mais uma Lei no nosso ordenamento jurídico, e a violência doméstica levará sim mais gente à cadeia, no entanto continuaremos a lamentar, frustrando todas as expectativas jurídicas e sociais.

9.3 Violência doméstica e coesão das famílias

Semanário Angolense

5 De Fevereiro de 2011

A violência é o uso da força física ou psicológica com intuito de obrigar, constranger, exigir excessivamente outrem para a realização de um fim não autorizado ou abuso de confiança de um consentimento. A violência é natural entre os seres vivos. Acontece por razões naturais ou sociais. A violência natural é inerente ao fenómeno vida, como a transformação dos genes, células e a sua evolução, procriação, o rebentamento de sementes, nascimento devida animal ou humana resultante da cópula é um fenómeno de violência para a procriação da espécie biológica, o domínio e conquista dos géneros com os corpos e fluidos.

A violência social pode ser legítima e não legítima. A legítima resulta do consentimento jurídico para que órgãos e sujeitos façam cumprir a ordem social ou coacção, segundo Max Webber. A ilegítima é aquela que não é consentida, é injusta ou o abuso dela segundo John Stuart Mill, aqui, inclui-se a violência doméstica, por resultar do espaço social de base jurídico material, mas que excede ou abusa a confiança, extravasa a protecção por razões de caprichos ou doença do fórum psicológico ou até psiquiátrico.

A violência doméstica, devendo ser punida exemplarmente, não pode, no entanto, servir para fragilizar a estabilidade familiar ou conjugal. A violência doméstica tem razões histórico-culturais, mas a exclusão social pode ajudar o alastramento da violência social. As questões histórico-culturais têm a ver com valores ou paradoxo entre a tradição e a modernidade segundo Anthony Giddens, entre as tradições Bantu e Cristãs ou ocidentais, Islâmicas, Budistas ou Hindu. É comum constatar-mos a questão da igualdade entre homens e mulheres. A questão de herança Cristã, Islâmica, Hindu e Africana sobre o estatuto da mulher versus igualdade social, é compreensível que se luta contra tradições “retrógradas”

africanas, cristãs ou islâmicas, orientais ou ocidentais, mas não se pode confundir com a condição natural versus condição social resultante dos pactos aceites pelos povos seja qual for a sua matriz jurídico-cultural.

A violência doméstica é cultural quando no mesmo espaço familiar existirem práticas assentes na exclusão de pessoas de um extracto ou grupo, por razões da sua condição biológica, psicológica, a física ou social, mas a discriminação pode servir para reforçar hierarquias de grupos ou papéis sociais e só pode ser eliminada se as novas funções contribuírem para coesão do grupo e não para dilacerar.

A mulher na cultura Europeia ou Ocidental não adquiriu a total emancipação quer nas sociedades desenvolvidas, como podemos constatar no Vaticano ou o poder Eclésio, não reconhece a igualdade social nas questões religiosas. Por isso, a razão de não existirem mulheres Bispas ou Mamas; nas sociedades onde há uma emancipação de mulheres que a fizeram por razões histórica (I^a e II^a Guerra) dizimou muitos homens, forçosamente as mulheres tiveram que trabalhar, a natalidade e consequentemente a fertilidade diminuiu.

Nas sociedades africanas negras e Orientais, onde a emancipação tradicional é aceite por razões endógenas (Cleopatra, Jesabel, Rainha de Sabá, Ginga, Lweji etc), mas as praticas religiosas de origem exógena (Cristã, Judia, Muçulmana, Indu etc) «discriminam» as mulheres na actividade política, económica por razões culturais, embora haja uma alta taxa de natalidade e fertilidade nas sociedades Indu, Islâmica e Africanas; diferentemente das sociedades ocidentais, onde há uma descida acentuada da natalidade criando dificuldades de equilibrar a economia demográfica.

A discriminação é um olhar contemporâneo e resulta de valores pós-modernos ou pós-metafísicos, pois, pretende-se evitar actos arbitrários ou irracionais, sem fundamento por razões subjectivas, é a inclusão jurídica resultante da dignidade da pessoa humana consignada na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Na tradição africana, a mulher é parte e a base da sociedade, suporte económico e moral, segundo Raul Altuna e Isabel Castro Henriques. A discriminação da mulher e a violência contra a mulher é uma herança Ocidental, embora ela hoje reivindique o civismo constatamos que o grau de participação social e política nas sociedades Ocidentais das mulheres é diminuta, o que é, em si, uma manifestação de violência implícita resultante de valores de matriz Cristã.

Podemos constatar que a participação das mulheres em quase paridade é diminuta, embora haja mais protec-

ção da maternidade e a violência contra a mulher ou no género dependendo da visão (igualdade ou protecção reforçada), mesmo igualdade política no género com excepção dos países escandinavos ou germânicos os estados latinos e eslavos não ultrapassam os 20% na média de participação e os germânicos não chegam aos 40%, segundo Vital Moreira.

Quando nós, com apenas trinta e cinco anos, temos uma participação de superior a 35% de mulheres na vida social e política. Por isso, a discussão sobre a violência doméstica parte de casa e repercute-se na vida social e política. Importa que reconheçamos que o homem não sobrevive com dignidade sem uma mulher ao seu lado e vice-versa.

Parece-nos que a questão da violência doméstica de base histórico-cultural tem implicações económicas, mas podem contribuir para manter a ordem económica, política e social. Há sim nexos causais entre valores e violência, mas ela, vária mesmo de sociedade em sociedade.

É o que acontece na Europa onde os filhos indesejados, crianças violentadas são internados nos asilos e onde as classes altas abusam delas! É o que aconteceu durante séculos em África, onde o homem negro foi obrigado a criar filhos que eram do senhor colono. É o que aconteceu durante séculos, os filhos de europeus com africanas eram considerados pardos ou mulatos, negando-lhes a humanidade. A violência doméstica é ainda mais atroz em relação à mulher por estar, por vezes, dependente do marido. Mas não é menos verdade que o homem quando se torna violento há sempre uma razão, frustração que é a ponta do iceberg a psicologia dos homens é de não lamuriar, não reclamar perante os amigos ou parentes, os homens sentem-se humilhados e agem em defesa da honra.

Já a mulher tem uma psicologia mais de aceitação, partilha de informação e dissemina-a; é uma questão natural que podemos educar para responsabilizar.

Regular a matéria relativa à violência doméstica deve evitar-se a tendência unívoca, sexista ou a visão excessivamente “policiante ou judicante”. Deve haver responsabilidade cívica, económica e, em última instância, criminal quando haja actos que provoquem alarme social, mas podendo punir exemplarmente em termos subsidiários por se tratar de questões sensíveis, como crianças, mulheres, idosos, adolescentes ou dependentes afectiva ou economicamente. Isto não se aplica a situações extravagantes de abusos sejam quais forem. Mas tornar o crime público, em qualquer circunstância, pode agravar, perverter situações de fórum pessoal para o fórum económico, Penal, Processual Penal, Familiar e até Cível com consequências patrimoniais que devem ser salvaguardadas.

Não é admissível aceitar que a honra, respeito e a dignidade seja atacada e ninguém repreenda! Deve haver proporcionalidade! Mas não devemos abrir flancos para fragilizar a autoridade paternal, maternal e conjugal na defesa de valores dúbios que podem aumentar e desestruturar famílias por razões “mesquinhas, sensacionalistas” ou passageiras.

Importa ainda que se clarifique estatuto da mãe solteira, maternidade, natalidade e subsídio de combate à exclusão ou que façam diminuir, bem como o Registo Civil e protecção reforçada de crianças e frágeis. Mas importa que se clarifiquem o princípio da presunção da paternidade consagrado no Código de Família, por existirem mecanismo de despiste ou atenuação da desconfiança do DNA, levantando uma questão de fundo sobre a confiança conjugal jus formal de matriz romana e a Bantu e que não pode ser ignorada por resultar da identidade nacional endógena.

Os afectos e desafectos não se regulamentam! Quando se regulamentam deixam de ser afectos e passam á interesses!...

O combate à violência doméstica deve ser pedagógico e não uma vingança de sexos ou grupos, deve ter humanismo, responsabilidade e solidariedade, garantido a coesão das famílias angolanas. Nunca um acto de humilhação do infractor ou da vítima. Ser justo é tentar compreender quem erra, é disciplinar, corrigir para ensinar, mas nunca para expor ou vexar seja quem for .

9.4 Cazenga treme com criminalidade

Novo Jornal

4 De Fevereiro de 2011

Andar de noite na zona da Frescangol, no Cazenga, é uma aventura. Os moradores e vendedores da área vão mais longe na adjectivação e dizem mesmo que é um assombro andar nas ruas. E já nem é só de noite. Também de dia sentem temor. Acusam a divisão da Polícia do Cazenga de falta de acção e pedem medidas.

Os moradores queixam-se que os marginais não têm hora para actuar e que, mesmo vivendo próximo da divisão e da 12ª esquadra, não sentem segurança. Por isso, pedem a intervenção das autoridades superiores.

Para Maria Marques, que vive próximo da Filda, a situação no bairro “é muito-desgastante”. A onda de criminalidade, que está a dominar o bairro, torna-se incapacitante. “Às vezes ficamos sem saber qual é o trabalho da Polícia, as pessoas podem ir à esquadra contar o que está a acontecer, mas nada fazem e ficamos sem saber onde

nos irmos queixar, diz a mulher, notando que às vezes os marginais matam só por mil kwanzas. Elsa José, também moradora na zona, diz que um dos principais motivos da criminalidade do Cazenga é a falta de diálogo entre os responsáveis do município. “São poucas as pessoas aqui no Cazenga que conhecem o actual comandante. Acho que, se de três em três meses, houvesse um encontro com os coordenadores dos bairros teriam mais informações em relação ao município, saberiam os grupos existentes na zona e muitas outras coisas que acontecem. O comandante e o administrador não fazem nada aqui”.

A nossa fonte diz ainda que nos contactos telefónicos dados pela divisão que dizem ser do comandante do Cazenga, ninguém atende. “Recentemente fui a divisão para resolver uma situação. No local não fui atendida e deram – me um contacto a dizer que era do comandante de divisão mas á três semanas que ligo para o mesmo número e ninguém atende”, denuncia.

Elsa José não se ficou por ali. Foi novamente à divisão, mas nunca encontrou o comandante. “Eu pergunto-me qual é o trabalho dele aqui? Se as coisas continuarem assim vamos fazer uma manifestação a exigir a sua saída do Cazenga, porque ele está aqui para resolver os problemas da população.

Se não está a aguentar, pede exoneração. È assim que fazem as pessoas serial. Pena que no africano esta palavra não faz parte do dicionário”.

Os moradores dizem estar preocupados com o começo do ano lectivo. Joana de Jesus recordou que no ano passado o filho de 17 anos, deixou de frequentar as aulas por causa da criminalidade. “o meu filho teve de deixar de ir à escola e perdeu o ano.

È aí que a minha dor de cabeça começa, estou sem saber o que fazer. Se as coisas forem como no ano passado o meu filho vai ter que deixar de novo de frequentar a escola porque tenho muito medo de o perder, é o único folho que tenho”.

Dinis André também não sente a presença da polícia na zona. “È pena que os polícias que aqui aparecem só queiram saber de outras coisas, como andar atrás dos taxistas. Os polícias aqui não se dão ao respeito, é muito triste, porque muitos que entraram na corporação não estão lá por gosto, mas sim por falta de emprego. Muitos foram marginais e os responsáveis da Polícia Nacional tinham que pensar nisso”, lamenta o jovem.

9.5 Em Angola existe discriminação salarial feminina

Semanário factual

De 05 a 12 de Fevereiro de 2011

Existe discriminação salarial feminina em Angola. Se uma mulher for trabalhar em determinada actividade, tanto no sector público como no privado, com um colega, ainda que com as mesmas valias profissionais ou maiores, em norma ganha menos, revela um relatório do Centro Nacional de Aconselhamento (NCC), uma organização da sociedade civil.

“Existe uma espécie de discriminação salarial em quase todos “sectores da vida laboral, e a mulher; para sua natureza, carrega grandes responsabilidades e sofre com isso”, lamentou o director executivo do NCC, Reis Luís.

O relatório que abrangeu nove das 18 províncias de Angola, nomeadamente Cabinda, Cuanza Sul, Benguela, Bié, Huambo, Huila, Malange, Namíbe e Uíge, versou sobre o acesso da mulher ao mercado que trabalho no país, na Africa do Sul, em Moçambique e na Namíbia.

O responsável do NCC informou que o estudo visou pesquisar as oportunidades da mulher no mercado de trabalho, o diagnóstico da participação laboral feminina em todas as áreas, a identificação dos sectores que as absorvem mais ou menos, assim como a identificação das razões de preferências e os maiores problemas que as senhoras enfrentam nas várias áreas laborais.

“O presente relatório é o resultado de um inquérito que o NCC levou a cabo identificar também as ambições laborais das mulheres, a orientação feminina para as áreas de intervenção, bem como a realização de acções de advocacia para a adopção de práticas, políticas e legislação que combatam a discriminação da mulher no acesso ao mercado de trabalho “fez saber o activista social”.

Segundo informou, “este importante trabalho culminou com a obtenção de dados concretos, demonstrando claramente a desfavorável situação das mulheres no âmbito laboral em Angola e nos outros países alvo, África do Sul, Moçambique e Namíbia”.

Para Reis Luís, “de uma maneira geral, o acesso da mulher ao mercado de trabalho é ainda um grande desafio para o Executivo, particularmente no interior”.

Aponta, como exemplo, que em sectores tradicionais como a Educação, que anualmente realiza concursos públicos para admissão de milhares de funcionários, um número cada vez mais reduzido de mulheres é admitido.

Mulheres com mais dificuldades para se formarem

O director executivo do Centro Nacional de Aconselhamento, Reis Luís, afirmou que “a pesquisa provou que a mulher tem mais dificuldades em deixar a família para apostar na sua formação académica ou profissional”.

“Muitas mulheres não conseguem deixar a família, mais propriamente marido e filhos, para irem fazer até mesmo as suas licenciaturas ou doutoramentos. Outras, com nostalgia, abrem mão da sua formação para beneficiarem os filhos”, assinalou com tristeza o activista social, reconhecendo o importante papel que estas podem desempenhar para o desenvolvimento do país.

O estudo demonstrou que o homem mais facilmente pode deixar a localidade onde se encontra para ir a outra, ou mesmo fora do país, para prosseguir a sua formação a todos os níveis, enquanto a mulher fica seriamente limitada devido às responsabilidades familiares.

Segundo o referido relatório, a mulher está, de um modo geral, condenada a ficar na localidade em que habita, onde por vezes não há as condições satisfatórias para que possa fazer a sua formação ou sair em busca de melhores oportunidades de trabalho para um maior progresso económico e social, o que se acontecesse beneficiaria, por sinal, a própria família.

Para Reis Luís, de um modo geral, as dificuldades que a mulher encontra na sua formação está na base dos problemas do acesso ao mercado de trabalho.

A ausência de uma política de Estado firme é apontada como culpada dos vários problemas que a mulher vive nos mais variados domínios e sectores. Determinadas acções a favor do desenvolvimento da mulher, quantas vezes gizadas pelo Estado, nem sempre têm a continuidade devida.

Como exemplo concreto Reis Luís apontou o “difícil acesso das mulheres aos créditos bancários. A mulher, pela sua natureza, tem uma grande capacidade criativa de negócios, a exemplo das zungueiras, mas que não encontram os apoios necessários para a obtenção de um crédito”, asseverou.

Partidos políticos apenas se preocupam com os votos das mulheres

O responsável do NCC defendeu que as organizações femininas dos partidos políticos deviam jogar um papel mais preponderante com relação ao desenvolvimento económico e social das mulheres, deixando de parte as ideologias e os interesses partidários.

“O que vamos vendo é que, de uma maneira geral, os partidos Políticos preocupam mais com as mulheres para engrossarem as suas fileiras e contar com o seu voto nos momentos eleitorais, ao invés de criarem políticas para o seu desenvolvimento multifacetado”, desabafou Reis Luís.

Segundo frisou, “com excepção da organização feminina do MPLA, a OMA, que vai organizando acções em defesa das mulheres, pouco ou nada os restantes partidos vão fazendo, esperando, entretanto, o seu voto nas eleições”.

O director executivo do NCC apontou como recomendações contidas no relatório a criação de mais centros de formação para as mulheres garantirem o seu auto-sustento, promover a implementação de políticas públicas que melhorem as suas condições de vida na cidade e no campo, e terem acesso à terra e à reforma agrária.

A adopção de políticas visando o acesso e permanência das mulheres nas instituições de ensino superior e do ensino profissional e técnico do nível médio, o combate ao analfabetismo, a eliminação de todos os obstáculos para acesso ao crédito pelas mulheres, foram também recomendações saídas da pesquisa promovida pelo NCC.

Rei Luís sublinhou a necessidade de se capacitar cada vez mais as mulheres para poderem facilmente inserir-se em debates sobre os seus direitos, de modo a abolir o tabu de que elas entendem apenas dos trabalhos domésticos.

O estudo apurou também ter havido já uma mudança significativa de mentalidade dos homens para com as suas companheiras.

“Tem havido, particularmente nos centros urbanos, muitos casos em quem a mulher está fora de casa a terminar os estudos ou formação profissional e o esposo fica a velar pelos cuidados da família”, destacou.

Importa salientar que, de acordo com o mesmo relatório, a realidade da mulher quanto ao acesso ao mercado de trabalho na África do Sul, em Moçambique e na Namíbia não difere com relação a Angola, havendo desta forma necessidade dos seus Governos prestarem maior atenção à problemática da mulher nas respectivas sociedades.

9.6 Criminosos dão a volta à segurança de Luanda

Semanário Angolense

5 De Fevereiro de 2011

Foi-se sem que déssemos muito por ele - o primeiro mês do ano de 2011, Janeiro. O mês, pelo menos no que a Luanda diz respeito, foi fértil em sangue, dor, lágrimas e luto no seio de inúmeras famílias.

Tal deveu-se ao crime violento que se assistiu, de forma impune e revoltante, no alvorecer do presente ano que se pretendia melhor no que tange à segurança e à tranquilidade públicas dos habitantes de Luanda.

O Ministro do Interior afirmou (com toda e mais alguma razão) - em conferência de imprensa, realizada, em Dezembro de 2010, em Luanda, nas instalações daquele pelouro - que a paz social no nosso País ainda não é um facto tangível.

Ou seja, Sebastião Martins tem consciência de que ele e os seus colaboradores terão de esfolar-se para levar a bom porto a ingente e difícil (mas não impossível) tarefa de travar a delinquência, que tem sido «alavancada» pelas drogas, em especial o álcool que está a ser consumido por quantidades impensáveis, sobretudo por jovens de tenra idade, que só por isso, já vêem o seu futuro sombrio. E a criminalidade acompanha os progressos do alcoolismo e vice-versa. Só suando a camisa é que alcançaremos, segura e garantidamente, alcançarmos a paz social.

O titular do Ministério do Interior sabe, melhor do que ninguém, *verbis gratia*, que terá que suar às estopinhas para que possamos, de facto, alcançar a paz social, uma vez que a guerra fratricida, que durante largos alunos adiou o nosso País, está, há oito anos, bem morta e enterrada.

Quando a paz social for alcançada e sequentemente consolidada, teremos motivos de sobra para embandeirar em arco, abrir garrafas de champanhe e dizer alto e bom som a todo mundo: «olhe, isto aqui está muito bom, isto aqui está bom demais».

Quando isso acontecer, Angola será, de facto, «um lugar bom para se viver», tal como dizia o Presidente José Eduardo dos Santos.

É evidente que ainda há muitos degraus por galgar. E enquanto galgamos esses degraus, é lídimo, pois, que se diga que a criminalidade violenta está de volta às ruas da capital do País e, convenhamos, decidida, por sua conta e risco, a brincar ao gato e ao rato com as autoridades policiais.

Aliás, se comparado a uma partida de futebol, diríamos mesmo que a polícia está a perder por dois a zero contra aqueles que, em Luanda, e em toda extensão do território nacional, fazem do crime um modo de vida.

A atestar a perda da polícia para os seus oponentes, está o facto de recentemente um agente da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) ter sido assassinado, no município de Viana, à Estalagem, sem que até hoje os seus executores tenham sido descobertos e apresentados à opinião pública nacional.

Acresce-se ao sobredito, o caso que, na última semana, deixou Luanda chocada, revoltada e a tremer de medo: o (brutal) assassinato de uma jovem bancária nº 10 da rua Frederico Welwitschia, no bairro Maculusso, em Luanda.

Estes são apenas alguns exemplos de casos que constituem, um claro desafio às (incipientes) políticas do sector de segurança e tranquilidade públicas do Executivo, na pessoa do Ministério do Interior e, como é evidente, da sociedade em geral.

De resto, as consequências da criminalidade (violenta) em Luanda são bem notáveis. O medo, a insegurança e a desconfiança aumentam, a cada dia que passa, devido aos novos tipos de criminalidade que envolvem maior violência.

Se outrora as pessoas saíam essencialmente para passear pelas ruas de Luanda, depois de uma jornada laboral, agora sentem muito medo ao sair de casa, seja para o que for.

A criminalidade está, reconhecamos, a mostrar-se «dona e barona» de Luanda. Por isso, urge a tomada de medidas mais eficazes para que se consiga estancar este fenómeno, uma vez que nem a profilaxia actual implementada pela polícia nacional nas ruas da capital do país (que até anunciou recentemente uma maior presença) tem desencorajado os criminosos .

9.7 Diabo Pousou na BCA

A capital

12 De Fevereiro de 2011

Dados colhidos pela nossa equipa dão conta que pelo menos três pessoas já perderam a vida durante duas acções criminosas. Destes três casos, o primeiro trata-se do jovem Manuel Miranda, 25 anos, que faleceu numa briga entre grupos marginais da área, tendo sido alvejado com disparos de uma arma do tipo AKM. Já no segundo, foi vítima o senegalês Bombo Ornar, que, depois de assaltado, acabou gravemente ferido com disparo de arma de fogo. Perdeu a vida numa das

unidades hospitalares de Luanda. Ao passo que o terceiro aconteceu na semana finda, tendo sido vítima de homicídio frustrado Fiote Nzolo, a quem ainda lhe foram surripiados 25 mil kwanzas.

João Magalhães, morador do sector 14, disse que a área onde reside é a mais crítica da zona em termos de criminalidade. Ali, os marginais não temem ninguém, não deixando de referir que a situação complica-se ainda mais quando grupos marginais unem-se para fazer das suas.

“Aqui a pessoa não está segura, quer seja de dia ou de noite. Não sabemos quando é que podemos ser alvos de uma acção criminal. A solução, seria mesmo a ronda constante das forças da ordem, embora estejamos numa zona periférica, mas se a polícia entrasse mesmo no interior dos bairros a criminalidade poderia baixar muito, sem esquecer a colocação, numa primeira fase, de esquadras móveis, uma vez que não se perspectiva a construção de esquadras aqui”, disse um morador

9.8 Golfe II sucumbe ao poder do crime

A Capital

12 de Fevereiro de 2011

O exemplo mais prático para demonstrar a subida em espiral da criminalidade pelas bandas do Golfe II tem sido as inúmeras queixas dos munícipes, dando conta da crescente onda de assaltos à mão armada em residências, cantinas e, como aconteceu recentemente, na madrugada do dia 18, uma pessoa (ver caixa) foi assassinada com - imagine - 24 tiros.

Desde o fim do ano passado que estes moradores vivem apreensivos, sem que a Polícia local, a quem já foi apresentada reclamações, intervenha em socorro dos aflitos cidadãos, com vista a devolver a ordem e a tranquilidade públicas.

Januário da Costa, morador da área, referiu que actual situação prevalece desde Dezembro último. “Antes disso, eram só pequenos assaltos na via pública, até então considerados normais”, afirmou. Mas, de lá para cá, a situação mais do que piorou: os assaltos passaram da rua para o interior das residências e cantinas de cidadãos de origem oeste africana.

Por exemplo, só no sector 10, da zona 20 do Kilamba Kiaxi, mais concretamente na rua dos “Kings” e arredores, contam-se em, pelo menos, dez casas e quatro cantinas que já conheceram tão inesperadas visitas, por parte dos amigos do alheio.

“A tática usada por eles passa por neutralizar os seguranças dos vizinhos militares, de forma que estes não tenham a possibilidade de intervir durante as suas acções e começam a arrombar as portas que quiserem, usando quase tudo, desde ferros, blocos de cimento e até mesmo pedregulhos”, contou, sublinhando que os biltres não se importam do tempo que tiverem de permanecer numa determinada área até verem satisfeito os seus desideratos.

“Sem as chapas dos portões caírem, não param de arrombar ao menos que polícia chegue e fruste aquela acção. Caso contrário, o assalto sai na perfeição. Apenas uma vez é que a polícia chegou a tempo de impedir que uma casa fosse assaltada. Mas nas outras ocasiões, eles chegam sempre uma ou duas horas depois”, contou. A morosidade policial, segundo os moradores, deve-se ao facto da inexistência na zona de, ao menos, uma esquadra móvel ou fixa. Aliás, a única disponível para aquela área, queixaram-se os populares, encontra-se muito distante daquela zona.

“A esquadra que responde por este bairro é a 34ª e está localizada na área da Mamã Gorda, subzona 15 do bairro Golfe I, um local muito distante do bairro, além de que o patrulhamento é irregular”.

Informações que circulam no bairro, segundo João Sebastião, outro morador, permitem aferir que os marginais são conhecidos, pois, revelou, já foram seus vizinhos e conhecem a maior parte dos moradores. Destacam-se, entre os mesmos, os jovens «Cowboy», «Staloge» e «Nelasta», actualmente a residirem no quarteirão 16, do sector 20, dos bairros Matrix e Rasta, que fazem fronteira com o Cassequel do Buraco e o Catinton, manifestando ainda a sua preocupação pelo facto de existirem na área duas conhecidas residências, que se dedicam à comercialização de diversas drogas.

«Numa dessas casas, o seu proprietário já foi levado várias vezes pela Polícia por este motivo, mas acaba sempre por sair sem passar lá a noite, pelo menos. Na outra, mesmo não vivendo mais lá, o dono é visto todas as tardes a conversar com jovens de aparências suspeitas», queixou-se Sebastião, sublinhando que estes dados também já foram fornecidos aos agentes de investigação criminal, que se fizeram ao local para a remoção do cadáver do vizinho.

“A Polícia não deveria cingir-se apenas na recolha de mortos nos bairros, mas também dos meliantes, para que as pessoas não morram como se fossem cães, enquanto os seus malfeitores passeiam-se ilesos”, disse, preocupado, referindo ainda que esses são casos à vista de todos.

“Imagina o que se passa com os moradores de outras áreas distantes daqui e que a polícia também não con-

trola, por estar, igualmente, distante da esquadra responsável”, notou.

Segundo apurou a nossa equipa no local, mesmo enquanto decorria o óbito do cidadão Paulo Camba, recentemente assassinado, os meliantes fizeram-se ao bairro, numa das noites, e tentaram assaltar uma casa, mas devido à grande movimentação de pessoas acabaram por desistir.

Uma das soluções apontadas pelos moradores é o patrulhamento nocturno com o apoio das Forças Armadas Angolanas (FAA), uma vez, que segundo eles, o país está em paz e “os militares não têm estado fazer grandes trabalhos que os impeça de apoiar a Polícia”, vista como sem capacidade para dar conta do recado.

“A outra solução é construir esquadras próximas aos aglomerados populacionais ou, numa primeira fase, colocarem esquadras móveis, embora também não se confia muito, porque ali ficam apenas dois ou três agentes” revelaram.

Comissão de moradores muito invisível

Os moradores do sector 10, zona 20 do bairro Golfe 11, ao Kilamba- Kiaxi, mostraram-se preocupados com a cada vez mais ausente comissão de moradores, que, ao que dizem, seria o elo entre os organismos do Estado, como a Polícia e a administração local, e os moradores. Há já dois anos, revelaram, que não dá o ar da sua, graça. Tudo porque, segundo apuramos, o seu coordenador, apenas identificado por David, encontra-se detido durante este tempo.

Sobre este caso, informações recolhidas e apuradas mostram que o referido coordenador da comissão era também alguém que tratava as questões da criminalidade na zona com alguma seriedade. Consta que, após ter interceptado alguns arruaceiros na área, os jovens e seus familiares fizeram-se, no dia seguinte, à casa do mesmo, no sentido de agredí-lo. “Seria mesmo morto, porque eles eram muitos”, contou um morador, que, temendo represálias, falou sob anonimato.

“Eles entraram para a casa do senhor David começaram a partir tudo e a agredir os que encontraram ali. Mas, como ele também era polícia tinha uma arma em casa, que puxou em defesa da família, fez um disparo que atingiu numa senhora que se encontrava no mesmo grupo dos jovens” contou a nossa fonte, sublinhando sido este o motivo para o qual acabou detido há já dois anos, ainda a aguardar por julgamento.

“Assim sendo, como a comissão não está a funcionar, alguns vizinhos preocupados com a situação vão intervindo no que podem e a criminalidade parece ser o nosso maior problema seguido da falta de energia eléctrica Este morador não deixou de referir que o bairro

vive às escuras, facto que dizem não entender, uma vez que os moradores estão cadastrados na EDEL, mas apenas recebem energia eventualmente, entre às duas horas da manhã às seis.

A repartição da EDEL alega que têm tido sobrecarga, mas acham que não é verdade, pois, pensámos que eles têm estado a desviar a energia para uma outra área, porque, às vezes ligam a energia, mas, não sei se dão conta que não é a área a ser abastecida desligam”reclamam.

Solicitam, por isso, a intervenção das entidades de direito, com vista a dissolução, afim de resolverem a situação porque são vidas humanas que estão em perigo, em função dos constantes assaltos de que são alvos diariamente. O posto de transformação, instalado para a distribuição de energia àquele bairro é o número 3 e está localizado junto a igreja Bom Deus, mas lâmpada acesa, pouco ou nada se vê.

9.9 O Bairro está quase dominado por marginais “Demónios Invadem Paraíso”

A Capital

15 De Fevereiro DE 2011

A vítima mais recente da onda de criminalidade no bairro Paraíso, afecto ao município de Cacucaco, foi o cidadão Joaquim Carlos, camionista de profissão. Na terça-feira, 18, por volta das 20 horas, foi assassinado com três tiros à queima-roupa, disparados por membros de um grupo de meliantes que tentaram saquear a sua viatura.

O crime ocorreu na zona do Cemitério 14 curiosamente a escassos metros de uma unidade militar. Mesmo assim, ninguém se apercebeu do sucedido, apesar do barulho dos disparos.

Joaquim, a vítima, foi surpreendido quando viu a sua viatura carregada de mercadoria atolar na lama, em consequência das chuvas que tinham, então, caído sobre Luanda. Obrigado a descer, para ver o que causou a paragem brusca do carro, foi surpreendido naquele instante por quatro elementos armados com metralhadoras que mais não fizeram senão atingi-lo com três tiros. De seguida, levaram as chaves da viatura e outros pertences da vítima.

Já no dia 11 do comente mês, ainda no bairro Paraíso, também foi morto

Ao tiro o sargento da Polícia Nacional, Domingos Fernandes, por um grupo de meliantes que o assaltou e levou consigo o telemóvel e o revólver.

Para os moradores, a situação é crítica. Maria Duarte, por exemplo, é uma jovem residente naquele bairro. Ela. Defende que ele (o bairro) pode, muito bem, fazer jus ao nome que ostenta. Mas, a ferida que tem na perna mostra exactamente o contrário.

O bairro é verdadeiro inferno. E tem sido assim tanto para os moradores como para os forasteiros. É que na manhã do primeiro dia do ano de 2011, quando se dirigia para a casa da irmã ao Kiwis, foi interpelada por quatro jovens «com caras nada agradáveis» que lhe pediram 50 kwanzas, supostamente, para comprar água. «Eu disse que não tinha, mas que na volta eu lhes daria porque não me iria demorar, onde estava a ir. Mas eles insistiram. «Um deles puxou-me a pasta, dizendo que eu tinha mesmo dinheiro.

Mas como eu reagi, deram-me uma rasteira e o outro que tinha um caco de garrafa me aleijou na perna», contou, sublinhando que os mesmos estavam munidos com garrafas e facas, o que fez com que as pessoas que por ali passassem não intervissem a seu favor.

«Naquele momento não estava a assar nenhum polícia», lembrou para, em seguida, notar que «também é quase raro ver agentes da Polícia a rondarem por ali». Segundo disse, «eles preferem ficar à beira da estrada a mandar parar os carros e as motas que fazem táxis para facturar algum dinheiro».

«Parece que a Ordem Pública não tem mais nada a ver com as pessoas», queixou-se.

Os meliantes levaram a sua bolsa, contendo quatro mil kwanzas, um telemóvel e outros haveres pessoais. Recentemente, mais quatro pessoas que por ali passavam tiveram a mesma sorte que a Maria depois de terem apanhado o táxi naquelas bandas, no caso, um Toyota Corolla, com destino ao paraíso.

Na tentativa de fugir do engarrafamento, já no interior do bairro, por ironia do destino, a viatura em que seguiam atolou num lamaçal e os passageiros tiveram de descer para empurrar o carro e depois seguir a sua marcha. Segundo Domingos Samu, um professor que se encontrava entre os ocupantes da viatura, foi nesse instante que os meliantes apareceram empunhando armas brancas (facas e cacos de garrafas), dizendo que pertenciam aos «Cebola Squad», um dos grupos marginais mais temidos nas redondezas, pela brutalidade com que atacam as suas vítimas caso estas reajam no momento do assalto. «Fomos saqueados: receberam-nos os telemóveis, dinheiro e outras coisas que eles acharam de valor, como fios e mascotes de ouro», sublinhou, avançando que «quem tentasse reagir era ameaçado com a faca, mas houve mesmo quem apanhou bofetadas, por tentar esconder o telemóvel».

Os moradores e as pessoas que por ali passavam apenas limitaram-se a assistir aquela cena <<arrepiente>>. «Ninguém se atreveu a intervir, porque aqueles jovens são muito temidos. Por ali, alguns dizem mesmo que os «Cebola Squad» atacam até os que tentam acudir a quem esteja a ser assaltado, embora outros afirmem também que muitos jovens do bairro aproveitam-se da fama que o grupo tem naquelas paragens para fazerem também as suas confusões e espalhar o terror pelo bairro». Segundo apurámos, nos últimos dias, devido a chuva que tem assolado a cidade capital, os táxis têm estado muito difíceis e algumas pessoas preferem caminhar a pé, correndo muitos riscos.

Paulino Segunda, outro morador que faz o serviço de mototáxi nas redondezas, sublinhou que as Áreas mais críticas do bairro são «o tira chapéu e a zona dos bacongós.»

<<Ali ninguém “pia” quando os jovens estão a assaltar ou a bater em alguém>>, explicou, não deixando de referir que até os vizinhos não são poupados nestas quezílias.

Dona Ana António, moradora, é uma dessas pessoas que depois de um longo dia no mercado do Kikolo, onde habitualmente faz as suas vendas, caminha a pé até à sua casa, evitando, assim, ficar muito tempo na paragem. «Os meliantes, muitos deles ainda adolescentes e jovens em idade-escolar, não respeitam nada nem ninguém, «e quando o assunto é dinheiro, qualquer coisa de valor ou mesmo algo que eles podem vender põem as mãos nos soutiens ou até mesmo nas partes mais íntimas das mulheres», referiu, acrescentando que «houve uma vez em que uma criança ficou mesmo sem a fralda descartável, depois da mãe ter escondido ali o dinheiro das vendas. Não sei como é que eles deram conta que o dinheiro estava ali, só sei que eles revistaram a senhora e ela não tinha dinheiro algum. Um deles recebeu a criança ameaçando que a iria ferir com a faca e de repente tirou a fralda na bebé e de lá retirou o dinheiro, uns 10 mil kwanzas», contou, para depois reforçar que a intervenção da Polícia nesses casos é quase inexistente. Esta cidadã realçou, por outro lado, que actualmente já não se verificam as intensas rondas que os agentes policiais faziam antigamente, «eles estão mais interessados em ser trânsitos do que cumprirem com a sua própria função».

Polícia reage

Finalmente, como a provar que a Polícia não está de braços cruzados, é que, em menos de 48 horas, foi esclarecido o caso do motorista assassinado na zona do Cemitério 14, assim como os assassinos do policial também já se encontram a contas com a justiça. O superintendente José Franco, Comandante municipal da Polícia diz que «a criminalidade está sob controlo», reconhecendo que <<nos últimos tempos os índices tendem a aumentar devido à recepção de novos municípios, pro-

venientes doutras áreas de Luanda, nomeadamente, da Chicala e de alguns ex- reclusos supostamente soltos pela PGR como consequência de excessos de prisão preventiva. Para si, outro motivo para uma possível subida da taxa de criminalidade tem a ver com a fronteira com o Cazenga e Viana, municípios onde a criminalidade se faz sentir com maior intensidade. Ele enfatizou também que a Polícia só não faz mais, porque os municípios ainda não estão a colaborar como deveriam, no sentido de denunciar os criminosos.

<Os municípios devem colaborar com a Polícia, denunciando os vizinhos que cometem acções delituosas>’.

Ele mostrou-se disponível para quem quiser contactá-lo, fornecendo o seu terminal(914 041 157) para as devidas denúncias. «Estamos a realizar operações intensivas no município, com maior incidência na zona do bairro Paraíso, Gesso e nas imediações do Cemitério 14”.

9.10 Mulheres são as grandes vítimas

Agora

19 De Fevereiro de 2011

A número 134, à rua da Liberdade, Vila Alice, Luanda, virou tribunal. Diariamente dezenas de casos de violência contra a mulher são aí julgados, sem a necessidade de se observarem os procedimentos normais que regem qualquer outro tribunal.. A números 134 é, entenda-se, a sede da OMA provincial de Luanda.

A Organização das Mulheres Angolanas (OMA) começa a ser referenciada com maior frequência, devido ao trabalho que um Centro de Aconselhamento Jurídico está a fazer para ajudar as mulheres violentadas.

“É obrigação da OMA, como organização de massas, ajudar as mulheres desfavorecidas, porque há assuntos que se resolvem mesmo sem ir à polícia como se faz nas aldeias muitas vezes conseguimos resolver casos que a polícia não consegue”, afirma Ana da Costa, uma das conselheiras que trabalha no programa. O Centro começou a funcionar em 1986, como local de conselhos de base, para ajudar as raparigas na sua preparação para o casamento, com culinária, cuidados básicos de higiene, costura, e outras obrigações doméstica. Hoje, o Centro responde basicamente aos problemas de mulheres casadas, violentadas pelos homens que elas amam ou amaram.

As queixas que chegam à OMA são as de agressão física, violação de menores, falta de paternidade, assédio sexual ou abandono, bem como o não serem consideradas na partilha de bens.

Eulália Rocha, secretária provincial da OMA que

coordena o programa, diz que os casos de agressão física acentuaram-se de forma assustadora desde o princípio do ano. Ela aponta as questões sociais e o relacionamento com pessoas de hábitos e costumes diferentes, bem como as dificuldades económicas, como as principais causas.

“A educação das pessoas também conta muito. Os jovens crescem já com aquela ideia de que eu sou o homem, e serei sempre eu a mandar.

É preciso educar a partir do berço, dentro do princípio de que somos iguais só há diferença biológica”, afirma.

De Janeiro a Outubro de 1999 a OMA registou 540 queixas diversas.

Este ano, só em Janeiro, já contabilizou quase uma terça parte dos casos do ano passado, numa média de 10 a 15 queixas por dia.

Muitos casos que vão parar à Vila Alice são para a polícia. Mas esta, em muitas ocasiões, recusa-se a cumprir com as suas obrigações Helena Milagre, uma das conselheiras conta:

“Quando há espancamentos, a primeira tendência das vítimas é irem para a esquadra da polícia. Posta lá, mandam-nas ir reunir porque é assunto de família. Outras vezes dizem-lhes:

“Como é assunto de marido e mulher, vão ainda à OMA. E assim muitas vêm mesmo para aqui a sangrar.”

Devido a esse comportamento de indiferença da polícia no tratamento da violência doméstica, a OMA tem promovido seminários com a polícia.

“Os casos de agressão devem ser tratados como crime, e não mandados para casa”, afirma Eulália Rocha.

Como é possível a OMA, que é uma simples organização de massas, fazer cumprir as suas decisões, ou verificar o seu cumprimento?

Em princípio a intenção é sempre reconciliar o casal, através de conselhos, fazendo compreender a cada um os seus direitos e deveres. Quando há consenso, assina-se um compromisso, se for caso disso.

“Fazemos também visitas ao domicílio. Há uns que aceitam, outros não. Ou pedimos à senhora para passar por cá regularmente para nos informar sobre o evoluir da situação” afirma Helena Milagre.

Mas há casos que transcendem o âmbito de simples aconselhamento. Os casos que constituem crime, por exemplo são encaminhados aos órgãos de justiça, com o acompanhamento de algumas advogadas que colaboram no programa. Outros casos são encaminhados para

o Tribunal de Família.

“Temos tido alguns sucessos, mas o que há mais são incompreensões”, acrescenta Helena Milagre.

Desde 1999 que a Rede Mulher, uma associação das organizações femininas, tutela a campanha contra a violência no lar, sob o lema “trazer os direitos humanos para casa”.

Como é que as mulheres violentadas descobriram que elas podem encontrar ajuda na OMA? “As pessoas vêm e vão passando a palavra”, diz Helena Milagre.

Elas chegam à Vila Alice com esperança no rosto, confiante que os seus casos serão resolvidos

Isabel Manuel ou Dona Ilusão 45 anos casada há 23 apresentou queixa da agressão pelo marido e ameaça com faca. “Quando saiu daqui chegou em casa quieto e pensativo, e percebi lhe cascaram.”

A partilha das casas esta base de grande parte dos conflitos que vão parar à OMA, como o de Dona Ilusão.

“A maior parte dos casos é que o marido arranjou outra mulher e cria pretextos para correr com ela e colocar a nova na casa, confirma Helena Milagre. Com efeito, quase todos os casos testemunhados pelo Agora têm ser pelo meio a questão da habitação o que compreende pela carência habitacional que Luanda regista.ou ela separou-se do marido, e tem onde ir, como é o caso de Mónica 18, já com dois filhos que recusa deixar à responsabilidade do ex -marido. A lei não a pode ajudar porque a casa que habitavam pais daquele.

Isabel Ferraz já sofreu várias agressões, mas nunca se queixou porque ama (va) o marido, agora a pós a dormir na rua com quatro filhos menores. Ela quer a casa, que construiu com o marido e a OMA está a trabalhar neste sentido, porque a senhora tem o direito de ficar com a casa.

Grande parte dos casos de violência contra a mulher são resultado do desconhecimento dos direitos.

“As mulheres não se preocupam em saber os seus direitos afirma Eulália Rocha. Ela acrescenta que faz parte da campanha, de sensibilização para informar , mulheres acerca dos seus direitos.

Ana Costa diz: “Estamos a apelar todas as mulheres para evoluírem, estudarem e evoluírem.”

Isto a propósito da pouca preparação de muitos jovens para o casamento.

“Só sexo, ninguém quer , estudar” atira ela à cara de um casal jovem.

9.11 Benguelenses discutem violência doméstica em mesa redonda

Semanário factual

19 De Fevereiro de 2011

Depois do encontro comunitário em Caimbambo, o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG) realizou em Dezembro, na cidade de Benguela, uma mesa redonda sobre “Violência Doméstica”, no âmbito da campanha “Desafiando o Silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher”.

Durante o encontro, onde foi realçado o papel de todas as forças da sociedade civil no combate à violência na família, Perpétua Chaluca, supervisora provincial do Programa de Luta contra a SIDA, definiu a violência contra a mulher como um grave problema de saúde pública.

“A violência, tanto física como sexual, condiciona o tratamento, na medida em o receio de discriminação de mulheres abusadas sexualmente está presente”, disse. Perpétua Chaluca, que apresentou o tema “A violência doméstica e o HIV/SIDA” indicou o medo como um de vários factores que inviabilizam denúncias sobre casos de abusos sexuais e defendeu a abertura dos serviços de aconselhamento.

Além dos serviços de aconselhamento, disse que existe uma rede pública que garante assistência médica e medicamentos a custo zero. “O quadro estará bem melhor quando tivermos psicólogos clínicos”,

Já o Padre e Sociólogo Eduardo Alexandre, durante a apresentação do tema “O exercício do poder paternal”, mostrou que o deficiente exercício da autoridade paternal é um tipo de violência doméstica. “Cada membro da família tem as suas responsabilidades, tendo em conta as expectativas das crianças em relação aos pais, que são o garante da saúde, educação, alimentação, desenvolvimento intelectual e muito mais”, frisou.

O Padre, Vigário Geral da Diocese de Benguela e também professor universitário, entende que a fuga à paternidade é um desvio social, uma prática reprovável que se aprende longe da família ou da escola.

Os temas, de uma forma geral, geraram interessantes debates e reflexões sobre as causas e formas de combate à violência, com destaque para o papel do jornalista.

O Director Provincial da Comunicação Social, Alexandre Lucas, falou ainda violência enquanto problema social, cujos efeitos disseminam dor, tristeza e

instalam na família um ambiente perverso, com profundas consequências para a saúde mental, física e espiritual dos seus membros.

À volta da mesa redonda estiveram sentados membros do Governo, jornalistas (diferentes órgãos de comunicação e representantes (organizações não mentais. Importa realçar que temas abordados na mesa redonda derivaram das discussões que aconteceram durante o encontro comunitário realizado pelo FMJI em Caimbambo, em Novembro, que reuniu moradores locais, autoridades tradicionais e representantes d Governo para discutir questão.

9.12 Declaração sobre violação dos direitos humanos no Huambo

Folha 8

19 De Fevereiro de 2011

Nos últimos meses, foram assassinados na província do Huambo nove cidadãos por motivos políticos com a conivência das autoridades públicas. A Direcção da UNITA apelado ao governo angolano ara cessar com estas práticas ilegais violadoras da Constituição, mas de nada tem valido.

Por exemplo, no dia 25 de Dezembro de 2010, às 21H00, foi assassinado o cidadão Luciano Matos Kalepepe no município do Katchiungo. No dia 16 e Dezembro de 2010, foram sequestrados das suas residências, na Aldeia Etalangala, Comuna do bimbi, Município do Bailundo, os cidadãos Marcelino Pataca e Luciano Moma. Estes cidadãos terão sido depois assassinados, sem no entanto as famílias terem tido acesso aos seus corpos.

No dia 6 de Dezembro de 2010, foi assassinado o cidadão Enoque Tomás, na comuna de Chinhama, Município no Katchiungo. No dia 19 de Novembro de 2010, dentro de sua residência, foram assassinados os cidadãos Menezes Ekumbi e Alda Catala, marido e mulher, em Luvemba . Velha, Município do Bailundo. Um dia depois de o Governador da Província do Huambo, Faustino Muteka, ter incentivado a população do Mundundo, Município do Ukuma, à prática de actos de violência política, foi assassinada a cidadã.

Paulina Chinossolle, Presidente da LIMA, a organização feminina da UNITA.

Todos estes assassinatos tiveram a cobertura dos poderes públicos a quem a Constituição manda respeitar a vida, a dignidade da pessoa humana e, sobretudo, proteger as liberdades políticas dos angolanos. A prova mais evidente desta cobertura é o facto de Henriques Hombó,

ter sido identificado pelas autoridades como sendo o autor do assassinato da cidadã Inácia Ginga, ocorrido na Comuna Ussoke, Município do Luindimbale, no passado dia 27 de Abril, e continuar em liberdade mesmo depois de ter sido apresentada queixa-crime.

Ao contrário, no dia 3 de Fevereiro de 2011, o professor António Kaputo foi detido às 19H00 no Bailundo sob a falsa acusação de tentativa de agressão ao Soba Silvestre Sambongo, quando, na verdade, fora o mesmo soba o agressor de cidadãos indefesos por não terem vestido a camisola do Partido que sustenta o Executivo.

O professor António Maputo, foi detido por quatro agentes uniformizados da Polícia Nacional, às 19H00, sem estes apresentarem qualquer Mandado de captura nem tão pouco explicarem os motivos da referida detenção como manda a Constituição no seu Artigo 64º número 2.

Estes crimes políticos, perpetrados ou incentivados por titulares de cargos públicos têm ocorrido um pouco por todo o país com grande incidência nas aldeias e comunas do interior, longe dos olhos da comunicação social. Pela sua dimensão nacional, intensidade e forma de execução, estes actos criminosos parecem obedecer a uma estratégia política bem definida do Executivo angolano, com o claro propósito de criar um ambiente de medo na consciência dos povos de Angola para inviabilizar a mudança.

E neste quadro que se insere o protesto da UNITA, manifestado pelo seu Secretário-Geral, o Deputado Kamalata Numa, que, nos termos da lei exigiu das autoridades a libertação do professor António Kaputo, detido em contravenção à lei, que diz:

Todo o cidadão deve ser informado no momento da sua prisão ou detenção das respectivas razões e dos seus direitos, nomeadamente, ser-lhe exibido o Mandado de prisão ou detenção emitido por autoridade competente nos termos da lei, salvo nos case de flagrante delito”, o que não era caso. Artigo 63 da constituição. Nesta conformidade, a UNITA leva, ao conhecimento da opinião público nacional e internacional os factos acima referidos e exorta os cidadãos angolanos a prosseguirem a luta democrática pacífica pelos seus direitos, liberdades e garantias protegidos pela Constituição.

O Secretariado Executivo da UNITA Luanda, aos 9 de Fevereiro de 2011

9.13 Mulheres de Kalandula buscam apoio de ONG para resolverem conflitos familiares

Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro

Pela complexidade dos casos de violência doméstica em Kalandula, menos pessoas recorrem as autoridades tradicionais para a resolução dos conflitos familiares. A constatação foi feita durante o encontro comunitário realizado pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género, na província de Malange, no âmbito do seu projecto “Desafiando o Silêncio: os meios de comunicação contra a violência doméstica”

O encontro, que contou com a participação de representantes do Ministério da Família e Promoção da Mulher, das administração locais, autoridades tradicionais, OMA, FAA, Polícia e populares serviu para recolha de subsídio na comunidade sobre as vias de resolução dos casos de violência doméstica.

Os participantes, cerca de 40, informaram que no município existe violência doméstica sobre várias formas, quer psicológica, quer física, praticada por mulheres e homens camponeses e não só.

A violência resulta na maior parte dos casos de atitudes que demonstram superioridade académica e financeira e da divisão “tradicional” dos bens da família após a morte do marido, que remete as mulheres e filhos em situação de vulnerabilidade.

A poligamia é também fonte de muitos conflitos familiares em Calandula porque, apesar da prática ser aceite, as mulheres não se conformam com determinadas praticas dos companheiros.

“É normal ele dormir na casa da outra e trazer toda roupa suja para eu lavar?”, questionou uma das participantes.

Os conflitos familiares deixaram de ser tratados somente junto das autoridades tradicionais. Actualmente os municípios recorrem também à representação local da Família e Promoção da Mulher e à OMA, pela pronta intervenção na resolução dos problemas desta natureza. O recurso à Polícia na maior parte das vezes acontece nos casos em que se regista ferimentos graves.

Recomendações do encontro

Os municípios de Calandula pedem às instituições competentes e às organizações da Sociedade civil a realização de mais debates que privilegie o diálogo dentro da família e incentive a redução do consumo de bebidas alcoólicas.

Os participantes, com apoio do Fórum de Mulheres de Kalandula e da OMA, comprometeram-se a criar brigadas de assistentes sociais para abordar questões de igualdade no género, numa perspectiva pedagógica para evitar interpretações negativas.

Durante o encontro, realizado em Outubro, foi ainda reforçada a necessidade de as autoridades tradicionais, pelo valor cultural, continuarem a resolver problemas de violência doméstica ao nível das comunidades, com base nas boas práticas de convivência social reconhecidas pela comunidade e no princípio de direitos de igualdade entre homens e mulheres.

9.14 A lei é benéfica, mas por si só não resolve o problema

Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro

A Ministra da família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, garante que a lei contra a violência doméstica será aprovada na especialidade tão logo forem feitas as adaptações impostas pelos deputados na sessão parlamentar do dia 13 de Janeiro. Este documento, que voltou a ser analisado pela Assembleia Nacional de 31 de Janeiro, não vai combater, por si só, a violência doméstica segundo a ministra, razão pela qual estão a ser implementadas vários programas educativos e formativos, nomeadamente o de resgate dos valores morais e cívicos, sobre questões de género e o de competências familiares. Acompanhe na íntegra a entrevista ao “Desafiando o Silêncio

D.S: *O que representa a aprovação da lei na generalidade, apesar de não ter sido ainda aprovada na especialidade?*

G.L: Estando aprovada na generalidade, significa que será aprovada na especialidade. Ela está ser adaptada para que seja aprovada definitivamente. Esta é uma lei que se impõe, em primeiro lugar, porque Angola é subscritora de vários instrumentos internacionais e regionais sobre os Direitos Humanos e da Mulher e aprovou da Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher. A maior parte dos países, quer da CPLP quer da SADC, já tem as suas leis aprovadas contra a violência sobre a mulher. Para nós, tendo em conta que a agressão e o conflito doméstico, começa a ser hoje uma questão de género e pelos inúmeros casos de violência contra idosos e crianças, preferimos fazer uma lei contra a violência doméstica. Assim abrange todos os membros da família. Portanto, a lei é benéfica, mas ela por si só não resolve o problema. É um instrumento que vai regular a conduta e o relacionamento entre as pessoas no seio da família, que é a célula base de uma sociedade e a primeira instituição social.

D.S: *Por que razão a lei não foi aprovada na especialidade?*

G.L: Os deputados levantaram a questão referente ao casamento forçado, que contradiz com aquilo que está explanado na Constituição. Sabemos que a idade núbil em Angola é 18 anos, mas a lei admite casos excepcionais entre jovens menores de idade. O rapaz com 16 e a menina com 15, com autorização das famílias. Estivemos em todas as províncias e falamos com as mais variadas sensibilidades, como sob as, procuradores, organizações de especialidades como de juristas, psicólogos e soubemos que em muitas delas, se uma mulher der à luz a uma menina, esta poderá ser esposa, antes mesmo de completar 13 anos, de um homem com algum poderio no seio da aldeia. Para nós, esta é uma atitude discriminatória porque a um rapaz nada lhe acontece. Por outro lado, está-se a retirar o direito desta criança crescer e se tornar uma mulher livre, com vontade e decisão própria. Depois estes actos vão em nome da cultura e da tradição. Mas já tem sido preocupação das autoridades angolanas rever estes hábitos e costumes que em nada dignificam o homem.

Outra questão é se a violência doméstica deve ser considerada um crime público ou semi-público. Nós defendemos que o crime seja público com alguma excepção. O crime público não admite, em alguns aspectos a reconciliação. Mas previmos essa excepção para o bem da família. Pretendemos que assim seja para que qualquer membro da família, criança ou adulto que esteja a ser vítima de violência possa denunciar as autoridades. Acontece que há inúmeros casos de mulheres, crianças e de homens que acabam mortos ou contraíndo uma deficiência física ou psíquica porque sofrem calados e quando tomam a iniciativa de queixar, às vezes sofrem represálias das famílias.

A fuga a paternidade é também outra questão. Somos ainda confrontados com casos de abandono de lar e de cônjuges que põem o outro fora de casa. A maior parte das vezes são mulheres, que quando saem levam os filhos e ficam completamente desamparadas. Muitas vezes a casa é vendida com a família lá dentro. Então, prevemos que nessa lei, enquanto durar o conflito, nenhum dos envolvidos, nem outro membro da família poderá fazer alienação, venda ou movimentação dos bens comuns da família até que as instâncias competentes resolvam o assunto.

Portanto, são essas questões que têm estado a ser ponderadas e analisadas pelos nossos ilustres deputados.

D.S: *Quanto tempo levará esse processo de adaptação?*

GPL: Os senhores deputados prevêm dois meses, a contar da data da última sessão.

G.L: *Depois da aprovação da lei, qual é o tempo previsto para a sua regulamentação?*

G.L: São 90 dias. Estamos a preparar as condições para que tão logo ela seja aprovada comecemos a trabalhar para sua implementação.

D.S: *Que condições estão a ser criadas para a implementação da lei?*

G.L: A lei prevê os gabinetes especializados e com muita satisfação pudemos constatar que o Ministério do Interior já está a trabalhar nisso. Já criou, inclusive, um departamento nacional para tratar especificamente das questões ligadas à violência doméstica e também já está a criar condições nas várias esquadras. Isto é excelente. Quer dizer que quando a lei for aprovada nesta parte não teremos grandes dificuldades. A lei também contempla as casas de abrigo e os centros de aconselhamento.

As casas de abrigo são casas de passagem provisória. Nós nos confrontamos com mulheres que dormem à porta da Televisão Pública de Angola porque foram postas na rua e não têm para onde ir. Essas pessoas poderão accionar o SOS para serem acolhidas nesta casa, que terá uma série de serviços e especialistas como psicólogos, médicos, antropólogos e sociólogos que ajudarão a resolver a problema. No prazo de 72 horas, as autoridades competentes devem criar condições para que a família regresse à casa. Se isto não for possível, têm de encontrar outra solução no prazo limite de 15 dias.

D.S: *Quantas casas de abrigo serão necessárias no país?*

G.L: Se pudermos ter uma em cada uma das províncias, com todas as condições, será excelente. Os centros de aconselhamento são que devemos ter uns todos os municípios. Neste momento, temos estado a trabalhar nas secções municipais das administrações municipais da Família e Promoção da Mulher. Mas nestes gabinetes não trabalha somente a representante da Família e Promoção da Mulher. Ela divide o gabinete com uma outra área. Numa sala como esta, a vítima não se sente segura para falar do problema. Entretanto, temos que guardar segredo para salvaguardar quer a vítima, quer o agressor. Deixe-me dizer que os centros de aconselhamento acabam também sendo uma triagem dos assuntos que deviam ser resolvidos pelos tribunais. Portanto, consegue-se a partir daí dar solução há muitos conflitos que ocorrem por mera teimosia, por desconhecimento de algumas normas de conduta e às vezes até são problemas de personalidade que precisam ter um tratamento mais cuidado. Só o ano passado, registamos 3050 casos. O tribunal num ano não julga este número de casos. Há casos ainda que não chegam a lado nenhum. Estamos a trabalhar na consolidação de uma base de dados porque sabemos que algumas igrejas e organizações também fazem aconselhamento. Se somarmos todos estes casos vamos ver que dão muito

mais do que 3050. Por exemplo, no ano de 2007-2008, em que fomos buscar dados de várias instituições que fazem aconselhamento, registamos mais de 10 mil casos. Portanto, as casas de abrigo são necessárias e se estiverem bem equipadas funcionam.

Elas terão de ser equipadas com a linha disque denuncie, que é um serviço que vai funcionar 24/24 horas especialmente para se atender situações de violência.

D.S: *A Lei prevê o agravamento da pena?*

G.L: A intenção inicial era de se agravar principalmente naqueles casos de abuso sexual e de incesto, em que estariam envolvidos menores. Mas a parte penal será conformada com o Código Penal, cuja revisão está em curso.

D.S: *A senhora ministra disse, há instantes, que a lei por si só não vai combater a violência doméstica. Afinal, que importância tem este documento?*

G.L: A lei por si só não vai combater a violência, mas vai facilitar a actividade dos intervenientes na resolução destes casos. Sabemos que a agressão física é crime. Mas no caso da violência doméstica as vítimas chegam à Polícia e são mandadas de volta para casa. Então, eu pego na minha mulher ou no marido coloco-o fora de casa e está tudo bem? Não pode ser...

As pessoas têm de ter protecção. A família tem de ser uma e coesa porque é a família que forma a sociedade. De maneira que é preciso haver regras. A Polícia muitas vezes tem dificuldade de tornar algumas medidas porque não tem respaldo legal. Então, por um lado, a Lei vem regular isso e, por outro lado, serve para advertir que não se deve bater ou exercer qualquer acto que possa lesar as pessoas da família.

D.S: *Que outras medidas devem ser tomadas para prevenir que o crime aconteça?*

G.L: Existe um plano de acção que reveste uma série de acções educativas e formativas que vão fazer com que as pessoas, cada vez mais, estejam habilitadas a lidarem entre si e nas relações interfamiliares. O Ministério tem um programa de resgate dos valores morais e cívicos, com uma vertente especial, porque pretende ligar a família à escola. A família é o primeiro espaço de socialização de um indivíduo e o segundo espaço imediato é a escola. Recebemos instrução na escola e educação na família. O objectivo deste programa é ir à busca daqueles valores básicos que fazem com que qualquer cidadão lide bem como outro, pedir desculpas, cumprimentar ao sair ao chegar, ao deitar ao levantar, saber estar e saber ser. Se eu for educada a dialogar e a resolver as coisas na base do diálogo não vou andar na rua a lutar. Mas as pessoas dizem que há violência na rua.

Mas quem pratica a violência na rua? Se por qualquer motivo andar aos socos na rua é porque não recebi edu-

cação na minha família e é esse o meu comportamento lá em casa mesmo com os irmãos, o marido e os filhos. Temos também o programa sobre questões de género. Este programa é essencial nas relações entre homens e mulheres, porque nos traz subsídios de como estes dois seres devem lidar, do ponto de vista social. É um programa que nos vai ensinar que homens e mulheres são diferentes biologicamente, mas iguais socialmente, porque cada um tem capacidade e competência para aprender e para fazer. Significa que neste programa vamos aprender a respeitar e a valorizar homens e mulheres como seres humanos, que devem ter acesso à escola, educação e a informação, a mesma oportunidade de votar e ser votado e de concorrer aos vários postos de trabalho em igualdade de circunstâncias.

Temos ainda o programa de competências familiares. É um programa dirigido às comunidades e que além da vertente da criação de actividade geradora de rendimento, também orienta a família para a unificação e educação. Pensamos que estes são programas que vão fazer com que as pessoas estejam cada vez mais amadurecidas, educadas, instruídas e informadas, de maneira que possam lidar como seres humanos e ter o espaço de residência e familiar, como um verdadeiro espaço para a sua realização.

D.S: *Qual é o prazo de implementação destes programas e se pode ter acesso a eles?*

G.L: O Ministério da Educação tem estado a incorporar nos curriculums escolares, a partir do primeiro nível, a perspectiva de género. É um trabalho que leva a cabo já há alguns anos. Por outro lado, serão realizados encontros, conferências e palestras em várias escolas diferentes níveis. A nível dos bairros estamos a trabalhar com ONG e igrejas na formação dos seus líderes e membros, para que se organizem e possam ter acesso aos programas. Para que a informação chegue mais rápido aos seus destinatários estão a ser elaboradas cartilhas sobre a convivência em família, relações inter-familiares e questões de género, que também serão traduzidas em línguas nacionais para beneficiar todas as comunidades.

D.S: *Neste momento, em que a sociedade está apreensiva devido a não aprovação da Lei na especialidade quer deixar alguma mensagem?*

G.L: Quero dizer que a Lei está adaptada e vai ser aprovada. Apelo para que comecemos a habituarmo-nos, dialogar mais. Temos um grande exemplo: Angola esteve em guerra durante, muito tempo e estiveram vários intervenientes vindo de várias partes do mundo para mediar o conflito, que nós mesmos acabamos por resolver à base da negociação. Significa que o diálogo resolve todos os problemas. Então, vamos quebrar a violência, denunciando e intensificando o diálogo nas

nossas casas, ensaiando todos os dias entre cônjuges, e os, filhos e entre outros membros da família e vizinhos, para que possamos resolver os problemas como homens que tiveram o privilégio divino de ter raciocínio e não optar pela violência.

Portanto, não à violência.

9.15 Governo nega violações de mulheres congolezas na fronteira

Semanário Factual

De 19 a 26 de Fevereiro

As autoridades angolanas reagiram Quarta – feira, 16, às acusações da ONU, segundo as quais a parte angolana terá violado sexualmente mulheres expulsas do País.

Uma fonte governamental afirmou ao Factual que Angola continua a respeitar os direitos humanos no momento de expulsão das pessoas que vivem no país ilegalmente.

“Os estrangeiros ilegais expulsos do país são bem tratados. Essa acusação corresponde à verdade, referiu a fonte, salientando que muitas denúncias só visam manchar a imagem dos países no exterior.

Segundo a ONU, novos casos de violações de mulheres congolezas foram registados na fronteira entre Angola e a RDCongo, de onde elas foram expulsas.

Margot Wallstrom, representante especial da ONU para a violência sexual nos conflitos, precisou que ocorreram 182 violações em sete cidades ao longo da fronteira entre aqueles dois países durante o mês de Janeiro.

No entanto, a missão da ONU confirmou mil e 357 casos de violação numa cidade durante um período de seis a oito meses, adiantou a responsável.

“As minhas investigações sugerem fortemente que as violações sexuais são sistematicamente infringidas contra as mulheres e as raparigas congolezas num contexto de expulsões de Angola para a RD Congo”. afirmou em comunicado, citado pela agência francesa, AFP.

Segundo Margot Wallstrom, “muitas sobreviventes” com quem falou confirmaram que estes crimes acontecem nas unidades de detenção em Angola e também do lado congolês da fronteira”.

“ Lanço um apelo às autoridades angolanas e congolezas para investigarem de forma urgente estas informações. Pretendo colaborar estreitamente com o governo de Angola e também com o do Congo sobre este assunto espero da parte deles encontrem uma solução para esta grave violação dos direitos humanos ”reiterou.

A responsável também saudou a resposta rápida das autoridades congolezas depois da detenção de 11 milita-

res julgados no Leste do Congo pela violação quase 60 mulheres no início de Janeiro.

Quatro destas 58 vítimas foram ouvidas á porta fechada e confrontadas com os 11 militares ,incluindo quatro oficiais, julgados desde Quinta-feira 17, no tribunal militar Bukavu (Este).

A ONU reportou, em Novembro, que mais 700 homens, mulheres e crianças, tinham sido violados nos processos de expulsão por Angola milhares de pessoas nestes últimos meses para RD Congo.

9.16 A lei contra violência doméstica

Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro

A aprovação na especialidade da Lei contra a violência doméstica é inquestionável e urgente pelo número e casos de violência doméstica registados no país. As estatísticas suplantam as dos crimes praticados na via pública, segundo a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, que se pronunciou no seminário sobre a “Importância da aprovação do projecto-lei sobre a violência doméstica”, promovido pela Associação de Mulheres Polícia de Angola, em parceria com o Ministério que dirige.

Esta situação revela claramente a importância da existência de uma lei para permitir que qualquer pessoa denuncie o agressor, para que seja responsabilizado pelo seu acto. Este documento, que está a ser analisado pelas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, vai também facilitar a actividade das instituições que intervêm na resolução de casos desta natureza e punir não só a violência entre cônjuges, como também a praticada sobre os outros membros da família.

A ministra, que há muito tem feito advocacia para a aprovação desta lei, reconhece que este documento por si só não vai combater a violência doméstica, mas que é importantíssimo para proteger a família e desincentivar conflitos, que podem ser evitados, se os seus membros primarem pelo diálogo.

Igrejas e organizações da sociedade civil têm se manifestado publicamente a favor da aprovação da lei e mostram-se disponíveis a apoiar as acções do Executivo que visam o combate à violência doméstica. Algumas contribuíram com as suas ideias para o enriquecimento do ante-projecto de lei, realizaram marchas e ainda têm promovido debates sobre a violência doméstica e a importância da lei, por considerarem válida a sua participação na construção de uma sociedade menos violenta e mais aberta ao diálogo.

Inesperadamente, a Assembleia Nacional adiou a aprovação na especialidade da Lei contra a violência doméstica por não estar conformada com a nova Constituição do país. Os deputados alegam também que a Lei contra a violência doméstica carece de algum rigor técnico em relação as matérias sobre a tutela dos bens patrimoniais comuns dos cônjuges, casamentos tradicionais forçados e a tipificação da violência doméstica como crime público, devendo por isso ser revista e até enriquecida pela sociedade civil.

Pelo visto, não trata de nenhuma injustiça ou falta de vontade política para a aprovação desta lei. São reparos pertinentes que vão permitir a convivência saudável, a reconciliação e harmonia no seio das famílias angolanas, independentemente do espaço geográfico em que vivem e da cultura de cada uma delas. Todavia, é importante o cumprimento dos prazos para rectificação das falhas, análise e aprovação do documento, bem como para sua regulamentação.

9.17 Mais de 100 crimes cometidos só em Luanda

Á Capital

26 de Fevereiro de 2011.

No município de Viana, bairro Sapú , no interior de uma residência, um cidadão de origem chinesa, apenas identificado por Lio Hoa, de 44 anos, estrangulou até à morte o pequeno Áurio Gabriel, que contava apenas oito anos. Apesar de já se encontrar detido, o cidadão chinês, autor de tamanha barbaridade, ainda não desvendou as causas para tão hediondo crime.

Já no Sambizanga, bairro do São Pedro da Barra, também no interior de uma residência, Pedro Paca de 30 matou a pancada a própria esposa porque a mesma reclamou por dinheiro para cozinhar.

Briga de gangs no município do Cazenga. Resultou na morte de duas pessoas e no ferimento de cinco outras. As vítimas mortais são, Domingos Bernardo de 23 anos, e Eduardo Pedro , 18. Foram detidos Amadeu Gaspar , João Joaquim e Sebastião, como presumíveis autores das mortes.

Na Maianga , no bairro Catambor, foi , detido Pedro Neto, de 22anos, acusado de assalta uma residência e furtar dois televisores , duas botijas de gás butano, duas colunas de som e ainda cinco grades de cerveja.

Já no município do kilamba kixi, bairro Palanca, uma cambista de rua, identificada por Carla Sebastião ,ficou ferida após ter sido atingida por disparos de arma de

fogo, ao resistir a tentativa de de assalto protagonizado por três meliantes , que cobiçavam a pasta de mesma, onde ao que se presume, continha o dinheiro. Entre os meliantes , a polícia deteve , Paulo Gonçalves.

Alberto Martins, 28 anos, Pascoal kimbagala, 24 e José Pascoal, e Domingos, de 30, foram detidos acusados de roubar um milhão de kwanzas no escritório no escritório de uma empresa na Viana, onde, como se não bastasse, surripiaram também uma aparelhagem de som, de DVD, cinco colunas de som e um decodificador. Foram também encontradas na posse dos mesmos de duas armas de fogo, dez munições e uma pistola T4.

Por suposta violação foi detido no município do Sambinzanga, bairro , São Pedro da Barra, Francisco Ricardo, de 21 anos , sob acusação de ter abusado sexualmente , de uma menor de apenas 12 anos.

Quem travará os polícias?

Na terça-feira, 22, na zona dos Congolenses, um agente da polícia de trânsito esbofateou uma automobilista , por uma manobra que , no seu entender , foi feito à margem do código de estrada.

Por coincidência um dos repórteres fotográficos desta casa de imprensa, Carlos Muyenga , em serviço no local , registou aquele momento, mas foi coagido pelo mesmo agente a interromper o trabalho, com alguma atitude musculada , antes de se dirigir ao repórter para apropriar-se do material de trabalho, no caso a máquina fotográfica, ao que o fotógrafo anuiu, na perspectiva de que o dês guisado seria resolvido com o gabinete de comunicação e imagem do comando provincial.. Porém , não foi como as coisas aconteceram . Na ausência do responsável deste departamento , em gozo de férias, o assunto tramitou para o seu auxiliar , mas as horas passavam e o assunto não conhecia evolução, numa atitude que fazia recordar o velho adágio , segundo o qual, em briga de javali não te queixes ao porco. O assunto viria a ser entregue ao piquete do referido comando, onde, por incrível que pareça, para espanto de tudo e de todos, todas as imagens constantes na máquina, foram pura e simplesmente apagadas. Os polícias alegaram uma suposta e desconhecida lei que proíbe fotografar agentes , socorrendo-se , segundo os mesmos, de uma pretensa orientação da comandante interina da corporação em Luanda, Elisabeth Ranque Franque “Beth”. Entretanto, contactada a referida comandante lavou as mãos, não ter conhecimento do caso, pois, se encontrava-se reunida no Comando-Geral

Esta não é a primeira vez que tal acontece e, pelo andar da carruagem, não será também a última. Mas, é de todo inteligente que se coloque um travão neste tipo de

situações, de forma a evitar-se males maiores.

Fonte deste jornal informou que o objectivo com a eliminação das imagens tinha a ver com o facto da corporação pretender levar a julgamento sumário a cidadã envolvida na batalha campal com o agente de trânsito, por suposta agressão, algo que, na realidade, não corresponde a verdade dos factos, dado que a mesma apenas reagiu à agressão iniciada pelo polícia

9.18 Mulheres garantem maior participação na solução dos problemas da sociedade

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2011

O plano de acção da Organização da Mulher Angolana (OMA) para o quinquénio 2011-2016 perspectiva uma maior actuação da organização para tomar mais forte a sua participação na resolução de muitos problemas sociais e económicos que afectam a sociedade angolana, anunciou a secretária geral da OMA, Luzia Inglês.

A secretária-geral, que submeteu o plano de acção à aprovação das 1.181 delegadas do Congresso, disse que a OMA vai continuar a fazer a “advocacia pela defesa dos direitos da mulher e pelo aumento da participação feminina em todos os órgãos de tomada de decisão, para que a sua competência, habilidade e sensibilidade ajude a construir uma Angola nova para todos”.

“A defesa e preservação da paz, unidade, fraternidade, solidariedade e do respeito pela ordem vigente e pelos símbolos nacionais devem conduzir as nossas acções diárias, para que a nível da família, bairros, locais de trabalho, mercados, na cidade e no campo, cultivemos o espírito de patriotismo, cidadania e estima pelos valores nacionais, tão arduamente conquistados”, afirmou Luzia Inglês.

Além do plano de acção, a secretária geral da OMA apresentou o relatório síntese do Comité Nacional ao congresso, que destaca as actividades desenvolvidas pela organização desde o congresso anterior, realizado em Março de 2005.

Ao longo de seis anos, indicou Luzia, a OMA trabalhou no crescimento quantitativo e qualitativo da organização “para vincar a sua influência junto da sociedade civil e da opinião pública nacional e internacional” e dedicou-se à mobilização das mulheres e suas famílias para o registo eleitoral que culminou com as eleições legislativas de 2008.

A secretária-geral afirmou que a defesa dos direitos e liberdades das mulheres e das crianças e as acções de combate à violência” doméstica, ao analfabetismo e de incentivo a livre iniciativa económica e empresarial mereceram uma atenção da organização.

Luzia Inglês destacou o apoio que a organização presta, em colaboração com bancos comerciais, às mulheres sem recursos para desenvolverem actividades que ajudam a combater a pobreza a curto prazo.

O relatório do Comité Nacional ao congresso foi também submetido à aprovação das delegadas, que integram desde ontem várias comissões de trabalho. A organização do Congresso criou as comissões de mandatos, recurso, eleitoral, redacção, estatuto e do relatório.

Durante os três dias de trabalhos, as delegadas ao congresso vão fazer o balanço das actividades desenvolvidas pela organização ligadas à vida interna, participação no processo eleitoral, acções de solidariedade e aconselhamento jurídico, promoção e desenvolvimento da mulher, relações exteriores, administração, finanças, património, disciplina e auditoria.

9.19 Assaltos em Cacuaco Municípios temem regresso da insegurança

A Capital

29 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2011

A onda de assaltos teve início no passado dia 05, do corrente -mês, quando foi arrombada uma viatura e marca Renault, de cor branca, que é usada como lanchonete ambulante. Esta estaciona, habitualmente, entre a agência do Banco Milleniun e as bombas de combustível.

Esperança Miguel, proprietária, esclareceu que não se tratou da primeira vez que tal aconteceu, tendo mesmo, com a voz carregada de ironia, reclamado que estava perante o seu quinto ou sexto assalto.

Os meliantes levaram consigo cerca de 20 caixas de produtos diversos, sobretudo bebida, além de se terem apoderado do fogão e da garrafa de gás.

Segundo a fonte, todas as vezes que seu estabelecimento sofreu um assalto do género, participou o facto ao Comando Municipal da Polícia, porém, ao que tudo indica, não adiantou muito. De acordo ainda com a mesma, a última vez que fez uma participação de um roubo, ocorrido no seu estabelecimento, o oficial em serviço no Comando de Divisão de Cacuaco a mandou regressar numa segunda-feira, porque o dia em que se

queixava era domingo. Esperança Miguel, com receio de que os seus algozes regressem, depois da jornada é obrigada a transportar todos os haveres da roulotte para um outro estabelecimento com maior segurança.

Também nas mesmas cercanias, por detrás da referida «caravana», estão situados os escritórios da representação da Capitania do Porto de Luanda. Esta instituição teve a casualidade de, na madrugada do dia nove deste mês, ser também assaltada. De lá, os assaltantes levaram todo o equipamento de escritório.

De assaltos em Cacuaco não é tudo. Na manhã do dia 11 do corrente, por volta das dez horas, ia a circular numa das ruas do bairro boa esperança, com uma do Kikolo, um camião de marca Mercedes Benz, de cor amarela, com a chapa de matrícula LD-35-13-AG, carregado de 166 garrafas de gás. Este não chegou tem feito O seu ao destino. Foi interpelado por meliantes que se apossaram da viatura, bem como da sua carga. Segundo os residentes naquele bairro compõem bairro, no dia anterior ao assalto, a polícia efectuou buscas que resultaram na detenção de mais de 20 jovens.

O superintendente José Franco, comandante da Divisão da Polícia de Cacuaco, garante, por sua vez, que a criminalidade no município está sobre controlo, embora tenha reconhecido que, nos últimos tempos, os índices tendem a aumentar com a recepção de novos municípios provenientes de outras áreas de Luanda.

Ele falou, nomeadamente, de populares provenientes da zona da Chicala, além de se ter, também, queixado de alguns ex-reclusos que foram soltos recentemente pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como consequência de casos de excesso de prisão preventiva no município. Outro motivo que concorre para uma possível subida da criminalidade em Cacuaco é a fronteira com o Cazenga e Viana, municípios onde a criminalidade também ainda se faz sentir com grande incidência.

10. AMBIENTE

10.1 Desenvolvimento das energias renováveis torna-se na principal atenção do ramo

Jornal de Economia
8 de Fevereiro

No seu discurso de abertura da Conferência Nacional sobre Energias Limpas, realizada ontem, segunda-feira (7), em Luanda, sob o lema “Electrificar Angola conservando o ambiente”, a ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, afirmou que o mundo vive hoje um amplo movimento de mudança ao modelo de energia fóssil e nuclear para um sistema energético que inclua as energias renováveis, alternativas e limpas.

“A médio e longo prazo, teremos um planeta com recursos naturais em extinção. Deste modo, crescem as manifestações tendentes a reduzir o dióxido de carbono na atmosfera, que contribui para o efeito de estufa” disse, acrescentando que, por este facto, urge a necessidade de se promover a utilização de fontes energéticas que garantam a sobrevivência das futuras gerações num ambiente sadio.

A ministra afirmou ainda que a utilização de energias limpas, nomeadamente a energia solar e a eólica (vento), além de outras, são alternativas exequíveis para serem desenvolvidas no nosso país. Mas, sublinhou, é necessário que se faça uma análise cuidada sobre as vantagens e desvantagens da utilização destas fontes alternativas.

Actualmente, temos em carteira 36 localidades confirmadas que irão beneficiar de sistemas solares fotovoltaicos, num total de 216 infra-estruturas, como escolas, postos médicos, sistema de bombagem de água, administrações e postos policiais”, anunciou.

Emanuela Lopes disse, por outro lado, que já foram feitos estudos sobre o potencial eólico da Baía dos Tigres e no município do Tômbwa, ambos na província do Namibe.

Mini-hídricas

Segundo a ministra, está em curso a promoção e desenvolvimento de fontes energéticas locais, através da recuperação ou construção de novas mini-centrais hidro-eléctricas com o apoio dos governos provinciais, administrações municipais e autoridades tradicionais.

“Temos o prazer de anunciar que se fará em breve o lançamento de um concurso público de 30 estudos preliminares e dois de viabilidade técnico económica para a construção de aproveitamentos hidroeléctricas

em regime BOOT’ (build -own-operate-transfer, uma modalidade de parceria público-privada, muito comum em países como o Canadá e Nova Zelândia), anunciou. A conferência sobre energias limpas teve como objectivo remover o debate sobre a utilização em Angola de fontes de energias não fósseis e contou com o apoio da embaixada da Noruega.

Estiveram presentes no evento o secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel o ministro das Telecomunicações e Tecnologias da Informação, José de Carvalho da Rocha, o vice-ministro do Ambiente, Syanga Abílio, o embaixador da Noruega, Jon Veia, e demais convidados.

País pretende produzir 370 megawatts de energia até 2012 Consumo per capita de Angola é de 190 190KWH, três vezes abaixo da média africana

O Programa do Executivo para o sector eléctrico nacional prevê o aumento da capacidade de produção energética para 370 MW até ao final do próximo ano. Para concretizar esta meta, o Ministério da Energia e Águas (MINEA) está empenhado na reabilitação e modernização dos principais centros electro-productores, nomeadamente Cambambe, que, neste momento, fornece apenas 50 por cento da sua capacidade de 180 MW; Lomaum (50 MW), Mabubas (40 MW) e Matala (60 MW) e Matala (39 MW).

Esta informação foi prestada pelo secretário de Estado da Energia, engenheiro João Baptista Borges, durante a apresentação do tema “As Energias limpas como factor de desenvolvimento em Angola” na conferência sobre energias renováveis.

Novos projectos

De acordo com o secretário de Estado da Energia, João Baptista Borges, Angola é um país considerado rico em termos de recursos hídricos, com mais de 47 bacias hidrográficas, 147 metros cúbicos de caudal anual, um dos mais elevados da região austral de África, e um enorme potencial hidroeléctrico com capacidade de produção anual avaliada em 18 GW, ou até 72 TWH (Tera Watts por Hora).

Actualmente, as regiões atravessadas pelo rio Kwanza, ou médio kwanza, têm o maior potencial hidroeléctrico, com uma capacidade instalada de 700 MW. Para quadruplicar o volume de produção actual, o Executivo vai investir cerca de 7,2 mil milhões de dólares no médio Kwanza, concretamente nas barragens do Lauca e Caculo Cabaça, que terão cada uma Quatro turbinas, com capacidade de produzir mais de 2.067 MW cada. Este investimento, cuja execução demorará 60 meses, vai permitir a criação de cinco mil novos postos de trabalhos directos e 25 mil indirectos.

Consumo de energia

Segundo o responsável do sector de energia, neste momento o país precisa produzir 2.700 MW para alcançar o consumo médio percapita de energia em África, que é de 640 KW /Hora por habitante durante um ano. De momento, o consumo percapita angolano é de 190 KWH, ou seja, três vezes menor que a média africana. Por outro lado, Angola deve produzir 8.500 MW de energia, se quiser alcançar a média percapita dos países emergentes, que é de 2.000 KW /Hora por habitante.

A nível do continente africano, a África do Sul lidera as estatísticas de consumo percapita de energia registando uma cifra de 5.013 KWH. Segundo João Baptista Borges, este facto ilustra claramente o percurso que Angola ainda tem por percorrer para garantir uma produção energética considerada auto-suficiente. “Ainda temos um longo percurso pela frente”, sublinhou.

Ao todo, o continente africano consome apenas três por cento da produção mundial de energia, sendo que só a América do Norte consome 26 por cento, a Europa (34), América Central e do Sul (27), e o restante para o Médio- Oriente, Ásia e Pacífico.

“Os países que querem desenvolver-se, como o nosso, precisam de mais energia, ou seja, mais energia significa maior produção industrial, mais emprego, maiores rendimentos para as famílias, maior poder aquisitivo e maior volume de produção de bens de consumo”, referiu.

10.2 Angola prepara conferência africana sobre as alterações no ecossistema

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2011

Luanda acolhe de 19 a 23 de Março a Conferência sobre a Adaptação às Alterações climáticas na região Oeste do continente africano. A informação foi dada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, durante a reunião técnica da comissão multisectorial do ambiente.

O encontro vai contar com a participação de representantes dos países situados na zona costeira de África, como o Senegal, Marrocos, Guiné -Bissau, Serra Leoa, Libéria, Cabo Verde, Ghana, Gabão, Congo Brazzaville, Namíbia, África do Sul e outros.

A conferência destina-se a discutir os principais problemas ambientais que afectam esta região banhada pelo oceano Atlântico, estratégias de conservação conjunta de recursos da zona costeira e marinha da África Ocidental, a melhoria das intervenções conjuntas nas áreas protegidas, o envolvimento de comunidades autóctones na

governança dessas zonas e protecção dos habitats mais críticos.

Os participantes vão elaborar um esquema director de gestão do litoral e da luta contra a erosão costeira ocidental de África.

Em Angola, o Executivo, através do Ministério do Ambiente, está a elaborar o Programa Nacional de Adaptação (PANA) à vulnerabilidade ambiental, no quadro das acções das Nações Unidas para questões de protecção ambientais. Este programa, que deve ser concluído este ano, vai reflectir as medidas de adaptação dos efeitos das alterações climáticas nacionais.

O programa honra os compromissos do Executivo no quadro da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto.

10.3 Chuvas deixam milhares sem abrigo

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2011

As intensas chuvas acompanhadas de ventos, que se abateram no início do ano sobre a província da Lunda – Norte, destruíram 532 casas, deixando sem abrigo igual número de famílias, informou na terça-feira no Dundo, o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Segundo Francisco André Viana, a área mais afectada foi o município de Caungula, onde no início do mês de Janeiro as intensas chuvas destruíram 463 residências naquela circunscrição municipal, que fica a mais de 800 quilómetros da sede provincial.

Além do Caungula, no município do Chitato 63 famílias ficaram também ao relento em consequência das enxurradas que se abateram nos finais do mês de Janeiro.

Devido à falta de meios dos Serviços provinciais de Protecção Civil e Bombeiros, o governo provincial, em coordenação com as estruturas centrais, está a empenhar-se no sentido de garantir o apoio necessário às famílias sinistradas, com tendas e bens alimentares.

No entanto, até Julho, são admitidos, na Lunda-Norte, 759 professores, revelou, na segunda-feira, no Dundo, o director provincial da Educação, Ciência e Tecnologia. Grande parte destes professores, revelou, na segunda-feira, no Dundo, o director provincial da Educação, Ciência e Tecnologia.

Grande parte destes professores, disse Luís Kitamba, vão leccionar nos municípios e comunas do interior da província, onde a falta de docentes é mais notória.

A admissão destes professores, afirmou, permite maior cobertura das actividades educativas, tendo em conta o aumento de número de salas nas várias localidades, fruto do investimento do governo provincial, que tem como objectivo reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino.

Luís Kitamba referiu que vai ser dada prioridade aos jovens recém formados nos institutos médios de formação de professores dos municípios Chitato, Cambulo, Lucapa Cuango.

“Alguns têm o sector da educação como segundo emprego e não queremos que isso aconteça”, afirmou, frisando que há necessidade

dos candidatos se assumirem como profissionais dispostos a transmitir melhor os conhecimentos e a contribuir para o desenvolvimento do sistema de ensino na região.

A Lunda-Sul tem 3.160 professores, 209 escolas nos três subsistemas de ensino geral e 178.229 alunos.

10.4 Mais de mil pessoas afectadas pelas cheias no Dombe Grande

Agora
26 De Fevereiro de 2011

A comuna vive o drama devido ao transbordo das águas do rio Kupurolo que arrastou residências e vários campos agrícolas.

Os sinistrados foram evacuados e agrupados nas imediações da administração comunal, em precárias condições sociais.

“Ficamos sem nada. Dependíamos das lavras. Os cabritos, os porcos, sumiram. Apenas o Executivo sabe o que fazer por nós”, suplicou uma das vítimas.

As crianças já há quatro dias que não vão à escola, os cadernos estão ali, os livros estão todos molhados, está mesmo tudo mal”, acrescentou.

As autoridades locais anunciaram que vão solicitar a intervenção do executivo central para assistir as populações com vários meios, enquanto durar o estado de penúria causado pelas enxurradas.

“Eu penso que o tempo que durar essa crise e o tempo que as águas das chuvas não permitirem que as populações vão às suas lavras o Estado vai ter que rever os seus planos de apoio, penso que o órgão central está notificado, e vamos continuar a apoiar” garantiu o comandante provincial da polícia, António Maria Sita.

O governador provincial, que sobrevoou a região, prometeu apoiar as vítimas com um campo para alojar as famílias atingidas pela fúria das águas.

“Vamos fazer o desdobramento de um acampamento com tendas e o asseguramento logístico” prometeu Armando da Cruz Neto.

10.5 Namibianos entram em Angola para abater árvores para lenha

Jornal de Angola
21 De Fevereiro

O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Cunene, Alcino Zamba, mostrou-se, no sábado, em Ondjiva, preocupado com o “abate indiscriminado” de árvores por parte de angolanos e namibianos.

Uma das razões que motiva o corte indiscriminado de árvores, disse, tem a ver com a produção de carvão, na fronteira entre Angola e Namíbia, situação que tem provocado a destruição da flora e da fauna na região.

Os namibianos, afirmou, atravessam diariamente a fronteira para a obtenção de lenha utilizada na produção de carvão.

“A lei florestal da Namíbia, por ser rígida, faz com que os naturais daquele país não danifiquem qualquer árvore”, referiu, lamentando:

“Infelizmente, encontram fragilidades em Angola onde, na maioria das vezes, entram, com a cumplicidade das autoridades tradicionais locais”.

O funcionário do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural referiu que existem encontros bilaterais para se acabar com o abate ilegal de árvores, que continua devido à situação de pobreza de muitas famílias que, mesmo do lado angolano, levam lenha para vender na Namíbia.

Devido à insuficiência de fiscais, acrescentou, a Polícia de Guarda Fronteira tem tido um papel preponderante na manutenção da ordem no local, tendo já prendido 15 namibianos. O Instituto de Desenvolvimento Florestal vai, este ano, materializar um projecto de reflorestamento para fortalecer as zonas verdes, com a reposição de árvores, e resolver o problema de escassez de lenha, com a poda de árvores.

10.6 Ondas desalojam mais de 470 famílias

Novo jornal
25 De Fevereiro de 2011

Quatrocentas e setenta e uma famílias estão desalojadas desde quinta-feira, 17, no bairro

da Chicala, município da Ingombota, em consequência de fortes ondas provocadas pelas marés-altas.

A população conta que às 17 horas de quinta-feira passada os moradores da Chicala viram aquela área será

invadida pelas fortes ondas que se abateram contra as suas residências, destruindo todos seus haveres.

A reportagem do NJ apurou que várias casas ficaram totalmente inundadas e outras destruídas pela força das ondas, facto que obrigou os moradores a serem abrigados em tendas.

Ernesto Fernandes, que ali habita há dois anos, contou que as ondas atingiram a sua residência com muita intensidade e que teve imediatamente que abandonar a sua casa e procurar um local mais seguro.

Alguns moradores, como é o caso de João Serrote foram surpreendidos quando regressavam do serviço, encontrando todos electrodomésticos danificados pela água.

“Estava ausente e quando cheguei vi as coisas que comprei com muito sacrifício todas inundadas na água”. “Bibicha”, também residente na Chicala também perdeu todos os electrodomésticos, para além de dinheiro e comida. “A minha vida voltou ao zero não tenho nada”, lamentou.

Mário António, que ali mora, igualmente, pensa já numa solução definitiva. “Estou a pensar seriamente em me mudar daqui antes que um dia aconteça o pior”, frisou.

O governo provincial acudiu as vítimas com nove tendas que, no entanto, não são suficientes para acudir às necessidades actuais. Adélia Verónica, moradora, conta que nas tendas a prioridade é para mulheres grávidas e crianças e as outras pessoas dormem ao relento junto das tendas.

Segundo a nossa interlocutora numa tenda ficam mais de vinte pessoas, situação que tem causado actos de vandalismo. “Muitos homens quando bebem se aproveitam e entram nas tendas a tentar violar mulheres”, revelou.

O coordenador do bairro, Vieira Dias, explicou à reportagem do NJ que não se tratam de calemas, mas de marés grandes que acontecem de quatro em quatro anos e que também surgem nesta época. Este ano, afirma, estão a durar mais dias e afectar um maior número de famílias. Segundo o responsável a maré aparece duas vezes ao dia: uma às 17 e outra de madrugada.

O representante afirmou que há previsões de mais marés-altas para Março.

10.7 Mais de mil pessoas afectadas pelas cheias no Dombe Grande

Agora

26 De Fevereiro de 2011

A comuna vive o drama devido ao transbordo das águas do rio Kupurolo que arrastou residências e vários campos agrícolas.

Os sinistrados foram evacuados e agrupados nas imediações da administração comunal, em precárias condições sociais.

“Ficamos sem nada. Dependíamos das lavras. Os cabritos, os porcos, sumiram. Apenas o Executivo sabe o que fazer por nós”, suplicou uma das vítimas.

As crianças já há quatro dias que não vão à escola, os cadernos estão ali, os livros estão todos molhados, está mesmo tudo mal”, acrescentou.

As autoridades locais anunciaram que vão solicitar a intervenção do executivo central para assistir as populações com vários meios, enquanto durar o estado de penúria causado pelas enxurradas.

“Eu penso que o tempo que durar essa crise e o tempo que as águas das chuvas não permitirem que as populações vão às suas lavras o Estado vai ter que rever os seus planos de apoio, penso que o órgão central está notificado, e vamos continuar a apoiar” garantiu o comandante provincial da polícia, António Maria Sita.

O governador provincial, que sobrevoou a região, prometeu apoiar as vítimas com um campo para alojar as famílias atingidas pela fúria das águas.

“Vamos fazer o desdobramento de um acampamento com tendas e o asseguramento logístico” prometeu Armando da Cruz Neto.